

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

GIOVANA FERRACIN FERREIRA

UM ESTUDO À LUZ DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL
SOBRE A DESAGREGAÇÃO DO PENSAMENTO CONCEITUAL
NA ESQUIZOFRENIA E SUAS REPERCUSSÕES NA
ESTRUTURA DA PERSONALIDADE

Maringá

2017

GIOVANA FERRACIN FERREIRA

UM ESTUDO À LUZ DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL
SOBRE A DESAGREGAÇÃO DO PENSAMENTO CONCEITUAL
NA ESQUIZOFRENIA E SUAS REPERCUSSÕES NA
ESTRUTURA DA PERSONALIDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, para Exame de Defesa como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia.
Área de concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Zaira Fátima de Rezende Gonzalez Leal

Maringá

2017

GIOVANA FERRACIN FERREIRA

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

F383e Ferreira, Giovana Ferracin
Um estudo à luz da psicologia histórico-cultural sobre a desagregação do pensamento conceitual na esquizofrenia e suas repercussões na estrutura da personalidade / Giovana Ferracin Ferreira. -- Maringá, PR, 2017.
209 f.: il. color.

Orientadora: Profa. Dra. Zaira Fátima de Rezende Gonzalez Leal.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2017.

1. Psicologia histórico-cultural. 2. Personalidade (Psicologia). 3. Esquizofrenia. I. Leal, Zaira Fátima de Rezende Gonzalez, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDD 23.ed. 155.2

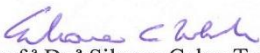
UM ESTUDO À LUZ DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL SOBRE
A DESAGREGAÇÃO DO PENSAMENTO CONCEITUAL NA ESQUIZOFRENIA
E SUAS REPERCUSSÕES NA ESTRUTURA DA PERSONALIDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, para Exame de Defesa como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª **Zaira Fátima de Rezende Gonzalez Leal**
PPI - Universidade Estadual de Maringá (Presidente)



Prof.ª Dr.ª **Silvana Calvo Tuleski**
PPI - Universidade Estadual de Maringá



Prof.ª Dr.ª **Graziela Lucchesi Rosa da Silva**
Universidade Federal do Paraná

Aprovada em: 21/09/2017

Local da defesa: Universidade Estadual de Maringá.

AGRADECIMENTOS

O processo de construção desse trabalho condensou momentos dos mais contraditórios. O sentimento de ser incapaz de concluir tal tarefa, que me propus há dois anos e meio, transformava-se algumas vezes em força mobilizadora. As dificuldades enormes enquanto vivenciadas individualmente passaram a ser mais leves quando compartilhadas. O sentimento de solidão no momento da escrita se convertia em gratidão pelas trocas, pelos auxílios e pelas pessoas que conheci ao ingressar na Universidade Estadual de Maringá. Por esses motivos, gostaria de deixar aqui registrado meus agradecimentos àquelas e àqueles que estiveram juntos comigo nesse período não tão simples da minha vida.

O primeiro e mais profundo agradecimento não poderia ser a outro alguém que não meus pais, João Carlos Ferreira e Ivete Ferracin Ferreira. Por confiarem em mim (às vezes mais que eu mesma), por apoiarem incondicionalmente minhas escolhas, por viabilizarem esse mestrado de todas as formas possíveis. Por aguentarem a distância quando precisei morar em Maringá, por bancarem financeira e emocionalmente esse período, por tentarem compreender o que é esse estresse constante e tentarem aliviá-lo com todos os mecanismos que estavam ao seu dispor.

À minha irmã, Giulia Ferracin Ferreira, que é minha força e ao mesmo tempo minha sensibilidade maior. Agradeço profundamente seu apoio, minha pequena, por acreditar em mim, por aguentar, sempre tão forte, as minhas ausências, por me alegrar todos os dias, inclusive aqueles que nem sempre são bons.

Gostaria de agradecer à professora Dr.^a Zaira Leal, por se dispor a orientar um tema tão desafiador.

Às professoras Silvana Calvo Tuleski e Graziela Lucchesi Rosa da Silva, por aceitarem prontamente o convite para participar da banca de defesa e por contribuírem imensamente para a construção desse trabalho.

Gostaria de enfatizar que é uma alegria sem tamanho receber as contribuições da professora Graziela para este trabalho, tendo em vista que ela participou ativamente de todos os momentos da minha vida acadêmica, desde o primeiro contato com a psicologia histórico-cultural, até os estágios finais da graduação e, agora, também no mestrado. Lembro com carinho do seu encorajamento para me ajudar na escolha do caminho na pós-graduação.

À professora Melissa Rodrigues de Almeida: sem o seu encorajamento, certamente a realização desse trabalho não seria possível. Agradeço o seu comprometimento com o

desenvolvimento da psicologia histórico-cultural enquanto ciência e todas as trocas riquíssimas. Por também participar de toda a extensão da minha vida acadêmica, e ter sido fundamental na escolha desse tema e na delimitação dos caminhos dessa pesquisa.

Ao Bolívar Teston de Escobar, por ser meu companheiro na vida afetiva e por partilhar comigo as angústias da vida acadêmica. Por realizar suas atividades com leveza e entusiasmo contagiantes, por tornar esse período mais suportável, menos sofrido. Obrigada por todo o cuidado.

Às minhas queridas amigas da graduação, que se transformaram em partes de mim depois do mestrado: Mariana Rodrigues de Figueiredo e Vanessa Beghetto Penteado. Nossos sentimentos se transformam, não é mesmo? Eu já tinha carinho enorme por vocês na graduação, mas ter vocês duas juntas comigo na decisão tão importante de ir morar em outra cidade fez com que hoje eu não consiga (e nem queira) conceber como seria a vida sem a doçura de uma e as loucuras da outra. Obrigada por me acolherem tão bem, por me divertirem tanto. Vocês me inspiram, me fazem mais forte. E eu sinto uma saudade imensa!

Às amigas da graduação: Carolina Dias, Vitória Viapiana, Jamile Nascimento, Camylla Guigue, Fernanda Luísa. Tenho muito orgulho do nosso grupo, da nossa sororidade, do nosso desenvolvimento pessoal e profissional. Sempre juntas.

Aos presentes que esse mestrado me deu: Amanda Callegari, Laís Castro, Ana Paula Vieira, Luana. No período de construção desse trabalho, criei um carinho e admiração imensa por todas vocês. Espero que a distância não seja capaz de afastar algo tão bonito que o mestrado criou.

À equipe do meu trabalho: Sunamita, Karina, Aline, Fábio, Wesley, Kelly, Solange, Norma, Márcia, Dieny, Vanderléia. Por compreenderem a importância que essa dissertação tem para mim, por viabilizarem a conclusão dela e bancarem minhas ausências. Sabemos que nosso trabalho não é fácil e pode se tornar armago com muita facilidade, mas não é o que acontece. O CISA é uma alegria para mim, uma fonte de sentido e de questionamentos.

A todos aqueles que não citei pontualmente aqui, mas que fazem parte desse trabalho.

Ferreira, G. F. (2017). *Um estudo à luz da psicologia histórico-cultural sobre a desagregação do pensamento conceitual na esquizofrenia e suas repercussões na estrutura da personalidade* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR.

RESUMO

A presente dissertação se desenvolve tendo como objetivo central estudar a desagregação do pensamento conceitual na esquizofrenia e suas repercussões na personalidade, à luz da psicologia histórico-cultural. Visa-se responder a seguinte pergunta: como a psicologia histórico-cultural entende as repercussões na personalidade da alteração (ou desintegração) do sistema de conceitos na esquizofrenia? O estudo referente a essa temática justifica-se pelo fato de que no campo da saúde mental, as queixas referentes ao sofrimento psíquico têm se aprofundado no decorrer dos anos. Sendo assim, o estudo realiza-se a partir de uma pesquisa teórico-conceitual, tendo como abordagem a psicologia histórico-cultural. Foi realizada leitura e análise de autores clássicos e contemporâneos desta perspectiva, identificando as contribuições dos mesmos para o objeto de pesquisa. Também foi realizada pesquisa na biblioteca virtual scielo.org, a fim de traçar os caminhos pelos quais a psicologia vem se apropriando da discussão sobre a esquizofrenia. Como objetivos específicos, destacam-se: compreender a delimitação histórica do conceito de esquizofrenia, bem como a classificação atual proposta pelos principais manuais psiquiátricos DSM-5 e CID 10; apontar como a psicologia hegemonicamente compreende a esquizofrenia, a partir de pesquisa bibliográfica de artigos, verificar como o entendimento acerca do desenvolvimento normal do psiquismo, a partir da psicologia histórico-cultural, pode oferecer as bases para a compreensão da esquizofrenia, a formação normal dos conceitos e da personalidade; reconhecer as contribuições de Vigotski e Zeigarnik para o entendimento da desagregação do pensamento conceitual na esquizofrenia e suas repercussões na personalidade; compreender as repercussões na personalidade da desagregação do pensamento conceitual na esquizofrenia. Como resultado da pesquisa, elencamos quatro principais repercussões que a desagregação do pensamento conceitual da esquizofrenia pode engendrar na estrutura da personalidade. São elas: a desagregação do pensamento conceitual e a perda do autodomínio da conduta; a natureza e o conteúdo dos delírios e alucinações na esquizofrenia: relações a partir da hierarquia da atividade; a cisão do eu na esquizofrenia como expressão máxima de uma cisão na subjetividade engendrada por uma sociedade de classes antagônicas; e, por último, a importância dos vínculos

estabelecidos com o mundo para a (re)estruturação da personalidade de acordo com as vias de tratamento da esquizofrenia.

Palavras-chave: Desagregação do pensamento; Esquizofrenia; Personalidade; Psicologia Histórico-Cultural

Ferreira, G. F. (2017). *A study under the interpretation of historical-cultural Psychology on the breakdown of conceptual thought in schizophrenia and its repercussions in personality*. Master's Dissertation. Postgraduate Program in Psychology. State University of Maringá, Maringá-PR.

ABSTRACT

The present masters dissertation is developed aiming its central objective to study the disintegration of the conceptual thought in schizophrenia and its repercussions in personality, according to the historical-cultural psychology. The following question is proposed: how can the historical-cultural psychology understand the repercussions in the personality of the alteration (or disintegration) of the concepts system in schizophrenia? The study is justified by some reasons including the fact that in the mental health field, frequent complaints concerning psychic suffering are being explored in the last years. Therefore, this research departs from a initial theoretic methodology around a literature review about the historical-cultural psychology. From this perspective, classic and contemporary authors were read and analyzed, indentifying their contributions tho this research object. After this, another research in the scielo.org database was conducted, aiming to identify new ways in which the psychologists are discussing schizophrenia. The specific objectives included: to comprehend the historical approaches to the concept of schizophrenia, as well as the contemporary classifications proposed by the psychiatric manuals DSM-V and CID 10; to point aout how the psychology field hegemonically understands schizophrenia; to verify how the understanding about the normal development of the psyche, according to the historical-cultural approach, can offer new grounds to the comprehension of schizophrenia; to recognize the contributions of Vigotski and Zeigarnik to the comprehension of the conceptual thought disintegration in schizophrenia and its repercussions in the personality. As a result, we consider four main repercussions that the disintegration of the conceptual thought can engender in the structure of the personality: breakdown of the conceptual thought and loss of self-conduct; the nature and contents of the delusions in schyzophrenia: relations from the activity hierarchy; the schism of the self in schizophrenia as the maximal expression of a schism in the subjectivity engendered by an antagonical class society; and, finally, the importance of the estabilished links with the world for the (re)structuring of the personality according to the treatment of schizophrenia.

Keywords: Disintegration of thought; Schizophrenia, Personality, Historical-cultural psychology

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Desenvolvimento do pensamento conceitual.....	130
Figura 2	Pensamento por conceitos x Desagregação do pensamento.....	171
Figura 3	Efeitos do pensamento conceitual na formação da personalidade.....	173

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Sistematização da sintomatologia da esquizofrenia elaborada pelo CID-10.....	68
Tabela 2	Principais distinções entre a Patopsicologia e a Psicopatologia.....	154
Tabela 3	Tipos de alteração do pensamento segundo Zeigarnik (1969)	157
Tabela 4	Alterações da personalidade.....	176

SUMÁRIO

	Introdução.....	14
1	A compreensão das bases epistemológicas da psicologia histórico-cultural: elementos introdutórios para a compreensão da desagregação do pensamento conceitual na esquizofrenia e suas repercussões na estrutura da personalidade	22
1.1	O surgimento da psicologia histórico-cultural e o materialismo histórico-dialético....	22
1.2	Do ser natural ao ser social: o processo da filogênese	43
1.3	Da atividade fragmentada à consciência alienada na sociedade de classes: base para compreender a despersonalização.....	53
2	Esquizofrenia: da concepção histórica aos atuais manuais psiquiátricos.....	64
2.1	As definições históricas da esquizofrenia.....	64
2.2	A esquizofrenia a partir dos principais manuais psiquiátricos: da sintomatologia ao diagnóstico.....	67
2.3	As recentes publicações sobre esquizofrenia na psicologia.....	73
2.3.1	Conceitualização e Etiologia.....	73
2.3.2	Sintomatologia e Diagnóstico.....	80
2.3.2.1	Esquizofrenia de forma secundária.....	81
2.3.2.2	Sintomatologia da esquizofrenia.....	82
2.3.2.3	Avaliação e psicodiagnóstico da esquizofrenia.....	84
2.3.3	Tratamento/atenção/cuidado/família.....	87
2.4	Esquizofrenia enquanto fenômeno que parte da materialidade: a determinação social do processo saúde-doença.....	92
3	O Desenvolvimento Normal do Psiquismo como Base para a Compreensão do Desenvolvimento Patológico na Esquizofrenia.....	98
3.1	A lei fundamental do desenvolvimento ontogenético: as funções psíquicas superiores enquanto neoformações.....	98
3.2	A formação dos conceitos enquanto signos mediadores da formação da personalidade humana.....	110
3.3	A personalidade sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético e da psicologia histórico-cultural.....	130
4	Desdobramentos da psicologia histórico-cultural: da desagregação do pensamento conceitual na esquizofrenia às repercussões na formação da personalidade.....	143
4.1	Contribuições de L. S. Vigotski para a compreensão da esquizofrenia.....	144

4.2	Contribuições de B. V. Zeigarnik para a compreensão da esquizofrenia.....	152
4.2.1	Alterações do pensamento.....	155
4.2.1.1	Alteração do aspecto operacional do pensamento.....	157
4.2.1.2	Alterações da dinâmica da atividade do pensamento.....	160
4.2.1.3	Alterações da adequação do pensamento a fins determinados.....	162
4.2.2	As alterações da personalidade.....	165
4.2.2.1	Alteração no processo de mediação e no ordenamento dos motivos.....	167
4.2.2.2	Alteração na formação de significações ou alteração da função formadora de sentido pessoal.....	171
4.2.2.3	Alteração do subcontrole do comportamento ou alteração do autocontrole da conduta.....	174
4.3	A desagregação do pensamento conceitual na esquizofrenia e suas repercussões na estruturação da personalidade.....	176
4.3.1	A desagregação do pensamento conceitual e a perda do autodomínio da conduta.....	178
4.3.2	A natureza e o conteúdo dos delírios e alucinações na esquizofrenia: relações a partir da hierarquia da atividade.....	179
4.3.3	Cisão do eu na esquizofrenia como expressão máxima de uma cisão na subjetividade engendrada por uma sociedade de classes antagônicas.....	182
4.3.4	A importância dos vínculos estabelecidos com o mundo para a (re)estruturação da personalidade de acordo com as vias de tratamento da esquizofrenia.....	184
	Considerações Finais.....	190
	Referências Bibliográficas.....	196
	Anexo 1.....	202
	Anexo 2.....	204

Introdução

A presente dissertação está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPI) da Universidade Estadual de Maringá, cuja área de concentração intitula-se “Constituição do Sujeito e Historicidade” e está inserida na linha de pesquisa “Processos Educativos e Práticas Sociais”. O objeto da pesquisa refere-se ao estudo da desagregação do pensamento conceitual na esquizofrenia e suas repercussões para a estrutura da personalidade. Realizamos uma pesquisa de cunho teórico-conceitual sob enfoque da Psicologia Histórico-Cultural e, portanto, do materialismo histórico-dialético.

São três as principais razões que motivam o presente estudo. A primeira é de cunho pessoal da autora, a segunda é a razão de caráter científico, e a terceira é a motivação social para a realização da pesquisa. Começaremos pela razão de cunho pessoal.

A necessidade de estudar os temas aqui apresentados surgiu a partir de duas experiências de estágio, uma realizada em um colégio estadual do Paraná e a outra em um Centro de Atenção Psicossocial da região metropolitana de Curitiba, no ano de 2014, durante a graduação em psicologia na Universidade Federal do Paraná.

O objetivo do trabalho realizado no colégio consistia no enfrentamento das mais diversas queixas escolares a partir de uma visão crítica da psicologia. O grupo de estagiárias realizou uma série de intervenções e todas elas foram organizadas a partir de um único eixo temático. Tal eixo consistia no enfrentamento de casos de fracasso escolar – identificados pelo elevado índice de reprovação de algumas turmas – a partir da modificação do sentido atribuído à atividade de ensino. Nesse contexto, o que mais chamou a atenção das estagiárias no colégio foi perceber como a apropriação dos conceitos científicos, muitas vezes, é precarizada pela própria lógica que permeia a educação nessa sociedade, o que culmina nos frequentes casos de fracasso escolar identificados no decorrer do estágio. Diante dessas observações, surgiram questionamentos sobre quais seriam os impactos de uma formação precária e de uma apropriação parcial dos conceitos nos casos de sofrimento psíquico. Pergunta essa de difícil delimitação e que, a nosso ver, exige uma série de esforços conjuntos dos pesquisadores da psicologia histórico-cultural no sentido de torná-la mais clara.

Já no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), as estagiárias tinham como objetivo realizar grupos com usuários de substâncias psicoativas, procurando desenvolver a capacidade de elaborar planos futuros que não envolvessem a sua permanência no serviço público de saúde, pois o CAPS se estrutura como uma estratégia de saúde oposta à lógica da hospitalização e à lógica manicomial.

Os usuários do serviço com os quais as estagiárias trabalharam se caracterizavam por morar em uma pequena cidade da região metropolitana de Curitiba, de forma geral não tinham acesso à educação e viviam uma vida precária em todos os âmbitos, seja na questão educacional, financeira, bem como no acesso a cuidados básicos de saúde. Muitos desses indivíduos criaram uma dependência em relação ao serviço e tinham grandes dificuldades de pensar a vida para além dessa instituição. Não conseguiam retornar ao mercado de trabalho – que, excludente por natureza, aprofunda tal exclusão para indivíduos em sofrimento psíquico, sejam eles indivíduos com dependência química, depressão, esquizofrenia, transtorno de pânico, entre outros. Os usuários do serviço de saúde também se viam incapazes de construir vínculos sociais que não envolvessem a substância psicoativa ou o serviço de saúde, que muitas vezes era o único lugar de troca e socialização dessas pessoas.

Nesse contexto, a principal dificuldade das estagiárias no manejo das atividades terapêuticas foi perceber que o desenvolvimento parcial dos conceitos, e o desenvolvimento parcial e unilateral das funções psíquicas superiores impactam no processo de cuidado dessas pessoas. Exemplificando: a atenção dos usuários do serviço era pouco desenvolvida, pouco mediada, assim, era muito difícil para eles prestarem atenção no grupo, eles não acumulavam os avanços de uma semana para outra e lhes faltava a abstração e imaginação. Esses fatores geravam estagnação do processo de reabilitação desses indivíduos.

A hipótese levantada pelas estagiárias foi a de que o desenvolvimento da autonomia e o próprio processo de cuidado dos usuários eram comprometidos pela formação precária dos seus processos psicológicos superiores. Seguindo a lógica da hipótese levantada, os indivíduos mais escolarizados, com conceitos mais desenvolvidos e com as funções psíquicas mais complexificadas, teriam a possibilidade de organizar o pensamento e vislumbrar possibilidades de enfrentamento daquela situação de sofrimento. Foi a partir dessas duas experiências que surgiu a necessidade de investigar o processo de desenvolvimento e desagregação do sistema de conceitos e suas repercussões nos casos de sofrimento psíquico.

Tendo em vista a abrangência e a complexidade desse estudo para os objetivos de um mestrado, foi necessário estabelecer um recorte do tema e das inquietações iniciais e, por isso, optamos por delimitar um tipo específico de sofrimento psíquico: a esquizofrenia. A escolha pela esquizofrenia não foi aleatória e baseou-se em dois fatos principais: primeiro porque, de acordo com os pressupostos vigotskianos, a esquizofrenia se expressa como a forma de sofrimento psíquico em que a desagregação do pensamento conceitual é mais evidente e observável, e em segundo lugar porque, dentre as formulações da psicologia histórico-cultural sobre o tema das psicopatologias, a esquizofrenia é aquela estudada com maior profundidade.

Pareceu-nos mais coerente analisar a desagregação do pensamento conceitual e suas repercussões na personalidade a partir do que os autores soviéticos já elaboraram sobre a temática, ou seja, pareceu-nos interessante tentar avançar sobre o novo a partir daquilo que já é conhecido.

Tivemos a preocupação de, no decorrer da pesquisa, realizar uma análise desses processos que não gerasse uma relação simples de causa e efeito. É insuficiente e mecânica a análise de que uma formação mais completa no que diz respeito ao desenvolvimento humano leva diretamente à uma vivência mais consciente do processo de adoecimento e sofrimento psíquico. Visamos no presente trabalho realizar uma análise que conseguisse captar o movimento e a interferência dialética entre formação e desintegração do sistema de conceitos na esquizofrenia e a formação da personalidade.

Tendo em vista que uma pesquisa científica não deve ser realizada apenas por vontade e interesse próprio do autor, torna-se necessário expor também as motivações de cunho científico e social que permeiam o presente estudo.

No que diz respeito à motivação de cunho científico, é importante ressaltar o quanto a concepção de psiquismo e de ser humano da psicologia histórico-cultural não é algo hegemônico dentro da psicologia enquanto ciência. É principalmente nas áreas da educação e da psicologia social que começaram as primeiras iniciativas de diálogo com essa vertente teórica no Brasil; por essa razão, o desenvolvimento da teoria histórico-cultural ainda se encontra diretamente atrelado a essas áreas (Delari Jr., 2012). Identificamos, então, que não existem muitas pesquisas que relacionem o aporte teórico da psicologia histórico-cultural com a área da saúde, a psicopatologia e os casos de sofrimento psíquico.

Além disso, podemos indicar que a psicologia histórico-cultural, ao compreender o ser humano em sua totalidade e em sua estreita determinação histórica, social e cultural, oferece elementos para questionar a perspectiva médica e biológica vigente acerca dos processos tipicamente humanos, compreensão esta que, majoritariamente, analisa a esquizofrenia e as demais formas de adoecer com base em leis naturais, como processos que têm causa biológica e estão determinados por desequilíbrios químicos no cérebro. A perspectiva médico-biologicista, portanto, oculta as determinações históricas da constituição do psiquismo e dos processos de sofrimento psíquico.

Justamente para demarcar uma posição contrária à perspectiva hegemônica acerca dos processos de sofrimento psíquico é que optamos por evitar expressões e conceitos que historicamente foram apropriados pelos saberes da medicina. Temos debatido a melhor forma de conceituar nosso objeto de estudo e, no momento, a escolha mais adequada nos parece ser o

termo “sofrimento psíquico”, ainda que alguns cuidados devam ser tomados: essa terminologia pode remeter a uma concepção fragmentada do homem, colocando em opostos as esferas: saúde-doença, psíquico-físico. Devemos tomar o mesmo cuidado para não usar o termo “sofrimento psíquico” para fazer referência a processos próprios e particulares da vida do ser humano, patologizando-os (Delari Jr, s/d; Almeida, 2016). De acordo com Delari Jr.(n/d), esse termo possibilita uma abordagem de cunho processual e não substancialista das psicopatologias:

“Não substancialista” porque termos usuais como “loucura”, “doença mental”, “insanidade”, “demência”, etc., tendem a nos sugerir que a “doença” *exista* de mais modo substancial do que processual. E a nos levar a fantasiar que o “doente” seja algum “subtipo” de ser humano, que sempre carregará a marca indelével de tal tipificação a ser rejeitada por preconceito ou “aceita” por “ato nobre”. Nessa direção, dizer “sofrimento psíquico” ameniza um pouco a semântica tradicional. Porque *sofrimento* pode indicar mais um processo multifacetado pelo qual passamos em certos momentos e durante determinado tempo de nossa história. Isto é, não tanto um fato consumado, inevitável, definitivo, insuperável. (Delari Jr., s/d, p.2)

Almeida (2016) demarca ainda outro motivo para o uso da expressão “sofrimento psíquico”:

[...] é que termos como “doença mental” ou “transtorno mental”, utilizados amplamente pela psiquiatria, carregam concepções ligadas ao campo biomédico ou da multicausalidade, em geral, com conotação negativa, trazendo o peso de serem consideradas “doenças crônicas e incuráveis”. Em contrapartida, a saúde-doença entendida como processo dinâmico coloca-nos que o sofrimento psíquico não é exclusividade de um grupo de pessoas predispostas por características biológicas ou psíquicas, mas produzido no movimento da vida e determinado socialmente, ainda que a partir de tais características. Portanto, todos estamos sujeitos em algum momento, a depender de algumas condições, em maior ou menor grau, ao sofrimento. (Almeida, 2016, s/p)

Temos ainda que o motivo de cunho social que mobiliza o presente estudo, qual seja, o crescente número de pessoas diagnosticadas com algum tipo de sofrimento psíquico. Um

documento oficial publicado em 2001 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pela Organização Panamericana de Saúde (OPAS) retrata o estado geral no campo da saúde mental da seguinte forma:

A depressão grave é actualmente a principal causa de incapacitação em todo o mundo e ocupa o quarto lugar entre as dez principais causas de patologia, a nível mundial. Se estiverem correctas as projecções, caberá à depressão, nos próximos 20 anos, a dúbia distinção de ser a segunda das principais causas de doenças no mundo. Em todo o globo, 70 milhões de pessoas sofrem de dependência do álcool. Cerca de 50 milhões têm epilepsia; outros 24 milhões, esquizofrenia. Um milhão de pessoas cometem anualmente suicídio. Entre 10 e 20 milhões tentam suicidar-se. Rara é a família poupada de um encontro com perturbações mentais. Uma em cada quatro pessoas será afectada por uma perturbação mental em dada fase da vida. (OMS& OPAS, 2001, p.XXI)

A Organização Mundial da Saúde (2001) caracteriza a esquizofrenia como sendo uma perturbação grave que, na maioria dos casos, tem seu início no final da adolescência e no começo da vida adulta. A sintomatologia da esquizofrenia envolve alterações no pensamento e na percepção, comprometendo funções psíquicas básicas fundamentais para a organização do indivíduo. Essa desorganização tem como consequência um prejuízo nas relações sociais nas quais o indivíduo está inserido (OMS, 2001).

No que diz respeito à prevalência da esquizofrenia, dados conflitantes foram encontrados. O DSM-5 aponta que a prevalência de esquizofrenia ao longo da vida parece ser de 0,3 a 0,7%. Já a Organização Mundial de Saúde (2001) aponta para uma prevalência de 1% na população mundial, percentual que significa que um contingente de 70 milhões de pessoas é diagnosticada com essa psicopatologia.

A esquizofrenia, de acordo com a OMS (2001), causa um severo grau de incapacidade, sendo considerada pela OMS (2001) como a terceira condição mais incapacitante (mais que a paraplegia e a cegueira) na população em geral. No estudo sobre a carga global de doenças, a esquizofrenia é responsável por 1,1% do total de AVAI (anos de vida ajustados por incapacidade) e 2,8% dos AVI (anos vividos com incapacidade). O custo econômico da esquizofrenia para a sociedade é também elevado, calculado em US\$19 bilhões nos EUA, em 1991, no que diz respeito aos gastos diretos, e US\$46 bilhões em perda de produtividade.

Diante dessa realidade, aumenta a necessidade de produções teóricas que analisem o desenvolvimento das formas de adoecimento psíquico, entre eles a esquizofrenia, buscando

explicar sua gênese, sua relação com o modo de vida e formas de enfrentamento para essa questão. Visando contribuir com esse cenário atual, o presente trabalho irá analisar com mais profundidade a desagregação do pensamento conceitual na esquizofrenia e suas repercussões para a estrutura da personalidade.

Para atingir o referido objetivo, a construção do presente trabalho se orientará a partir do método materialista histórico-dialético. As seções serão organizadas a partir da proposição metodológica adotada por Vigotski em suas obras: começaremos abordando o mais geral e universal sobre nosso objeto para depois desenvolvermos o que há de mais específico nele. Vigotski (2012a) deixa claro essa sua proposição ao estudar a questão da defectologia, nas palavras do autor:

Não só é importante saber que enfermidade tem uma pessoa, mas também que pessoa tem determinada enfermidade. O mesmo é possível com respeito à insuficiência e aos defeitos. Resulta-nos importante saber não somente exatamente que defeitos foram detectados em uma criança, que coisa está afetada nela, mas também em que criança se dá esse defeito, isto é, que lugar ocupa a insuficiência no sistema de sua personalidade. (Vigotski, 2012a, p. 194)

Nesse sentido, para entender a esquizofrenia a partir de uma visão dialética, é preciso aprofundar questões que dizem respeito à psicologia geral, tais como a gênese do psiquismo e da consciência no homem. Esse é o objetivo central da primeira seção intitulada **“A compreensão das bases epistemológicas da psicologia histórico-cultural: elementos introdutórios para a compreensão da desagregação do pensamento conceitual na esquizofrenia e suas repercussões na estrutura da personalidade”**. Apresentaremos os fundamentos teóricos e metodológicos da psicologia histórico-cultural, desde seu contexto histórico de surgimento, até a concepção de mundo e de homem da presente teoria. Abordaremos o processo pelo qual o homem se torna um ser social distinto de todos os demais seres encontrados na natureza, abarcando, dessa forma, o conceito de desenvolvimento social. Ao realizar uma pesquisa sob o enfoque da psicologia histórico-cultural, contudo, é fundamental mostrar que o desenvolvimento humano não é alheio, mas sim intrínseco às relações sociais existentes na sociedade capitalista atual. Por essa razão, é preciso também entender qual a influência da alienação no processo de desenvolvimento da consciência e da personalidade, e como a alienação se relaciona com o sofrimento psíquico e com a esquizofrenia.

Partiremos, então, do geral, para o particular. Analisaremos na segunda seção, denominada **“Esquizofrenia: da Concepção Histórica aos Atuais Manuais Psiquiátricos”**, as caracterizações dessa forma de sofrimento psíquico, visando entender os sintomas e nuances presentes no indivíduo esquizofrênico. Assim, o objetivo da presente seção será investigar o percurso das definições de esquizofrenia, numa abordagem que vai das concepções históricas aos atuais manuais psiquiátricos, bem como apresentar as recentes publicações da psicologia acerca da temática, elencando as contribuições e limites das produções desta ciência para o estudo do fenômeno da esquizofrenia. Ao final do capítulo, pretendemos esclarecer como a psicologia histórico-cultural pode contribuir com vistas à superação de tais limites e contradições.

Na terceira seção, nosso objetivo será identificar os elementos principais da psicologia histórico-cultural que contribuem para a compreensão do desenvolvimento da esquizofrenia. Para a estruturação da seção intitulada **“O desenvolvimento normal do psiquismo como base para a compreensão do desenvolvimento patológico na esquizofrenia”**, partimos de duas formulações vigotskianas: 1) a relação dialética existente entre os processos do desenvolvimento normal e os processos do desenvolvimento patológico, de forma que um se constitui como chave para o entendimento do outro; e 2) a necessidade de compreender não só a “patologia” em abstrato, mas as bases para entender a esquizofrenia de um sujeito singular. Nesse momento do nosso trabalho, objetivamos estudar a origem das funções psíquicas superiores, a formação dos conceitos enquanto função mais importante do desenvolvimento e a relação entre esta formação dos conceitos com a formação da personalidade.

Na última seção, **“Desdobramentos da psicologia histórico-cultural: da desagregação do pensamento conceitual na esquizofrenia às repercussões na formação da personalidade**, apresentaremos em um primeiro momento as contribuições de Vigotski ao estudo da esquizofrenia; em seguida, objetivamos condensar os estudos de Zeigarnik referentes a esse tema. Depois de trilhar esse caminho, teremos bases para versar sobre as repercussões da desagregação do pensamento conceitual na esquizofrenia e na estrutura da personalidade.

Este trabalho acadêmico contém em si, direta ou indiretamente, outras produções que se desenvolveram no campo da Psicologia Histórico-Cultural e que somam esforços para o entendimento crítico não só da esquizofrenia, como também de outros processos de sofrimento

psíquico; entre eles, podemos citar os estudos sobre as emoções¹, o alcoolismo², o suicídio³ e a patopsicologia⁴.

¹ Dissertação de Renata da Silva, de 2011, intitulada *A biologização das emoções e a medicalização da vida – Contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para a compreensão da sociedade contemporânea*.

² Dissertação de Renata Jacintho Siqueira Moraes, de 2011, intitulada *O alcoolismo e o alcoolista no capitalismo: a Psicologia Histórico-Cultural na defesa da historicidade para o enfrentamento do problema*.

³ Berenchtein Netto, N. (2007). *Suicídio: uma análise psicossocial a partir do materialismo histórico dialético* (Dissertação de Mestrado em Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil. 168f.

⁴ Silva, M. A. S. (2014). *Compreensão do adoecimento psíquico: de L. S. Vigotski à Patopsicologia Experimental de Bluma V. Zeigarnik*. (Dissertação de Mestrado em Psicologia), Universidade Estadual de Maringá, PR, Brasil.

1 As bases epistemológicas da psicologia histórico-cultural: elementos introdutórios para a compreensão da desagregação do pensamento conceitual na esquizofrenia e suas repercussões na estrutura da personalidade

Para a presente seção, nosso objetivo é o aprofundamento nos escritos de L. S. Vigotski e seus colaboradores da Psicologia Histórico-Cultural com vistas a superar a visão a-histórica da constituição do psiquismo humano, hegemônica na compreensão da esquizofrenia. Consideramos que o corpo teórico desenvolvido pelos soviéticos pode contribuir para desenvolver esse olhar e prática com uma criticidade que vise, além da descrição dos fenômenos psicológicos, uma análise e compreensão das produções humanas como processos históricos e sociais.

A esquizofrenia, nesta perspectiva, será compreendida como decorrente da materialidade histórica e social de vida dos sujeitos, o que implica em não apenas descrever e levantar a sintomatologia, mas também buscar elementos que nos auxiliem na apreensão da concretude da esquizofrenia. Isso também significa não tratar o sujeito esquizofrênico como um ente abstrato, mas sim como um indivíduo pertencente a uma classe social, imerso em condições de vida e trabalho específicas e partícipe de dadas relações sociais.

1.1 O surgimento da psicologia histórico-cultural e o materialismo histórico-dialético

Para compreendermos as contribuições da psicologia histórico-cultural e, portanto, dos autores soviéticos no estudo da esquizofrenia, é imprescindível entendermos, ainda que brevemente, o contexto em que essa psicologia foi desenvolvida e quais são seus pressupostos epistemológicos. Contextualizar a psicologia histórico-cultural se faz necessário para não recairmos na neutralização dos conceitos de Vigotski, como se os mesmos não possuíssem um compromisso com a transformação da sociedade. Fazer uma leitura histórica de Vigotski, Luria e Leontiev representa um comprometimento com a base epistemológica marxista da psicologia histórico-cultural.

Ainda que entendamos a importância de resgatar a história para compreender não só o desenvolvimento da psicologia, mas também como se dá a concepção dos transtornos mentais em diferentes momentos históricos, em específico no período pós-revolucionário da Rússia, não é nosso objetivo realizar aqui uma pesquisa historiográfica com detalhes e adentrar

profundamente nos acontecimentos desse tempo⁵. Aqui nos propomos apenas a tecer algumas considerações sobre como a teoria de Vigotski, Luria e Leontiev está intrinsecamente relacionada com o momento histórico no qual tais autores elaboraram os fundamentos da psicologia histórico-cultural.

No período pré-revolucionário, a Rússia, bem como outras regiões nas quais viviam os povos eslavos, encontrava-se sob o domínio do império dos tzares. A dinastia dos Tzares era reconhecida e caracterizada por subjugar violentamente a população, aprofundando as condições de fome e miséria desse povo. Outra característica dos Tzares era a profunda crença no idealismo subjetivo e na metafísica (Almeida, 2008).

Já nesse período pré-revolucionário é possível constatar, como aponta Almeida (2008), a disputa entre filósofos e pensadores materialistas e idealistas, disputa essa que Vigotski retrata no livro *O significado histórico da crise da psicologia*, que abordaremos adiante.

A psicologia materialista no período pré-revolucionário se caracteriza pela ênfase nos estudos fisiológicos e experimentais dos fenômenos psíquicos. I. Sechenov, V. M. Bekhterev (1857-1927) e I. Pavlov (1849-1936) construíram uma importante base para a ciência psicológica materialista e lutaram contra o idealismo, sendo os primeiros a iniciar o estudo científico dos fenômenos psíquicos, com questões experimentais sobre fisiologia do cérebro e psicologia (Almeida, 2008).

De acordo com Almeida (2008), Sechenov defendia claramente a concepção materialista de mundo e de homem. Em sua principal obra, o autor se propôs a investigar a atividade psíquica do cérebro por meio de suas manifestações exteriores, afirmando que a origem de qualquer atividade humana deve ser buscada fora do ser do homem. Essa afirmação de Sechenov teve peso significativo para as posteriores análises e proposições da psicologia histórico-cultural.

Na mesma direção da produção de Sechenov, Bekhterev compreendia o psiquismo a partir de um reducionismo biológico, ou seja, sua defesa da psicologia objetiva se baseava no entendimento naturalista dos processos psicológicos e na exclusão de quaisquer dados subjetivos, como a consciência. Desse modo, os fundamentos da psicologia objetiva de Bekhterev são a biologia e a fisiologia (Almeida, 2008).

⁵ Para aprofundar a discussão sobre a relação entre os acontecimentos históricos da Rússia, o desenvolvimento da psicologia e as concepções de transtornos mentais, sugerimos a leitura da dissertação *Compreensão do adoecimento psíquico: de L. S. Vigotski à Patopsicologia Experimental*, de Bluma V. Zeigarnik. Esse caminho também é seguido por outras pesquisas históricas a respeito da história da Rússia e da União Soviética pela dificuldade de acesso a fontes primárias (S. H. V. Almeida, 2008; R. L. Silva, 2014).

Ao mesmo tempo, Pavlov desenvolvia de forma independente suas investigações fisiológicas, durante as quais realizou a descoberta dos reflexos condicionados. Almeida (2008) afirma que esses três autores são os principais articuladores da psicologia materialista na Rússia pré-revolucionária. Os estudos de tais pesquisadores, entretanto, reduziam a explicação dos processos psíquicos humanos à fisiologia da atividade nervosa superior (Almeida, 2008).

Houve, portanto, na União Soviética, a necessidade de desenvolver uma psicologia materialista que estivesse de acordo com a concepção de homem e de mundo desenvolvida no contexto revolucionário. Uma psicologia que compreendesse os processos humanos não como frutos da alma ou do espírito, mas que também não reduzisse todo o psiquismo e tudo àquilo que é essencialmente humano aos reflexos, à fisiologia ou ao cérebro. Tal psicologia deveria responder às demandas da construção de uma nova sociedade. É nesse contexto de grandes embates sociais e teóricos que a psicologia histórico-cultural se desenvolve.

Antes da eclosão da Revolução de 1917, a Rússia era caracterizada como uma sociedade que aos poucos se libertava do feudalismo em vias de transformar-se em uma sociedade capitalista. De acordo com Tuleski (2009), esse processo de transição do feudalismo para o capitalismo na Rússia “[...] havia se acelerado com a reforma de 1861, que emancipou os servos, mas estava longe do patamar de desenvolvimento capitalista de outros países, cuja materialidade engendrara o operariado revolucionário e a possibilidade do socialismo, tal como fora concebido por Marx” (Tuleski, 2009, p. 35).

Para Lênin, a revolução socialista deveria emergir inicialmente nos países em que o capitalismo estivesse mais bem desenvolvido e, portanto, onde houvesse uma força proletária mais organizada. Nesse sentido, a Rússia se configurava como o país mais impróprio para encabeçar a revolução, devido ao fraco desenvolvimento de suas forças produtivas (Tuleski, 2009). Hobsbawm (1998) afirma que:

Os fundadores do marxismo supunham que a função da Revolução Russa só podia ser a de provocar a explosão revolucionária nos países industriais mais avançados, onde estavam presentes as condições para a construção do socialismo. Como vimos, isso era exatamente o que parecia acontecer em 1917-8, e parecia justificar a controvertidíssima decisão de Lênin – pelo menos entre os marxistas – de dirigir o curso dos bolcheviques russos para o poder e o socialismo soviéticos. Na visão de Lênin, Moscou seria apenas o quartel-general temporário do socialismo, até que a ideologia pudesse mudar-se para sua capital permanente em Berlim. Não foi por acaso que a língua oficial da

Internacional Comunista, criada como o estado-maior da revolução mundial em 1919, era – e continuou sendo – não o russo, mas o alemão. (Hobsbawm, 1998, p. 292)

Apesar das condições adversas acima descritas, a associação dos descontentamentos por parte do proletariado e da população campestre gerou as condições necessárias para a Revolução de 1917. Por um lado, a classe proletária passa a se organizar em decorrência do direcionamento estabelecido pela Internacional Comunista de formar um movimento comum ao proletariado. Por outro, tem-se a necessidade da população campestre de lutar por melhores condições de vida, já que a libertação dos laços servis não foi suficiente para a garantia de uma existência digna (Tuleski, 2009).

A luta revolucionária estava repleta de interesses antagônicos, com “o proletariado visando à socialização dos meios de produção e da propriedade privada, e o campesinato expropriado visando à propriedade privada ou a pequena propriedade” (Tuleski, 2009, p. 36). Ou seja, houve uma combinação entre os interesses de uma revolução proletária com uma revolução burguesa. Soma-se a isso o fato de que os novos governantes não esperavam lidar com o fato de que a Revolução Socialista ocorreria somente na Rússia e que, desse modo, teriam que sobreviver em isolamento, tornando-se o núcleo de uma economia autossuficiente (Hobsbawm, 1998).

A partir do momento em que se tornou evidente que a Rússia seria, nesse momento, o único país em que a revolução proletária obteve êxito, uma série de medidas teve de ser tomada com o objetivo de transformar uma economia e uma sociedade atrasadas em desenvolvidas no período mais curto possível. Para isso, desenvolveu-se um programa destinado a transformar países atrasados em países avançados com base no planejamento econômico estatal centralizado, com foco na construção rápida de indústrias básicas e infraestrutura essencial a uma sociedade industrial moderna (Hobsbawm, 1998).

A maneira mais óbvia de fazer isso que se conhecia era combinar uma ofensiva total contra o atraso cultural das massas notoriamente “escuras”, ignorantes, analfabetas e supersticiosas com uma corrida total para a modernização tecnológica e a Revolução Industrial. (Hobsbawm, 1998, p. 292)

A situação da economia na Rússia, juntamente com a crise gerada pela Guerra Civil, conduziu a nação a um ponto crítico durante o qual o Estado Bolchevique teve que instaurar o chamado Comunismo de Guerra, por meio do qual organizou uma luta de vida ou morte em

reação à contrarrevolução e à intervenção estrangeira, na tentativa de levantar recursos para sobreviver às condições postas nesse período (Hobsbawm, 1998). Apesar disso, Hobsbawm (1998) afirma que:

[...] à medida que o regime soviético emergia vitorioso das lutas de 1918-20, era evidente que o Comunismo de Guerra, por mais necessário que fosse, no momento, não podia continuar, em parte porque os camponeses se rebelariam contra a requisição militar de seus grãos, que tinha sido a base dessa economia de guerra, e os operários contra as privações, em parte porque esse regime não oferecia meios eficazes de restaurar uma economia praticamente destruída: a produção de ferro e aço fora reduzida de 4,2 milhões de toneladas em 1913 para 200 mil em 1920. (Hobsbawm, 1998, p. 293)

Como uma tentativa de controlar essa situação, Lênin introduziu em 1921 a chamada Nova Política Econômica (NEP), que possibilitaria o recuo do Comunismo de Guerra para o chamado Capitalismo de Estado. Tuleski (2009) afirma que é fundamental compreender esse período do Capitalismo de Estado para compreender os antagonismos ainda presentes na Rússia pós-revolucionária e que encontram ressonância na produção da ciência psicológica e, portanto, nos escritos de Vigotski, Luria e Leontiev. De acordo com a autora:

Vigotski escreve os textos que fazem parte das Obras Escolhidas no período de 1924 e 1934. Grande parte deles, inclusive o que aborda a crise na ciência psicológica, foi no período da Nova Política Econômica (NEP), introduzida por Lênin em 1921 e abandonada pelo partido, gradativamente, a partir de 1927, após a morte deste líder e em função da crise. Os escritos de Vigotski retratam as necessidades enfrentadas pelo povo soviético nesse período, as tentativas de reconstruir a sociedade sobre as bases do comunismo e o enfrentamento das contradições intrínsecas ao desenvolvimento desse projeto coletivo. (Tuleski, 2009, p. 50)

A Nova Política Econômica foi concebida como um evidente retrocesso do comunismo, como um desvio da marcha para o socialismo, isso porque essa nova política, com o objetivo de superar a profunda crise na qual a Rússia se encontrava, teve que apelar para medidas contrárias ao socialismo. Entre as medidas da Nova Política Econômica, podemos citar a concessão de atividades por parte das empresas individuais e capitalistas privadas. Lênin, em discurso que data de 25 de abril de 1921, explica que as concessões são

[...] um acordo entre o Estado e os capitalistas que se disponham a montar ou melhorar uma indústria (por exemplo, extração e transporte fluvial de madeira, extração de carvão, petróleo, minério etc.), pagando ao Estado, por isso, com uma parcela do produto extraído, e a outra parcela recebendo em forma de lucro. Está o Poder Soviético agindo bem, tendo destronado os latifundiários e capitalistas russos, e agora convidando os estrangeiros? Está sim, pois tendo a revolução operária arrefecido em outros países, precisamos fazer alguns sacrifícios, desde que consigamos de modo rápido, ou até imediato, melhorar a situação dos operários e camponeses. Os sacrifícios consistem em cedermos centenas de milhares de toneladas de víveres importantes aos capitalistas durante alguns anos, e a melhora na situação dos operários e camponeses consiste em recebermos de pronto quantidades adicionais de petróleo, querosene, sal, carvão, utensílios agrícolas etc. Não temos o direito de recusar a melhora imediata na situação dos operários e camponeses, pois ela é indispensável, visto estarmos devastados, e os sacrifícios que citei não vão nos arruinar. (Lenin, 1921)

Esse cenário contraditório que atribuía elementos ora burgueses, ora socialistas às relações produtivas da Rússia pós-revolucionária é o cerne da psicologia de Vigotski (Tuleski, 2009). Isso porque a luta de classes ainda existente nesse período encontrava ressonância nas disputas presentes nas ciências, entre elas a psicologia. De acordo com Tuleski (2009):

A luta de classes não é eliminada com o término da Guerra Civil, mas permanece enquanto permanecerem elementos da produção burguesa. Vigotski, ao discutir criticamente as teorias psicológicas de sua época, expressa essa luta traduzida entre uma visão de homem (e de uma forma de ser do homem) antiga, que precisa ser superada e de outra nova que surge, a qual precisa ser construída e consolidada. (Tuleski, 2009, p. 42)

As transformações materiais demandaram que não somente os estudiosos da psicologia, mas também os acadêmicos da Rússia como um todo comesçassem a empreitada de produzir teorias científicas baseadas nos princípios socialistas de formação do novo homem. De acordo com Prestes (2010):

Com a instalação do poder dos Sovietes, o primeiro país socialista estava diante de muitos desafios políticos, econômicos, culturais e sociais. A prioridade era a educação, que deveria deixar de ser um privilégio de poucos para se transformar em um dos direitos de qualquer cidadão, criando-se, para isso, um novo sistema de instrução [...] Muitos cientistas, pesquisadores e especialistas decidiram permanecer e colaborar com o novo regime, mas muitos também imigraram. Aos que ficaram a Rússia socialista apresentou a tarefa de criar os fundamentos da psicologia e da pedagogia soviéticas, que tinham por objetivo a formação do novo homem, o que criava a demanda de novos modos de pensar a ciência. (Prestes, 2010, p. 28)

Luria retrata como o processo revolucionário da Rússia impactou na sua formação e na constituição da psicologia histórico-cultural:

A diferença repousa nos fatores sociais e históricos que nos influenciaram. Desde o começo, era aparente que eu teria pouca oportunidade de buscar aquela educação sistemática e ordenada que é a pedra de fundação da maioria das carreiras científicas. Ao invés, a vida me ofereceu a atmosfera extraordinariamente estimulante de uma sociedade ativa e em rápida mudança. Toda minha geração foi inspirada pela energia da mudança revolucionária – aquela energia libertadora que as pessoas sentem quando fazem parte de uma sociedade que pode realizar um progresso tremendo num intervalo de tempo muito pequeno [...] Os limites de nosso restrito mundo particular foram estilhaçados pela Revolução, e novas paisagens se abriram perante nossos olhos. Fomos arrebatados por um grandioso movimento histórico. Nossos interesses pessoais foram consumidos em favor das metas mais amplas de uma nova sociedade coletiva. (Luria, 1992, p. 24)

Vigotski, Luria e Leontiev se propuseram a refletir criticamente o status da psicologia na Rússia e no mundo. O objetivo dos autores consistia na elaboração de uma nova abordagem acerca dos processos psicológicos humanos. Todos os três compartilhavam a concepção de que nem a psicologia subjetiva, nem as tentativas objetivas de reduzir a atividade consciente a um esquema simplista baseado nos reflexos eram modelos satisfatórios da psicologia humana, já que não abarcavam toda a complexidade do psiquismo. Estava posta a necessidade de elaborar uma nova síntese a partir das verdades parciais existentes até o momento (Luria, 1992).

Vigotski (1999) descreve a situação da psicologia mundial no início do século XX como paradoxal. Por um lado, havia as tentativas de Wundt e outros autores de transformar a psicologia em uma ciência natural a partir da redução dos eventos psicológicos complexos a mecanismos elementares que pudessem ser estudados em laboratório, por meio de técnicas experimentais exatas. Vigotski não negava a importância de tais estudos, porém, apontava que a consequência dessa estratégia de estudo era a exclusão de todos os processos psicológicos superiores, como a ação consciente, a atenção voluntária, a memorização ativa e o pensamento abstrato, ou seja, as funções que distinguem essencialmente os homens dos animais. Esses fenômenos eram ignorados pelas teorias derivadas dos princípios dos reflexos e, portanto, acabaram abandonados à descrição idealista. Por outro, Dilthey e Spranger, entre outros autores, buscaram uma alternativa para a compreensão dos fenômenos psíquicos complexos, ou seja, exatamente os aspectos do psiquismo que a reflexologia era incapaz de abarcar: os valores, as vontades, atitudes e o raciocínio abstrato. Esses autores, no entanto, realizaram estudos puramente descritivos e fenomenológicos a respeito dessas questões (Luria, 1992).

Observando essa situação, Vigotski chegou à conclusão de que havia uma divisão de trabalho entre os psicólogos das ciências naturais e os psicólogos fenomenológicos e que havia uma ideia em comum de que as funções psicológicas complexas não poderiam ser estudadas cientificamente. Luria (1992) compartilha desse entendimento de que os naturalistas e os mentalistas desmembraram a psicologia.

Foi neste contexto que os estudos de Vigotski, Luria e Leontiev geraram uma revolução no que diz respeito ao estudo do homem, da consciência, da personalidade e no estudo da própria psicologia, que se fundamenta na análise social, histórica e cultural do desenvolvimento humano. Não há nenhuma teoria psicológica que negue o papel do social na constituição do ser; contudo, o social é tido como mero pano de fundo, subjugado a elementos considerados mais determinantes como a fisiologia ou o inconsciente. Para os autores da psicologia histórico-cultural, o social se constitui como a fonte de todo o desenvolvimento humano.

O fato de interesses antagônicos continuarem existindo na Rússia pós-revolucionária se reflete na fragmentação da psicologia que se caracterizava (e se caracteriza ainda nos dias de hoje, tendo em vista que até o momento não houve uma superação concreta dos interesses antagônicos advindos da luta de classes) por pender ora para explicações idealistas ora para explicações materialistas vulgares. Estava posta para Vigotski e seus colaboradores a tarefa de realizar a análise das múltiplas teorias da psicologia e produzir a síntese de tais conhecimentos, formulando o que o autor denominou de “a psicologia geral”. O objetivo central de Vigotski

não foi a formulação de mais uma teoria psicológica entre as já existentes. O autor postula que sua tarefa:

[...] não consiste em criar uma escola junto a outras escolas. Nem delimita uma parte ou faceta determinada, nem um problema, nem um procedimento de interpretação da psicologia, junto com outras partes, escolas etc., análogas. Trata-se de toda a psicologia em toda sua dimensão, de uma psicologia única, que não admite nenhuma outra. Trata-se de realizar a psicologia como ciência. (Vigotski, 1999, p. 416)

Vigotski assume a tentativa de unificar a psicologia e para isso, em um primeiro momento, resgata os princípios fundamentais das teorias psicológicas de sua época, apontando as contribuições e os limites de cada uma delas; em seguida, elabora quais seriam os elementos essenciais para o desenvolvimento de uma psicologia geral e científica. De acordo com Vigotski, a psicologia (1999) geral surge a partir:

Dessa crise metodológica, da evidente necessidade de direção que mostram uma série de disciplinas particulares – num determinado nível de conhecimentos – de coordenar criticamente dados heterogêneos, de sistematizar leis dispersas, de interpretar e comprovar os resultados, de depurar métodos e conceitos, de estabelecer princípios fundamentais, em síntese, de dar coerência ao conhecimento [...]. (Vigotski, 1999, p. 203)

Para isso, Vigotski (1999) demonstra a coexistência de diferentes concepções, objetos, métodos e conceitos dentro de uma mesma ciência denominada indiferenciadamente de psicologia. A existência dessa gama de distintas correntes, frequentemente opostas umas às outras, tem como consequência a coexistência de pesquisas, dados e formulação de leis totalmente heterogêneas (Vigotski, 1999). O autor analisa quatro conjuntos de ideias que exerceram influência no desenvolvimento da psicologia em sua época, e identificou quais seriam seus objetos e quais seriam os princípios explicativos em que essas teorias se baseiam. A primeira ideia a que Vigotski faz referência é a psicanálise, sendo seu objeto de estudo o inconsciente e o princípio explicativo a sexualidade. De acordo com o autor:

A psicanálise dispõe de sua própria teoria do conhecimento e de sua própria metafísica, de sua sociologia e de sua matemática. O comunismo e o totem, a Igreja e a obra de

Dostoiévski, o ocultismo e a publicidade, o mito e as invenções de Leonardo da Vinci são apenas sexo disfarçado e mascarado. (Vigotski, 1999, p. 225)

A segunda ideia que Vigotski (1999) faz referência é a reflexologia, cujo objeto de estudo é o comportamento e o princípio explicativo é o reflexo. A ideia do reflexo condicionado surgiu a partir do estudo da salivação psíquica dos cães, porém se estendeu a outros fenômenos da psicologia animal, de forma que todos os campos da psicologia acabaram submetidos a esse conceito.

A psicologia da arte, a psicotecnia e a paidologia, a psicopatologia e inclusive a psicologia subjetiva acabam submetidas [...] E, de novo, assim como na psicanálise, no mundo tudo é reflexo. Anna Karênina e a cleptomania, a luta de classes e a paisagem, o idioma e os sonhos também são reflexos. (Vigotski, 1999, p. 226)

O mesmo processo de universalizar e generalizar ao extremo um determinado princípio explicativo é observado na psicologia da Gestalt, cujo objeto de estudo é a percepção e o princípio explicativo é a Gestalt (todo) de um determinado fenômeno. Nesse caso, transformam tudo em Gestalt:

Entra na psicologia animal e constata que o pensamento dos macacos também é um processo gestáltico: no caso da psicologia da arte e da psicologia dos povos, constata que o conceito pré-histórico do mundo e a criação da arte também são Gestalten, a psicologia infantil e a psicopatologia também passam a fazer parte da Gestalt [...]. (Vigotski, 1999, p. 226)

Por último, Vigotski trata do personalismo, que surgiu a partir das pesquisas da psicologia diferencial. O conceito de personalidade estendeu-se para todas as áreas da psicologia, tendo inclusive ultrapassado os limites desta ciência. O princípio explicativo do personalismo é a individualidade, de tal modo que não só o homem, mas também os animais e as plantas passam a ser compreendidos como individualidades.

A filosofia, que começara contrapondo a individualidade às coisas, arrebatando-a do domínio destas, terminou reconhecendo que todas as coisas eram individualidades. Disto resultou que as coisas não existiam em absoluto. A coisa é unicamente uma parte

da individualidade [...] O sistema solar e as formigas, o bonde de Hindenburg, a mesa e a pantera são igualmente individualidades. (Vigotski, 1999, p. 227)

O que há de comum nessas teorias tão distintas é que cada uma delas elege um conceito da psicologia e generaliza-o ao extremo, extrapolando as capacidades explicativas de tais princípios. A sexualidade, o comportamento, a percepção e a personalidade são categorias importantes para a psicologia, porém ao serem concebidas como leis universais perdem o seu valor e sua especificidade; de acordo com Vigotski:

Cada uma dessas idéias é, no lugar que lhe corresponde, extraordinariamente rica quanto a seu conteúdo, está cheia de significado e sentido, está plena de valor e é frutífera. Mas quando as idéias se elevam à categoria de leis universais passam a valer o mesmo, tanto umas quanto as outras são absolutamente iguais entre si, isto é, simples e redondos zeros. (Vigotski, 1999, p.227)

As disciplinas particulares que formam a psicologia são destituídas de uma unidade teórico-metodológica. O problema não é a coexistência de disciplinas isoladas; isso existe na maioria das ciências, como na biologia, por exemplo, que compreende as disciplinas de botânica, zoologia, entre outras. O problema é converter as disciplinas isoladas em ciências gerais. Nesse sentido, a metodologia da botânica não se transforma em uma biologia geral, como acontece na psicologia, onde a metodologia da psicanálise, da reflexologia, da Gestalt, e do personalismo se convertem cada uma em uma psicologia diferente (Vigotski, 1999). Vigotski diferencia a ciência geral das ciências particulares da seguinte forma:

[...] a ciência geral passa a se distinguir da particular, não porque tenha um âmbito mais amplo, um conteúdo maior, mas porque está organizada qualitativamente de outra forma. Já não estuda os mesmos objetos que a ciência particular, mas analisa seus conceitos; transforma-se numa investigação crítica [...] (Vigotski, 1999, p. 230).

Vigotski (1999) compreende a ciência geral como a doutrina dos fundamentos, dos princípios e dos problemas gerais de um ramo particular do saber. Dessa maneira, distingue-se das ciências particulares em diversos aspectos, desde seu objeto e sua forma de análise até aos seus critérios não coincidentes. A ciência geral deve ser capaz de abranger as ciências particulares e unificá-las com base em um mesmo método.

Tomemos como exemplo o próprio tema aqui em discussão: o estudo da esquizofrenia faz parte de uma ciência particular, qual seja a psicopatologia. A psicologia, enquanto ciência geral, deve abarcar essa ciência particular, bem como outras disciplinas particulares que são englobadas pela ciência geral da psicologia, como a psicologia escolar, por exemplo. A ciência geral, no entanto, deve conferir um mesmo método para o estudo de ambas as disciplinas, qual seja: o materialismo histórico-dialético.

A necessidade posta de elaborar uma psicologia única e científica não significa em absoluto que Vigotski nega todos os estudos e descobertas feitas pelas denominadas disciplinas particulares. O trabalho realizado pelo autor de recuperar as principais teorias da psicologia, resgatar os avanços e limites de cada uma, não significa uma crítica vulgar, mas sim a construção de uma análise fundamental à elaboração de uma psicologia geral.

Aquele que adotar o ponto de vista da disciplina geral ou, o que dá na mesma, colocar os fatos das disciplinas gerais não num plano de igualdade, mas como material científico, e se perguntar como essas disciplinas abordam os fatos da realidade, substituirá imediatamente o ponto de vista da crítica pelo da análise. A crítica se acha no mesmo plano que o criticado e se desenvolve integralmente no seio de uma disciplina concreta. Seu objetivo é exclusivamente crítico e não positivo: só lhe interessa se tal ou qual teoria é verdadeira ou não e em que grau; avalia e julga, mas não analisa. **A** critica **B**, mas ambos ocupam a mesma posição em relação aos fatos. A questão muda quando **A** começa a adotar em relação a **B** a mesma posição que este em relação aos fatos, ou seja, não criticar **B**, mas analisá-lo. A análise já pertence à ciência geral; suas tarefas não são críticas, mas positivas; não lhe interessa avaliar tal ou qual doutrina, mas conhecer algo novo sobre os fatos que a doutrina apresenta. (Vigotski, 1999, p. 249)

Vigotski reconhecia que o problema existente na psicologia não diz respeito aos vários objetos aos quais esta ciência se dedica. Como dito anteriormente, a existência de múltiplos objetos é algo comum em praticamente todas as ciências. O problema essencial da psicologia diz respeito à falta de unidade no que diz respeito à questão metodológica. Sem uma unidade metodológica, a psicologia se torna impossível enquanto ciência (Vigotski, 1999). De acordo com o autor:

A possibilidade da psicologia como ciência é, antes de mais nada, um problema metodológico. Em nenhuma ciência existem tantas dificuldades, controvérsias

insolúveis, uniões de questões diversas, como em psicologia. O objeto da psicologia é o mais difícil que existe no mundo, o que menos se deixa estudar; sua maneira de conhecer terá de estar cheia de subterfúgios e precauções especiais para proporcionar o que dela se espera. (Vigotski, 1999, p. 391)

Tendo em vista que a ciência geral por excelência é aquela que abrange todas as disciplinas particulares de um determinado campo do saber, Vigotski aponta que para a construção da ciência geral é preciso capturar a essência dos fenômenos, “[...] as leis fundamentais sobre suas variações, suas características quantitativas e qualitativas, sua causalidade, criar as categorias e conceitos que lhes são próprios, criar seu *O Capital*” (Vigotski, 1999, p. 393).

Vigotski ainda afirma que: “A dialética abarca a natureza, o pensamento, a história: é a ciência em geral, universal ao máximo. Essa teoria do marxismo psicológico ou dialética da psicologia é o que eu considero psicologia geral.” (Vigotski, 1999, p. 393).

Marx, em seu trabalho intitulado *O Capital*, analisa como se dá o processo de desenvolvimento das formações econômicas, tomando-o como um processo histórico-social. Nesse sentido, Vigotski (1999) aponta que o marxismo contribui para a psicologia na medida em que possibilita a formulação da psicologia geral, cujos conceitos se formulam em dependência direta da dialética. Não basta, contudo, a psicologia se apropriar das categorias do marxismo e da dialética para fazer referência ao seu objeto de estudo. De acordo com Vigotski, essa postura:

[...] conduzirá inevitavelmente a construções escolásticas ou verbalistas e a dissolver a dialética em pesquisas e testes; a raciocinar sobre as coisas baseando-se em seus traços externos, casuais e secundários; à perda total de todo critério objetivo e a tentar negar todas as tendências históricas no desenvolvimento da psicologia; a uma revolução simplesmente terminológica. (Vigotski, 1999, p. 392)

Para a formulação da psicologia geral, é preciso mais do que isso: é preciso apreender o método de Marx em sua totalidade e em sua essência para estudar o objeto próprio da psicologia, o psiquismo humano. Nesse sentido, Vigotski defende um novo enfoque metodológico para a psicologia, encontrando no materialismo histórico-dialético a base epistemológica para suas formulações teóricas.

O que é, então, o materialismo histórico-dialético? Quais são seus princípios e fundamentos? É nisso que vamos nos deter a seguir.

Marx não escreveu nenhuma obra específica sobre o método científico; suas considerações encontram-se esparsas em algumas de suas obras. Isso porque não tinha o intuito de formar uma teoria gnosiológica, ou seja, uma teoria que se ocupasse com a filosofia do conhecimento, mas objetivava a elaboração de uma ontologia (Tonet, 2013). De acordo com Tonet, Marx: “[...] compreende que as questões relativas ao conhecimento só podem ser resolvidas após a elaboração de uma teoria geral do ser social, vale dizer, de uma ontologia do ser social” (Tonet, 2013, p. 70).

A compreensão que temos aqui de método se distingue da compreensão de metodologia da ciência moderna. O método materialista histórico-dialético não diz respeito a um conjunto de regras e procedimentos estabelecidos *a priori*, que é aplicado de forma mecânica ao objeto estudado. O procedimento marxiano é inteiramente diferente “[...] Marx parte da gênese do ser social, do ato que funda a sociabilidade. É na análise desse ato que ele descobrirá a origem e a função social essenciais do conhecimento científico” (Tonet, 2013, p. 72).

Nesse sentido, sua primeira pergunta não diz respeito ao conhecimento. Isso porque Marx entende que o conhecimento é apenas uma das facetas do ser social em sua totalidade. Para compreender a origem, a natureza e a função social do conhecimento, é preciso identificar o lugar que esse conhecimento ocupa dentro da produção e determinação do ser social. Apreender as determinações mais gerais e essenciais do ser social é pressuposto para o entendimento do conhecimento científico. As questões concernentes ao conhecimento dependem intimamente da resposta conferida à pergunta fundamental “O que é o ser social?”.

Uma ontologia do ser social (filosofia) é, pois, uma condição prévia para a resolução de questões relativas ao conhecimento. Além disso, essa ontologia também é condição imprescindível para, em interação com a ciência, produzir um conhecimento adequado da realidade social. (Tonet, 2013, p. 76)

Para a apreensão do ser social em suas múltiplas determinações, bem como para a formulação de uma teoria do conhecimento, é preciso partir da objetividade, da realidade social. A centralidade na objetividade é uma característica própria do materialismo; no entanto, o materialismo histórico dialético se distancia do materialismo que o precede tanto quanto se distancia do idealismo.

O materialismo mecanicista, ou seja, antes da incorporação das leis fundamentais da dialética e da história, entende a realidade como algo exterior ao homem, como algo desprovido de subjetividade. Já as teorias Idealistas compreendem que a verdadeira realidade advém da realidade da ideia. Marx & Engels (2007) explicam porque o entendimento materialista sobre a realidade se distingue do entendimento dos materialistas que o precedem:

O principal defeito de todo o materialista existente até agora (o de Feuerbach incluído) é que o objeto, a realidade, o sensível só é apreendido sob a forma de objeto ou da contemplação, mas não como atividade humana sensível, como prática; não subjetivamente. Daí o lado ativo, em oposição ao materialismo, [ter sido] abstratamente desenvolvido pelo idealismo – que naturalmente, não conhece a atividade real, sensível como tal. Feuerbach quer objetos sensíveis, efetivamente diferenciados dos objetos do pensamento: mas ele não apreende a própria atividade humana como atividade objetiva. Razão pela qual ele enxerga n'A essência do cristianismo, apenas o comportamento teórico como autenticamente humano, enquanto a prática é apreendida e fixada apenas em sua forma de manifestação judaica, suja. Ele não entende, por isso, o significado da atividade “revolucionária”, “prático-crítica”. (Marx& Engels, 2007, p. 533)

Tanto o idealismo como o materialismo que antecede a Marx & Engels não vislumbram a unidade que existe entre a realidade e a subjetividade, compreendendo-as como dois polos abstratos e isolados. Para Marx& Engels, o princípio unificador desses dois elementos que compõem a realidade é a práxis, ou seja, a atividade humana, real e sensível. Desse modo, a realidade deve ser compreendida como uma objetivação da ação e expressão dos homens na materialidade (Tonet, 2013). Exemplificando: o objeto de estudo de Marx é o capitalismo; sendo materialista, Marx compreende que o capitalismo existe objetivamente e não depende do pensamento, da vontade ou da imaginação do sujeito para existir. Porém, é preciso considerar que o capitalismo existe enquanto objetivação de subjetividades, ou seja, a realidade existe independente da vontade dos homens, ainda que os homens também possuam papel ativo na transformação da mesma. De acordo com Tonet (2013):

[...] o que acontece é que, na perspectiva marxiana, a economia não pode ser entendida objetivadamente, pois ela já contém em si, como elemento nuclear, um ato que é, ele mesmo, uma síntese de subjetividade e objetividade [...] Deste modo, nem a economia é o reino da pura objetividade, nem as outras dimensões sociais são o lugar da pura

subjetividade. Ambas têm, de modo diferente, como substância, a interatividade humana; ambas são produtos da práxis humana, que é sempre uma síntese entre subjetividade e objetividade. (Tonet, 2013, p. 94)

A realidade, enquanto síntese de subjetividade e objetividade é o objeto de estudo do pesquisador; é a partir da realidade que o conhecimento é produzido. O movimento de produção do conhecimento tem seu ponto de partida na realidade, que é apreendida em um primeiro momento como uma “representação caótica do todo”. Por meio da análise, é possível organizar tal representação de forma a compreender a realidade não mais como um todo caótico, mas sim como uma “rica totalidade de determinações e relações diversas” (Marx, 2008, p. 258).

Por meio da teoria e do conhecimento, o sujeito é capaz de reproduzir em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto e da realidade. Desse modo, a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – é o real reproduzido e interpretado no plano ideal (do pensamento). Isso significa que na elaboração do conhecimento teórico tendo como perspectiva o materialismo histórico-dialético, a relação sujeito/objeto não é uma relação de exterioridade; pelo contrário, o sujeito está intimamente implicado no processo de conhecer o objeto.

É a partir da prática social e histórica que as teorias do conhecimento são verificadas. Desse modo, a elaboração teórica parte da objetividade concreta e, em um segundo momento, ocorre a apropriação da dinâmica e do movimento dessa realidade. Contudo, o processo de construção do conhecimento não se esgota aí: é preciso que o pesquisador retorne à realidade objetiva para identificar o grau de veracidade de suas elaborações. A realidade está em constante movimento, assim como o conhecimento; por essa razão, a forma de verificar se determinada formulação ou teoria corresponde ao fenômeno estudado se dá a partir da ação prática na realidade (Marx & Engels, 2007). Nesse sentido, Marx e Engels explicam que:

A questão de saber se ao pensamento humano cabe alguma verdade objetiva não é uma questão da teoria, mas uma questão prática. É na prática que o homem tem que provar a verdade, isto é, a realidade e o poder da natureza interior do pensamento – isolado da prática – é uma questão puramente de escolástica. (Marx & Engels, 2007, p. 534)

A apreensão da realidade em sua imediatez, em sua forma fenomênica, não esgota todos os aspectos necessários para o conhecimento científico. Se o conhecimento parasse nas sensações e nas primeiras impressões da realidade, ele satisfaria apenas ao senso comum e não

poderia ser caracterizado como conhecimento científico. O imediato se caracteriza apenas como a constatação da existência da “coisa”; é preciso apreender a realidade, o objeto, em seus níveis de complexidade, em sua totalidade, ou seja, em sua essência mais profunda e não somente em sua primeira manifestação (Lefebvre, 1987).

Sobre a não coincidência entre aparência e essência, Marx faz a defesa da centralidade da ciência no desvelamento da complexidade dos fenômenos: o autor já advertia que toda ciência seria desnecessária se essência e aparência coincidissem (Marx, 2010).

A aparência se caracteriza como somente um dos aspectos do objeto; nesse sentido, ela compõe a essência, mas não corresponde à sua totalidade. Desse modo, Lefebvre (1987) afirma que:

A essência não existe fora de sua conexão com o universo, de suas interações com os outros seres. Cada uma dessas interações é um fenômeno, uma aparência. Em si, a essência é apenas a totalidade das aparências; e a coisa é apenas a totalidade dos fenômenos [...] Para ser, a essência deve aparecer; e a aparência, a manifestação é o “meio” através do qual a essência se realiza. (Lefebvre, 1987, p. 219)

O objetivo da ciência, nesse sentido, é ir além da aparência fenomênica, imediata e empírica, e alcançar a essência do objeto, a partir da captura de sua estrutura, dinâmica e totalidade. Nesse sentido, captar o objeto em sua totalidade é um movimento essencial no que diz respeito à construção das formulações teóricas. O conceito de totalidade no contexto marxista faz referência ao fato de que a realidade é formada por partes que se articulam, se relacionam e se determinam. O princípio da totalidade expressa que no método marxista nada pode ser compreendido em isolamento – isolar um fenômeno significa privá-lo de significado e de uma explicação (Lefebvre, 1987). Nesse sentido, a pesquisa dialética demanda que cada fenômeno seja compreendido em suas determinações com os demais fenômenos e destes com a totalidade (Lefebvre, 1987). Essa totalidade, contudo, não deve ser compreendida como algo estático e imóvel; a totalidade, assim como suas partes constituintes, estão em constantes transformações e são passíveis de serem revolucionadas. Ainda sobre o princípio da totalidade, Tonet (2013) afirma que:

O sentido de cada parte, de cada fato, de cada dado só emerge na medida em que ele for apreendido como momento de um conjunto, como resultado de um processo através do qual cada um dos elementos parciais vai adquirindo a sua natureza e a sua

especificidade. Trata-se, pois, de apreender o processo através do qual vão se constituindo, ao mesmo tempo, a totalidade de determinado objeto e as partes que o compõem, a hierarquia e a ordem entre os diversos momentos, o modo como se relacionam entre si o todo e as partes, sob a regência do primeiro, as relações das diversas partes entre si e a passagem de um momento a outro. (Tonet, 2013, p. 116)

De acordo com o materialismo histórico-dialético, os fenômenos devem ser compreendidos enquanto sínteses de múltiplas determinações, ou seja, a partir da sua relação com os demais fenômenos e com a totalidade. O movimento do processo de conhecimento dos fenômenos pode ser entendido a partir da dialética do singular-particular-universal, sobre a qual nos debruçaremos a seguir.

Pasqualini e Martins (2015) afirmam que é Lukács⁶ o autor que trará importantes contribuições para o entendimento do significado destas categorias. O primeiro momento do conhecimento científico, como discutido nos parágrafos anteriores, diz respeito à apreensão do fenômeno em sua imediatez. Isso equivale a dizer que em nossa relação direta com a realidade, nos deparamos com o fenômeno em sua singularidade. De acordo com Pasqualini e Martins (2015): “a singularidade se refere às características exteriores do fenômeno em sua manifestação imediata, acessível à contemplação viva” (Pasqualini & Martins, 2015, p. 364). A singularidade, nesse sentido, está no plano da aparência, por não revelar através do contato sensível e imediato com o fenômeno suas características e elementos essenciais. Julgamos legítimo fazer uso de um exemplo das autoras para entendermos melhor as limitações da apreensão dos fenômenos somente em seu nível singular:

Lembre-mos da lendária situação da queda de uma maçã que inspirou Isaac Newton a investigar a lei gravitacional em 1687. A observação da queda de um fruto de uma macieira despertou em Newton a seguinte dúvida: “Por que a maçã cai sempre perpendicularmente ao solo?”. Essa ocorrência singular do fenômeno observada por ele se explica justamente pela lei da gravitação universal, que não se mostra a nossa

⁶Tendo em vista que nosso objetivo no presente trabalho não é dissertar sobre o método marxiano, que nossa preocupação consiste mais na tentativa de realizar uma dissertação a partir desse olhar do que esmiuçar as proposições do método e também considerando os limites de tempo impostos para a elaboração do trabalho, nos limitaremos a uma discussão a partir de autores intérpretes que já realizaram o complexo trabalho de sistematizar a obra de Lukács sobre esse tema. Para os leitores que tiverem interesse em adentrar nas discussões sobre o método materialista histórico dialético, sugerimos, portanto, a leitura dos textos *Estética I: La peculiaridad de lo estético* (1967), *Introdução a uma estética marxista: sobre a categoría da particularidade* (1978) e *Realismo crítico hoje* (1991), nos quais o autor tratará de forma aprofundada essa discussão.

captação sensível imediata do real. Tal lei explica não somente essa ocorrência singular, mas todo um conjunto de fenômenos. (Pasqualini & Martins, 2015, p. 364)

Nesse sentido, a compreensão do fenômeno singular demanda a análise de suas relações mais amplas, ou seja, suas relações com a totalidade, com a universalidade. É preciso se desprender da manifestação mais imediata do fenômeno em direção ao entendimento dos seus traços essenciais, de suas leis explicativas mais universais e genéricas, e desvelar como tais leis se expressam e explicam o fenômeno em sua singularidade.

Marx e Engels (2011) utilizam-se de um exemplo simples, mas que cumpre com a função de ilustrar a questão da relação singular-particular-universal. Trata-se da representação abstrata de “a fruta”. De acordo com os autores:

Quando, partindo das maçãs, das peras, dos morangos, das amêndoas reais eu formo para mim mesmo a representação geral “fruta”, quando, seguindo adiante, imagino comigo mesmo que a minha representação abstrata “a fruta”, obtida das frutas reais, é algo existente fora de mim e inclusive o verdadeiro ser da pera, da maçã etc., acabo esclarecendo – em termos especulativos – “a fruta” como a “substância” da pera, da maçã, da amêndoa, etc. Digo, portanto, que o essencial da pera não é o ser da pera, nem o essencial da maçã é o ser da maçã. Que o essencial dessas coisas não é sua existência real, passível de ser apreciada através dos sentidos, mas sim o ser abstraído por mim delas e a elas atribuído, o ser da minha representação, ou seja, “a fruta”. É certo que meu entendimento finito, baseado nos sentidos, distingue uma maçã de uma pera e uma pera de uma amêndoa, contudo minha razão especulativa considera esta diferença sensível algo não essencial e indiferente. Ela vê na maçã o mesmo que na pera e na pera o mesmo que na amêndoa, ou seja, “a fruta”. As frutas reais e específicas passam a valer apenas como frutas aparentes, cujo ser real é “a substância”, “a fruta”. (Marx & Engels, 2011, p. 72)

Os conceitos mais gerais e universais de determinado fenômeno não existem a não ser no pensamento: a categoria de “a fruta”, do exemplo acima, só existe na ideia e não na realidade. Porém, as categorias mais gerais nascem a partir de processos intelectuais baseados na experiência com os fenômenos singulares (as frutas específicas). As categorias universais não podem, portanto, ser compreendidas se apartadas de sua base material concreta (Oliveira, 2005).

Desse modo, ao mesmo tempo em que a singularidade encerra em si, em alguma medida, a universalidade; essa mesma universalidade contém em si a singularidade, porém não se restringe a ela. Desse modo, é possível dizer que nenhum fenômeno se expressa somente em sua singularidade ou na sua universalidade; o singular e o universal coabitam o fenômeno, dando vida ao mesmo (Pasqualini & Martins, 2015).

O singular e o universal são polos de uma mesma realidade e por isso demandam uma unidade, uma relação de mediação. A relação entre o singular e o universal não pode ser compreendida como uma relação direta, mas sim como uma relação *mediada* pela forma particular do fenômeno. O particular, ao mesmo tempo em que anuncia a universalidade, determina o modo de ser da singularidade. Isso significa dizer que a universalidade se expressa na singularidade por meio do particular (Pasqualini & Martins, 2015). De acordo com Oliveira (2005), a importância da particularidade incide exatamente no fato de ela se constituir pelas mediações que interferem no modo como os fenômenos aparecem na singularidade, ou seja, é por meio das particularidades que a universalidade se concretiza na singularidade.

Sem a compreensão desse processo, é impossível a elaboração de uma teoria que se aproxime do movimento da realidade. Entender os fenômenos em suas dimensões singulares-particulares-universais é o único caminho que possibilita a captação da sua complexidade e de suas múltiplas determinações (Oliveira, 2005). O desafio consiste exatamente em captar os múltiplos elementos mediadores do nosso objeto, tendo em vista que “[...] quanto mais a sociedade se complexifica, mais vão surgindo esses elementos mediadores e mais complexas e múltiplas são as conexões entre eles” (Oliveira, 2005, p. 47).

Oliveira (2005) ressalta que a compreensão de tais relações tem importância fundamental não só para a atuação do psicólogo, mas também para a pesquisa em psicologia, pois em ambas as formas de práxis, o psicólogo deve fundamentar-se na compreensão de que a singularidade, ou o indivíduo, se constrói na universalidade e, ao mesmo tempo, a universalidade, o ser humano genérico, concretiza-se na singularidade tendo a particularidade como mediação.

O singular é tão mais compreendido, quanto mais se tenha captado suas mediações particulares com a universalidade. O singular, portanto, não existe em si e por si, mas somente em sua relação intrínseca com o universal que se faz somente através de mediações – o particular. Por outro lado, o universal só existe quando se concretiza no singular [...] no indivíduo está sintetizado a particularidade (as mediações sociais) e a universalidade (a genericidade) que foi possível ao indivíduo apropriar-se. Tendo em

vista o que aqui foi exposto, a questão epistemológica da relação singular-particular-universal na atuação do psicólogo terapeuta e pesquisador constitui-se na relação entre a singularidade (o indivíduo) e a universalidade (o gênero humano), a qual se concretiza através das múltiplas mediações determinadas pelas relações sociais específicas do contexto (a particularidade) em que esse indivíduo está inserido. (Oliveira, 2005, p. 50)

Na tentativa de elaborar um exemplo concreto sobre categorias de alta complexidade, realizamos o exercício de pensar como se configurariam a singularidade, a particularidade e a universalidade no presente estudo. Na presente dissertação nos propusemos a compreender as alterações que ocorrem no pensamento na esquizofrenia, bem como suas repercussões na personalidade. Desse modo, a descrição fenomenológica dos sintomas constitui a aparência singular da esquizofrenia, é o que observamos de forma mais imediata. A partir da observação de como a esquizofrenia se manifesta, somos incapazes de compreender as leis mais universais que determinam o modo como o pensamento e a personalidade se organizam nessa patologia. Assim sendo, torna-se necessário compreender o que é a esquizofrenia, seus sintomas e aspectos universais, bem como as leis do desenvolvimento humano que permitem a compreensão daquele sujeito. A esquizofrenia se expressa no indivíduo singular de inúmeras formas, e o modo como a esquizofrenia em seu aspecto mais geral se manifesta no sujeito singular é o que chamamos de particularidade.

Nesse sentido, entender o sujeito com esquizofrenia como apresentação singular de uma forma particular de sofrimento e compreender que tal apresentação singular está condicionada a determinadas leis gerais nos possibilita esboçar algumas generalizações sobre a desintegração do pensamento conceitual na esquizofrenia e as possíveis repercussões na personalidade. No próximo subitem desta seção, apresentaremos as leis mais universais do desenvolvimento humano para a psicologia histórico-cultural, com o objetivo de compreender, em última instância, como tais leis podem explicar o fenômeno da esquizofrenia.

1.2 Do ser natural ao ser social: o processo da filogênese

Ao tomarmos o materialismo histórico-dialético como perspectiva teórico-metodológica para a construção do presente trabalho, torna-se fundamental a compreensão de que a produção material da vida é a base sobre a qual se originam todas as formas de relações humanas. Nesse sentido, é imprescindível o reconhecimento da categoria ontológica do trabalho como atividade concreta fundante do ser social, ou seja, como atividade que distingue o ser dos

homens dos demais seres da natureza. No presente subitem, nos dedicaremos a dissertar sobre o processo material no decorrer do qual o ser social se desenvolve.

Durante a história, diversas áreas do saber se ocuparam em mapear e explicar as diferenças essenciais existentes entre os homens e os animais. Tais explicações giravam substancialmente em torno de conceitos de ordem espiritual e, portanto, não científicos, ou conceitos de ordem estritamente biológica.

A ciência e a filosofia explicam essas diferenças a partir das noções de consciência, de religião e moral. Partindo do método materialista histórico-dialético, a análise feita é a de que tais fatores só passam a existir a partir do momento em que os homens iniciam a produção dos seus meios de vida. Nesse sentido, a produção dos meios de vida antecede a própria formação da consciência, o desenvolvimento da religião e da moral (Leontiev, 2004). Por essa razão, Marx e Engels (1999) afirmam que é no ato de produzir os seus meios de existência que os homens produzem indiretamente sua vida material e espiritual.

Os autores da psicologia histórico-cultural consideram que o homem é um ser qualitativamente distinto de todos os outros seres que existem na natureza e explicam tal diferença a partir da concepção histórico-cultural do desenvolvimento humano, a partir da “[...] ideia de que o homem é um ser de natureza social, que tudo o que tem de humano nele provém da sua vida em sociedade, no seio da cultura criada pela humanidade” (Leontiev, 2004, p. 279).

Vigotski, Luria e Leontiev, ao se apropriarem do método materialista histórico-dialético desenvolvido por Marx, visavam construir uma teoria do desenvolvimento humano que pudesse superar as diversas concepções psicológicas que promovem uma desarticulação entre o desenvolvimento psíquico e suas bases materiais concretas. Nesse sentido, pretendiam superar a noção vigente em sua época de que o surgimento das estruturas psíquicas complexas seria produto de uma mera evolução natural a partir das estruturas elementares, que são as estruturas básicas comuns entre o homem e os animais superiores. Nessa perspectiva, considera-se que o desenvolvimento humano se faz a partir do processo de trabalho, reconhecido como o processo que diferenciou radicalmente o homem primitivo dos animais superiores.

Engels (19--) definiu a categoria de trabalho como sendo muito mais do que a fonte da riqueza, como afirmam os economistas. De acordo com o autor, trabalho “[...] É a condição básica e fundamental de toda vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem” (Engels, 19--, p. 269). Trabalho é, portanto, o processo e a relação que o homem estabelece com a natureza ao transformá-la para suprir suas necessidades de existência e, ao mesmo tempo, o processo que transforma qualitativamente o ser do homem.

Leontiev (2004) faz uso dessa ideia central presente nas obras de Marx e Engels para explicar o desenvolvimento humano e o surgimento da consciência a partir das relações de trabalho. O autor reitera que os sentidos básicos do ser humano, tais como o tato, a visão, a audição e o paladar, foram transformados no decorrer do processo de intercâmbio com a natureza. Assim, o processo de trabalho exige que o sentido do tato seja mais preciso, demandando também que o olhar humanizado veja para além do estímulo imediato (por exemplo, ver a pedra não só como pedra, mas como um potencial instrumento de trabalho); dessa forma, o ouvido humano passou a ser capaz de distinguir sons da linguagem articulada desenvolvida em unidade com o processo de trabalho.

Nesse sentido, Leontiev (2004) afirma que o aparecimento do trabalho acarretou em mudanças não só na anatomia ou na fisiologia do ser humano, mas provocou uma transformação global do organismo humano. Neste subitem, consideramos importante esmiuçar o processo que resultou em tais transformações e a importância das mesmas para o estudo da consciência e do psiquismo humano.

Todos os animais realizam determinada atividade de intercâmbio com a natureza, tendo como objetivo satisfazer suas necessidades básicas de existência. O trabalho humano, atividade realizada pelo homem para suprir suas necessidades, contudo, possui características próprias e únicas, fundamentais para o desenvolvimento social e cultural do ser humano. De acordo com Marx (1998), mesmo quando as operações realizadas pelos animais e aquelas realizadas pelos homens apresentam aparência semelhante, existem diferenças qualitativas entre elas, sendo uma das diferenças essenciais o uso de um meio de trabalho. Isso significa dizer que o homem não intervém na natureza de forma imediata e direta, mas a transformação da natureza operada pelo homem tem caráter mediado. Nas palavras de Marx (1998):

O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas para fazê-las atuar como meios de poder sobre outras coisas, conforme o seu objetivo. (Marx, 1998, p. 298)

A atividade humana exige, então, o uso de instrumentos que mediam a relação entre aqueles que a executam e a matéria. É dessa forma que o trabalho humano rompe com o padrão natural característico da atividade animal (Marx, 1998).

A construção e utilização de instrumentos impõem aos homens certa organização, já que geram o problema dos meios, dos fins e o problema das escolhas, como a decisão pelo material mais adequado para atingir uma determinada finalidade. No processo de fabricar instrumentos, o homem antecipa mentalmente a finalidade que visa atingir com esse instrumento e verifica se o material que tem disponível é o mais adequado para produzi-lo. Nesse sentido, o produto da ação é idealmente antecipado nas representações do sujeito, ou seja, há uma prefiguração anterior à efetivação da atividade do trabalho. Pode-se dizer, então, que a atividade humana tem como ponto de partida uma intencionalidade prévia (Netto & Braz, 2010).

Nesse sentido, é possível afirmar que a intervenção do homem na natureza possui um caráter duplo. Explicando melhor, o momento da prefiguração ideal se processa no âmbito subjetivo e por si só não provoca transformação alguma na realidade concreta. A efetivação do trabalho só se dá quando tal prefiguração ideal se objetiva, ou seja, quando a matéria natural, pela ação material do sujeito, se transforma. Assim, para a atividade de trabalho se concretizar, é necessário também operar no âmbito objetivo, que resulta na transformação material e concreta da natureza (Netto & Braz, 2010). Essa é outra característica da atividade humana que a distingue qualitativamente da atividade animal. O fato de o trabalho partir de uma intencionalidade prévia é o mesmo que dizer que a atividade humana se caracteriza por ser uma atividade teleologicamente orientada.

A preparação do instrumento pelos homens tem a sua história natural, já que certos animais também possuem determinada atividade instrumental rudimentar, que consiste na utilização de meios exteriores para efetuar determinada operação. Por mais complexa que seja a atividade instrumental dos animais, essa atividade não tem caráter genuinamente social, ou seja, não é realizada coletivamente e não exige relações de cooperação e comunicação (Leontiev, 2004).

A atividade vital humana possui, então, a característica de ser, em sua essência, uma atividade coletiva, que não pode ser realizada pelos indivíduos isoladamente. Tal coletividade não provém de um gregarismo, ou seja, não possui raízes naturais, mas expressa um tipo específico de relação entre os membros da espécie. Nesse sentido, o trabalho gera um novo tipo de interação, que afeta os sujeitos e a sua organização (Netto & Braz, 2010).

Tendo em vista o caráter coletivo do trabalho, a comunicação torna-se um elemento necessário, já que o processo produtivo passou a exigir não somente a coletivização dos conhecimentos, mas também a organização da atividade, por exemplo: convencer ou obrigar os demais indivíduos à realização de atividades e distribuição de tarefas. Tudo isso só é possível com a comunicação propiciada pela linguagem articulada (Netto & Braz, 2010).

Apesar de a comunicação também estar presente na relação que os animais estabelecem entre si, essa forma de comunicação não exerce o papel fundamental de mediar a atividade dos animais. O trabalho, sendo atividade tipicamente humana, é caracterizado por ser uma atividade originariamente social, baseada na cooperação entre indivíduos que passa a existir a partir de uma divisão técnica das funções do trabalho; assim, o trabalho é uma intervenção consciente sobre a natureza que demanda uma relação entre os participantes do processo, com instrumentos mediatizando a sua comunicação (Leontiev, 2004).

Em um primeiro momento, a comunicação estava integralmente associada à atividade produtiva; assim, os sons, gestos e entonação cumpriam uma função dentro da prática social. No decorrer do desenvolvimento humano, a comunicação, que em um primeiro momento estava intrinsecamente associada à prática, passa a evoluir para um sistema de códigos capaz de nomear e diferenciar objetos e ações (Luria, 1986). É nesse processo que surgem a linguagem articulada e a palavra, capazes de condensar informações e conhecimentos produzidos pela humanidade. De acordo com Luria (1986), a linguagem:

Começou a incluir um sistema de códigos suficientes para a transmissão de qualquer informação [...] transformou-se em instrumento decisivo do conhecimento humano, graças ao qual o homem pode superar os limites da experiência sensorial, individualizar as características dos fenômenos, formular determinadas generalizações ou categorias. (Luria, 1986, p. 22)

A linguagem, juntamente com o trabalho, o fabrico de instrumentos e a vida em sociedade foram os elementos essenciais que possibilitaram o desenvolvimento humano e a sua independência em relação às leis biológicas, pois os conhecimentos produzidos pela humanidade e as novas aptidões que se desenvolveram nesse processo precisavam se fixar na espécie humana de outra forma que não por meio da herança biológica e genética. A linguagem possibilitou que tais conhecimentos passassem a ser fixados por meio da cultura material e intelectual (Leontiev, 2004). Assim:

Cada geração começa, portanto, a sua vida num mundo de objetos e de fenômenos criado pelas gerações precedentes. Ela apropria-se das riquezas deste mundo participando no trabalho, na produção e nas diversas formas de atividade social e desenvolvendo assim as aptidões especificamente humanas que se cristalizam, encarnam nesse mundo. [...] o

mesmo pensamento e o saber de uma geração formam-se a partir da apropriação dos resultados da atividade cognitiva das gerações precedentes. (Leontiev, 2004, p. 284)

O processo de apropriação ao qual Leontiev faz referência implica em uma reestruturação dos movimentos naturais e atua na formação de faculdades superiores. Nesse sentido, a principal característica de tal processo consiste na criação, no homem, de aptidões novas. É também no processo de trabalho, no movimento de transformar a natureza, que se desenvolve no homem a consciência e ocorre a modificação das funções elementares – aquelas funções naturais comuns aos homens e aos animais, que são imediatas, tais como a atenção involuntária – em funções psíquicas superiores, que por sua vez são próprias aos homens e se definem pelo caráter mediado.

Leontiev (1984) define consciência como sendo uma “[...] forma superior, especificamente humana do psiquismo, que surge no processo de trabalho social e que supõe o funcionamento da linguagem” (Leontiev, 1984, p. 14). Nesse sentido, para um entendimento da consciência a partir do método materialista histórico-dialético, é imprescindível compreendê-la na interdependência com o modo de vida e com as relações sociais existentes. A passagem à consciência é subsequente ao aparecimento do trabalho e das relações sociais entre os homens, que determinam as singularidades do psiquismo a partir das particularidades dessas relações (Leontiev, 2004).

A psicologia materialista considera que a consciência não pode ser considerada uma estrutura imutável, sendo necessário considerá-la em seu devir e seu desenvolvimento, em sua dependência essencial com o modo de vida e as relações sociais estabelecidas e em função do lugar que o indivíduo ocupa nessas relações. Leontiev (2004) sintetiza essa ideia afirmando que “[...] o psiquismo humano, a consciência humana, transformam-se igualmente de maneira qualitativa no decurso do desenvolvimento histórico e social” (Leontiev, 2004, p. 95).

A consciência humana é engendrada pela atividade objetiva, assim como o psiquismo e a personalidade. A atividade se caracteriza por ser o processo de unidade entre a objetividade e a subjetividade. Dito de outro modo, a atividade possibilita a objetivação da personalidade através da produção, ao mesmo tempo em que possibilita a subjetivação da objetividade por meio do consumo. Em nível psicológico, a função da atividade consiste em orientar o sujeito no mundo objetivo. Nesse sentido, a atividade não pode ser reduzida a uma mera reação ou um conjunto de reações mediante as quais o sujeito intervém no mundo, mas sim como um sistema dotado de uma estrutura, de transformações internas e que se desenvolve, ou seja, devemos

apreender sua dinâmica, seus diversos tipos e formas e suas determinações mais importantes (Leontiev, 1978). De acordo com Leontiev (1978):

[...] até agora se falava da atividade com um significado geral e coletivo do conceito. Mas em rigor, nos ocupamos sempre de atividades particulares, cada uma das quais responde a determinada necessidade do sujeito, tendo feito o objeto desta necessidade, desaparece quando esta necessidade é satisfeita e volta a reproduzir-se ante a condições totalmente distintas e modificadas. (Leontiev, 1978, p. 81)

Na citação acima, Leontiev traz uma série de conceitos referentes à categoria de atividade, como o conceito de necessidade e de objeto da atividade. Sobre a dinâmica da atividade falaremos nos próximos subitens, tendo em vista a íntima relação desse processo com a formação da personalidade. As atividades e os motivos, no decorrer do desenvolvimento humano, hierarquizam-se, ou seja, umas se tornam mais centrais que outras. Essa hierarquização mobiliza processos emocionais fundamentais para a análise materialista da personalidade; no entanto, no presente momento nos restringiremos a esclarecer alguns elementos da estrutura da atividade, ou seja, quais são os elementos que a compõem, com o objetivo de compreender a relação entre a atividade e a formação da consciência no contexto da filogênese.

A necessidade é uma categoria fundamental para apreender a estrutura da atividade, isso porque, de acordo com Leontiev (1978), toda atividade é mobilizada por uma necessidade que precisa ser respondida e, para que isso aconteça, é preciso encontrar um objeto que a satisfaça. Sobre a relação existente entre atividade, necessidade e objeto, o autor pontua que:

[...] o que distingue uma atividade de outra, é a diferença de seus objetos, já que é o objeto da atividade que lhe confere determinada orientação. De acordo com a terminologia que propus, o objeto da atividade é o seu verdadeiro motivo. Entende-se que este pode ser tanto material como ideal, tanto existente na percepção como existe somente na imaginação, no pensamento. O fundamental é que atrás do motivo está sempre a necessidade, que aquele responde sempre a uma ou outra necessidade. Portanto, o conceito de atividade está necessariamente unido ao conceito de motivo. Não existe atividade sem motivo [...]. (Leontiev, 1978, p. 82)

A atividade humana é sempre motivada e visa responder a uma determinada necessidade. O ser humano, desde o momento do seu nascimento, precisa satisfazer necessidades elementares ou biológicas. A necessidade é condição para a atividade. No entanto, a partir do momento em que o indivíduo, através da atividade, passa a intervir sobre a realidade, começa a estabelecer relações entre as suas necessidades e os objetos que as satisfazem. Quando a necessidade adquire objetividade, o objeto converte-se em motivo (Leontiev, 1978b).

No decorrer do movimento humano na sociedade, ocorre a complexificação das atividades. Como consequência desse processo de complexificação, a atividade se fragmenta em distintos processos que, isoladamente, não respondem à necessidade original que engendrou a atividade. Leontiev (2004) faz uso de um exemplo clássico que cumpre o objetivo de tornar mais palpável essa transformação da estrutura da atividade, fundamental para compreender a formação da consciência e da personalidade.

Quando um membro da coletividade realiza a atividade de trabalho, realiza-a também com o fim de satisfazer uma necessidade sua. Assim, a atividade do batedor que participa na caçada coletiva primitiva é estimulada pela necessidade de se alimentar ou talvez de se vestir com a pele do animal. Mas para que está diretamente orientada a sua atividade? Pode ser, por exemplo, assustar a caça e orientá-la na direção de outros caçadores que estão à espreita. É propriamente isso que deve ser o resultado da atividade do caçador. Ela para aí, os outros caçadores fazem o resto. É evidente que este resultado (assustar a caça) não acarreta por si mesmo [...] a satisfação da necessidade de alimento, de vestuário, etc, que o batedor sente. Assim, aquilo para que estão orientados os seus processos de atividade não coincide com o seu motivo, os dois são separados. Chamaremos ações aos processos em que o objeto e o motivo não coincidem, podemos dizer, por exemplo, que a caçada é a atividade do batedor, e o fato de levantar a caça é a sua ação. (Leontiev, 2004, p. 82)

Nesse caso especificamente humano, o único fator capaz de reestabelecer a ligação entre o objeto e o motivo é a relação do indivíduo com os demais membros da coletividade à qual pertence. A transformação mais fundamental consiste, portanto, no fato de que a ligação entre objeto e motivo não é mais uma ligação meramente natural, biológica, e instintiva, mas uma ligação que depende exclusivamente das relações objetivas e sociais (Leontiev, 2004).

Leontiev (2004) afirma que a associação entre objeto da atividade e motivo da atividade é o fato que dará origem à forma especificamente humana de reflexo da realidade, ou seja, a

consciência. Isso porque o batedor anteriormente citado como exemplo só consegue executar sua ação porque vê sentido nela, ou seja, é capaz de refletir sobre a ligação entre sua ação e as ações dos demais homens que dão caráter coletivo à atividade como um todo. O indivíduo passa a relacionar o fim da sua ação (espantar a presa) com o fim da ação dos demais indivíduos (caçada completa). Dessa forma, o homem tornou-se capaz de refletir psiquicamente sobre a relação existente entre o objeto e o motivo da sua ação. Essa ligação entre o objeto e o motivo da atividade é denominada por Leontiev de sentido da atividade. O sentido da atividade humana é estabelecido a partir das condições do trabalho coletivo e não pode existir fora dele. Esses conhecimentos são de fundamental importância para a compreensão da gênese da consciência humana sob o ponto de vista da psicologia materialista. Nas palavras do autor:

Para que um homem se encarregue da sua função de batedor é necessário que as suas ações estejam numa correlação para que ela “exista” para ele, em outros termos, é preciso que o sentido das suas ações se descubra, que ele tenha consciência dele. A consciência do significado de uma ação realiza-se sob a forma de reflexo do seu objeto enquanto fim consciente. (Leontiev, 2004, p. 86)

Além de adquirir sentido na coletividade, a atividade humana também se caracteriza por demandar a mediação de instrumentos. Esse fato foi fundamental para o desenvolvimento da consciência humana. De acordo com Leontiev (2004), o ato de fabricar só é possível quando existe a consciência do fim da ação de trabalho, ou seja, só é possível fabricar um instrumento quando se tem consciência de como e para quê utilizá-lo. Dessa forma, a utilização de um instrumento implica que se tenha consciência do objeto de ação nas suas propriedades objetivas. É por essa razão que Leontiev (2004) afirma que o instrumento é de certa maneira portador da primeira verdadeira abstração e generalização consciente e racional.

A atividade instrumental de trabalho é a primeira situação concreta que começou a mobilizar conhecimentos humanos. É dessa forma que houve a passagem da atividade intelectual instintiva dos animais ao pensamento autêntico humano. Leontiev (2004) define pensamento como “[...] o processo de reflexo consciente da realidade, nas suas propriedades e relações objetivas, incluindo os mesmos objetos inacessíveis à percepção sensível imediata” (Leontiev, 2004, p. 90).

Toda imagem consciente, toda representação, todo conceito surge e depende de uma base sensível e material. O reflexo psíquico consciente da realidade, contudo, não se limita ao sentimento sensível que se tem sobre essa mesma realidade. Isso significa dizer que o homem,

ao perceber um objeto determinado, não percebe de modo isolado as características desse objeto, como somente a forma ou a cor do mesmo. O ser humano, sendo por essência um ser social, percebe tal objeto como tendo uma significação objetiva e estável, uma significação que é dada socialmente, no seio da coletividade e do gênero humano (Leontiev, 2004).

Tendo em vista a importância da significação social para o reflexo psíquico consciente, torna-se possível afirmar que o pensamento humano não pode se desenvolver de forma isolada, mas deve ser concebido como conhecimento humano geral, estritamente vinculado com o desenvolvimento da consciência social. Isso porque quando surge o pensamento verbal abstrato, ele não pode se concretizar a não ser pela apropriação e aquisição, pelo homem, de generalizações e conhecimentos elaborados socialmente, como os conceitos verbais e as operações lógicas que são elaboradas socialmente e apropriadas pelo indivíduo.

Assim, é importante destacar o papel da linguagem na formação do psiquismo e da consciência, pois é somente por meio da linguagem e dos conceitos que se torna possível ao homem condensar e sistematizar conhecimentos e significações e, portanto, transmiti-los. Leontiev (2004) afirma que “posteriormente a palavra e a linguagem se separam da atividade prática imediata, as significações verbais são abstraídas do objeto real e só podem, portanto, existir como fato de consciência, isto é, como pensamento.” (Leontiev, 2004, p. 94).

Tendo em vista a íntima e intrínseca relação existente entre consciência e linguagem, é possível afirmar que a consciência se desenvolve conjuntamente com a linguagem no decorrer do processo de trabalho. A linguagem é, portanto, uma das condições fundamentais para a passagem do reflexo psíquico pré-consciente à consciência do homem. Outra condição essencial para o desenvolvimento da consciência individual do homem é o fato de que a mesma só pode existir em conjunto com a consciência social. Nas palavras de Leontiev (2004): “A consciência é o reflexo da realidade, refratada através do prisma das significações e dos conceitos linguísticos elaborados socialmente.” (Leontiev, 2004, p. 94).

É possível afirmar, portanto, que a significação social corresponde ao conteúdo da consciência social, produzida materialmente pelos homens no decorrer da história da humanidade. A consciência social existe também como fato da consciência individual; isso significa dizer que os homens, individualmente, se apropriam dos conhecimentos, dos conceitos, das representações elaboradas em dado momento histórico. A formação da consciência individual não depende exclusivamente da experiência e das descobertas próprias de cada homem. Apesar disso, a apropriação das significações sociais se relaciona com os fatos e experiências individuais. Leontiev (2004) explica essa relação da seguinte forma:

A significação é o reflexo da realidade independentemente da relação individual ou pessoal do homem a esta. O homem encontra um sistema de significações pronto, elaborado historicamente, e apropria-se dele tal como se apropria de um instrumento, esse precursor material da significação. O fato propriamente psicológico, o fato da minha vida, é que eu me aproprie ou não, que eu assimile ou não uma dada significação, em que grau eu a assimilo e também o que ela se torna para mim, para a minha personalidade; este último elemento depende do sentido subjetivo e pessoal que esta significação tenha para mim. (Leontiev, 2004, p. 102)

Torna-se evidente que o modo como determinado conceito ou determinada significação é apropriado individualmente é um fato essencial para entender a formação da personalidade e sua alteração.

Os estudos a partir de uma compreensão histórica da consciência devem levar em consideração que o sentido se estabelece a partir de uma relação concreta do indivíduo com sua atividade. O sentido, para a psicologia materialista, consiste na relação que existe entre o motivo da atividade – ou seja, entre aquilo que incita o indivíduo a agir – e o fim da ação – ou seja, o resultado imediato da ação. Leontiev explica essa relação da seguinte forma:

Imaginemos um aluno lendo uma obra científica que lhe foi recomendada. Eis um processo consciente que visa um objetivo preciso. O seu fim consciente é assimilar o conteúdo da obra. Mas qual é o sentido particular que toma para o aluno este fim e por consequência a ação que lhe corresponde? Isso depende do motivo que estimula a atividade realizada na ação da leitura. Se o motivo consiste em preparar o leitor para sua futura profissão, a leitura terá um sentido. Se em contrapartida, se trata para o leitor de passar nos exames, que não passam de uma simples formalidade, o sentido da sua leitura será outro, ele lerá a obra com outros olhos, assimilá-la-á de maneira diferente. (Leontiev, 2004, p. 104)

A categoria de sentido pessoal se relaciona intimamente com o motivo que lhe corresponde. A relação existente entre motivo e fim da ação, bem como a relação entre sentido pessoal e significação social são, de acordo com Leontiev, os principais componentes da consciência humana.

Considerando que a psicologia histórico-cultural concebe a consciência em seu desenvolvimento histórico não como uma estrutura imutável, mas como uma estrutura que

depende essencialmente da maneira pela qual os homens se relacionam e da organização da atividade humana em dado momento histórico, partimos da premissa de que é fundamental entender como a atividade, sob os moldes do capitalismo, engendra uma consciência alienada e um sujeito despersonalizado. Compreender os aspectos subjetivos da alienação nos oferecerá elementos para pensar nas manifestações particulares do sujeito com esquizofrenia no presente momento histórico.

1.3 Da atividade fragmentada à consciência alienada na sociedade de classes: base para compreender a despersonalização

O estudo da consciência, da personalidade e do adoecimento psíquico só pode ser realizado de forma coerente quando leva em consideração que tal consciência pertence ao homem real e se relaciona com a sua atividade, que é exercida de acordo com determinadas relações de produção. Para Marx e Engels (1999):

A produção de ideias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens surge aqui como emanção direta do seu comportamento material [...] São os homens que produzem as suas representações, as suas ideias, etc., mas os homens reais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das forças produtivas e do modo de relação que lhes corresponde, incluindo até as formas mais amplas que possam tomar. A consciência nunca pode ser mais do que o seu ser consciente e o ser dos homens é o seu processo da vida real. (Marx& Engels, 1999, p.20)

Considera-se, portanto, a necessidade de partir do entendimento acerca de como as forças produtivas se organizam no capitalismo e, dessa forma, constituem uma forma de consciência característica desse modo de produção, o que envolve o desenvolvimento de uma consciência alienada.

Como já exposto, a natureza humana é construída pelos homens através do trabalho e da atividade dos mesmos. A sociedade capitalista não é, portanto, uma construção natural, eterna e imutável; mas foi produzida pelos homens em condições materiais de um determinado momento histórico. De acordo com Lessa e Tonet: “Longe de ser algo permanente na história, essa natureza egoísta do homem burguês foi construída pelos homens ao longo da história. E se

essa natureza e o capitalismo foram construídos pelos homens, certamente podem ser por eles destruídos.” (Lessa & Tonet, 2008, p. 87).

Os autores (Lessa & Tonet, 2008) fazem o seguinte questionamento: se a humanidade historicamente construiu o capitalismo, como é possível que ela seja dominada por este modo de produção? Qual é o processo mediante o qual o que foi objetivado passa a dominar o sujeito da objetivação? O conceito de alienação pode explicar tais questões.

O fenômeno da alienação passa a existir em decorrência da divisão social do trabalho, ou seja, a divisão entre cidade e campo, entre atividades manuais e intelectuais. De acordo com Lessa e Tonet (2008): “É através da alienação que as forças humanas, que são sempre forças dos próprios homens e não da natureza ou de entidades sobrenaturais, se tornam ‘estranhas, poderosas, hostis’ e dominadoras da vida humana” (Lessa & Tonet, 2008, p. 90).

O estranhamento das forças humanas se aprofunda sob a lógica do capitalismo em decorrência do modo como a produção se organiza nesse momento histórico. O capitalismo se caracteriza essencialmente pelas suas classes fundamentais – a burguesia e o proletariado – e por colocar em movimento uma nova forma de exploração do homem pelo próprio homem, distinta da escravidão e da exploração servil. Burguesia é a classe que detém todos os meios de produção, matérias-primas e instrumentos necessários ao processo produtivo. Nesse sentido, a burguesia é a classe dominante, são os empregadores da força de trabalho. Os proletários compõem a classe que é desprovida dos meios de produção e por essa razão vende sua força de trabalho em troca do salário. Sobre a forma como se manifesta a exploração do proletariado pela burguesia, Lessa e Tonet afirmam que:

[...] do trabalhador, a burguesia compra apenas a sua força de trabalho. Como a utilidade desta é apenas uma, produzir; e como ela possui uma propriedade única entre as mercadorias, que é a de empregada adequadamente, produzir um valor maior do que ela própria vale, o burguês que comprou a força de trabalhado tem, ao final do mês, um valor maior do que aquele que paga ao trabalhador sob a forma de salário. Esse valor maior é a mais-valia. (Lessa & Tonet, 2008, p. 63)

Essa característica do capitalismo transforma o trabalho – atividade essencialmente humana – em atividade degradante, precária e perversa. Marx (2010) afirma:

Primeiro, que o trabalho é externo (äusserlich) ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se

sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e arruina o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho [...] O seu trabalho não é, portanto voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza (*Fremdheit*) evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexistia coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de autossacrifício, de mortificação. Finalmente a externalidade do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não fosse seu próprio, mas de um outro, como se [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro. (Marx, 2010, p. 82)

O trabalho deixa de ser a necessidade básica do ser social e passa a ser apenas um meio para que os indivíduos garantam sua sobrevivência, através da venda de sua força de trabalho. O fato de os trabalhadores serem obrigados a vender sua própria força de trabalho transforma-os em um tipo específico de mercadoria; dito de outro modo, transforma-os em uma mercadoria que produz outras mercadorias (Marx, 2010).

A produção de meios de subsistência é uma demanda de toda e qualquer sociedade por possibilitar a reprodução da mesma. No entanto, sob a lógica do capitalismo, a produção passa a ser voltada para o enriquecimento de um segmento da sociedade, passando a responder exclusivamente às necessidades de acumulação da propriedade privada e de geração de lucro (Antunes, 2002). Nesse contexto, o valor dos indivíduos passa a ser mensurado pela quantidade de riqueza que produzem em determinado espaço de tempo, e o produto do trabalho não é mais aquilo que o sujeito precisa para satisfazer determinada necessidade, mas para satisfazer necessidades alheias.

Outra característica do modo de produzir no capitalismo é a divisão do trabalho engendrada pelo complexo desenvolvimento da produção mercantil. A divisão social do trabalho, sendo compreendida como os diferentes processos de trabalho executados isoladamente, é necessária para a produção de mercadorias. Nessa forma de organização do trabalho, nenhum indivíduo produz sozinho uma mercadoria em sua totalidade, mas o trabalhador individual torna-se um componente do trabalho coletivo e a mercadoria é produto de uma série de atividades especializadas realizadas pelo conjunto dos trabalhadores (Marx, 1982).

A divisão social deixa de ter o sentido colaborativo – como no exemplo citado no subitem anterior, do homem primitivo que precisa caçar para suprir a necessidade de se alimentar e com esse objetivo em comum todos os indivíduos daquele grupo se engajam em atividades voltadas para essa finalidade – e passa a servir unicamente como uma forma de organização do trabalho que aumenta a força produtiva do capital, ou seja, um princípio do capitalista para gastar menos e ganhar mais (Marx, 1982).

No processo de produção de uma única mercadoria passa a ser necessária a combinação de várias forças de trabalho que dependem entre si. Sendo assim, o trabalho de cada indivíduo é apenas uma parte do trabalho social ou total. Apesar disso, a consciência dessa dependência e dos resultados dela é cindida do trabalhador e por isso acaba por atuar independentemente dos demais produtores, concebendo seu trabalho não como uma parte do trabalho total, mas essencialmente como trabalho privado (Marx, 1982).

A divisão do trabalho engendra não somente uma divisão na produção mercantil, mas também e principalmente uma divisão entre trabalho intelectual e manual. Importante salientar que a divisão entre trabalho manual e intelectual é uma faceta de uma divisão mais profunda, ou seja, é uma faceta da divisão da sociedade em classes antagônicas. Nas palavras de Marx e Engels (1999): “[...] através da divisão do trabalho, torna-se possível aquilo que se verifica efetivamente: que a atividade intelectual e material, o gozo e o trabalho, a produção e o consumo, caibam a indivíduos distintos” (Marx& Engels, 1999, p. 37).

No modo de produção anterior ao capitalismo, o artesão responsável pela produção de determinados instrumentos possuía a totalidade desse processo, enquanto no capitalismo o trabalhador é desprovido desse conhecimento. Assim, a classe trabalhadora se torna responsável pela produção material dissociada do conhecimento necessário para a realização da sua própria atividade. A classe dominante se consagra como a classe destinada ao trabalho intelectual, enquanto a classe operária se resigna a executar trabalhos manuais. Marx e Engels (1999) apontam as consequências do domínio do trabalho intelectual por uma classe determinada:

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante. (Marx& Engels, 1999, p. 62)

Os pensamentos dominantes se constituem como a expressão, no campo das ideias, das relações materiais dominantes. O pensamento dominante, nesse sentido, vincula-se a interesses determinados, como o interesse da burguesia em manter o *status quo*, difundindo concepções de que o mundo que existe hoje sempre foi assim, anulando a perspectiva histórica e revolucionária. Dessa forma, o pensamento dominante é a própria ideologia, já que a mesma pode ser definida como “um sistema teórico que camufla e justifica a dominação de classe” (Almeida, 2008, p. 35).

O pensamento dominante, portanto, organiza-se como um sistema de ideias orientado para a manutenção da ordem estabelecida. Considerando-se, além disso, que a consciência individual não é formada exclusivamente pelas experiências e pela prática do indivíduo, mas depende em sua essência da apropriação da consciência social, formada por significações elaboradas socialmente no decorrer da história da humanidade. Nesse processo, a educação é um elemento chave. O ser humano se educa uns com os outros a todo momento, ou seja, nas relações sociais que travam cotidianamente. Porém, há também a educação sistematizada, à cargo de instituições específicas que não estão imunes aos processos alienantes e alienadores, que constituem uma consciência adaptada a essa sociedade e a esse modo de produção. As ideias dominantes são significações que pertencem à consciência social e a apropriação desse conteúdo ideológico não é somente facilitada (tendo em vista a forma como a educação está constituída nessa sociedade), como também estimulada. E, como resultado, tem-se a formação de uma consciência alienada. Apesar de a educação formal e sistematizada não estar isenta das reproduções ideológicas da sociedade capitalista, tem fundamental importância por viabilizar a apropriação de conceitos científicos que permitem o entendimento desta realidade para além da aparência, ou seja, em sua contradição fundamental auxilia na formação de uma consciência crítica.

Leontiev (2004) aponta que a consciência sofre duas importantes transformações pelo desenvolvimento da divisão social do trabalho. A primeira delas é a exposta acima, referente ao isolamento da atividade intelectual teórica a uma determinada classe e o caráter ideológico das significações sociais disponíveis para a apropriação individual. A segunda transformação da consciência diz respeito à mudança da sua estrutura interna. Leontiev (2004) afirma que:

A grande massa dos produtores separou-se dos meios de produção e as relações entre homens transformaram-se cada vez mais em puras relações entre as coisas que se separam (“se alienam”) do próprio homem. O resultado é que a sua própria atividade deixa de ser para o homem o que ela é verdadeiramente. (Leontiev, 2004, p. 128)

Nesse sentido, a alienação é, portanto, a dissociação entre o resultado objetivo da atividade e o seu motivo, trazendo implicações importantes para a configuração da consciência humana. Um exemplo: a significação objetiva da atividade de tecer consiste na fabricação de fios e tecidos. Para o operário, contudo, a significação social da atividade de tecer não condiz com o sentido pessoal que o trabalho tem para ele. O que incita o operário a realizar a tecelagem é o salário exclusivamente; é o salário que confere sentido ao ato de produzir tecido e não a compreensão de suprir as necessidades da sociedade em fios e tecidos (Leontiev, 2004).

A dissociação da atividade humana, processo constitutivo do ser do homem, penetra na estrutura geral da própria consciência que passa a assumir um caráter desintegrado. Nas palavras de Leontiev (2004):

O fato do sentido e as significações serem estranhas umas às outras é dissimulado ao homem na sua consciência, não existe para a sua introspecção. Revela-se-lhe, todavia, mas sob a forma de processo de luta interior aquilo a que se chama corretamente as contradições da consciência, ou melhor, os problemas de consciência. São eles os processos de tomada de consciência do sentido da realidade, os processos de estabelecimento do sentido pessoal nas significações. (Leontiev, 2004, p. 136)

A ruptura entre as significações sociais da atividade e seu sentido pessoal expressa a alienação do trabalho. O trabalho de cada indivíduo é apenas uma parte do trabalho social ou total; desse modo, a consciência dessa dependência e dos resultados dela é cindida no trabalhador, que acaba concebendo seu trabalho não como uma parte do trabalho total, mas essencialmente como trabalho privado. Nesse contexto, há uma cisão entre o interesse comum e o interesse particular, justamente porque a divisão do trabalho não ocorre voluntariamente, consiste em algo imposto, que tem como consequência a transformação da atividade de trabalho em algo estranho, dotado de um poder superior ao próprio indivíduo, poder esse que o domina e o subjuga. O trabalhador só entra em contato com essa dependência mútua entre os produtores nas situações de compra e venda das mercadorias. Nas palavras de Netto e Braz (2010): “[...] as *relações sociais* dos produtores aparecem como se fossem relações entre as mercadorias, como se fossem *relações entre coisas*. A mercadoria passa a ser, então, a portadora e a expressão das relações entre os homens.” (Netto & Braz, 2010, p. 102). Nesse sentido, a mercadoria parece ter um poder autônomo em relação aos seus produtores, aparecendo como algo que lhes é estranho, alheio, que lhes domina.

Essa forma que as relações assumem na sociedade capitalista foi caracterizada por Marx como o fetichismo da mercadoria. Com a valorização do mundo das coisas e, conseqüentemente e em proporção direta, a desvalorização do mundo dos homens, tem-se que o trabalhador se torna a mais barata das mercadorias e por esse motivo empobrece tanto mais quanto mais riqueza produz (Marx, 2010). Para Marx (2010):

[...] o objeto (*Gegenstand*) que o trabalhador produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa (*sachlich*), é a *objetivação* (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional econômico como desefetivação (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento (*Entfremdung*), como alienação (*Entäusserung*). (Marx, 2010, p. 80)

Marx (2010) apresenta as consequências reais de tal estranhamento para o trabalhador:

[...] quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador. (Marx, 2010, p. 82)

Podemos, a partir das citações acima, confirmar a formulação de Antunes (2002) quando diz que o estranhamento faz referência às “[...] barreiras sociais que obstaculizam o desenvolvimento da personalidade humana” (Antunes, 2002, p. 127). Em decorrência deste estranhamento, o indivíduo é impossibilitado de desenvolver sua omnilateralidade e se sente realmente livre apenas em suas funções animais (comer, beber, procriar), fazendo delas suas finalidades últimas, enquanto se sente como um animal em sua função propriamente humana (Marx, 2010).

O estranhamento que se efetiva na perda do objeto, referente ao resultado do processo de trabalho, não é, contudo, a única dimensão do estranhamento do trabalhador. Se o produto estranhado é o resultado do processo de trabalho, significa que tal estranhamento abrange

também o ato da produção. A relação do trabalhador com sua própria atividade se dá de tal forma que ele não a percebe como pertencente a ele. Nesse sentido, o trabalhador não considera o trabalho externo como intrínseco ao seu próprio ser, mas como propriedade alheia. O trabalho, tal e como estruturado no capitalismo, não possibilita ao homem desenvolver suas potencialidades, sua identidade com o gênero humano. O que acontece é o oposto, o trabalhador mortifica tanto sua energia física como espiritual; dessa forma, o trabalho é para o indivíduo um autossacrifício (Marx, 2010).

De acordo com Marx (2010), é possível verificar mais duas dimensões do trabalho estranhado. Há um estranhamento do ser genérico do homem, ou seja, a vida genérica passa a ser somente um meio da vida individual. Não há uma identidade entre o homem e o gênero humano. Isso significa que o trabalhador se torna unilateral, reduzido à condição de máquina, suas possibilidades de enriquecimento cultural, de humanização, são cindidas. O objeto, o produto do trabalho, corporifica a vida genérica do homem, ou seja, possibilita o desenvolvimento da cultura que perpassa a história da humanidade. Quando o trabalhador é expropriado do objeto de sua produção, parte da vida genérica também lhe é expropriada, ou seja, o corpo inorgânico do trabalhador lhe é tomado. Nesse sentido, o trabalho estranhado estranha o homem da sua própria essência humana (Marx, 2010).

O fato de o homem estar estranhado em relação ao produto do seu trabalho, à sua atividade vital, em relação ao gênero humano, tem como consequência o estranhamento do homem pelo próprio homem, ou seja, o seu autoestranhamento se expressa na relação que estabelece com os demais seres humanos. Isso acontece por que:

Se ele se relaciona, portanto, com o produto do seu trabalho, com o seu trabalho objetivado, enquanto objeto *estranho*, hostil, poderoso, independente dele, então, se relaciona com ele de tal forma que um outro homem estranho (*fremd*) a ele, inimigo, poderoso, independente dele, é o senhor deste objeto. Se ele se relaciona com a sua própria atividade como uma [atividade] não livre, então, ele se relaciona com ela como a atividade a serviço de, sob o domínio, a violência e o jugo de um outro homem. (Marx, 2010, p. 87)

No decorrer da história, o capitalismo sofreu mudanças de caráter epidérmico, ou seja, mudanças que não alteram a estrutura fundamental desse modo de produção, mas apenas a aparência do mesmo. Novos processos de trabalho, com novas características, surgem; porém, o estranhamento no trabalho permanece. Nesse sentido, Antunes (2002) afirma que:

O capitalismo, em qualquer das suas variantes contemporâneas, da experiência sueca à japonesa, da alemã à norte americana [...] não foi capaz de eliminar as múltiplas formas e manifestações do estranhamento, mas, em muitos casos, deu-se inclusive um processo de intensificação e maior interiorização [...] Se o estranhamento é entendido como a existência de barreiras sociais que se opõem ao desenvolvimento da individualidade em direção à omnilateralidade humana, o capitalismo dos nossos dias, ao mesmo tempo em que, com o avanço tecnológico, potencializou as capacidades humanas, fez emergir crescentemente o fenômeno social do estranhamento, na medida em que esse desenvolvimento das capacidades humanas, não produz necessariamente o desenvolvimento de uma individualidade cheia de sentido, mas ao contrário, “pode desfigurar, alvitar etc, a personalidade humana. Isso porque, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento tecnológico pode provocar “diretamente um crescimento da capacidade humana, pode também nesse processo sacrificar os indivíduos”. (Antunes, 2002, p. 99)

Podemos considerar, portanto, que a alienação não se restringe ao âmbito do trabalho, mas perpassa todas as esferas da vida psíquica do homem. O trabalho sob os moldes do capitalismo provoca a desumanização e mortificação, processo que pode chegar a intensidade tão extremada que a mortificação se consolida em um ato desesperado contra a própria vida. Entendemos que essa dimensão da alienação do trabalho tem repercussões fundamentais sobre a forma como os seres humanos vivenciam as situações de sua vida, como constituem sua personalidade e, ainda, sobre o processo de sofrimento psíquico.

Uma série de autores vem se debruçando sobre o estudo da relação entre adoecimento psíquico e a alienação. Malaguty (2013) afirma que o trabalho estranhado não contribui para enriquecer o trabalhador como indivíduo perante o gênero humano, não contribui para desenvolver sua personalidade e, por isso, muito facilmente se transforma em labuta, em trabalho que é, implicitamente, forçado e sem sentido. O trabalho que deveria contribuir para a formação do psiquismo, desenvolvendo habilidades, hábitos e conhecimentos, acaba por desenvolver as capacidades do trabalhador de maneira unilateral, ou seja, as capacidades desenvolvidas são somente aquelas relacionadas diretamente com a atividade realizada pelo indivíduo (Malaguty, 2013).

O trabalho que no atual modo de produção é, então, sinônimo de labuta traz impactos no que diz respeito aos afetos e emoções. De acordo com Malaguty (2013), o trabalho assim

estruturado não traz satisfação ao trabalhador, ou seja, não proporciona emoções positivas; ao contrário, produz sofrimento e frustração ao estar desprovido de sentido e por não ser suficiente, no caso da maioria dos trabalhadores, para satisfazer as necessidades básicas e superiores.

Ao estar inserido em uma atividade que não agrega elementos que deem sentido à sua vida, o trabalhador, diante desse contexto de trabalho alienado, estabelece uma relação fragmentada e cindida com a própria atividade e a própria vida. Ou seja, o indivíduo é impossibilitado de estabelecer uma relação consciente diante de seu trabalho, das suas vivências e emoções. Diante disso, o sofrimento vivenciado pelo trabalhador é muitas vezes concebido como algo naturalizado e, portanto, imutável.

Os trabalhadores ocupam a maior parte das horas de seus dias realizando atividades sem sentido, para ganhar um salário que, muitas vezes, não é suficiente para suprir as necessidades básicas de todo ser humano. As relações estruturais de violência no contexto de trabalho podem engendrar processos de sofrimento psíquico, seja sob a forma de depressão, síndromes paranoides, transtornos de estresse pós-traumático, esgotamento profissional, dependência de álcool ou outras drogas⁷, chegando até mesmo ao suicídio⁸.

Seligmann-Silva (2010) estabelece uma relação entre a atual forma de controlar os trabalhadores e o desenvolvimento de síndromes paranoides, relação essa que se aproxima do nosso objeto de estudo. A autora afirma que além das técnicas administrativas utilizadas para controlar a força de trabalho, a aplicação de tecnologia e eletrônica também possui papel significativo nesse contexto, contribuindo para o desenvolvimento de síndromes paranoides. A vivência de contínuas situações de insegurança, ameaça e vigilância sistemática pode desencadear uma série de ideias persecutórias. Síndromes paranoides se configuram, portanto, como uma maneira de expressão do sofrimento psíquico (Seligmann-Silva, 2010).

Desse modo, verificamos que o modo como a sociabilidade capitalista determina a vivência dos indivíduos engendra uma tendência ao sofrimento, aprofundando os obstáculos ao invés de construir maneiras de desviá-los ou superá-los.

Na presente seção visamos recuperar as bases conceituais da psicologia histórico-cultural e do materialismo histórico-dialético necessárias para a compreensão da desagregação do pensamento na esquizofrenia e suas repercussões na estrutura da personalidade. Esse primeiro passo nos dá sustentação para o entendimento da esquizofrenia enquanto sofrimento

⁷ Sobre esse ponto, ver R. J. S. Moraes (2011), *O alcoolismo e o alcoolista no capitalismo: a Psicologia Histórico-Cultural na defesa da historicidade para o enfrentamento do problema* (Dissertação de Mestrado).

⁸ Ver N. Berenchtein Netto (2007). *Suicídio: uma análise psicossocial a partir do materialismo histórico dialético* (Dissertação de Mestrado).

psíquico. Na próxima seção, portanto, apresentaremos e analisaremos as definições históricas e atuais da esquizofrenia e estudaremos a forma como a psicologia vem se apropriando da discussão acerca deste fenômeno.

2 Esquizofrenia: da Concepção Histórica aos Atuais Manuais Psiquiátricos

Para compreender a alteração do sistema de conceitos na esquizofrenia e suas repercussões na personalidade é preciso, em um primeiro momento, caracterizar essa psicopatologia, bem como entender os sintomas e nuances presentes no indivíduo diagnosticado com esquizofrenia. Assim, o objetivo da presente seção consiste em investigar o percurso das definições de esquizofrenia, numa abordagem que vai das concepções históricas aos atuais manuais psiquiátricos.

Apresentaremos, também, uma breve análise das recentes produções da psicologia sobre a temática, para entendermos os caminhos que têm sido trilhados na compreensão desse fenômeno. Tal análise se inicia com a busca de artigos na base de dados Scielo utilizando as palavras-chave ‘psicologia e esquizofrenia’, e consiste na explicação e discussão das formulações apresentadas nos artigos, bem como no desvelamento das contradições e limites presentes nessas concepções hegemônicas. Para isso, partimos de uma perspectiva materialista histórica das doenças, ou seja, do entendimento de que o processo de saúde-doença possui um caráter social e histórico (Laurell, 1982). De acordo com Scliar (2007):

O conceito de saúde reflete a conjuntura social, econômica, política e cultural. Ou seja: saúde não representa a mesma coisa para todas as pessoas. Dependerá da época, do lugar, da classe social. Dependerá de valores individuais, dependerá de concepções científicas, religiosas, filosóficas. O mesmo, aliás, pode ser dito das doenças. Aquilo que é considerado doença varia muito. (Scliar, 2007, p. 30)

No último subitem desta seção discutiremos as limitações e contradições dos modelos explicativos apresentados pelos artigos selecionados para análise e procuraremos entender como a psicologia histórico-cultural pode contribuir para a superação dos mesmos.

2.1 As definições históricas da esquizofrenia

Os estudos e definições que temos hoje sobre a esquizofrenia são fruto do processo histórico de produção dos conhecimentos científicos. A mais antiga referência ao que hoje se denomina esquizofrenia data de 1681 e foi elaborada pelo anatomista inglês Willis. Esse autor descreve um estado mental que afeta jovens de “espírito vivo, astuto e até brilhante durante a

infância” que ao chegarem à adolescência desenvolvem perturbações de memória, imaginação e embotamento afetivo (Paim, 1990, p. 1).

Apesar de nos depararmos, no decorrer da história, com alguns relatos de sintomas do que hoje denominamos esquizofrenia, é somente no século XIX, com o desenvolvimento da psiquiatria enquanto ciência médica, que esta condição passa a ser estudada de forma sistematizada. O psiquiatra francês Benedict Morel foi o primeiro a usar o termo “*démence precoce*”, ou demência precoce, para designar pessoas nas quais “um estado de completa decadência intelectual coincide com o advento da puberdade” (Paim, 1990, p. 2).

Kraepelin é outro autor importante no que diz respeito ao estudo histórico da esquizofrenia. Com base no trabalho já desenvolvido por Morel, Kraepelin aprimora o conceito de demência precoce, reunindo sob uma única categoria nosológica uma série de psicoses que anteriormente possuíam designações diversas, como por exemplo: “delírios sistematizados alucinatorios”, “confusão mental crônica”, “demência primitiva juvenil” (Paim, 1990). As características principais das síndromes enquadradas no termo *dementia praecox* seriam o desenvolvimento progressivo, bem como as perturbações do pensamento, a “imbecilidade” e o seu aparecimento precoce após a puberdade (Schulte & Tölle, 1981).

Kraepelin estabeleceu três tipos clínicos de *dementia praecox*, sendo eles: a forma hebefrênica, a catatônica e a paranoide. Atualmente essa diferenciação ainda se faz presente em um dos manuais médicos mais importantes, como veremos adiante. A forma hebefrênica, de acordo com Kraepelin, seria “toda e qualquer forma de demência precoce na qual, gradualmente ou em seguida à manifestação de distúrbio psíquico subagudo, mais raramente agudo, se apresenta um grau de debilidade mental em maior ou menor grau” (Kraepelin, como citado em Paim, 1990, p. 5). A forma catatônica é caracterizada por estados “[...] de estupor ou agitação, na maioria das vezes com evolução para a demência, associados aos sinais de negativismo, impulsividade, e estranheza, de estereotipia e sugestibilidade dos mímicos e das ações” (Kraepelin, como citado em Paim, 1990, p. 5). No que diz respeito à forma paranoide, a característica mais marcante é a permanência de ideias delirantes e distúrbios psicossensoriais durante o curso da psicopatologia. As ideias delirantes bem como os distúrbios psicossensoriais também se manifestam nas outras formas de *dementia praecox*, porém tendem a diminuir com o tempo e não serem sintomas centrais, como ocorre na forma paranoide (Paim, 1990).

Bleuler, com o objetivo de se contrapor ao destaque dado por Kraepelin no aparecimento precoce da doença, observou que nem todas as patologias desse grupo começam precocemente na vida e introduziu a denominação esquizofrenia, hoje em voga. Outra razão que levou Bleuler à formulação do termo *esquizofrenia* foi a percepção de que “as perturbações mais elementares

da doença consistiam numa falta de unidade, numa divisão do pensar, do sentir, do querer, e da sensação subjetiva da personalidade” (Bleuler, como citado em Schulte & Tölle, 1981, p. 164). Por essa razão, trata-se de uma demência de cisão, ou seja, esquizofrenia (*esquizo* significa cisão, enquanto *phrenia* significa mente). Bleuler definiu esquizofrenia como “[...] uma alteração do pensar, do sentir, e do relacionamento com o mundo exterior de tipo específico, que não ocorre em outros casos. Em todos os casos há uma divisão mais ou menos clara das funções psíquicas” (Bleuler, como citado em Schulte & Tölle, 1981, p. 164). Schulte e Tölle (1981) definem a esquizofrenia como sendo uma doença da personalidade total, por afetar diretamente a zona central do eu e a própria estrutura da personalidade.

No que diz respeito à sintomatologia da esquizofrenia, Bleuler (como citado em Schulte & Tölle, 1981) a classifica em dois grupos: o de sintomas básicos e o de sintomas complementares. Os sintomas básicos seriam as alterações do pensamento, da afetividade e dos impulsos. Já os sintomas complementares seriam aqueles que não são obrigatórios para o diagnóstico de esquizofrenia, como os delírios, as alucinações e os distúrbios catatônicos.

Tendo em vista que o objetivo do presente trabalho consiste no estudo da alteração do pensamento conceitual na esquizofrenia, bem como suas repercussões na personalidade, torna-se relevante aprofundar no que diz respeito aos distúrbios de pensamento. De acordo com Schulte e Tölle (1981), entre os sintomas básicos, os distúrbios do pensamento ocupam o primeiro plano. A confusão mental é a forma mais expressiva da perturbação do pensamento. O pensamento se torna desconexo, ilógico, pouco ou nada inteligível, e a fala das pessoas esquizofrênicas passa a ser formada por palavras desconexas ou fragmentos de palavras. Apesar disso, é importante ressaltar que tal pensamento confuso pode ter um sentido dentro da vivência psicótica.

A perturbação do pensamento do esquizofrênico caracteriza-se por uma série de outros aspectos típicos. Em primeiro lugar, o bloqueio do pensamento ou ruptura de idéias: o raciocínio estanca subitamente, às vezes no meio da frase. O paciente não consegue concluir seu pensamento, silencia e tem consciência desse distúrbio, o que às vezes lhe causa grande sofrimento. Muitos esquizofrênicos experimentam esta ruptura do pensamento como uma vivência de delírio: acham que os pensamentos lhes foram usurpados e às vezes até responsabilizam outra pessoa por isto (usurpação de idéias). Desintegração dos conceitos: os conceitos perdem sua significação exata e sua delimitação precisa em relação a outros conceitos. São amalgamados entre si

significados diferentes, em parte incompatíveis sob o ponto de vista lógico. Essas relações patológicas chamam-se contaminações. (Schulte & Tölle, 1981, p. 166)

O que caracteriza a esquizofrenia é o fato de que este pensamento confuso não representa uma perturbação constante. Pelo contrário, ideias ordenadas e ideias confusas existem lado a lado, às vezes alternando-se rapidamente. Quando se tem um bom contato com a pessoa com esquizofrenia, às vezes se pode observar que no decorrer de uma conversa mais longa, as ideias vão gradativamente se ordenando (Schulte & Tölle, 1981).

A partir dessa breve retomada histórica do surgimento do termo esquizofrenia e sua caracterização e diferenciação como patologia por meio dessas primeiras observações sobre seus sintomas, discorreremos agora sobre como isso se reflete atualmente nos manuais de psiquiatria: *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*⁹ (DSM-5) e *Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde* (CID-10). Só então seremos capazes de compreender como a forma atual de se abordar o assunto está imbuída de significados biologizantes e naturalizantes que demandam uma tentativa de superação crítica a partir da psicologia histórico-cultural.

2.2 A esquizofrenia a partir dos principais manuais psiquiátricos: da sintomatologia ao diagnóstico

Para caracterizar a visão atual da psiquiatria sobre a esquizofrenia, optamos por utilizar os dois manuais diagnósticos mais usados por médicos psiquiatras e psicólogos: o DSM-5, elaborado pela Associação Americana de Psiquiatria, e o CID-10, elaborado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). As sistematizações elaboradas pelos referidos manuais, no que diz respeito à esquizofrenia, diferem em alguns aspectos. No DSM-5, a esquizofrenia encontra-se classificada no capítulo denominado “Espectro da esquizofrenia e outros transtornos delirantes”. Essa classificação engloba, além da esquizofrenia, outros transtornos psicóticos e o transtorno da personalidade esquizotípica. Já no CID-10, a esquizofrenia, os transtornos esquizotípicos e os transtornos delirantes ocupam os códigos F20 a F29. A esquizofrenia possui o código F20, e o CID-10 faz uma diferenciação não presente no DSM-5, que é a classificação dos subtipos de esquizofrenia: esquizofrenia paranoide (F20.0), esquizofrenia hebefrênica (F20.1) e esquizofrenia catatônica (F20.2).

⁹Em tradução livre, ‘Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais’.

Os sintomas que caracterizam a esquizofrenia são heterogêneos e englobam diversas alterações cognitivas, comportamentais e emocionais; apesar disso, não é possível constatar um sintoma patognomônico do transtorno. Isso significa dizer que não há um único sintoma específico da esquizofrenia capaz de diferenciá-la radicalmente de outras patologias. Por essa razão, o diagnóstico implica no “[...] reconhecimento de um conjunto de sinais e sintomas associados a um funcionamento profissional ou social prejudicado”. (APA, 2014, p. 141).

O CID-10 separa os critérios diagnósticos da esquizofrenia em dois grupos. O primeiro deles engloba os sintomas e síndromes que, sozinhos, indicam o diagnóstico. Isso significa que a pessoa precisa apresentar pelo menos um dos sintomas desse grupo para receber o diagnóstico de esquizofrenia. Já os sintomas do segundo grupo são aqueles que sozinhos não indicam o diagnóstico de esquizofrenia; nesse caso, a pessoa precisa apresentar dois ou mais sintomas desse grupo, pelo período mínimo de um mês, para que o diagnóstico seja positivo. Condensamos os sintomas inclusos em cada grupo no quadro a seguir:

Tabela 1 - Sistematização da sintomatologia da esquizofrenia elaborada pelo CID-10

Grupo 1	Grupo 2
Eco de pensamento, inserção ou bloqueio de pensamento ou irradiação de pensamento.	Alucinações persistentes em qualquer modalidade, que ocorram cotidianamente durante pelo menos um mês, quando acompanhadas por delírios (que podem ser fugazes ou meio formados) sem conteúdo afetivo claro ou quando acompanhadas por ideias supervalorizadas persistentes.
Delírios de controle, influência ou passividade, claramente relacionados a movimentos do corpo ou membros ou pensamentos, ações ou sensações específicas; percepção delirante.	Neologismos, quebras ou interpolação no curso do pensamento, resultando em incoerência ou fala irrelevante.
Vozes alucinatórias fazendo um comentário contínuo sobre o comportamento do paciente ou discutindo entre si ou outros tipos de vozes alucinatórias vindas de alguma parte do corpo.	Comportamento catatônico, tal como excitação, postura inadequada ou flexibilidade cêrea, negativismo, mutismo e estupor.
Delírios persistentes de outros tipos, culturalmente inapropriados e completamente impossíveis, tais como identidade religiosa ou política, poderes e habilidades sobre-humanos.	Sintomas "negativos" como apatia marcante, escassez de fala e embotamento ou incongruência de respostas emocionais (deve estar claro que estas não são devidas a depressão ou medicação neuroléptica).

Fonte: Adaptado de OMS, CID-10

Já o DSM-5 divide os sintomas da esquizofrenia em vários grupos e, de acordo com o manual, é preciso que a pessoa apresente dois ou mais dos sintomas listados no Grupo A durante o período de um mês. Tal grupo engloba as seguintes alterações:

a. Delírios:

Os delírios são alterações no conteúdo do pensamento, que consistem na formação patológica de juízos, sendo tais juízos acompanhados de uma certeza incontestável. Isso significa dizer que o delírio se caracteriza por ser uma ideia subjetiva incontestável, apesar das evidências externas que apontam para a impossibilidade ou improbabilidade do delírio ser verdadeiro. Existem vários tipos de categorias para a classificação e o entendimento dos delírios, tanto no que diz respeito à forma quanto ao conteúdo.

Na esquizofrenia, a forma do delírio tende a ser pouco sistematizada, ou seja, eles não possuem uma coerência interna, são desorganizados e desarticulados (Cheniaux, 2015). Cheniaux exemplifica o delírio não sistematizado da seguinte forma: “[...] o indivíduo afirma que querem matá-lo, mas não é capaz de dizer como descobriu isso, nem consegue dar qualquer informação sobre os autores, os meios e os motivos do crime” (Cheniaux, 2015, p. 116). O conteúdo do delírio na esquizofrenia tende a ser bizarro, ou seja, impossível, enquanto os delírios não bizarros são aqueles improváveis, ainda que não impossíveis.

No DSM-5 também é possível encontrar alguns exemplos de delírios comumente observados em quadros de esquizofrenia, como a ideia de que os pensamentos da pessoa foram roubados (retirada de pensamento) ou que pensamentos alheios foram inseridos em sua mente (inserção do pensamento).

De acordo com o CID-10, os delírios de controle, influência ou passividade, bem como os delírios persistentes culturalmente inapropriados e impossíveis (por exemplo, estar em comunicação com alienígenas de outro planeta) fazem parte do primeiro grupo de critérios gerais para o diagnóstico da esquizofrenia.

b. Alucinação:

O termo alucinação tem origem do latim *alucinare* e significa dementado, enlouquecido, privado de razão. É classificada com uma alteração da sensopercepção. A alucinação, para o indivíduo que a vivencia, possui todas as características de uma imagem perceptiva real, incluindo a corporeidade e a localização no espaço objetivo externo. Sendo uma alteração da sensopercepção, a alucinação pode se manifestar em qualquer categoria sensorial (alucinação visual, alucinação auditiva, alucinações olfativas e gustativas, alucinações cutâneas, alucinações cenestésicas, alucinações cinestésicas) (Cheniaux, 2015).

Na esquizofrenia, predominam as alucinações cenestésicas e auditivas. A sonorização do pensamento, vozes que dialogam entre si, vozes que tecem comentários sobre o

comportamento do indivíduo e sensações corporais impostas são formas especiais da vivência alucinatória que também podem ser percebidas na pessoa com esquizofrenia (Cheniaux, 2015).

No CID-10, as vozes alucinatórias fazem parte do primeiro grupo de critérios para o diagnóstico de esquizofrenia, enquanto as alucinações persistentes fazem parte do segundo grupo de critérios para o diagnóstico de esquizofrenia.

c. Desorganização do pensamento (discurso):

Como apontado no subitem anterior, é histórica a concepção de que os distúrbios do pensamento ocupam o primeiro plano entre os sintomas básicos da esquizofrenia (Schulte & Tölle, 1981).

A interrupção do curso é uma das formas de alteração do pensamento que tem como consequência a sua desorganização, tendo sido descrita primeiramente por Bleuler e sendo considerada uma alteração quase exclusiva da esquizofrenia. A pessoa, subitamente e sem qualquer razão, interrompe a sua fala, sem fechar uma ideia. Tal experiência é muitas vezes atribuída pela pessoa a um roubo do seu pensamento. O curso do pensamento na esquizofrenia também pode ser acelerado, nos momentos de agitação, ou alentecido nos momentos de estupor. A desagregação do pensamento é outra forma de alteração na forma do pensamento que tem como consequência a desorganização do mesmo e pode ser um sintoma da esquizofrenia. A desagregação está relacionada a um fenômeno típico da esquizofrenia denominado fusão, que consiste na justaposição absurda e incompreensível de ideias e conteúdos heterogêneos e caracteriza-se por uma perda do nexos lógico entre as ideias. Nesse processo, há uma formação de associações novas e ilógicas e, em decorrência disso, dá-se uma alteração na própria sintaxe do discurso, que muitas vezes se torna incompreensível para o outro. Quanto ao conteúdo, ocorre um concretismo reificante (ou coisificação). O empobrecimento do pensamento é um sintoma negativo¹⁰ da esquizofrenia (Cheniaux, 2015).

De acordo com o CID-10, o eco do pensamento, roubo do pensamento e irradiação do pensamento encontram-se no primeiro grupo de critérios gerais para o diagnóstico da esquizofrenia. Já os neologismos, intercepções ou interpolações no curso do pensamento, resultando discurso incoerente ou irrelevante, fazem parte do segundo grupo de critérios para o diagnóstico de esquizofrenia.

¹⁰ Os *sintomas positivos* da esquizofrenia podem ser definidos como aqueles que começam a acontecer na esquizofrenia, como os delírios e as alucinações; já os *sintomas negativos* se caracterizam por serem aspectos do psiquismo que se encontram empobrecidos ou diminuídos na esquizofrenia, como o afeto e as emoções, a apatia marcante, pobreza de discurso e embotamento ou incongruência de respostas emocionais.

d. Comportamento motor grosseiramente desorganizado ou anormal (incluindo catatonia):

As ações psicomotoras englobam os movimentos corporais de conteúdo psicológico, ou seja, são voluntárias e conscientes, possuem um motivo e uma finalidade. Na esquizofrenia, é possível observar diversas alterações da psicomotricidade, desde uma agitação imprevisível – que reflete a incoerência do pensamento, é uma agitação sem propósito e caótica – até o estupor, que se caracteriza pela diminuição ou abolição dos movimentos voluntários, o que leva a pessoa ter dificuldades na realização de tarefas cotidianas (Cheniaux, 2015). Outras alterações psicomotoras que podem ser observadas na esquizofrenia incluem movimentos estereotipados repetidos, olhar fixo, caretas, mutismo e eco da fala.

e. Sintomas negativos:

Os sintomas negativos refletem a perda ou diminuição de determinadas funções psíquicas, seja no âmbito afetivo, motivacional, da vontade ou até das relações interpessoais. Na esquizofrenia podem-se observar com maior frequência dois sintomas negativos: a hipobulia e o embotamento afetivo. A hipobulia caracteriza-se por “[...] uma sensação de indisposição, fraqueza, desânimo ou falta de energia; perda da iniciativa, da espontaneidade e do interesse pelo mundo externo; indecisão; dificuldade de transformar as decisões em ações; e inibição da psicomotricidade” (Cheniaux, 2015, p. 135). Já o embotamento afetivo diz respeito a uma diminuição da afetividade, tornando a pessoa indiferente ao que acontece ao seu redor. Tal indiferença e desinteresse geram impactos em outras funções psíquicas, como a atenção, que nesses casos se encontra globalmente diminuída.

No CID-10, o comportamento catatônico (tal como tal negativismo, mutismo e estupor), bem como os sintomas negativos, fazem parte do segundo grupo de critérios para o diagnóstico de esquizofrenia.

Além de apresentar dois ou mais dos sintomas apresentados acima, também é possível observar na pessoa com esquizofrenia um prejuízo funcional, como no trabalho, nas relações interpessoais ou no rendimento escolar/acadêmico. Tais prejuízos são persistentes durante o curso da patologia (critério B do DSM-5).

Já o critério C do DSM-5 diz respeito a alguns sinais indicativos da esquizofrenia, que não se enquadram nos critérios anteriores; tais sinais devem persistir por pelo menos seis meses. De acordo com o manual:

Os indivíduos podem manifestar uma variedade de crenças incomuns ou estranhas que não sejam de proporções delirantes (p. ex., ideias de referência ou pensamento mágico); podem ter experiências perceptivas raras (p. ex., sentir a presença de uma pessoa invisível); seu discurso pode ser, em geral, compreensível, porém vago; seu comportamento pode ser incomum, mas não grosseiramente desorganizado (p. ex., murmurar em público) [...] Indivíduos que eram socialmente ativos podem ficar retraídos em relação a rotinas anteriores. (APA, 2014, p. 101)

O critério D estabelece a diferença de diagnóstico entre a esquizofrenia e as demais psicopatologias que podem ter sintomatologia parecida, como o transtorno bipolar ou depressivo com características psicóticas e o transtorno esquizoafetivo. Enquanto isso, o critério E coloca que a perturbação presente na esquizofrenia pode ser oriunda dos efeitos fisiológicos de substâncias psicoativas. O critério F faz a observação de como diagnosticar esquizofrenia em pessoas que também receberam o diagnóstico de transtorno do espectro autista ou transtornos da comunicação na infância. Nesses casos, para receber o diagnóstico diferencial de esquizofrenia, a pessoa precisa apresentar delírios e alucinações proeminentes.

A esquizofrenia paranoide se caracteriza pela proeminência de delírios ou alucinações. Pode haver a presença de sintomas catatônicos, afeto embotado ou discurso incoerente, porém esses sintomas podem ser leves, sem ganhar a centralidade na vivência da pessoa com esquizofrenia.

Em comparação, a esquizofrenia hebefrênica é diagnosticada quando a pessoa apresenta afeto embotado ou inapropriado, com o comportamento vago sem um objetivo definido e o pensamento necessariamente alterado (divagações, incoerência). As alucinações e delírios podem estar presentes em grau leve, porém não devem dominar o quadro clínico. A esquizofrenia catatônica, por sua vez, é caracterizada pelos seguintes sintomas: estupor, atividade motora sem propósito, postura inadequada ou bizarra, negativismo (resistência imotivada a instruções externas), rigidez (manutenção de uma postura rígida contra esforço de ser movido), flexibilidade cêrea (manutenção dos membros e do corpo em posições externamente impostas), obediência automática (cumprimento automático de instruções).

Diante do que é exposto nos manuais, discorreremos no subitem seguinte sobre como o campo da psicologia se apropriou de tais ideias para explicar o fenômeno da esquizofrenia, para então podermos indicar um novo caminho para a compreensão desse fenômeno histórico e social por meio da perspectiva crítica da psicologia histórico-cultural.

2.3 As recentes publicações sobre esquizofrenia na psicologia

Pretendemos neste subitem fazer uma investigação acerca das concepções científicas que permeiam os estudos da psicologia sobre a esquizofrenia, a fim de analisar e discutir as concepções da psiquiatria e da psicologia sobre o assunto. Para tanto, apresentaremos as principais ideias que vêm sendo veiculadas sobre a esquizofrenia, oriundas de uma pesquisa bibliográfica online realizada no período de novembro de 2016 a janeiro de 2017. Nosso objetivo não é produzir o estado da arte sobre a esquizofrenia, mas observar e analisar as principais concepções que permeiam os estudos nesta área a fim de identificar como a psicologia histórico-cultural pode avançar na produção de conhecimento sobre a interface da psicologia e a esquizofrenia.

Realizamos uma breve pesquisa no banco de dados Scielo com as palavras-chave: *esquizofrenia* e *psicologia*. Foram encontrados 46 artigos; destes, foram excluídos um total de treze artigos por estarem na língua inglesa ou por se tratarem de resenha de livro. Desse modo, analisamos, a partir de uma leitura integral, um total de 26 artigos, sendo eles na língua portuguesa e espanhola. Tendo em vista o pouco material encontrado, não restringimos a busca por área.

Para melhor sintetizar o conteúdo de tais artigos, elaboramos três grupos de assuntos entre os quais foram distribuídos, a depender do objetivo dos mesmos. Os seguintes grupos foram organizados: conceitualização/etiologia, sintomatologia/diagnóstico e tratamento/atenção/cuidado/cuidadores.

No assunto “Conceitualização e etiologia”, incluímos um total de sete artigos; o assunto “Sintomatologia e Diagnóstico” conta com treze artigos e foi separado em três subdivisões: Esquizofrenia de forma secundária (três artigos), Sintomatologia da Esquizofrenia (seis artigos) e Avaliação e Psicodiagnóstico da esquizofrenia (quatro artigos). O último assunto, “Tratamento, atenção, cuidado/cuidadores”, engloba um total de quatorze artigos. Apenas um artigo foi incluído em dois assuntos diferentes. Os dados referentes à pesquisa foram compilados nas tabelas que se encontram anexas ao presente trabalho.

2.3.1 Conceitualização e Etiologia

O primeiro grupo de assunto que elaboramos para a classificação dos artigos encontrados foi denominado “Conceitualização e etiologia”. Por *conceitualização* entendemos o processo de compreender a esquizofrenia e explicá-la a partir de um campo teórico

determinado. Compreende-se por etiologia a ciência que se dedica ao estudo das causas dos fenômenos, portanto, nesse grupo incluímos os artigos cujo objetivo central era o estudo das causas da esquizofrenia, ou seja, artigos que objetivaram responder a pergunta “de onde vem a esquizofrenia?”.

No grupo de conceitualização e etiologia, foram incluídos sete artigos. Destes, três se pautavam em uma crítica à psiquiatria e ao conceito de esquizofrenia elaborado por esta ciência. Ao elaborar essa crítica, os autores dos artigos lidos apresentam também suas concepções, opostas ao conceito tradicional da psiquiatria, acerca do fenômeno da esquizofrenia.

Barros e Pereira (2010), com base nas elaborações pós-modernas de Deleuze, apresentam “[...] uma iniciativa que se quer nova – estampada com todas as letras nessa nota, posto que se possa depreender que, doravante o pensamento esquizofrênico comporta um elemento de positividade” (Barros & Pereira, 2010, p. 385). Os autores afirmam que Deleuze:

Considera a esquizofrenia como processo de produção de desejo e de máquinas desejantes produtoras, não correspondendo a nenhuma especificidade ou a uma entidade nosológica. [...] Gilles Deleuze (1998), a partir de Bleuler (1950), forçou, com todas as letras filosóficas, impor o Delírio co-presente na Schizophrenia como um discurso que se declama e declina como histórico-mundial. (Barros & Pereira, 2010, p. 388).

Nessa citação, fica evidente o pressuposto deleuziano de que a esquizofrenia não é uma psicopatologia, mas a compreende como fenômeno dotado de positividade. O delírio, um dos sintomas mais perceptíveis da esquizofrenia, é tomado apenas como uma forma de discurso entre outros discursos.

Ramminguer (2002) também traz em seu artigo as contribuições de Foucault, Nietzsche e Deleuze para o estudo da esquizofrenia, afirmando a “loucura” como uma experiência dotada de valor positivo. A autora propõe reflexões sobre “o que é doença, o que não é? O que é a loucura, a psicose? A que serve?” (Ramminguer, 2002, p. 77). A autora, seguindo os pressupostos teóricos de Foucault, afirma que:

[...] instituir limites é uma estrutura fundamental de toda cultura, estabelecendo fronteiras que se deslocam continuamente, excluindo o que ameaça sua ordem. Um desses limites fundantes da cultura ocidental foi o crescente processo de subordinação da loucura à razão, que tem como última etapa - esta que ainda vivemos - a psiquiatria ou a psicologia da loucura (Ramminguer, 2002, p. 77)

O terceiro artigo inserido nesta categoria de análise traz as reflexões de Conrad como base para o entendimento da esquizofrenia. Conrad (Teixeira, 2006) é um autor que aborda a temática da esquizofrenia em sua forma incipiente em suas obras. Esse autor, por sua vez, critica a postura da psiquiatria de considerar a esquizofrenia e seus sintomas como fenômenos desprovidos de uma significação. De acordo com Teixeira (2006):

Parecia exorbitante, aos olhos de Conrad, considerar a série dos fenômenos presentes no desencadeamento da esquizofrenia – tais como a esquizoforia ou humor delirante, o falso reconhecimento, a percepção delirante, a difusão e a influência do pensamento – como um conjunto de fenômenos desprovidos de sentido (Conrad, 1963, p. 29). Soava-lhe uma contradição absurda reunir todos esses fenômenos e em seguida recusar a atribuir-lhes qualquer sentido. Haveria, na postulação do processo, uma verdadeira demissão do pensamento, uma vez que por ela se aguarda a explicação posterior de uma causa física, ao mesmo tempo em que se renuncia a buscar a inteligibilidade do fenômeno em questão. (Teixeira, 2006, p. 111)

Conrad afirma a necessidade de realizar uma análise da vivência esquizofrênica através da *Gestaltanalyse*, ou seja, mediante uma análise da configuração (Teixeira, 2006).

Do mesmo modo, escreve Conrad, que se pode estudar uma música a partir da configuração estrutural de sua partitura, desconhecendo o projeto existencial que motivou seu compositor, eu posso e devo pensar o delírio do paciente em relação ao sistema em que esse delírio se encontra inserido, sem me ocupar com uma suposta interpretação do projeto existencial do ser no mundo. (Teixeira, 2006, p. 112)

A partir dessa concepção de delírio elaborada por Conrad, Teixeira (2006) julga plausível considerar o autor um estruturalista *avant la lettre*. Isso significa dizer que, mesmo antes do desenvolvimento do termo “estruturalismo”, Conrad já apresentava ideias que hoje podem ser inseridas nessa corrente de pensamento. Conrad entende o delírio “[...] na forma de sua inserção como sistema, independentemente do conteúdo particular de seus elementos, na mais estrita observância da abordagem estrutural dos fenômenos da cultura” (Teixeira, 2006, p. 112). Conrad explica a esquizofrenia a partir da linguística da seguinte forma:

Quando se diz que o significante é o que representa o sujeito para um outro significante, supomos que o significante, como tal, nunca se apresenta isolado; ele sempre existe em relação aos demais, posto que não há significante fora da cadeia. Já o signo, por sua vez, é aquilo que se encontra fora da cadeia significante. O signo é, na verdade, um significante desencadeado, e é por se apresentar desencadeado que ele suscita a necessidade de se produzir, a seu redor, uma nova cadeia que lhe dê sentido, ou seja, uma interpretação. Para saber o que o signo quer dizer é necessário re-encadeá-lo numa nova cadeia significante. O delírio seria então uma tentativa de re-encadear um signo, de modo a que ele possa produzir um sentido para o sujeito. Ele engaja o sujeito nessa composição. (Teixeira, 2006, p. 113)

O objetivo de outros quatro artigos incluídos no assunto “Conceitualização e Etiologia” se pautavam na busca da etiologia da esquizofrenia, ou seja, a pesquisa das causas dessa patologia. Os artigos lidos buscaram investigar a relação entre o uso de cannabis e esquizofrenia (Diehl et al., 2010), a constelação familiar e a esquizofrenia (Tekzis, 1987), bem como a sazonalidade de nascimentos e a patologia (Lopes et al., 2011).

Tanto o artigo que visa estabelecer a relação do uso de cannabis e o desenvolvimento da esquizofrenia como o artigo que trata sobre a questão da sazonalidade de nascimentos e a esquizofrenia são baseados na explicação biológica do fenômeno. Os autores de ambos os artigos fazem menção a uma multicausalidade no que diz respeito ao desenvolvimento da psicopatologia, ou seja, atribuem o desenvolvimento da esquizofrenia a uma série de fatores heterogêneos. Apesar disso, na elaboração de suas pesquisas, acabam por priorizar o discurso biologicista, com foco nos mecanismos neurobiológicos, como pode ser observado nas seguintes citações:

Revisões recentes [...] indicam, também, que o abuso frequente de maconha pode aumentar o risco para o desenvolvimento de esquizofrenia e sintomas psicóticos crônicos. O abuso de *cannabis*, portanto, pode ser considerado um dos elementos que compõem uma constelação causal que leva à esquizofrenia no adulto [...] Um possível mecanismo neurobiológico para explicar o prejuízo do abuso de *cannabis* em portadores de esquizofrenia envolve a alteração da sinalização e funcionamento de canabinoides endógenos, como a anandamida e seus análogos. Outra possível explicação parece estar ligada a uma facilitação do sistema dopaminérgico mesolímbico e o envolvimento de outros neurotransmissores gabaérgicos e glutamatérgicos. (Diehl et al., 2010, p. 42)

As hipóteses explicativas para a distribuição desproporcional de nascimentos de esquizofrênicos ao longo do ano têm em comum a ideia de que a estação de nascimento atue como um marcador para fatores não genéticos sazonais que modificariam o risco para esquizofrenia. Dentre os vários fatores candidatos propostos, destacam-se as infecções virais, especialmente pelo vírus influenza, e a deficiência de vitamina D. (Lopes et al., 2011, p. 338)

Os fatores neurológicos e genéticos aparecem como princípios explicativos acerca do desenvolvimento da esquizofrenia. Nesse sentido, os artigos encontrados estão em consonância com a perspectiva apresentada nos principais manuais psiquiátricos. No que diz respeito à etiologia da esquizofrenia, o DSM-5 aponta que:

A estação do ano no nascimento é associada à incidência da esquizofrenia, incluindo fim do inverno/início da primavera em alguns locais e verão para a forma da doença com déficits. A incidência de esquizofrenia e transtornos relacionados é mais alta em crianças que crescem em ambiente urbano e em alguns grupos étnicos minoritários. (APA, 2014, p. 103)

Embora tanto no DSM-5 quanto nos artigos encontrados os fatores biológicos apareçam como os principais determinantes desta psicopatologia, ambos apontam para a impossibilidade de se chegar a resultados conclusivos acerca da etiologia da esquizofrenia, como demonstrado nos seguintes excertos:

Apesar de vários modelos terem sido propostos para explicar a relação etiológica entre abuso de *cannabis* e psicose, até agora nenhuma hipótese conseguiu elucidar todas as associações adequadamente. Dessa forma, os pesquisadores têm atualmente sinalizado para a integração do sistema canabinoide nas atuais hipóteses etiológicas da esquizofrenia. (Diehl et al., 2010, p. 42)

Diferentemente do relatado nos estudos conduzidos no Nordeste brasileiro, não se encontrou um padrão sazonal para o nascimento no grupo geral de pacientes esquizofrênicos. Em latitudes comparáveis às das regiões Sul e Sudeste brasileiras, na Austrália, foi encontrada uma tendência similar à do hemisfério norte, porém sem

significância estatística. Talvez diferenças de latitude e climáticas expliquem os achados discrepantes quanto à sazonalidade de nascimentos na esquizofrenia, ainda que não possamos desconsiderar as limitações impostas ao nosso estudo pelo tamanho amostral [...] Tomados em conjunto, os dados de nosso estudo e os de outras pesquisas sobre o efeito da estação de nascimento sobre o risco para a esquizofrenia reforçam a noção de que múltiplos fatores de risco de pequena magnitude devem interagir de forma complexa para determinar a manifestação da doença. (Lopes et al., 2011, p. 340)

Existe forte contribuição dos fatores genéticos na determinação do risco para esquizofrenia, embora a maioria dos indivíduos com diagnóstico do transtorno não tenha história familiar de psicose. Essa tendência é atribuída a um espectro de alelos de risco, comuns e raros, com cada um contribuindo somente com uma pequena parcela para a variância total da população. Os alelos de risco identificados até agora são também associados a outros transtornos mentais, incluindo transtorno bipolar, depressão e transtorno do espectro autista. (APA, 2014, p. 103)

Quando falamos em etiologia, o conceito de causalidade se torna central. O estudo de Araujo, Dalgarrondo e Banzato (2014) trata da questão da interferência causal principalmente no que diz respeito aos transtornos mentais. Os autores trazem outra perspectiva sobre etiologia e causalidade, que não é biologicista como exposto nos excertos anteriores. Baseiam-se nas publicações de Bradford Hill ¹¹e John L. Mackie¹² para buscar compreender a causa dos transtornos mentais. Bradford Hill foi de extrema importância para a área de medicina, pois se dedicou a

[...] estabelecer padrões para a interpretação dos achados estatísticos que diminuíssem a confusão sobre o que é e o que não é causal na medicina. Seu objetivo naquele artigo era tentar determinar quais características das associações estatísticas serviriam como bons indicadores de que o que se observa estatisticamente é a expressão de uma relação causal subjacente. (Araujo, Dalgarrondo, & Banzato, 2014, p. 56)

¹¹Epidemiologista e estatístico britânico que há quase cinquenta anos apresentou parâmetros para inferência de causas com base em associações estatísticas, que ficaram conhecidas como critérios causais de Hill. Foi um nome importante por renovar a ideia de causa na medicina. (Araujo, Dalgarrondo, & Banzato, 2014)

¹²Filósofo australiano, autor de importante obra sobre causalidade no decorrer dos anos de 1970 e 1980

Tanto Hill como Mackie são autores que se contrapõem à ideia de que a relação entre causa e efeito se dá de modo determinístico; nesse sentido, Araujo et al.(2014) afirmam que há uma consonância entre Bradford Hill e John L. Mackie, pois ambos visaram articular determinismo probabilístico e multicausalidade. A relação direta entre causa e efeito pode ser observada, por exemplo, quando um germe ou bactéria causa uma determinada doença; contudo, a dificuldade de aplicar essa afirmação para os casos de doenças crônicas ou transtornos mentais impulsionou o desenvolvimento da perspectiva de que eventos biológicos também podem se comportar de modo indeterminístico. Os autores afirmam que:

A ideia de causa quase sempre inclui diversos elementos que concorrem para a produção do efeito. Assim, quando falamos que A causa E, estamos quase sempre dizendo que A juntamente com elementos positivos (X) ou negativos (Y) é que produzem o efeito E. Causa quase sempre implica uma conjunção de elementos causais, tanto com participação positiva quanto negativa na geração do efeito. (Araujo et al., 2014, p. 57)

No decorrer do artigo, observamos uma ênfase na ideia de que a descoberta da etiologia dos transtornos mentais é ainda um desafio científico, tendo em vista que para isso é preciso lidar com um conjunto de fatores causais complexos que atuam de forma conjugada— ideia essa que se diferencia das concepções estritamente biologicistas, que compreendem o fenômeno a partir de uma lógica mecânica de causa e efeito. John L. Mackie, autor estudado por Araujo et al. (2014), dedicou-se ao desenvolvimento de uma teoria capaz de dar conta de todos esses fatores causais complexos, fundando para isso o conceito de condição INUS¹³. Os autores exemplificam como essa teoria funcionaria no estudo da etiologia da esquizofrenia:

Pensemos, por exemplo, no caso da esquizofrenia: há uma infinidade de fatores participando da causação dessa doença. Entre eles, há o abuso de maconha (A), idade paterna elevada (X), migração (Y), urbanicidade (Z); uma condição INUS pode ser a combinação em que esses elementos estejam envolvidos e em que o abuso de maconha, naquelas circunstâncias, seja necessário para o aparecimento do efeito esquizofrenia. Perceba-se que essa forma de análise exige significativa modificação das análises estatísticas e modifica o foco de relações biunívocas para passarmos a pensar em causa

¹³ A sigla, em inglês, significa: *Insufficient but Necessary part of a condition which is itself Unnecessary but Sufficient*; no artigo, a tradução para o português é: uma parte insuficiente, mas necessária, de uma condição que não é necessária, mas é suficiente.

como formada por conjuntos de múltiplos elementos (nem todos eles conhecidos). (Araujo et al., 2014, p. 60)

A compreensão da multicausalidade e dos fatores causais complexos pode ser considerada um avanço no que diz respeito ao estudo da etiologia dos transtornos mentais, quando comparamos essa perspectiva com a compreensão reducionista de causa e efeito. O entendimento acerca da compreensão multicausal das doenças é importante para nosso objetivo de analisar o sistema de conceitos na esquizofrenia, uma vez que essa perspectiva perpassa não só a maioria das publicações sobre essa temática, como também os principais manuais psiquiátricos e os documentos oficiais da Organização Mundial de Saúde que, por sua vez, fundamentam e embasam não só a produção científica da área, como também a atuação prática de profissionais que lidam com essa forma de sofrimento psíquico.

Apesar de a teoria multicausal ser caracterizada como um avanço no que diz respeito à compreensão das causas da esquizofrenia, por incluir aspectos referentes à organização social e cultural entre os fatores determinantes do processo saúde-doença, o faz de modo a colocá-los como hierarquicamente equivalentes a outros aspectos que juntos compõem as causas das doenças (Barata, 2005). Por essa razão, consideramos que o modelo multicausal vai na contramão dos pressupostos do materialismo histórico-dialético, por tornar obscura a relação entre os processos econômicos e sociais e a produção da saúde e da doença. Retomaremos essa discussão de forma mais aprofundada adiante, no terceiro subitem da presente seção.

O que podemos concluir da leitura dos artigos incluídos nesse grupo é que de modo geral a psicologia e a psiquiatria baseiam-se em uma compreensão biológica do fenômeno ou atribuindo o desenvolvimento da esquizofrenia a uma série de fatores conjugados. Outra tendência observada, na contramão da anteriormente citada, é a compreensão idealista da esquizofrenia, que para as orientações pós-modernas, não existe como um processo psicopatológico, mas sim como uma forma de discurso.

No próximo subitem apresentaremos os artigos que versam sobre a sintomatologia e o diagnóstico da esquizofrenia,

2.3.2 Sintomatologia e Diagnóstico

O segundo grupo de assunto, denominado “Sintomatologia e Diagnóstico”, engloba os artigos cujos objetivos dizem respeito ao estudo e descrição dos sintomas presentes no quadro

de esquizofrenia, bem como os critérios diagnósticos necessários para a identificação de tal patologia. Foram incluídos treze artigos nesse eixo; no entanto, observamos a necessidade de separá-los em subdivisões, tendo em vista que essa temática foi abordada de diversas maneiras. Nesse eixo, observamos que a descrição de aspectos da sintomatologia foi a forma de pesquisa mais encontrada. Dividimos esse assunto em três subdivisões expostas a seguir.

2.3.2.1 Esquizofrenia de forma secundária

A primeira subdivisão diz respeito aos artigos que tratam da esquizofrenia de forma secundária, ou seja, apesar de abordarem sintomas e questões que podem ser pertinentes ao estudo da esquizofrenia, não apresentam essa psicopatologia como foco. Três artigos foram incluídos neste subitem.

O artigo que trata sobre síndromes disexecutivas, de Borges et al. (2010), pode ser considerado um exemplo dos artigos que foram incluídos no subitem acima referido. Os autores deste artigo afirmam que as funções executivas englobam uma série de habilidades cognitivas diferentes, como o planejamento, a alternância de conceitos, a tomada de decisão e a memória. Em síntese, as funções executivas podem ser definidas como a habilidade de traçar estratégias para atingir objetivos futuros. Nesse sentido, entende-se que as síndromes disexecutivas podem se apresentar de diversas formas, desde a apatia e desinibição até o comprometimento de funções cognitivas (como desatenção e déficits de memória), e podem ser observadas em inúmeras condições neuropsiquiátricas, como transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), traumatismos cranioencefálicos (TCE) e na esquizofrenia (Borges et al., 2010).

A produção de Fonseca et al. (2008), por sua vez, estuda uma versão brasileira para a avaliação de déficits na comunicação. Esse instrumento foi desenvolvido e adaptado com o objetivo de avaliar os distúrbios comunicativos em pessoas com lesão no hemisfério direito do cérebro. Todavia, os autores afirmam que o instrumento também pode auxiliar na investigação dos déficits da comunicação em outros quadros, como traumatismos cranioencefálicos, demências, tumores cerebrais, e psicopatologias como a esquizofrenia e a Síndrome de Asperger (Fonseca et al., 2008).

O terceiro estudo que incluímos neste subitem objetiva traçar o perfil de internos suicidas de uma instituição psiquiátrica a partir de uma pesquisa retrospectiva dos internos com óbito por suicídio. Nesse contexto, a esquizofrenia é tratada como uma característica clínica de 55% dos casos estudados, sendo o subtipo paranoide presente em 40% dos casos. Nesse estudo, a esquizofrenia aparece como uma entre outras características dos internos com óbito por

suicídio. Esse tipo de trabalho tem sua importância no que diz respeito à verificação do risco de suicídio em pessoas diagnosticadas com esquizofrenia, porém não nos traz informações mais específicas sobre nosso objeto de estudo.

Esse grupo de artigos é importante por esmiuçar sintomas e questões que perpassam diversas patologias. Contribui com nosso trabalho no sentido de demonstrar de um modo geral como o sofrimento psíquico tem sido pesquisado cientificamente, apesar de não tratarem especificamente da esquizofrenia.

No próximo subitem apresentaremos as pesquisas que descrevem a sintomatologia própria da esquizofrenia.

2.3.2.2 Sintomatologia da esquizofrenia

A segunda subdivisão do grupo “Sintomatologia e Diagnóstico” engloba seis artigos que descrevem sintomas específicos da esquizofrenia focando nessa psicopatologia, ao contrário do subgrupo de artigos apresentados anteriormente.

Destes, dois artigos se baseiam em estudos de casos graves de esquizofrenia com sintomatologia pouco comum, como a automutilação ocular, que é considerada uma das formas mais críticas de automutilação observada em pessoas com transtornos mentais. Nucci e Dalagarrondo (2000) relataram seis casos de automutilação ocular, e no decorrer do artigo visaram traçar fatores associados a esse comportamento. A partir dos casos relatados e de uma revisão de literatura, concluíram que a automutilação ocular ocorre mais comumente em casos de esquizofrenia com delírios e alucinações de cunho místico-religioso. Teixeira, Meneguette e Dalagarrondo (2012) também apresentam um caso extremamente raro, não sendo encontrado nada parecido na literatura. Os autores relatam o caso de um jovem que cometeu “[...] matricídio, seguido de canibalismo e automutilação do pênis e mão direita em primeiro surto psicótico, motivado por delírio religioso” (Teixeira, Meneguette, & Dalagarrondo, 2012, p. 185). Esses dois artigos referem-se a casos raros e uma sintomatologia pouco comum em pessoas com esquizofrenia.

Também encontramos estudos que se dedicaram à explanação dos sintomas ditos “clássicos” da esquizofrenia, como os prejuízos das capacidades cognitivas, que são pesquisados desde Kraepelin e Bleuler (Monteiro & Louza, 2007). Essa pesquisa em específico foi incluída em duas categorias de análise, pois além de descrever as alterações cognitivas presentes na esquizofrenia, também aborda a questão das estratégias de tratamento medicamentoso para o controle de tais alterações (Monteiro & Louza, 2007).

Caixeta e Nitrini (2002) dissertam sobre a aplicação do construto “Teoria da mente” para compreender determinados sintomas da esquizofrenia e do autismo infantil. A definição do que seria essa teoria foi apresentada da seguinte forma no artigo: “[...] uma habilidade que nos permita desenvolver uma medida (isto é, um sistema de referências que viabilize comparações entre nosso mundo interno, subjetivo e o mundo externo, dos outros) daquilo que os outros pensam, sentem, desejam, acreditam, duvidam” (Caixeta & Nitrini, 2002, p. 106).

O déficit na habilidade de refletir sobre representações e manipulá-las mentalmente é tido como o principal responsável pelos sintomas esquizofrênicos. A dificuldade de comunicação e a desorganização da ação presentes na esquizofrenia são interpretadas por esses autores como frutos de uma consciência deficitária tanto dos próprios objetivos da pessoa esquizofrênica como também das próprias intenções. De modo similar, a consciência deficitária das intenções de outras pessoas contribuiria para as ideias delirantes de perseguição e autorreferência. Também a dificuldade em interagir apropriadamente com o meio social (falta de tato social), outra característica marcante no Autismo e na Esquizofrenia, pode ser entendida como um reflexo da incapacidade na Teoria da Mente (Caixeta & Nitrini, 2002).

O estudo desenvolvido por Mella, Dantas e Banzato (2011) segue o mesmo padrão do artigo anterior, visando compreender como se dá o insight (ou seja, o reconhecimento das manifestações patológicas advindas da esquizofrenia) em pessoas diagnosticadas com esquizofrenia. Questiona se o comprometimento do insight é uma consequência dos sintomas psicóticos ou se pode ser considerado como uma dimensão sintomatológica independente na esquizofrenia. Apesar dessa indefinição, os autores apontam para estudos que afirmam que grande parte dos pacientes diagnosticados com esquizofrenia não possuem consciência de seus sintomas, tais como delírios e alucinações, e também dizem não possuir transtorno mental.

O último artigo incluído neste subitem trata da esquizofrenia em comorbidade com a depressão. O objetivo deste artigo foi estabelecer a prevalência da depressão em pessoas diagnosticadas com esquizofrenia investigando sua relação com a qualidade de vida. Para isso, os autores fizeram uso da escala de depressão na esquizofrenia (ECDE), instrumento que possibilita a discriminação de sintomas depressivos e sintomas negativos da esquizofrenia, bem como a gravidade de tais sintomas. A partir de uma análise estatística, os autores encontraram um grande número de pacientes com sintomatologia depressiva. A esquizofrenia associada à sintomatologia depressiva pode indicar um quadro clínico mais grave, o que gera um impacto na qualidade de vida do paciente e demanda, portanto, a necessidade de um tratamento mais intensivo (Cardoso et al., 2007).

Observamos nos artigos pesquisados a tendência de pesquisa descrita por Skalinski e Praxedes (2003). Os autores descrevem a predominância de metodologias nas pesquisas na área da saúde que fragmentam o sujeito, significa dizer que a ciência médica hegemonicamente, e portanto, também a ciência da psiquiatria operam predominantemente com a dissociação das esferas psíquicas, social e biológicas. Nesse movimento, a metodologia predominante no campo de saúde perde de vista a materialidade, a realidade social, que engendra essa expressão do adoecimento psíquico (Skalinski & Praxedes 2003).

Os autores (Skalinski & Praxedes, 2003) afirmam que o “[...] estudo do processo saúde-doença vem sendo discutido pela clínica, a partir de um paradigma reducionista, que analisa o homem como um agregado de funções biológicas e físicas, recorrendo limitadamente às suas características sociais, psíquicas e enquanto parte integrante de uma sociedade” (p.308).

Nesse sentido, a psicologia histórico-cultural pode contribuir na construção de uma compreensão materialista da esquizofrenia que não a reduza, por um lado, às manifestações estritamente biológicas ou, por outro, às manifestações meramente psíquicas. A psicologia histórico-cultural viabiliza a compreensão dialética dos fenômenos e suas múltiplas determinações, ou seja, nos oferece a base para pensar a esquizofrenia como um processo psíquico engendrado pela materialidade.

2.3.2.3 Avaliação e psicodiagnóstico da esquizofrenia

A terceira subdivisão do grupo “Sintomatologia e Diagnóstico” diz respeito à avaliação e ao psicodiagnóstico da esquizofrenia. Nesta subdivisão, foram incluídos cinco artigos: três deles se propõem a avaliar determinadas alterações das funções psíquicas na esquizofrenia, como por exemplo, a percepção (Simas et al., 2011, Serrani, 2010).; dois tratam da questão do diagnóstico sob o viés da psicanálise focando nas mudanças no sistema de classificação diagnóstica das doenças mentais, em especial, sobre o enfraquecimento do termo psicose (Santos, 2000; Tenório, 2016). Esses artigos apresentam a preocupação de avaliar tais alterações precocemente, ou seja, visam avaliar déficits que possam indicar um alto risco para o desenvolvimento da esquizofrenia.

Simas, Nogueira, Menezes, Amaral e Santos (2011) investigam a possibilidade de o diagnóstico da esquizofrenia ser realizado por meio da avaliação das alterações sensório-perceptuais. Para isso, as autoras investigam meios de se mensurar as alterações de percepções visuais de forma e tamanho que precedem a eclosão do surto na esquizofrenia e que, por suas

características, permitiriam o diagnóstico e o tratamento precoce do paciente (Simas et al., 2011).

Serrani (2010) elege os déficits cognitivos como os elementos centrais da esquizofrenia. De acordo com o autor, os déficits neuropsicológicos têm sido detectados em indivíduos com risco ultra-alto de desenvolver psicose. Por essa razão, o autor coloca como objetivo de sua pesquisa a detecção dessas deficiências nos indivíduos, o que permitiria a previsão das áreas cerebrais mais afetadas, mesmo quando os sintomas típicos de psicose ainda não estão presentes. Tal avaliação precoce possibilitaria começar um programa de reabilitação neurocognitiva, aumentando as habilidades cognitivas e atrasando o primeiro episódio psicótico.

Em nossa pesquisa bibliográfica também encontramos dois artigos elaborados sob a perspectiva da psicanálise. Um deles com o objetivo de compreender a sintomatologia da esquizofrenia a partir do psicodiagnóstico de Rorschach¹⁴ e o segundo com o objetivo de dissertar sobre as mudanças nas categorias diagnósticas da esquizofrenia nos atuais manuais psiquiátricos e a supressão da categoria de psicose nesse processo.

De acordo com Santos (2000), as respostas ao psicodiagnóstico de Rorschach podem ser interpretadas como indicadores do mundo representacional internalizado do sujeito e por essa razão, podem fornecer pistas sobre a organização dinâmica da personalidade, que se revelam valiosas do ponto de vista diagnóstico e prognóstico (Santos, 2000).

O autor aplicou o psicodiagnóstico de Rorschach em uma quantidade determinada de indivíduos diagnosticados com esquizofrenia e a partir dos resultados obtidos por meio dessa aplicação, chegou à conclusão de que os mesmos apresentam um comprometimento na estrutura representacional. O autor sistematiza os resultados obtidos da seguinte forma:

O mundo interno dos portadores de transtorno esquizofrênico mostrou-se precariamente ordenado e integrado, com acentuada indiferenciação entre o Eu e o objeto, o que leva a uma cisão severa das funções psíquicas (percepção, cognição e afetividade) [...] Esses indícios correspondem a uma identidade mal diferenciada, infiltrada pela confusão dos limites entre sujeito e objeto, que se defronta com a perda tanto do sentimento de permanência do objeto, como do sentido de continuidade e coesão do self, o que impede

¹⁴ O psicodiagnóstico de Rorschach é um teste projetivo composto por dez pranchas com figuras de borrões de tinta. O indivíduo deve responder o que enxerga nos borrões de tinta, ou seja, quais associações são provocadas pelas imagens. Através desse procedimento, o teste visa avaliar uma série de aspectos referentes a personalidade do indivíduo, como seus afetos e seu humor (Santos, 2000).

o acesso a uma representação de si integrada e a relações objetais mais maduras. A escassa projeção de dinamismo e de atividade interacional nos perceptos denota o recurso à restrição maciça da expressão das necessidades emocionais como forma de auto-contenção dos impulsos. Trata-se de um mecanismo de defesa básico contra a marcada imaturidade afetiva. Com isso, fracassam os esforços para o estabelecimento de um padrão de relações interpessoais mais genuínas, que exigem trocas afetivas com o meio, resultando no empobrecimento da personalidade. A dissociação, vivida ao nível do Eu, do objeto e da percepção, pode assim repercutir também no aprofundamento das dificuldades de adaptação social, que intensificam a dissensão do grupo investigado em relação ao pensamento coletivo. (Santos, 2000, p. 76)

O segundo artigo baseado na perspectiva psicanalítica incluído nesse subitem diz respeito às mudanças no sistema de classificação diagnóstica das doenças mentais, em especial sobre o enfraquecimento da categoria de psicose e a esquizofrenia como a única psicose. Tenório (2016) realiza um diálogo entre psicanálise e psiquiatria, preocupando-se também em considerar a relação existente entre tais mudanças diagnósticas e os processos econômicos e sociais que contribuíram para tal processo. Em um primeiro momento, o autor realiza uma retomada histórica dos termos “psicose”, “demência precoce”, “paranoia” e, por fim, “esquizofrenia”. Tenório (2016) afirma que o termo psicose foi criado para denominar as manifestações psíquicas da doença mental, diferenciando-as das alterações no sistema nervoso, ou seja, das neuroses:

A noção de psicose foi a categoria que, durante quase dois séculos, especificou a psiquiatria. Em seu sentido forte, ela definia ou define uma estrutura psíquica de fundo – um modo específico de construção e funcionamentos subjetivos – oposta à neurose, e cuja expressão em sintomas pode variar muito. (Tenório, 2016, p. 943)

Os manuais de psiquiatria como o DSM e o CID, nas suas versões atuais, renunciaram qualquer categoria que implicasse em pressupostos teóricos e psicodinâmicos, ou seja, são manuais que se proclamam a-teóricos. Em razão disso, o termo psicose foi abandonado pela psiquiatria e para designar tal manifestação do sofrimento psíquico foi eleito o termo “esquizofrenia”, cunhado por Bleuler.

A partir do olhar da psicanálise, o artigo apresenta uma série de implicações da compreensão hegemônica biológico-cognitiva acerca dos processos patológicos, como por

exemplo, a relação existente entre o modelo descritivo, supostamente a-teórico dos atuais manuais psiquiátricos, e a indústria farmacêutica. Apesar de concordarmos com a relação estabelecida entre os processos econômico-sociais e as mudanças de paradigma na classificação das doenças mentais, o autor traz uma perspectiva acerca da esquizofrenia que não podemos deixar de questionar, por estar em dissonância com os pressupostos da psicologia histórico-cultural. Tenório (2016) afirma que:

Perdeu-se, enfim, qualquer aproximação com a ideia da psicose como um funcionamento subjetivo que, diferente de ser um déficit das funções psíquicas (afeto, sensopercepção, pensamento, linguagem, vontade, motricidade, etc.) é um modo específico pelo qual o sujeito responde às exigências da vida. Neste último sentido, os fenômenos psicóticos apresentados por um paciente, diferentes de ser sem ordem (aludimos ao termo disorder), devem ser lidas como uma produção que tem sua lógica própria e que singulariza o sujeito. (Tenório, 2016, p. 959)

Nesse sentido, concordamos que a esquizofrenia é um processo psicopatológico que deve ser compreendido em sua íntima relação com os modos pelos quais a vida é vivida em determinado momento histórico. Contudo, novamente notamos a prevalência da tendência metodológica predominante na área da saúde, qual seja, a dissociação das esferas bio, psico, social.

No próximo subitem apresentaremos os artigos que se relacionem com a temática do tratamento da esquizofrenia.

2.3.3 Tratamento/atenção/cuidado/família

A última categoria de análise dos artigos, denominada “Tratamento/atenção/cuidado/família”, englobou treze artigos. Três deles, ao invés de focalizarem a pessoa com esquizofrenia, tratam dos grupos envolvidos nos cuidados dos mesmos (tanto familiares, como profissionais). Todos os artigos incluídos neste subgrupo ressaltam a importância da intervenção não de maneira exclusiva com a pessoa que manifesta os sintomas da esquizofrenia, mas também com seus cuidadores e familiares, bem como com os profissionais da área. Entendemos que tais estudos representam um avanço em relação à concepção médico-biológica, que baseia todo o tratamento da pessoa com esquizofrenia na atenuação dos sintomas por meio da medicação. Silva e Santos (2009) ressaltam a:

[...] importância da continuidade do processo de abertura, nos centros de saúde mental, de espaços de acolhimento para os familiares [...] Conhecer as especificidades das sobrecargas e identificar as necessidades de cada familiar no momento em que chega ao serviço são pré-requisitos fundamentais para incrementar a efetividade das intervenções a serem desenvolvidas junto à clientela. A experiência de sentir-se compreendido, em sua unicidade e singularidade, pelo profissional que o acolhe é, sem dúvida, um fator essencial na aderência dos familiares às intervenções em saúde mental. (Silva & Santos, 2009, p. 92)

Quatro desses treze artigos têm como foco a avaliação da qualidade de vida de indivíduos com esquizofrenia. Os artigos analisaram diversos aspectos de indivíduos com diagnósticos de esquizofrenia, como a esfera afetiva, ocupacional e a percepção de mudanças pelo próprio paciente em função do tratamento recebido em serviços de saúde mental. A perda da autonomia, bem como os estigmas e preconceitos são temas que perpassam tais artigos, entendidos como fatores que atrapalham o desenvolvimento da qualidade de vida das pessoas diagnosticadas com esquizofrenia.

A perda dos vínculos e oportunidades (laborais especialmente) após o início da doença é onipresente na vida de pessoas com esquizofrenia. Dor, depressão e vontade de morrer apareceram no discurso dessas pessoas. De fato, por que seguir vivendo, se em geral, suas experiências subjetivas não são consideradas importantes, não possuem parceiros e nem projetos pessoais, não conseguem se realizar profissionalmente e dependem de outras pessoas? [...] O combate ao estigma é outro desafio, pois exige mudanças no imaginário social. Desenvolver mecanismos para ampliar o acesso à informação e ao conhecimento sobre a doença seria o meio mais viável de obter alguma evolução neste sentido (Wagner et al., 2011, p. 406)

Ponderar a importância de oferecer cuidados também às famílias dos indivíduos com esquizofrenia e colocar a qualidade de vida dos mesmos como o objetivo central de pesquisas científicas é um movimento muito recente. Isso porque historicamente a loucura foi associada a um valor essencialmente negativo, valor que se relaciona, por exemplo, com as noções de periculosidade e incompreensão. Tal valor, por se expressar nas relações sociais, anula o poder de troca de tais indivíduos. A ideologia que permeou o período manicomial foi construída tendo

como base esses valores negativos atribuídos à pessoa em sofrimento psíquico; por esse motivo, o isolamento social era uma premissa. Ao despojar o indivíduo de suas relações cotidianas, da sua rotina, do contato com a família e com o trabalho, o manicômio acabava por cronificar os sintomas apresentados e toda manifestação que pudesse ser uma tentativa de restabelecer intercâmbios sociais era compreendida como uma mera manifestação da doença. Assim, toda e qualquer tentativa de troca era anulada e, por esse motivo, considera-se o manicômio como sendo o local da troca zero (Kinoshita, 2010).

As recentes publicações, tais como os artigos que encontramos, chegam à conclusão comum de que está posta a necessidade de criar estratégias que possibilitem ao indivíduo com esquizofrenia desenvolver vínculos sociais, e que promovam a reabilitação psicossocial em prol de uma autonomia. Apesar de os artigos lidos contribuírem nesse sentido, observamos algumas questões que devem ser pontuadas, a fim de demarcarmos nossa perspectiva teórico-metodológica.

Três dos quatro artigos que tratam sobre a qualidade de vida dos indivíduos com esquizofrenia se valem da metodologia quantitativa para a realização de suas pesquisas. Isso significa que abordam as categorias de “experiência subjetiva da esquizofrenia”, “qualidade de vida” e “afetividade do indivíduo com esquizofrenia” como construtos que podem ser mensurados empiricamente por meio de instrumentos psicotécnicos e que a interpretação dos dados coletados é realizada a partir de uma análise estatística.

Cesari e Bandeira (2010) estudam a relação existente entre a qualidade de vida e a percepção de mudanças advindas do tratamento de pessoas com esquizofrenia, utilizam um instrumento que dispõe de 21 itens para a análise da qualidade de vida dos indivíduos entrevistados.

A objetividade na produção do conhecimento, observada nos artigos encontrados em nossa pesquisa bibliográfica, tem origem na tentativa histórica da psicologia se consolidar e ser reconhecida como uma ciência, e para isso é posta a necessidade de se aproximar das ciências naturais, que têm como característica elaborar conhecimentos livres de juízos, pressupondo a possibilidade da produção de conhecimento ser neutra (Lowy, 1987).

Cardoso, Caiaffa, Bandeira, Siqueira, Abreu e Fonseca (2006) fazem uso de fórmulas estatísticas para calcular as probabilidades de um indivíduo de ser classificado em cada uma das categorias de qualidade de vida:

Partindo da primeira equação, $\log(p1) = \alpha1 + \beta'x$, $1 - p1$ onde $\alpha1$ é a constante e β' o vetor dos coeficientes associados às covariáveis (x), calculou-se a probabilidade do

paciente ter a qualidade de vida muito comprometida (p_1). Com base nesta, calculou-se a probabilidade do paciente ter qualidade de vida comprometida (p_2) por meio da equação $\log(p_1 + p_2) = \alpha_2 + \beta'x$. $1 - p_1 - p_2$. (Cardoso et al., 2006, p. 1305)

Freire e Iglésias (2014) objetivaram estudar a afetividade na vida cotidiana de pessoas com esquizofrenia e para isso, solicitaram que os participantes da pesquisa respondessem a um conjunto de dezenove itens relativos às suas emoções e sentimentos a partir da escala Likert (escala de 0 –nada – a 12 –máximo):

Os dezenove itens da componente afetiva foram submetidos à Análise Fatorial (AF), no sentido de fundamentar a conceptualização de uma componente de afetividade positiva e uma negativa. Os resultados obtidos a existência de dois fatores que explicam 65,17% da variância, integrando todos os itens envolvidos: o Fator I, que explica 35,3%, correspondendo à afetividade positiva; e o Fator II, que explica 29,8%, correspondendo à afetividade negativa. (Freire & Iglésias, 2014, p. 639)

A qualidade de vida, a afetividade humana, as emoções e os sentimentos são compreendidos pelos autores como fenômenos passíveis de quantificação, assim como a pressão arterial ou os batimentos cardíacos. Por essa razão, afirmamos que os autores transpõem o modelo metodológico científico-natural às ciências humanas e sociais. Löwy (1987) explica a razão pela qual essa transposição é impossível:

[...] a objetividade nas ciências da sociedade não pode consistir no estrito molde do modelo científico-natural e que, ao contrário do que pretende o positivismo em suas múltiplas variantes, todo conhecimento e interpretação da realidade social estão ligados, direta ou indiretamente, a uma das grandes visões sociais de mundo, a uma perspectiva global socialmente condicionada [...]. (Löwy, 1987, p. 13)

É possível constatar a perspectiva científico-natural dos processos psíquicos em outros três artigos que foram incluídos na categoria de “Tratamento/atenção/cuidado/família”, e que abordam a questão do tratamento farmacológico e psicológico da esquizofrenia. Um deles faz um relato de caso e os outros dois focam no tratamento farmacológico da esquizofrenia. Conceber o tratamento farmacológico como a principal intervenção nos casos de esquizofrenia significa entendê-la como um processo prioritariamente biológico e neuroquímico.

Na lógica da perspectiva biomédica, se a esquizofrenia é entendida como o resultado de uma determinação genética, ou de anormalidades anatômicas e funcionais no lobo frontal e temporal, ou ainda de alterações bioquímicas no sistema dopaminérgico, o tratamento prioritário para essa condição só poderia ser também bioquímico, como podemos observar nas seguintes citações:

O sistema dopaminérgico parece funcionar em excesso durante os surtos psicóticos. Essa hiperfunção dopaminérgica desempenha um papel patogênico na esquizofrenia, tendo dado origem à chamada “hipótese dopaminérgica da esquizofrenia”. Essa hipótese tem como base os resultados de estudos farmacológicos com drogas que alteram o sistema dopaminérgico [...] verificou-se que a eficácia clínica das drogas antipsicóticas está ligada à sua ação antidopaminérgica. A correlação entre a eficácia clínica das drogas antipsicóticas e a ação antagonista dos receptores de dopamina é a base mais sólida da hipótese dopaminérgica da esquizofrenia. (Alves &Silva, 2001, p. 16)

[...] o fator determinante para o aparecimento da esquizofrenia é o fato de os pais biológicos serem psicóticos, pois seus filhos tiveram maior probabilidade de desenvolver a esquizofrenia do que crianças adotadas, filhas de pais não esquizofrênicos. Embora os fatores genéticos tenham papel importante na esquizofrenia, o mecanismo preciso de sua transmissão ainda não é conhecido. (Alves &Silva, 2001, p. 15)

Nos artigos que apresentam uma concepção biológica da esquizofrenia, há a menção aos fatores ambientais, que aparecem de forma superficial, como na citação seguinte:

Fatores ambientais como tensão psicológica, complicações obstétricas, problemas nutricionais e mesmo infecções viróticas do cérebro também podem contribuir para o aparecimento ou agravamento da esquizofrenia [...] estudos com ressonância magnética e exames radiológicos por tomografia computadorizada indicam que o cérebro de pacientes esquizofrênicos apresenta anormalidades estruturais e fisiológicas. Essas anormalidades incluem: a) o aumento dos ventrículos cerebrais; b) dilatação do sulco cortical; c) redução no tamanho de algumas estruturas do lobo temporal (como hipocampo, amígdala e giro hipocampal); d) hipometabolismo do córtex pré-frontal

dorsolateral durante tarefas neuropsicológicas; e até e) disfunções hemisféricas. (Alves & Silva, 2001, p.15)

A psicologia, ao se apropriar dos métodos de investigação das ciências naturais, acaba por entender os processos humanos de forma fragmentada, abrindo mão de compreender o psiquismo humano em sua totalidade, como produto de suas múltiplas determinações. O método empírico, utilizado por essas abordagens, apreende a manifestação fenomênica dos processos psíquicos e os analisa de forma mecânica e superficial, sem estabelecer um movimento dialético de análise que possibilite a reconstrução da teia de relações que constitui o objeto da psicologia. Nesse sentido, Vigotski (1999) afirma que a psicologia objetiva ou empiricista opera com a redução do complexo ao simples.

Objetivamos, neste item, traçar um breve panorama acerca das recentes publicações da psicologia acerca da esquizofrenia. Observamos uma carência de publicações que prezem pela análise materialista histórica da realidade e, portanto, dos fenômenos relacionados à psicologia e à saúde. Por essa razão, coloca-se como tarefa da psicologia histórico-cultural a explicação dos sofrimentos psíquicos a partir de pressupostos que elucidem e não ocultem a relação intrínseca existente entre os processos econômicos, políticos e sociais e os processos de saúde e doença.

No próximo subitem abordaremos a concepção social do processo saúde-doença, no sentido de traçar as possíveis contribuições que a psicologia histórico-cultural pode oferecer ao estudo da esquizofrenia, em específico ao estudo da organização do pensamento nessa forma de adoecer, buscando juntar esforços no sentido de romper com a compreensão mecanicista e fragmentada imposta pela psicologia objetiva.

2.4 Esquizofrenia enquanto fenômeno que parte da materialidade: a determinação social do processo saúde-doença

A preocupação científica com a relação existente entre as condições sociais de vida e o processo saúde-doença tem seu surgimento histórico no contexto da revolução industrial na Europa. No período anterior à revolução industrial, a Inglaterra era um país formado por cidades pequenas, com poucas regiões industriais e a população rural era dispersa (Engels, 2008). Com a transformação no modo de produzir a vida; com o surgimento das máquinas a vapor e aquelas destinadas a processar o algodão; com a extinção da classe dos tecelões e agricultores e o surgimento da classe proletária, destituída de toda e qualquer propriedade que não fosse sua

força de trabalho, houve também a transformação do espaço físico do país (Engels, 2008). A Inglaterra se transformou, nas palavras de Engels (2008), em:

[...] um país ímpar, com uma capital de 2,5 milhões de habitantes, imensas cidades industriais, uma indústria que fornece produtos para o mundo todo e que fabrica quase tudo com a ajuda das máquinas mais complexas, com uma população densa, laboriosa e inteligente, cujas duas terças partes estão ocupadas na indústria e constituem classes completamente diversas das anteriores [...] Surgiram assim as grandes cidades industriais e comerciais do Império Britânico, onde pelo menos três quartos da população fazem parte da classe operária e cuja pequena burguesia se constitui de comerciantes e de pouquíssimos artesãos. (Engels, 2008, pp. 58-59)

A formação dos centros urbanos e a grande concentração populacional vivendo em condições precárias agravaram a situação de saúde da classe trabalhadora. Engels (2008) faz uma minuciosa descrição das vilas nas quais os trabalhadores viviam naquele momento histórico, ressaltando toda a insalubridade e o seu prejuízo para a saúde dos mesmos. De acordo com o autor, as ruas eram sujas, tomadas por detritos vegetais e animais em decomposição, não havia esgoto ou canais de escoamento, a circulação de ar era precária, o que levava a uma péssima qualidade do ar nas zonas operárias. Engels (2010) diz que:

[...] na Inglaterra a sociedade comete, a cada dia e a cada hora, o que a imprensa operária designa, a justo título, como assassinato social; [...] ela pôs os operários numa situação tal que não podem conservar a saúde nem viver muito tempo; que ela, pouco a pouco, debilita a vida desses operários, levando-os ao túmulo prematuramente. [...] a sociedade sabe o quanto essa situação é prejudicial à saúde e à vida dos operários e que, apesar disso, nada faz para amenizá-la [...] ela conhece as consequências de seu sistema e que, portanto, seu modo de agir não constitui um simples homicídio, mas um assassinato qualificado [...] É evidente que uma classe que vive nas condições anteriormente descritas, desprovida dos meios para satisfazer as necessidades vitais mais elementares, não pode gozar de boa saúde nem chegar a uma idade avançada. (Engels, 2008, p. 137)

Engels (2008), em sua produção intitulada *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, foi um dos primeiros autores a relacionar a conjuntura econômico-social aos problemas de saúde da população, não só os problemas físicos de saúde, mas também no que

diz respeito à saúde mental dos trabalhadores. Na seguinte citação, Engels (2008) relaciona as condições de vida da classe trabalhadora com o desenvolvimento do alcoolismo:

Todas as ilusões e tentações se juntam para induzir os trabalhadores ao alcoolismo. A aguardente é para eles a única fonte de prazer e tudo concorre para que a tenham à mão. O trabalhador retorna à casa fatigado e exausto; encontra uma habitação sem nenhuma comodidade, úmida, desagradável e suja; tem a urgente necessidade de distrair-se; precisa de qualquer coisa que faça seu trabalho valer a pena, que torne suportável a perspectiva do amargo dia seguinte [...] Seu corpo enfraquecido pela atmosfera insalubre e pela má alimentação requer imperiosamente um estimulante externo; a necessidade de companhia só pode ser satisfeita numa taberna, porque não há nenhum outro lugar para encontrar os amigos. Nessas circunstâncias, como poderia o trabalhador deixar de sentir a atração da bebida, como poderia resistir à tentação do álcool? [...] a certeza de esquecer, ainda que por algumas horas de embriaguez, a miséria e o peso da vida – esses e cem outros fatores que operam tão fortemente não nos permitem, na verdade, censurar aos operários sua inclinação para o alcoolismo. Nesse caso, o alcoolismo deixa de ser um vício de responsabilidade individual; torna-se um fenômeno, uma consequência necessária e inelutável de determinadas circunstâncias que agem sobre um sujeito que – pelo menos no que diz respeito a elas – não possui vontade própria, que se tornou – diante delas – um objeto; aqui, a responsabilidade cabe aos que fizeram do trabalhador um simples objeto. (Engels, 2008, p. 142)

Com o desenvolvimento das ciências biológicas e com o surgimento da microbiologia, a saúde passou a ser compreendida essencialmente a partir de fatores naturais e biológicos. O caráter social e econômico do processo saúde-doença, brilhantemente exemplificado no texto de Engels (2008) acima citado, foi mascarado pelo desenvolvimento da perspectiva biológica e da microbiologia enquanto teorias explicativas sobre a determinação das doenças. Como esse assunto se tornou domínio exclusivo da biologia, as causas das doenças passaram a ser entendidas como fenômenos regidos unicamente pelas leis da natureza (Silva, 1985).

A Segunda Guerra Mundial trouxe algumas transformações importantes para o estudo das causas das doenças. O maior contato com o mundo subdesenvolvido possibilitou o entendimento de que muitas vezes uma mesma doença se manifesta de várias formas, com características diferentes, a depender do local e da população acometida. Essa constatação exigiu que a teoria acerca das causas e da distribuição das doenças se acomodasse a essa nova

descoberta. Nesse momento, a cultura passou a ser entendida como um fator modulador, ou seja, moldava a doença, mas não contrariava as leis universais da natureza, que por excelência regiam a ocorrência e distribuição das mesmas (Silva, 1985).

Nesse mesmo período histórico, começaram a surgir nos países industrializados medidas de controle das doenças infecciosas, como as drogas antimicrobianas, as vacinas e inseticidas. Essas medidas de controle foram amplamente eficientes e por essa razão reforçaram o ideário de que a causa das doenças é essencialmente biológica e responde às leis naturais universais. Por outro lado, tais medidas provocaram uma redução na prevalência das doenças infecciosas de modo que o principal problema da saúde pública passou a ser as doenças degenerativas. A monocausalidade, que funcionava como teoria explicativa para as doenças infecciosas, passou a ser insuficiente para explicar as causas das doenças degenerativas (Silva, 1985). Por essa razão, tornou-se necessário o desenvolvimento de outro modelo explicativo para as doenças degenerativas:

A solução foi a teoria da multicausalidade, na verdade uma expansão da monocausalidade. As investigações necessitavam agora de um aperfeiçoamento metodológico. No entanto, mais uma vez o aperfeiçoamento foi na coleta e análise de dados, buscando metodologias que substituíssem a facilidade da constatação laboratorial. O resultado é conhecido de todos. Mas não houve uma alteração nos fundamentos filosóficos da epidemiologia, o princípio explicativo ainda é o mesmo [...] a diferença é que agora fora transformado quase em dogma. (Silva, 1985, p. 381)

A teoria da multicausalidade não pode, então, ser considerada como um verdadeiro avanço teórico, mas sim uma acomodação à teoria monocausal. Apesar de a teoria multicausal ser caracterizada por incluir aspectos referentes à organização social e cultural entre os fatores determinantes do processo saúde-doença, o faz de modo a colocá-los como hierarquicamente equivalentes a outros aspectos que, juntos, compõem as causas das doenças (Barata, 2005). O social é compreendido como um dos fatores que contribuem para o processo de saúde e doença, igualmente como a genética, o ambiente, o modo de vida e os comportamentos individuais.

Os determinantes sociais do processo saúde-doença, ao serem convertidos em meros fatores, são destituídos de sua dimensão social-histórica, perdem seu caráter de formas específicas de relações entre os homens e dos homens com a natureza, facilitando sua simplificação ao serem entendidos como fatores de risco e estilo de vida inadequados, por

exemplo (Arellano et al., 2008). Por essa razão, consideramos que o modelo multicausal segue na contramão dos pressupostos do materialismo histórico dialético.

O materialismo histórico-dialético preza pela análise dos fenômenos em sua totalidade, compreendendo, como já exposto, que a totalidade é qualitativamente distinta da soma de suas partes. Algumas abordagens, dentre elas a teoria da multicausalidade, substituem esse conceito da totalidade pela compreensão de que o todo é formado por partes isoláveis e decomponíveis. (Barata, 2005, p. 15).

Assim sendo, a perspectiva da multicausalidade das doenças promove uma ocultação do vínculo existente entre a organização social e o processo de saúde e doença, privilegiando análises individuais de “estilos de vida”, em detrimento da compreensão desse processo na coletividade (Barata, 2005). Laurell (1982) partilha dessa perspectiva acerca do processo saúde-doença ao afirmar que:

A melhor forma de comprovar empiricamente o caráter histórico da doença não é conferida pelo estudo de suas características nos indivíduos, mas sim quanto ao processo que ocorre na coletividade humana. A natureza social da doença não se verifica no caso clínico, mas no modo característico de adoecer e morrer nos grupos humanos. (Laurell, 1982, p. 3)

A compreensão naturalizada e individualizada do processo saúde-doença deriva de uma concepção liberal da economia e da sociedade, que entende a personalidade e o comportamento dos indivíduos como frutos da escolha individual, determinados pela natureza. De acordo com Fleury-Teixeira (2009), os problemas no âmbito da saúde são:

[...] reduzidos, ao máximo possível, a fenômenos de base puramente natural, doenças cujas explicações só podem ser encontradas na determinação genética e em sua expressão fenotípica vinculada ao ambiente físico e aos comportamentos individuais. Por outro lado, esses comportamentos são tratados como objeto de uma escolha individual que pretende ser essencialmente livre, independente de determinantes sociais. (Fleury-Teixeira, 2009, p. 385)

A partir do exposto, fica evidente a necessidade de desenvolver uma postura crítica frente às visões biomédicas convencionais que promovem uma desarticulação entre saúde/doença e os processos sociais, que naturalizam os fenômenos humanos e adotam uma

perspectiva metodológica que é própria das ciências naturais, oriunda do positivismo e empirismo. A psicologia histórico-cultural, ao postular que o ser humano é um ser essencialmente social, pode contribuir no sentido de uma perspectiva histórico-cultural também acerca da saúde e da doença, que implica no entendimento de que a saúde não pode ser considerada como um fenômeno dissociado desse processo de produzir e reproduzir a vida.

Para prosseguir nosso trabalho, iremos retomar os conceitos da psicologia histórico-cultural que podem contribuir para o entendimento da desagregação do pensamento conceitual na esquizofrenia e suas repercussões para a personalidade, entendimento esse que deve ao mesmo tempo se pautar na materialidade dos processos psíquicos e não recair em explicações naturalizantes dos fenômenos.

3 O desenvolvimento normal do psiquismo como base para a compreensão do desenvolvimento patológico na esquizofrenia

Nosso objetivo neste capítulo é avançar no entendimento sobre a gênese do sofrimento psíquico ao longo do desenvolvimento individual. Discorreremos sobre o processo de estruturação das funções tipicamente humanas a fim de compreender como o pensamento conceitual se desenvolve e qual a importância do mesmo para a formação da personalidade. Vigotski (2012b) evidencia a importância do estudo das funções psíquicas superiores para a compreensão da personalidade:

As funções psíquicas superiores se caracterizam por uma relação especial com a personalidade. Representam a forma ativa das manifestações da personalidade [...] As formas culturais da conduta são, precisamente, as reações da personalidade. Ao estudá-las, não as tratamos como processos isolados, e que se produzem na personalidade, mas com a personalidade em sua totalidade, com a personalidade superior. (Vigotski, 2012b, p. 89)

Sabemos que o ser humano é um ser social, ou seja, seu modo de ser e adoecer está intrinsecamente ligado ao modo como produzimos nossa vida e como transformamos nossa própria natureza, incluindo nosso psiquismo. Desse modo, afirmamos que o sofrimento psíquico se relaciona com o modo de sociabilidade desenvolvida sob os moldes do capitalismo. Apesar disso, cada indivíduo adoece de uma forma singular, de acordo com a estrutura da sua personalidade, das suas vivências e emoções.

Em um primeiro momento abordaremos a questão do desenvolvimento das funções psíquicas superiores como neoformações, sendo o pensamento conceitual a função psíquica mais central para o entendimento da esquizofrenia e da personalidade. Em um segundo momento, iremos expor o desenvolvimento dos conceitos para, enfim, entendermos como se forma a personalidade.

3.1 A lei fundamental do desenvolvimento ontogenético: as funções psíquicas superiores enquanto neoformações.

De acordo com Vigotski (2012b), o estudo das funções psíquicas rudimentares –funções psíquicas que estão presentes em todos os animais superiores desenvolvidos, sem distinção em

relação ao homem social – é fundamental tendo em vista a perspectiva histórica. Afinal, é somente a partir desse estudo que se torna possível compreender a relação entre passado e presente, ou seja, compreender aquilo que o homem é e o que o homem foi. Pretendemos aqui demonstrar a relação entre as etapas iniciais do desenvolvimento humano e as etapas superiores, que surgem a partir do desenvolvimento social do homem, reorganizando e requalificando todo seu psiquismo.

É possível afirmar que um dos objetivos da psicologia de Vigotski consiste em explicar as funções psicológicas superiores a partir do método materialista histórico-dialético. Um dos pressupostos fundamentais desse método de análise é a noção de que todos os fenômenos devem ser estudados em seu movimento e mudança. Ao relacionar tal princípio com o objeto de estudo da psicologia, tem-se que o foco deveria ser dado à reconstrução da origem e ao percurso do desenvolvimento da consciência e dos comportamentos humanos, já que mudanças no modo de produção das sociedades provocam também mudanças na natureza humana, na sua consciência e comportamento.

Vigotski (2012b), por esse motivo, centralizou suas análises no processo de desenvolvimento do psiquismo, postulando a tese de que o desenvolvimento humano não se limita a uma relação complexa entre estímulos e reações. Nas palavras do autor:

Este desenvolvimento não se esgota com a simples complexidade das relações entre estímulos e reações, que já conhecemos na psicologia animal. Tampouco vai pelo caminho do aumento quantitativo e do incremento de suas relações. Há em seu centro um salto dialético que modifica qualitativamente a própria relação entre o estímulo e a reação. (Vigotski, 2012b, p.62)

Para compreender em que consiste o salto dialético que modifica a relação imediata entre estímulo e reação acima citada por Vigotski, é preciso realizar um recuo histórico que possibilite compreender como o desenvolvimento foi concebido pelas principais vertentes da psicologia e porque a tese de Vigotski e seus companheiros se mostra revolucionária frente ao que até então era pesquisado.

Vigotski (2012b) aponta que, apesar da enorme importância do estudo das funções psíquicas superiores, na psicologia tradicional esse conceito aparece nas pesquisas da psicologia infantil de forma ambígua e imprecisa. Não havia se estabelecido, ainda, uma visão metodológica correta sobre como abordar os problemas fundamentais relacionados com tal temática.

A psicologia tradicional estudava as formações e os processos complexos da formação humana a partir da decomposição em seus elementos constitutivos. Dessa forma, acabava por reduzir as propriedades e leis do todo à mera composição dos seus elementos, ou seja, com essa metodologia de estudo as formações psíquicas complexas perdiam sua qualidade fundamental, deixavam de ser elas mesmas ao serem reduzidas aos processos mais elementares. Vigotski (2012b) considera essa maneira de abordar os problemas do desenvolvimento cultural limitada, tendo em vista que o conhecimento acerca dos elementos que compõem esse processo não é suficiente para explicar toda a dinâmica de funcionamento das funções superiores. Dito de outro modo, as propriedades do todo não podem ser explicadas pelo reconhecimento das partes.

Outro limite metodológico, presente tanto na velha psicologia empírica subjetiva como na nova psicologia objetiva (o behaviorismo estadunidense) e na reflexologia russa, é a tendência de situar em uma mesma linha os fatos do desenvolvimento cultural e orgânico do comportamento, considerando ambos como fenômenos da mesma ordem, fenômenos da mesma natureza psicológica. Nesse sentido, apesar das enormes diferenças teóricas existentes entre tais teorias, elas compartilham da mesma atitude analítica, estudando as funções psíquicas superiores a partir dos processos naturais que as integram, reduzindo os complexos processos superiores em elementares e desprezando as leis específicas do desenvolvimento cultural. Tais teorias compartilham, portanto, um pensamento científico não dialético (Vigotski, 2012b).

Vigotski (2012b) considera que tanto os estudos da psicologia objetiva como da psicologia subjetiva possuem caráter atomístico, ou seja, para ambas as teorias é impossível a apreensão adequada da natureza psicológica das funções psíquicas superiores. Tanto uma abordagem como a outra não podem se configurar mais do que como uma psicologia dos processos elementares.

Nesse sentido, é sintomático que na psicologia infantil os estudos se restrinjam somente à primeira idade, ou seja, restrinjam-se ao momento de amadurecimento e desenvolvimento de todas as funções, com exceção das funções psíquicas superiores, que nesse período encontram-se em estado embrionário, ou pré-histórico. É justamente nesse período que prevalece o aspecto natural do desenvolvimento das formas culturais de conduta e que os processos são mais acessíveis a uma análise de caráter elementar.

Vigotski (2012b) utiliza um exemplo para demonstrar a limitação dessa metodologia de estudo. O autor aponta que, para a maioria dos investigadores, a história da evolução da linguagem infantil termina na idade precoce. Entretanto, a partir de uma análise dialética, verifica-se que nessa idade culmina somente o estabelecimento dos hábitos articulatórios, o processo de domínio do aspecto externo e natural da linguagem; na realidade, a criança deu

somente os primeiros passos no caminho do desenvolvimento da linguagem como forma superior e complexa da conduta.

O exemplo evidencia o quanto tais abordagens compreendem o desenvolvimento da conduta somente em relação com o desenvolvimento embriológico do corpo, ou seja, em relação a um processo totalmente biológico. O propósito de Vigotski (2012b) não é subjugar ou rebaixar a importância dos estudos das primeiras fases e momentos do desenvolvimento do psiquismo infantil. O autor inclusive pontua que é impossível estudar a história do desenvolvimento das funções psíquicas superiores sem antes dominar e compreender a pré-história de tais funções, suas raízes biológicas e inclinações orgânicas. O que Vigotski (2012b) pretende evidenciar é que o conceito de funções psíquicas superiores é ignorado pelas pesquisas da psicologia infantil, já que tal psicologia circunscreve o conceito de desenvolvimento psíquico somente ao âmbito biológico das funções elementares, que ocorre em íntima dependência com o amadurecimento cerebral e o amadurecimento orgânico da criança. No que diz respeito ao estudo das formas superiores de conduta, o autor afirma que:

As formas superiores de conduta, que se originam graças ao desenvolvimento histórico da humanidade, se equiparam ou com os processos fisiológicos, orgânicos (com a particularidade de que seu desenvolvimento se limita aos primeiros anos de vida durante os quais aumenta intensivamente o peso do cérebro), ou renunciam a tudo o que é material e iniciam uma vida nova, eterna dessa vez, livre, atemporal no reino das ideias, abrindo-se ao conhecimento intuitivo na forma de “matemáticas do espírito atemporal”. Fisiologia ou matemática do espírito. Tanto um como o outro, mas não a história do comportamento humano como parte da história geral da humanidade [...] a base da psicologia pressupunha leis ou de caráter puramente natural ou puramente espiritual, metafísico, mas em qualquer caso, não leis históricas. (Vigotski, 2012b, p. 21)

Vigotski afirma que a psicologia infantil tende a explicar o desenvolvimento das formas humanas de conduta a partir do evolucionismo darwiniano. De acordo com essa concepção, o desenvolvimento ocorre a partir de uma acumulação lenta e gradual de mudanças isoladas. Já a psicologia histórico-cultural compreende que existem duas formas diferentes de desenvolvimento, que ocorrem ao mesmo tempo e estão vinculadas entre si, ou seja, não só a evolução, mas também a revolução dos processos psíquicos é responsável pelo surgimento da conduta humanizada (Vigotski, 2012b).

Nesse sentido, afirma que todos os graves erros da psicologia infantil consistem no fato de não fazer essa distinção, de tomar essas duas linhas como idênticas, ou de confundir ambas, o que culmina numa simplificação de todo o processo. O autor afirma, então, que o comportamento do adulto é resultado, por uma parte, de um processo biológico, de evolução das espécies animais que conduziu ao aparecimento da espécie *Homo Sapiens* e, por outro lado, é produto de um desenvolvimento histórico graças ao qual o homem primitivo se converte em um ser cultural. A diferença principal entre o processo evolutivo e o processo cultural é que o desenvolvimento das funções psíquicas superiores ocorre sem que se modifique o tipo biológico do homem, enquanto a mudança biológica é a base fundamental para a concretização do desenvolvimento evolutivo. Nas palavras do autor:

Como é sabido, e se tem assinalado em mais de uma ocasião, este é o traço que marca a diferença geral do desenvolvimento histórico do ser humano. No homem, cuja adaptação ao meio se modifica por completo, destaca em primeiro lugar o desenvolvimento de seus órgãos artificiais – as ferramentas – e não a mudança de seus próprios órgãos e a estrutura de seu corpo. (Vigotski, 2012b, p. 31)

O que substitui o desenvolvimento orgânico do sistema nervoso pelo desenvolvimento psíquico que se subentende quando se afirma que o desenvolvimento das funções psíquicas superiores ocorre sem a modificação do tipo biológico? Todas as investigações confirmam esta tese e demonstram que não existem diferenças essenciais no tipo biológico do homem primitivo que possam explicar tamanha mudança e diferença entre a conduta do homem primitivo e a conduta do homem culto (Vigotski, 2012b).

No processo de desenvolvimento histórico, o homem modifica os modos e os procedimentos de sua conduta, transforma as suas inclinações naturais, elabora e cria novas formas de comportamento especificamente culturais. A criação e o emprego de estímulos auxiliares têm fundamental importância no que diz respeito ao desenvolvimento do domínio da própria conduta. Vigotski resgata os comportamentos primitivos que demonstram como o uso de estímulos auxiliares modificou a conduta do homem. O autor retoma as formas psicológicas rudimentares por entender que “[...] são documentos do desenvolvimento, vestígios vivos de épocas remotas, provas evidentes sobre sua origem, importantíssimos sintomas históricos.” (Vigotski, 2012b, p. 65). Nesse sentido, as funções psíquicas rudimentares se originam do desenvolvimento histórico da conduta e não do desenvolvimento biológico e natural.

A função psíquica da memória é um exemplo clássico de como a introdução de meios auxiliares modifica por completo a estrutura psíquica humana. Os animais possuem a chamada memória imediata, ou seja, uma memória essencialmente ligada à esfera perceptiva, enquanto o ser humano utiliza-se de meios externos para ajudá-lo a recordar de algo. Um nó em um pedaço de pano, um símbolo ou uma fita amarrada no dedo podem servir de meios para auxiliar o homem a lembrar de alguma tarefa que precisa fazer. Além de estudar a formação rudimentar da memória cultural, o autor se dedicou a estudar como se dá o processo rudimentar de escolha e as formas primitivas do pensamento aritmético.

O que há de comum entre todos esses aspectos estudados pelo autor é que evidenciam que os estímulos artificiais – que em princípio não guardam nenhuma relação imediata com a situação existente – são colocados a serviço do homem e possibilitam o domínio das próprias reações, o que caracteriza o traço distintivo fundamental das formas superiores de conduta (Vigotski, 2012b). A necessidade de introduzir estímulos artificiais em determinada situação surge a partir dos problemas práticos que se observam no interior da atividade humana. No que diz respeito ao desenvolvimento cultural infantil, a necessidade de mediação de estímulos externos surge a partir da relação simbólica estabelecida entre as crianças e os adultos.

De acordo com Vigotski (2012b), existe certa analogia entre o emprego de signos como estímulos artificiais e o uso de ferramentas. Nas palavras do autor:

A invenção e o emprego dos signos em qualidade de meios auxiliares para a solução de alguma tarefa psicológica colocada ao homem (memorizar, comparar algo, informar, eleger, etcétera) supõem, desde sua faceta psicológica, em um momento uma analogia com a invenção e o emprego de ferramentas. Consideramos que esse traço essencial de ambos os conceitos, é o papel dessas adaptações na conduta, que é análogo com o papel das ferramentas em uma operação laboral ou, o que é o mesmo, a função instrumental do signo. Referimos-nos a função do estímulo-meio que realiza o signo na relação com alguma operação psicológica, ao fato de que seja um instrumento da atividade humana. (Vigotski, 2012b, p. 91)

O emprego das ferramentas nas atividades materiais, bem como o uso de signos como meios auxiliares na execução de alguma tarefa, evidencia o caráter mediado dos processos humanos. Para o autor, na criança a atividade simbólica começa a desempenhar uma tarefa organizativa específica, que penetra no processo de uso de instrumentos e propicia a aparição de formas essencialmente novas de comportamento, as chamadas funções psíquicas superiores.

Nesse sentido, é possível afirmar que emprego do signo altera qualitativamente e reorganiza as operações psíquicas.

A linguagem é um signo e, portanto, um exemplo de como os meios auxiliares, ao serem incorporados na atividade do ser humano, modificam por completo sua conduta. Na perspectiva de Luria e Vigotski (2007), a partir do momento em que a criança inclui a fala e o uso de signos na sua atividade, esta se transforma por completo e supera, assim, as leis que regem a atividade animal. Assim, é possível identificar pela primeira vez as formas propriamente humanas de conduta. Nas palavras dos autores:

Desde o momento em que, com ajuda da linguagem, a criança começa a dominar seu próprio comportamento e em seguida a assumir a situação, surge uma forma totalmente nova de comportamento e novas formas de relação com o entorno. Assistimos aqui ao nascimento das formas especificamente humanas de conduta que ao romper com as formas animais de conduta, criaram posteriormente o intelecto para constituir a base do trabalho, que é a forma especificamente humana de emprego de instrumentos. (Luria & Vigotski, 2007, p. 22)

A fala permite que a criança adquira uma independência, uma liberdade em relação à situação prática visual, o que difere e distancia sua conduta da conduta dos animais superiores. A criança que já possui domínio da fala torna sua conduta menos impulsiva e direta, diferentemente do macaco e de crianças muito pequenas, que agem de forma desordenada para resolver determinado problema. Nesse sentido, é possível afirmar que o próprio comportamento da criança é modificado pela fala; afinal, a criança se mostra pela primeira vez capaz de controlar seu próprio comportamento (Luria & Vigotski, 2007).

É importante ressaltar a semelhança existente entre os termos ferramentas e signos sem, contudo, diluir a diferença essencial existente entre ambos. Não se deve ignorar as diferenças essenciais entre a atividade laboral e a atividade psicológica; o vínculo em comum que possuem diz respeito ao conceito generalizador de “atividade mediadora”, própria do ser humano e fundamental para seu desenvolvimento. Por meio da ferramenta, o homem intervém e atua sobre o objeto de sua atividade e, nesse caso, a ferramenta está sendo empregada no sentido de contribuir com uma mudança física e externa ao homem. Já o emprego de signos não atua na modificação de um objeto externo ao homem, mas é um meio que modifica a própria estrutura da conduta humana. O emprego de signos está dirigido ao domínio do próprio ser humano, está orientado para o interior. Essas diferenças não diluem o fato de que tanto o emprego de signos

como o emprego de ferramentas constituem formas superiores de conduta (Vigotski, 2012b). Desse modo, afirma-se que toda forma superior de conduta possui caráter mediado.

Para o autor, essa é a chave para a compreensão da conduta superior; enquanto a conduta elementar se caracteriza por subordinar-se aos estímulos imediatos presentes no ambiente, a conduta superior se caracteriza por criar novos estímulos e se subordinar a eles. De acordo com Vigotski:

Chamamos de signos os estímulos-meio artificiais introduzidos pelo homem na situação psicológica, que cumprem a função de auto estimulação; [...] De acordo com a nossa definição, todo estímulo condicional criado pelo homem artificialmente e que é utilizado como meio para dominar a conduta – própria ou alheia – é um signo (Vigotski, 2012b, p. 83)

Vigotski (2012b) explica que no princípio do processo de desenvolvimento, o signo se caracteriza como um meio de relação social, um meio de influir sobre os demais seres humanos e só no decorrer de tal processo se transforma em um meio para influenciar o próprio comportamento. Isso significa dizer que a criança aplica sobre si as mesmas formas de comportamento que, em um primeiro momento, os adultos aplicaram sobre ela. O controle da conduta é primeiro externo e depois se internaliza.

Vigotski denominou essa constatação de Lei Genética do Desenvolvimento, que é também a lei da internalização:

[...] toda função no desenvolvimento cultural da criança aparece em cena duas vezes, em dois planos; primeiro no plano social e depois no psicológico, no princípio entre os homens como categoria intersíquica e logo no interior da criança como categoria intrapsíquica. O dito se refere por igual a atenção voluntária, a memória lógica, a formação de conceitos e o desenvolvimento da vontade. (Vigotski, 2012b, p. 150)

Para facilitar a compreensão dessa importante lei genética do comportamento humano, tomemos novamente como exemplo o desenvolvimento da linguagem. A princípio, a linguagem consiste em um meio de comunicação com os outros, ou seja, sua função é dada externamente. Somente mais tarde, no decorrer do desenvolvimento, a linguagem é internalizada e se converte em um meio de pensamento. A fala enquanto signo, ou seja, enquanto estímulo auxiliar que cumpre a função específica de organizar a conduta, assume duas características. Em um

primeiro momento, atua como mediação social, exercendo o contato social com as pessoas que rodeiam a criança. No entanto, à medida que a criança passa a dominar o uso do signo e do instrumento, essa função intersíquica se converte em função intrapsíquica, ou seja, a fala deixa de ser apenas uma forma de comunicação com as pessoas ao redor e passa a ter uma função distinta de autoestimulação, como um meio de influir em si mesmo, criando assim uma forma totalmente nova e de complexidade mais elevada de atividade na criança (Vigotski, 2012b).

Vigotski (2012b) explica melhor essa dupla caracterização da fala ao reformular o conceito de fala egocêntrica desenvolvido *a priori* por Piaget. Vigotski define fala egocêntrica como sendo a formação da fala para si mesmo, regulando assim as ações da criança, o que lhe permite realizar uma tarefa determinada de maneira organizada graças ao controle prévio de si mesmo e de sua atividade. A maior mudança que ocorre no desenvolvimento da criança se dá quando a fala socializada dirigida ao adulto passa a se dirigir à criança. Em uma situação experimental retratada por Vigotski, quando o investigador solicita à criança a realização de determinada tarefa, em um primeiro momento ela usa a fala para se dirigir ao adulto, e formula verbalmente o método que ela não é capaz de aplicar diretamente. Em um segundo momento, a criança aplica a si mesma o método de conduta que antes aplicava ao outro, ou seja, organiza sua conduta individual a partir da forma social de cultura. A fonte da atividade intelectual e do controle sobre sua própria conduta na resolução de problemas práticos complexos é a aplicação de uma atitude social frente a si mesma, é a transferência de uma forma social de conduta para a organização de sua própria psique (Vigotski, 2012b).

Nesse sentido, é possível afirmar que as relações entre as funções psíquicas superiores foram, em um primeiro momento, relações reais entre os homens. Essa lei genética do desenvolvimento humano é de fundamental importância para o estudo da personalidade, afinal:

[...] passamos a ser nós mesmos através dos outros, esta regra não se refere unicamente a personalidade em seu conjunto, mas também a história de cada função isolada [...] A personalidade vem a ser para si o que é em si, através do que significa para os demais. Esse é o processo de formação da personalidade. Pela primeira vez se coloca na psicologia, em toda sua importância, o problema das correlações das funções psíquicas externas e internas. Se faz evidente aqui, como já falamos antes, porque todo o interno, nas formas superiores, era forçosamente externo, era para os outros o que agora é para si. (Vigotski, 2012b, p. 149)

Importante fazer a ressalva de que o termo “externo” significa aqui social. Nesse sentido, falar que toda função psíquica superior foi, em um primeiro momento, externa, significa dizer que foi a princípio social, uma relação social entre pessoas. Vigotski afirma que essa é a lei genética geral do desenvolvimento cultural. Toda função psíquica aparece em dois momentos no desenvolvimento cultural da criança, primeiramente no plano social e depois no plano psicológico, ou seja, primeiro como função intersíquica e, depois, como função intrapsíquica.

Assim, as funções psíquicas superiores se constroem sobre a base do emprego de estímulos mediadores, os signos, e possuem, portanto, um caráter indireto e mediado. As funções superiores se caracterizam por desempenhar um papel novo e essencialmente distinto em comparação com as funções psíquicas elementares, ou seja, tornam possível a adaptação organizada da situação mediante o domínio prévio da própria conduta (Luria & Vigotski, 2007).

Esse caminho torna evidente que a história de desenvolvimento das funções psíquicas superiores não é uma continuação direta ou um mero aperfeiçoamento das funções psíquicas elementares. Implica uma mudança radical na própria direção do desenvolvimento. Vigotski (2012b) afirma que no decorrer do desenvolvimento humano o que se modifica fundamentalmente não são as funções psicológicas, nem sua estrutura. A mudança radical se expressa nas relações ou nos nexos existentes entre as funções, visto que surgem novos agrupamentos qualitativamente distintos dos que existiam nos níveis anteriores do desenvolvimento. Nesse sentido, Vigotski afirma que a diferença essencial decorre das mudanças dos nexos interfuncionais do psiquismo. O autor denomina sistema psicológico o aparecimento dessas novas e mutáveis relações nas quais se situam as funções psicológicas.

Justamente por essa razão, é possível afirmar que as funções psíquicas superiores não se sobrepõem às funções psíquicas elementares, mas constituem novos sistemas psíquicos a incluírem as funções elementares que, ao serem incorporadas a esse novo sistema, começam a atuar segundo novas leis. Assim, cada função psíquica superior forma um sistema interfuncional, ou seja, um sistema que se caracteriza pela particular combinação de uma série de funções elementares em uma nova unidade global (Vigotski, 2012b). As complexas relações que surgem entre as funções concretas que se dão no processo de desenvolvimento são justamente aquelas que se desintegram ou experimentam mudanças patológicas durante um processo de alteração, como é o caso da esquizofrenia.

As funções psíquicas superiores e os novos nexos que se estabelecem entre elas são engendrados pela situação social do desenvolvimento no qual a criança se encontra. Vigotski define situação social do desenvolvimento como:

[...] a relação que se estabelece entre a criança e o entorno que a rodeia, sobretudo o social [...] é o ponto de partida para todas as mudanças dinâmicas que se produzem no desenvolvimento durante o período de cada idade. Determina plenamente e por inteiro as formas e a trajetória que permitem a criança adquirir novas propriedades da personalidade, já que a realidade social é a verdadeira fonte do desenvolvimento, a possibilidade de que o social se transforme em individual.(Vigotski, 2012c, p. 264)

A situação social na qual a criança se encontra inserida mobiliza determinadas funções psíquicas que ainda não se encontravam plenamente desenvolvidas. A situação social do desenvolvimento muda conforme a criança passa de uma idade a outra, ou seja, de acordo com os estágios e períodos da vida infantil. As etapas do desenvolvimento infantil são separadas entre si pelos momentos de crise ou momentos em que ocorrem mudanças mais violentas no psiquismo.

Nesse sentido, Vigotski distingue as idades estáveis das idades de crise. Em alguns períodos, o desenvolvimento se caracteriza por um curso lento, no decorrer do qual a criança evolui de forma quase imperceptível. Nas idades estáveis não é possível observar mudanças bruscas na personalidade da criança; nesses períodos, o que se observa são mudanças microscópicas da personalidade, que vão se acumulando no decorrer do desenvolvimento e se manifestam de forma repentina, como uma formação psíquica essencialmente nova.

Os períodos de crise¹⁵ se distinguem das idades estáveis por traços fundamentalmente opostos. Vigotski afirma que:

Neles, e ao longo de um período relativamente curto, se produzem bruscos e fundamentais mudanças e deslocamentos, modificações e rupturas na personalidade da criança. Em um breve espaço de tempo a criança muda por inteiro, se modificam os traços básicos de sua personalidade. Desenvolve de forma brusca, impetuosa, que adquire, em ocasiões, caráter de catástrofe; recorda um curso de acontecimentos revolucionários tanto pelo ritmo das mudanças como pelo significado das mesmas.(Vigotski, 2012c, p.256)

¹⁵Vigotski estabelece seis momentos críticos no decorrer do desenvolvimento: a crise pós-natal, a crise de um ano, crise dos três anos, crise dos sete anos, crise dos treze anos e a crise dos dezessete anos. Para melhor entendimento acerca dessa questão sugerimos a leitura do texto *El problema de la edad*, de Vigotski (2012c).

Vigotski aponta para as três peculiaridades das idades críticas. A primeira diz respeito à dificuldade de estabelecer o começo e o final da crise e das idades contínuas. A crise se origina de maneira imperceptível e torna difícil determinar seu começo e seu fim. A segunda peculiaridade é o fato de que as crianças em idades críticas são consideradas difíceis de educar, visto que o rendimento escolar diminui, bem como o interesse pelas aulas. Observa-se também o desenvolvimento de conflitos entre as pessoas ao seu entorno, e a vida interna das crianças nesses períodos é permeada por vivências conflitivas e dolorosas.

A terceira peculiaridade mencionada por Vigotski diz respeito à índole negativa do desenvolvimento. O desenvolvimento nesses períodos assume um caráter destrutivo ao invés de criador, ou seja, as características observáveis das idades estáveis, como o desenvolvimento progressivo da personalidade e a ininterrupta criação do novo, ficam estagnadas provisoriamente nos períodos de crise. As idades críticas se caracterizam pelos processos de:

[...] extinção e retirada, decomposição e desintegração de tudo que foi formado na etapa anterior e caracterizava a criança de tal idade. Nesse movimento, a criança perde o que antes foi conquistado para adquirir algo novo. O advento da idade crítica não se distingue pela aparição de interesses novos, de novas aspirações, de novas formas de atividade, de novas formas de atividade interior. A criança ao entrar nos períodos de crise se distingue melhor pela aparição de traços contrários; perde os interesses que antes orientavam toda sua atividade, que antes ocupavam a maior parte de seu tempo e atenção, e agora diriasse que as formas de relações externas se esvaziaram, assim como sua vida interior. (Vigotski, 2012c, p. 257)

Em cada etapa da idade, tanto nas idades estáveis como nas idades críticas, ocorre o desenvolvimento de uma nova formação central, que atua como uma guia para todo o processo de desenvolvimento. Essa nova formação, ou neoformação, reorganiza todo o psiquismo e a personalidade da criança, isso porque é em torno dela que se agrupam as formações de idades anteriores. Vigotski (2012c) define neoformações como:

[...] o novo tipo de estrutura da personalidade e de sua atividade, as mudanças psíquicas e sociais que se produzem pela primeira vez em cada idade e determinam, no aspecto mais importante e fundamental, a consciência da criança, sua relação com o meio, sua vida interna e externa, todo o curso do seu desenvolvimento em dado período. (Vigotski, 2012c, p. 255)

Os processos de desenvolvimento que se relacionam de forma mais ou menos direta com a nova formação foram denominados linhas centrais do desenvolvimento, enquanto todos os demais processos parciais receberam o nome de linhas acessórias do desenvolvimento. Tendo em vista que o desenvolvimento humano está sempre em movimento, os processos que são linhas principais em determinada idade podem se converter em linhas acessórias do desenvolvimento na idade seguinte.

O desenvolvimento das novas formações possibilita a mudança de toda a estrutura do psiquismo da criança, desde sua consciência até a sua personalidade, modificando também todo o sistema de sua relação com a realidade externa e consigo mesma. A criança, ao final de determinada idade, é um ser totalmente distinto do que era no princípio de tal idade.

No presente capítulo, apresentamos as leis mais gerais do desenvolvimento humano na tentativa de elucidar como se dá a passagem dos sistemas psicológicos inferiores até a formação de outros de ordem cada vez mais complexa. De acordo com Vigotski, existe uma neoformação que se distingue de todas as outras devido à sua importância e por constituir a chave de todos os processos de desenvolvimento e de desintegração. Tal neoformação são os conceitos, que se amadurecem e se definem na idade de transição, ou seja, na adolescência. Os conceitos aparecem como um sistema do mesmo tipo daqueles já mencionamos anteriormente, ou seja, requalificando as conexões existentes entre as demais funções psíquicas.

Luria e Vigotski (2007) afirmam que nos processos patológicos em que se produz a desintegração das funções psíquicas superiores, a primeira conexão a se desintegrar é a existente entre as funções simbólicas. Desse modo, as funções naturais começam a funcionar segundo suas leis primitivas, isto é, como estruturas psíquicas mais ou menos independentes. A desintegração das funções psíquicas superiores se constitui como um processo qualitativamente inverso ao seu processo de construção e desenvolvimento. Esse tópico será esmiuçado no decorrer do trabalho.

Tendo em vista a importância do pensamento conceitual tanto para compreender o desenvolvimento normal como para compreender o desenvolvimento dos sofrimentos psíquicos, em especial a esquizofrenia, nos deteremos somente sobre essa especial neoformação no subitem seguinte.

3.2 A formação dos conceitos enquanto signos mediadores da formação da personalidade humana

Para compreender como se dá o processo de desagregação do pensamento conceitual na esquizofrenia e suas repercussões na estrutura da personalidade, é necessário entender previamente como se constitui o desenvolvimento dos conceitos da infância até a adolescência. As elaborações de Vigotski sobre o desenvolvimento dos conceitos na ontogênese são extensas e se concentram nos livros *A construção do pensamento e da linguagem* (2009) e nas Obras Escolhidas, Tomo IV: *Paidología del adolescente e Problemas de la psicologia infantil* (2012c). Não pretendemos nos deter nas minúcias de tais textos, centrando nossa análise nas elaborações do autor que permitam verificar a importância do desenvolvimento dos conceitos na formação da personalidade e nos elementos que possibilitem compreender o processo de desagregação do pensamento conceitual na esquizofrenia.

Já compreendemos que os signos possuem papel fundamental no desenvolvimento das funções psíquicas próprias do ser humano, que o distinguem de todos os demais animais presentes na natureza, bem como que o trabalho é o elemento central no processo de humanização. Reconhecemos, além disso, a importância da atividade e da linguagem no processo de formação da consciência, sendo a linguagem uma forma de mediação e comunicação entre indivíduos. Nesse sentido, o signo, enquanto instrumento psicológico, altera a natureza das funções psíquicas humanas de imediatas para mediadas.

Tais fatores são os responsáveis pelo salto qualitativo essencial no desenvolvimento humano, salto esse que diz respeito ao progressivo desprendimento das leis biológicas do comportamento e ao surgimento de leis sociais que passam a reger a conduta humana. A partir desse momento, o psiquismo do homem passa a se estruturar de uma maneira qualitativamente distinta, o que significa que as funções psíquicas elementares tornam-se subordinadas às funções psíquicas superiores, que possuem caráter mediado, fato que provoca uma revolução no psiquismo humano.

Estas condições foram fundamentais para que fosse possível ao homem libertar-se da impressão imediata do mundo circundante. Compreender esse fato é fundamental para apreender o objetivo desse subitem, que é explicitar o desenvolvimento do sistema de conceitos e evidenciar seu papel no processo de formação da personalidade. Luria (1986) nos ajuda nessa questão ao pontuar que o homem social está em condições materiais de transcender os limites impostos pela experiência prática sensível e, com o desenvolvimento das funções psíquicas superiores, passa a ser possível ao homem apreender mais profundamente a essência das coisas que o rodeiam, para além da imediatez.

A linguagem, que surge no processo de realização da atividade coletiva de trabalho, possibilita que o homem abstraia e isole as características das coisas e apreenda os enlaces e

relações existentes entre elas e os fenômenos do mundo. Tais enlaces e relações dificilmente seriam profundamente apreendidos somente por meio da experiência sensível e individual, por essa razão é possível afirmar que não podem ser captados de forma imediata (Luria, 1986). De acordo com o autor:

O ser humano é capaz de ultrapassar os limites da experiência sensorial imediata e formar conceitos abstratos que permitem penetrar mais profundamente na essência das coisas. O homem pode não apenas perceber as coisas, pode também refletir, fazer deduções mesmo quando não dispõe da correspondente experiência pessoal imediata [...] dá-se um enorme salto no processo de conhecimento desde o sensorial até o racional (Luria, 1986, p. 12).

É nesse processo que a linguagem se torna um instrumento essencial para a veiculação do conhecimento humano. A partir disso, o homem se torna capaz de elaborar generalizações e categorizações de determinadas coisas e fenômenos. É no processo do trabalho e da formação da linguagem que encontramos a gênese do pensamento abstrato “categorial” (Luria, 1986). Sobre isso, Luria afirma que:

[...] as origens do pensamento abstrato e do comportamento “categorial”, que provocam o salto do sensorial ao racional devem ser buscadas não dentro da consciência nem dentro do cérebro, mas sim fora, nas formas sociais da existência histórica do homem. Somente dessa forma pode-se explicar a origem das formas complexas, especificamente humanas, do comportamento consciente. (Luria, 1986, p. 22)

Contudo, a ontogênese, entendida como o processo de desenvolvimento da criança, não repete todo o processo de desenvolvimento da espécie. Luria (1986) afirma que na ontogênese a criança não está inserida no trabalho, já que a mesma não se encontra preparada para tal. Logo, o desenvolvimento da linguagem não transcorre dentro desse processo, mas sim no movimento de assimilação da experiência geral da humanidade e na comunicação com os adultos.

Apesar disso, certa estrutura geral do desenvolvimento da linguagem pode ser identificada em ambos os momentos, tanto na filogênese quanto na ontogênese. O que o autor visa afirmar é que a formação ontogenética da linguagem também demanda a emancipação progressiva do contexto simprático, ou seja, sensível imediato, e a elaboração de um sistema

sinsemântico de códigos, ou seja, um sistema de códigos complexos capazes de promover generalizações e abstrações (Luria, 1986).

Em um primeiro momento, a linguagem da criança e sua primeira palavra são processos estritamente ligados à ação da mesma, estão em forte relação com a prática e visam designar os objetos imediatamente presentes em dada situação. Disso, conclui-se que no início do desenvolvimento infantil a linguagem ainda é inseparável da ação.

Vigotski (2009) explica detalhadamente o processo por meio do qual a palavra e os conceitos da criança vão se desprendendo do contexto prático imediato, para se tornarem instrumentos de generalização e abstração, ou seja, para se tornarem instrumentos e conteúdo do pensamento categorial e da consciência. O autor define conceitos como:

[...] um ato real e complexo do pensamento que não pode ser aprendido por meio de simples memorização, só podendo ser realizado quando o próprio desenvolvimento da criança já houver atingido seu nível mais elevado [...] o conceito é, em termos psicológicos, um ato de generalização [...] (Vigotski, 2009, p. 246)

Nesse sentido, o desenvolvimento dos conceitos ocorre através de mudanças na estrutura da generalização e abstração dos mesmos (Vigotski, 2009). A criança, no momento em que aprende uma palavra pela primeira vez, compreende-a a partir de uma generalização mais elementar, ou seja, o conceito nesse momento tem um menor alcance e está mais determinado pela experiência prática sensível. À medida que a criança se desenvolve, essa generalização primária é substituída por generalizações de caráter mais complexo. Esse processo de desenvolvimento dos conceitos começa precocemente na infância e culmina no surgimento dos verdadeiros conceitos na adolescência (Vigotski, 2009). É sobre essas evoluções e revoluções do pensamento conceitual que trataremos a seguir.

Vigotski (2009) pontua que o processo de formação dos conceitos começa precocemente na infância, o que permite que desde cedo a criança consiga se comunicar e interagir com o mundo ao seu redor e com os adultos. É fundamental compreender, contudo, que nesse momento do desenvolvimento as funções intelectuais que constituem a base psicológica do processo de formação de conceitos ainda não se encontram completamente desenvolvidas. É somente na adolescência que tais funções assumem caráter complexo e se desenvolvem completamente. Por essa razão, é possível afirmar que na infância existem formações intelectuais originais que se assemelham ao verdadeiro conceito por sua aparência e, por essa razão, podem ser julgadas como formações idênticas aos conceitos autênticos.

Vigotski (2012c) considera um grande erro a afirmação de que no pensamento do adolescente não há nada essencialmente novo quando comparado com o pensamento de uma criança. A ideia de que no período da maturação sexual, ou seja, da adolescência, não ocorre o desenvolvimento de nenhuma nova operação intelectual na esfera do pensamento que não possua já uma criança de três anos reduz as mudanças essenciais desse período a outros campos e esferas da personalidade do adolescente, anulando a importância das mudanças intelectuais. Nesse sentido, o autor (2009) afirma que o pensamento da criança e o pensamento conceitual do adolescente são equivalentes funcionais, justamente por desempenharem função semelhante na solução de problemas, mas em sua natureza psicológica, composição, estrutura e no modo de atividade, tem pouca relação com o conceito já desenvolvido. Vigotski afirma que:

Se nos ativermos conseqüentemente a este ponto de vista, haverá que reduzir, por um lado, o próprio processo das mudanças intelectuais que se produzem nessa idade a uma simples acumulação quantitativa das peculiaridades já existentes no pensamento de uma criança de três anos, a um crescimento ulterior puramente numérico a que, estritamente falando, não pode aplicar-se a palavra *desenvolvimento*. (Vigotski, 2012c, p. 47)

Nesse sentido, o autor afirma que a psicologia tradicional não compreende a revolução que o desenvolvimento intelectual promove na personalidade, entendendo as mudanças emocionais como o núcleo do desenvolvimento da criança e do adolescente. Com essa compreensão, acaba por colocar em lados opostos o desenvolvimento intelectual, restringindo-o ao desenvolvimento da criança escolar, e o desenvolvimento emocional do adolescente, concebendo-o como indivíduo mais emocional do que racional. Vigotski (2012c) afirma que o que acontece no decorrer do desenvolvimento é o oposto do que foi apontado pelos autores da psicologia tradicional: a criança em idade escolar é um ser mais emocional, enquanto o adolescente é um ser pensante.

Cabe questionar, então, qual é a diferença essencial entre as formações presentes na infância, que se assemelham pela aparência ao conceito, e os conceitos autênticos, formados e desenvolvidos na adolescência. Vigotski (2009) afirma que “[...] o processo de formação de conceitos tem como principal traço distintivo a passagem de processos intelectuais imediatos a operações mediadas por leis” (Vigotski, 2009, p. 173) e sistematiza as fases pelas quais a formação do conceito passa até atingir o patamar de processos intelectuais mediados.

O autor explica que os significados das palavras não são imutáveis e não permanecem estáveis no decorrer do desenvolvimento da criança. Os significados das palavras vão se

complexificando na medida em que se complexificam também as relações sociais que a criança estabelece com o mundo e com os adultos. Nesse processo, a criança aprofunda os nexos com o real, criando novos enlaces conceituais por detrás das palavras, avançando de concepções objetivas para concepções cada vez mais generalizadoras.

Vigotski (2009) afirma que até o estágio de desenvolvimento no qual se torna possível o uso funcional do signo para a mediação dos próprios processos psicológicos, existe uma trajetória pela qual a criança passa para chegar ao sistema complexo dos conceitos verdadeiros. O autor sintetiza essa trajetória em três grandes estágios: sincretismo, complexos e conceitos verdadeiros (Vigotski, 2009)¹⁶. Nesses grandes estágios, podemos encontrar diferentes fases. A passagem de um estágio a outro não pode ser determinada pelo simples avanço da idade cronológica, mas sim pelo avanço do domínio dos conceitos. De um modo geral, o estágio do sincretismo está mais presente na primeira infância, o estágio do pensamento por complexos é característico da segunda infância enquanto o pensamento conceitual só se desenvolve plenamente na fase da adolescência. Apesar disso, o pensamento sincrético e por complexos pode permanecer na idade adulta a depender da escolarização dos indivíduos, e o mesmo acontece quando o adulto se depara com palavras difíceis ou desconhecidas. Por exemplo, o conceito de psiquismo ou de personalidade pode se constituir como um complexo para um adulto que não tem domínio da área da psicologia.

O primeiro grande estágio na ontogênese dos conceitos foi denominado por Vigotski (2009) como “estágio do sincretismo”. Nesse momento do desenvolvimento, observa-se que o significado das palavras é fundamentalmente determinado pela percepção e pela sensação subjetiva que a palavra provoca na criança. O pensamento da criança no estágio do sincretismo não é capaz de estabelecer nexos objetivos, ou seja, não é capaz de captar ao que de fato a palavra se refere. Os nexos estabelecidos se determinam pelas vivências situacionais da criança. Desse modo, o autor observa nesse período “[...] uma tendência infantil a substituir a carência de nexos objetivos por uma superabundância de nexos subjetivos e a confundir a relação entre as impressões e o pensamento com a relação entre os objetos” (Vigotski, 2009, p. 176).

Nesse sentido, o significado da palavra é produzido a partir da impressão imediata da criança. A partir dessa impressão imediata, a criança une elementos diversos e desconexos, unindo-os de forma caótica em imagem. Nesse momento do desenvolvimento, o significado da palavra para a criança consiste em “[...] um encadeamento sincrético não enformado de objetos

¹⁶Importante ressaltar que tais fases não são cronologicamente sucessivas, há apenas uma predominância de um tipo e outro ao longo da vida (sincretismo, complexos), porém ainda assim adultos escolarizados podem operar por sincretismo ou complexos dependendo do conteúdo que está se apropriando.

particulares que, nas representações e na percepção da criança, estão mais ou menos concatenados em uma imagem mista” (Vigotski, 2009, p. 175).

A imagem sincrética ou amontoado de objetos forma-se com base nos encontros espaciais e temporais de determinados elementos, no contato imediato ou em outra relação mais complexa que surge entre eles no processo de percepção imediata. Para essa fase continua sendo essencial que a criança não se oriente pelos vínculos objetivos que ela descobre nos objetos, mas pelos vínculos subjetivos que a própria percepção lhe sugere. (Vigotski, 2009, p. 177)

A terceira fase do estágio sincrético é a fase superior desse primeiro momento do desenvolvimento do pensamento infantil. Formam-se no pensamento infantil grupos sincréticos que englobam elementos diversos e que não possuem nenhuma relação entre si. Nesse sentido, a imagem sincrética que nesse momento se equivale ao conceito, “[...] se apóia na atribuição de um único significado aos representantes dos diferentes grupos, antes de mais nada daqueles unificados na percepção da criança.” (Vigotski, 2009, p. 177). O que distingue essa fase do pensamento sincrético das duas fases anteriores é que o significado da palavra se forma a partir de uma base mais complexa, não é mais resultado de uma percepção única, e os elementos passam a ser concatenados em grupos ainda desordenados.

Os vínculos subjetivos que a criança estabelece entre as palavras não correspondem aos vínculos objetivos entre elas, ou seja, os vínculos subjetivos geram dificuldades práticas no que diz respeito à comunicação com os outros. Se nesse momento o pensamento da criança é caracterizado por suas impressões imediatas e subjetivas, torna-se difícil comunicar de forma mais precisa determinadas necessidades, desejos, carências aos adultos. É na tentativa de superar essas dificuldades práticas que a criança se torna capaz de superar o pensamento sincrético em direção ao pensamento por complexos.

O segundo grande estágio na ontogênese dos conceitos, sistematizado por Vigotski (2009), é o estágio dos complexos, que é formado por cinco fases distintas, a saber: complexo do tipo associativo, complexo por coleções, complexo em cadeia, complexo difuso e, por último, os pseudoconceitos. O que há de comum nessas cinco fases é que a criança começa a buscar os nexos objetivos entre as palavras; no entanto, tais nexos ainda são de caráter muito variado. Nesse momento, a criança já é capaz de distinguir as relações entre suas próprias impressões e as relações objetivas existentes entre os objetos, de acordo com Vigotski:

O pensamento por complexos já constitui um pensamento coerente e objetivo. Estamos diante de dois novos traços essenciais, que o colocam bem acima do estágio anterior, mas, ao mesmo tempo, essa coerência e essa objetividade ainda não são aquela coerência característica do pensamento conceitual que o adolescente atinge. (Vigotski, 2009, p. 179)

Nesse sentido, ao conseguir diferenciar o que são os vínculos estabelecidos pela sua própria percepção e os vínculos reais existentes entre os objetos concretos, a criança começa a unificar objetos semelhantes em um grupo comum, a complexificá-los segundo as leis dos vínculos objetivos que ela descobre em tais objetos. O complexo tem a sua base em um vínculo concreto e factual que se revela essencialmente na experiência prática e imediata da criança (Vigotski, 2009).

No estágio de pensamento por complexo, a generalização de traços e características realizada pela criança é totalmente distinta da generalização que ocorre no processo de pensamento por conceitos propriamente dito. Isso porque os vínculos por meio dos quais a criança constrói essa generalização podem ser do tipo mais variado, de caráter não definido. Sendo assim, por mais que o pensamento por complexos se caracterize pela formação de vínculos concretos e não mais vínculos subjetivos, tais vínculos concretos ainda são múltiplos, desordenados e pouco sistematizados, além de, em geral, serem estabelecidos na experiência prática e imediata da criança. Este traço do pensamento revela uma importante característica do pensamento por complexos: “a impossibilidade de definir os seus contornos e a essencial ausência de limites” (Vigotski, 2009, p. 188).

Na primeira fase do estágio do pensamento por complexos, ou seja, na fase do complexo associativo, tal vínculo pode ser formado por qualquer vínculo associativo entre os objetos, como cores, formas e tamanho (Vigotski, 2009). O vínculo associativo é formado a partir de qualquer traço do objeto observado pela criança, tal objeto se constitui em um núcleo em torno do qual se estrutura todo um complexo. A criança pode acrescentar nesse objeto nuclear outro objeto que se assemelhe ao primeiro por qualquer atributo que chame atenção dela. Um exemplo: a criança conhece a palavra “cachorro”, que tem como núcleo o traço distintivo de ter pelos; assim, chama gato de cachorro, hamster de cachorro, leão de cachorro. Os vínculos que a criança estabelece entre os objetos são vínculos objetivos, porém ainda baseados em impressões dispersas e pouco sistematizadas.

A segunda fase do pensamento por complexos é o pensamento por coleções que consiste na combinação de objetos de acordo com uma “[...] complementação mútua segundo algum

traço e formam um todo único constituído de partes heterogêneas que se intercomplementam” (Vigotski, 2009, p. 183). No processo de coleção, o pensamento da criança ainda se baseia em sua experiência prática e opera com objetos que interagem em conjunto. Um exemplo de coleção citado por Vigotski é o conjunto de almoço: faca, garfo, colher; nesse momento, a criança ainda não é capaz de se referir a tais objetos com o conceito mais generalizador de “talher”, mas nomeia todos eles como “garfos”. Vigotski sintetiza de forma esclarecedora as principais características das fases do pensamento que vimos até aqui:

Se as imagens sincréticas se baseiam principalmente nos vínculos emocionais e subjetivos entre as impressões que a criança confunde com seus objetos, se o complexo associativo se baseia na semelhança recorrente e obsessiva entre os traços de determinados objetos, então a coleção se baseia em vínculos e relações de objetos que são estabelecidos na experiência prática, efetiva e direta da criança. Poderíamos afirmar que o complexo-coleção é uma generalização dos objetos com base na sua co-participação em uma operação prática indivisa, com base na sua cooperação funcional. (Vigotski, 2009, p. 184)

A terceira fase do pensamento por complexos é o complexo em cadeia. Essa fase se caracteriza pela “[...] combinação dinâmica e temporal de determinados elos em uma cadeia única e da transmissão do significado através de elos isolados dessa cadeia” (Vigotski, 2009, p. 185). O pensamento por complexo em cadeia se difere das demais fases porque as relações que a criança estabelece entre os significados das palavras não possuem um núcleo que concentra os elementos comuns a todos os objetos. No complexo em cadeia, o vínculo existe na medida em que seja possível estabelecer qualquer aproximação objetiva entre os elementos que formam determinada cadeia do pensamento. Nesse sentido, os objetos são incluídos na cadeia a partir de qualquer vínculo concreto que seja imediatamente perceptível, e disso resulta que se observarmos o primeiro e o último elemento da cadeia pode não haver nenhuma relação entre eles. Um exemplo: água, chuva, céu, pássaro, gaiola. Torna-se imperceptível identificar qual nexos foi utilizado porque ocorre o tempo todo o deslocamento de um traço a outro, as conexões estabelecidas possuem um caráter altamente variável e indeterminado. Sobre os vínculos estabelecidos pelo pensamento por complexo em cadeia, Vigotski afirma que:

Os vínculos se transformam imperceptivelmente uns nos outros, assim como imperceptivelmente se modificam o caráter e o tipo desses vínculos. Frequentemente, a

semelhança distante, o mais superficial contato entre os traços acaba sendo suficiente para a formação do vínculo fátual. A aproximação dos traços é estabelecida amiúde não tanto com base em sua efetiva semelhança quanto na impressão vaga e distante de certa identidade entre eles. (Vigotski, 2009, p. 188)

A quarta fase compreende o pensamento por complexos difusos que começaram a se estruturar na fase anterior. Os grupos de objetos ou imagens se formam a partir de vínculos difusos e indefinidos, dito de outra forma, a criança parte de um traço básico para agrupar os objetos, porém, a característica da escolha vai mudando, e ela começa a agrupar elementos distintos e assim os vínculos vão se tornando indefinidos. Vigotski explica que “[...] o complexo difuso no pensamento da criança é uma combinação familiar de objetos que encerram possibilidades infinitas de ampliação e incorporação, ao clã basilar, de objetos sempre novos, porém inteiramente concretos.” (Vigotski, 2009, p. 189). O autor faz uso do seguinte exemplo para ilustrar o modo de funcionamento do pensamento por complexos difusos:

[...] a criança escolhe para determinada amostra – um triângulo amarelo – não só triângulos, mas também trapézios, uma vez que eles lhe lembram triângulos com o vértice cortado. Depois ao trapézio juntam-se os quadrados, aos quadrados os hexágonos, aos hexágonos os semicírculos e posteriormente os círculos. (Vigotski, 2009, p. 188)

No exemplo acima fica claro que nessa etapa, as generalizações produzidas pela criança não se limitam mais aos vínculos concreto-práticos da sua experiência. Esse é justamente o avanço do pensamento por complexos difusos em relação às fases anteriores. É por meio dessas experimentações que a criança começa a conhecer outras formas de raciocínios que ultrapassam sua vida concreta, produzindo conexões inferidas por ela mesma ainda que tais conexões sejam equivocadas (Vigotski, 2009; Martins, 2011).

A última fase do pensamento por complexo é o *pseudoconceito*; essa é a fase de transição entre o pensamento por complexos e o pensamento por conceitos. Vigotski (2009) atribui a essa forma de pensamento o nome de “pseudoconceito”, pois, embora aparentemente a generalização formada pela criança se pareça com a do adulto, a atividade intelectual é outra, por sua essência e natureza psicológica. Nesse sentido, parece então que a criança já usa a mesma lógica do adulto nos conceitos, mas os vínculos que servem de base são outros.

Um exemplo: quando se mostra à criança um conjunto de formas geométricas e pede-se que ela agrupe e reorganize tais formas, ela consegue agrupar todos os triângulos, quadrados e círculos em grupos diferentes. O mecanismo utilizado nessa operação, contudo, se restringe à constatação imediata dos traços semelhantes de cada forma, e não uma compreensão ampla sobre o significado do triângulo, que só é triângulo por possuir três ângulos; ou por dominar o conceito de quadrado, que só é quadrado por possuir quatro ângulos e quatro lados idênticos. A criança, portanto, chega ao mesmo resultado que o adulto chegaria nessa mesma situação, mas com caminhos operacionais diferentes, por isso não podemos falar em conceito. A semelhança aparente entre o pensamento de uma criança de três anos e o de um adulto e a coincidência prática dos significados das palavras gera uma falsa sensação que estão operando na mesma lógica quando, na verdade, são lógicas qualitativa e essencialmente distintas (Vigotski, 2009).

O pseudoconceito auxilia a criança a ir atribuindo significados que são coincidentes com os dos adultos, possibilitando a comunicação. Conforme Uznadze (como citado em Vigotski, 2009) “os verdadeiros conceitos se desenvolvem no pensamento infantil em período relativamente tardio, ao mesmo tempo em que a compreensão mútua entre a criança e o adulto se estabelece muito cedo” (Uznadze, como citado em Vigotski, 2009, p. 197). Por essa razão, Vigotski (2009) afirma que o pseudoconceito se constitui como uma ponte entre o pensamento concreto e abstrato na criança. Nesse momento do desenvolvimento, a criança também já repete definições com relação a dadas palavras por imitação ao que ouviu dos adultos, mas não compreende efetivamente a definição repetida.

Em síntese, a criança no estágio do pensamento por complexos é capaz de denominar objetos, processo que torna possível a compreensão entre ela e o adulto, mas concebe a mesma coisa de modo diferente, por meio de operações intelectuais qualitativamente distintas. Se o complexo infantil não pode ser identificado com o conceito propriamente dito, então podemos afirmar que o pensamento por complexos acontece de modo diferente da atividade do pensamento por conceitos. As palavras da criança e do adulto são sinônimas na medida em que possuem o mesmo referencial externo e coincidem unicamente nesta função denominativa e designativa, mas são distintas quando comparadas a partir das operações intelectuais que baseiam cada um dos processos (Vigotski, 2009). Um exemplo de Vigotski (2009) torna essa diferença mais explícita e concreta:

A criança e o adulto, que se entendem quando pronunciam a palavra “cão”, vinculam essa palavra a um mesmo referente, tendo em vista um único conteúdo concreto,

embora, neste caso, um conceba um complexo concreto de cães e o outro um conceito abstrato de cão. (Vigotski, 2009, p. 217)

A partir da citação, já é possível atribuir uma característica distintiva essencial ao pensamento por conceitos, que é a capacidade de abstração e a saída do referencial concreto como sendo o único existente. Essa característica é própria do terceiro grande estágio do desenvolvimento ontogenético dos conceitos, denominado estágio dos conceitos propriamente dito, ou dos conceitos verdadeiros. É somente na adolescência que se chega ao terceiro estágio do desenvolvimento do pensamento; em virtude disso, daqui em diante falaremos do adolescente e não mais da criança. Temos indicado que a função da formação de conceitos ocorre somente na puberdade. Apesar disso, é preciso destacar que no começo dessa fase do desenvolvimento, o pensamento ainda é predominantemente concreto e ainda observam-se formas de pensamento complexo; na medida em que o adolescente cresce, as formas de pensamento complexo involuem. Nesse sentido, o pensamento conceitual se desenvolve no decorrer da adolescência e só se converte em forma predominante do pensamento no final de tal idade.

Tendo em vista que o pensamento conceitual se desenvolve no decorrer da puberdade, podemos afirmar que o pensamento do adolescente pode ora operar por complexos, ora operar por conceitos. Apesar disso, o conceito e o complexo possuem diferenças essenciais entre si. As mudanças que ocorrem no pensamento do adolescente não podem ser reduzidas a uma simples continuação das fases anteriores, ou seja, o conceito verdadeiro não é apenas um grupo de associações mais ricas que as associações presentes no pensamento por complexos. Nesse sentido, Vigotski (2012c) compreende o pensamento conceitual como sendo uma formação qualitativamente nova que reestrutura toda a atividade intelectual e os modos de conduta do adolescente.

O conceito pressupõe a generalização, a discriminação e a abstração de determinados elementos e fenômenos da realidade e possibilita que tais elementos sejam pensados para além da experiência imediata (Vigotski, 2009). No pensamento por complexo, as relações, vinculações e abstrações estão em íntima conexão com a concretude da realidade infantil, enquanto o pensamento por conceitos possibilita não somente a designação do objeto dado, mas também a decomposição, a análise, a síntese, e a atribuição de relações nas quais o objeto ou fenômeno se insere. De acordo com Luria (1986), o conceito possui:

[...] a capacidade para não apenas substituir ou representar os objetos, não apenas provocar associações parecidas, mas também para analisar os objetos, para abstrair e generalizar suas características. A palavra não somente substitui uma coisa, mas também a analisa, a introduz em um sistema de complexos enlaces e relações. [...] A palavra não somente designa uma coisa e separa suas características. A palavra generaliza uma coisa, a inclui em uma determinada categoria, ou seja, possui uma complexa função intelectual de generalização. (Luria, 1986, p. 37)

Nesse sentido, o pensamento por conceito significa uma revolução na estrutura psicológica do homem. Ao desenvolver a capacidade de generalizar e abstrair características dos objetos e fenômenos, o homem desenvolve a operação mais importante da consciência. Isso porque o conceito transborda sua função de substituir as coisas e representá-las idealmente e se constitui enquanto célula do pensamento humano; afinal, as funções mais importantes do pensamento são a abstração e generalização (Luria, 1986).

O adolescente, ao se apropriar dos conceitos, pode desenvolver também o pensamento verbal e categorial, isso porque o desenvolvimento dos conceitos não pode ser considerado um processo que acontece de forma isolada no psiquismo humano, mas depende de uma atividade intelectual intensa e complexa na qual todas as funções psíquicas participam. Assim, ao falar de desenvolvimento do pensamento por conceitos, é importante entender que esse processo exige a consolidação de funções psíquicas superiores complexas, como a atenção voluntária, a memória mediada, a capacidade de abstração, generalização, de promover análises e síntese. De forma geral, estamos falando sobre o desenvolvimento de uma conscientização acerca dos próprios processos psicológicos. O conceito assume, nesse movimento, caráter de signo ou instrumento psicológico por possibilitar que o adolescente subordine ao seu poder as suas próprias operações psicológicas e domine os próprios processos psicológicos (Vigotski, 2009).

Alcançado esse patamar do desenvolvimento, o pensamento conceitual determina as transformações mais fundamentais do psiquismo e da personalidade por possibilitar a formação da consciência e da autoconsciência, além disso o pensamento conceitual permite que o mundo se abra ante o adolescente, este passa a ser capaz de compreender a realidade, o outro e a si mesmo (Vigotski, 2009).

Vigotski evidencia que esse processo está em íntima relação com as condições materiais de existência, com as atividades realizadas pelo sujeito, os problemas objetivos colocados perante o adolescente pelo meio social circundante e que o motivam a dar o passo decisivo no desenvolvimento do pensamento. Quando o adolescente está inserido em um contexto onde

materialmente não ocorre a apresentação de novas demandas e novas exigências, um contexto que não motiva nem estimula com novos objetivos o desenvolvimento do intelecto, o pensamento do adolescente não desenvolve todas as suas potencialidades, não atinge as formas superiores de desenvolvimento ou chega a elas com extremo atraso (Vigotski, 2009). Dito de outro modo, o desenvolvimento dos conceitos depende intimamente dos processos educativos. O autor afirma que a aprendizagem se constitui como:

[...] uma das principais fontes de desenvolvimento dos conceitos infantis e como poderosa força desse processo [...] A aprendizagem é, na idade escolar, o momento decisivo e determinante de todo o destino do desenvolvimento intelectual da criança, inclusive o desenvolvimento dos seus conceitos. (Vigotski, 2009, p. 262)

Para compreender a importância da educação para a formação dos conceitos, é preciso distinguir duas classes de conceitos que se diferenciam radicalmente um do outro: os conceitos espontâneos, não científicos e os conceitos científicos, ou escolares. A diferenciação de ambas as categorias de conceitos é imprescindível, pois não se desenvolvem da mesma forma, não exercem o mesmo impacto na formação do psiquismo, na formação da consciência e na formação da personalidade.

Por conceito espontâneo, entendemos aqueles conceitos que são apreendidos através da vivência cotidiana de cada um, ou seja, são constituídos a partir da experiência e aprendidos na prática de forma assistemática. Já os conceitos científicos não estão dados cotidianamente, não podem ser apreendidos pela mera vivência, ou seja, só podem ser transmitidos por meio de uma educação formal, sistematizada e pela mediação de um adulto ou professor.

Apesar de parecerem extremos opostos, Vigotski (2009) chama atenção para a relação dialética existente entre os dois tipos de conceitos, afirmando que os pontos fracos de um se constituem como pontos fortes do outro e vice-versa. Os conceitos espontâneos se mostram frágeis por se encontrarem presos na esfera sensorial, prática e imediatista, revelando-se incapazes de condensar informações mais abstratas; a fragilidade dos conceitos científicos, por sua vez, pode ser o completo distanciamento da referência concreta, tornando-os meros verbalismos. Os conceitos científicos exercem influência no desenvolvimento dos conceitos espontâneos. Nesse sentido, o desenvolvimento de conceitos se dá a partir de processos que estão interligados e não separados por uma muralha intransponível. Vigotski (2009) afirma que:

O desenvolvimento dos conceitos espontâneos e científicos – cabe supor – são processos intimamente interligados, que exercem influências um sobre o outro. Por um lado – assim devemos desenvolver nossas hipóteses –, o desenvolvimento dos conceitos científicos deve apoiar-se forçosamente em um determinado nível de maturação dos conceitos espontâneos, que não podem ser indiferentes à formação de conceitos científicos simplesmente porque a experiência imediata nos ensina que o desenvolvimento dos conceitos científicos só se torna possível depois que os conceitos espontâneos da criança atingiram um nível próprio do início da idade escolar. Por outro lado, cabe supor que o surgimento de conceitos de tipo superior, como são os conceitos científicos, não pode deixar de influenciar o nível dos conceitos espontâneos anteriormente constituídos, pelo simples fato que não estão encapsulados na consciência da criança [...] (Vigotski, 2009, p. 261)

Vigotski exemplifica a similaridades e diferenças existentes entre os conceitos espontâneos e os conceitos científicos a partir da relação entre o processo de aprender a língua materna e uma língua estrangeira. Nesse exemplo, poderíamos falar de desenvolvimento espontâneo da linguagem para a língua materna e desenvolvimento não espontâneo para a língua estrangeira. A apreensão dos conceitos científicos parte dos conceitos elaborados no processo da própria experiência da criança, ou seja, parte dos conceitos espontâneos, da mesma forma que o estudo da língua estrangeira se baseia na semântica da língua materna.

A diferença fundamental existente entre os conceitos científicos e os conceitos espontâneos diz respeito aos diferentes níveis de generalidade de um e de outro. Essa é uma das características principais de distinção do conceito científico e do conceito espontâneo. O termo generalidade diz respeito a uma relação substancial entre os conceitos; nesse sentido, os conceitos científicos estão inseridos em relações mais amplas e abstratas que permitem uma compreensão mais profunda da realidade. Toda operação do pensamento, todo movimento exercido no sentido de compreender a realidade, realiza-se por meio do estabelecimento de relações lógicas entre os juízos e os conceitos. Se o conceito se encontra em um nível mais primário de generalidade, o juízo emitido por ele é mais parcial e fragmentado. Vigotski (2009) elucida essa questão:

Mas se a generalização enriquece a percepção imediata da realidade, é evidente que isso não pode ocorrer por outra via psicológica a não ser pela via do estabelecimento de vínculos complexos, de dependências e relações entre os objetos representados no

conceito e a realidade restante. Deste modo, a própria natureza de cada conceito particular já pressupõe a existência de um determinado sistema de conceitos, fora do qual ele não pode existir. (Vigotski, 2009, p. 359)

Disso compreendemos que os conceitos científicos estão inseridos em um sistema de conceitos mais amplo, que pressupõe uma hierarquia de diferentes níveis de generalidade (Vigotski, 2009). Já os conceitos espontâneos são desprovidos de tal sistema complexo, o que os leva a uma organização simplificada que não permite o estabelecimento de vínculo e relações entre as coisas e os fenômenos do mundo. Os conceitos científicos, os conceitos de ordem superior, demandam a existência de uma série de conceitos subordinados com os quais se relacionam e se vinculam.

Esse processo de desenvolvimento e de complexificação dos conceitos e dos níveis de generalização exige, por sua vez, o desenvolvimento de várias funções psíquicas, tais como a atenção voluntária, a memória lógica, a capacidade de abstração, de comparação, de análise e síntese. Essa tese de Vigotski (2009) se opõe às ideias psicológicas que afirmam que os conceitos são apropriados pelas crianças de forma pronta no processo de aprendizagem. Assim sendo, o ensino direto dos conceitos no processo escolar tem como resultado a mera assimilação da palavra por memorização, o que inviabiliza o emprego consciente e voluntário do conceito e possibilita a simples reprodução do mesmo. De acordo com Vigotski, o ensino consciente de novos conceitos e palavras é possível e viabiliza o desenvolvimento superior dos conceitos propriamente ditos. Nesse sentido, quando o ensino está voltado e dirigido para o desenvolvimento dos conceitos científicos, os processos de aprendizagem passam a ser compreendidos e inseridos em uma nova lógica que potencializa a humanização da criança (Vigotski, 2009).

No primeiro momento em que a criança assimila o conceito com base na memorização e reprodução, os conceitos para ela continuam não conscientizados e não arbitrários, segundo Vigotski (2009) por que:

Para tomar consciência de alguma coisa e apreender alguma coisa é necessário dispor dessa coisa. Mas o conceito, ou melhor, o pré-conceito¹⁷ surge primeiro na idade escolar e só amadurece ao longo dessa idade. Antes disso a criança pensa por noções gerais ou complexos. Mas se os pré-conceitos só surgem na idade escolar, seria um milagre se a

¹⁷ Pré-conceito é como Vigotski denomina esses conceitos do escolar não conscientizados e que ainda não atingiram nível superior de seu desenvolvimento.

criança pudesse tomar consciência deles e apreendê-los, pois isto significaria que a consciência pode não só conscientizar e apreender com suas funções como também pode criá-las, a partir do nada, recriá-las antes mesmo que elas se desenvolvam. (Vigotski, 2009, p.287)

A partir da apropriação dos conceitos científicos, processo que só se consolida na idade de transição, o adolescente passa a tomar consciência do uso desses conceitos, ou seja, a usá-los com arbitrariedade. No processo de usar arbitrariamente os conceitos, a partir da tomada de consciência dos mesmos, o adolescente passa a também tomar consciência e dominar seus próprios processos intelectuais e psicológicos. Nesse sentido, os conceitos científicos possibilitam elevados níveis de tomada de consciência. Assim, é somente por meio dos conceitos científicos que é possível desenvolver a consciência acerca das relações e contradições que estão postas na realidade, para além de sua imediatez e aparência.

Com o desenvolvimento das funções psicológicas superiores e a apropriação dos conceitos científicos, a consciência reflexiva e o controle deliberado passam a adquirir destaque na formação do adolescente. Vigotski (1998) afirma que “A consciência reflexiva chega à criança através dos portais dos conhecimentos científicos.” (Vigotski, 1998, p. 115).

Eis o grande ganho que a apropriação dos conceitos científicos possibilita ao psiquismo humano. Torna-se possível a análise dos fenômenos para além da aparência, por meio das complexas relações e interdependências da realidade. Ocorre a assimilação, por parte do adolescente, de produções elaboradas socialmente, como a cultura, a arte e a política, na medida em que ele é capaz de refletir sobre elas.

Nesse sentido, os conceitos científicos modificam a estrutura do pensamento do adolescente, mudanças essas essenciais para a formação da visão de mundo, para a estruturação da forma como o adolescente se posiciona e se relaciona com seu entorno e, portanto, mudanças fundamentais no processo de formação da personalidade. Vigotski afirma que a formação de conceitos na idade de transição possibilita que o adolescente adentre em sua realidade interna e reflita sobre suas próprias vivências. Somente com a formação dos conceitos o adolescente desenvolve a autopercepção, auto-observação e começa a estabelecer um conhecimento profundo sobre sua realidade interna. Esse ganho é fundamental para compreendermos a relação do sistema de conceitos na formação e na alteração da personalidade.

Nesse período, ocorre uma transformação intelectual de suma importância para a compreensão do desenvolvimento da personalidade. Vigotski nos dá pistas de como a formação do pensamento conceitual promove o desenvolvimento da personalidade ao afirmar que:

O conhecimento no verdadeiro sentido da palavra, a ciência, a arte, as diversas esferas da vida cultural podem ser corretamente assimiladas somente em conceitos. É certo que também a criança assimila verdades científicas e se compenetra com uma determinada ideologia, que se arraiga a diversos campos da vida cultural, porém a criança assimila tudo isto de maneira incompleta, não adequada: ao assimilar o material cultural existente não participa ainda ativamente em sua criação. O adolescente, ao contrário, quando assimila corretamente esse conteúdo que somente em conceitos pode apresentar-se de modo correto, profundo e completo, começa a participar ativa e criativamente nas diversas esferas da vida cultural que tem diante de si. (Vigotski, 2012c, p. 64)

Nesse sentido, o pensamento conceitual possibilita a compreensão do mundo para além da aparência externa e imediata dos fenômenos. Somente através dessa compreensão profunda da realidade é que o adolescente se torna apto a não somente pensar sobre o mundo, mas atuar sobre ele no sentido de transformá-lo. É nesse processo de desenvolvimento do seu pensamento que o adolescente começa a se interessar por questões filosóficas, questões políticas e se mostra atraído por formas de arte mais abstratas, como a música. Uma das mudanças mais evidentes que o pensamento conceitual provoca no desenvolvimento da personalidade do adolescente diz respeito à consolidação de uma concepção político-social do mundo. Sobre essa questão, Vigotski (2012c) afirma que:

É totalmente certo que a participação massiva do adolescente na atividade social e, por isso, sua plena autodeterminação com uma classe, supõe um acontecimento decisivo em sua vida [...] Assim, pois, os anos da adolescência são, antes de tudo, anos de formação da concepção do mundo político-social, anos em que se vão formando, no fundamental, suas concepções sobre a vida, a sociedade, as pessoas, quando nasce umas ou outras simpatias e antipatias sociais. (Vigotski, 2012c, p. 67)

Até aqui apontamos duas revoluções fundamentais engendradas pelo pensamento conceitual: em primeiro lugar, o pensamento em conceitos possibilita a compreensão dos profundos nexos que formam a realidade, permitindo ao adolescente avançar da compreensão aparente dos fenômenos em direção à compreensão da essência dos mesmos. Em um segundo momento, o pensamento conceitual possibilita ao adolescente conhecer o mundo da consciência social, desenvolvendo assim uma concepção estruturada de mundo. Vigotski (2012c) aponta para uma terceira esfera do pensamento do adolescente que é inexistente no pensamento infantil;

essa esfera diz respeito ao conhecimento do seu próprio mundo interno, das suas vivências, sentimentos e emoções. A palavra passa ser um meio de compreender a realidade, os outros e a si mesmo, e por essa razão é possível afirmar que a formação de conceitos possibilita o desenvolvimento intenso da autopercepção, da auto-observação, do conhecimento profundo da realidade interna, do mundo das próprias vivências.

Vigotski (1999) afirma que o conceito requalifica também nossas emoções e sentimentos, modificando o psiquismo como um todo, inclusive nossa forma de sentir. Essa íntima relação existente entre o que é sentido e o que é pensado foi designada por Vigotski como unidade afetivo-cognitiva¹⁸. Esse termo expressa a dialética entre os processos cognitivos e afetivos, ou seja, expressa que tais processos são opostos um ao outro e não polos dicotômicos no psiquismo. Conceber os afetos e os conceitos como unidade é o primeiro passo para um estudo materialista das emoções, ou seja, estudo que não promove compreensões ora idealistas ora organicistas sobre os afetos (Martins, 2011).

O ser humano não experimenta os sentimentos de forma pura, mas sente de acordo com determinadas conexões conceituais, a partir de designações e classificações do que é sentido; por exemplo, sentimos amor, ódio ou ciúmes. Nesse sentido, os afetos estão em relação contínua com o pensamento, da mesma forma que o que é pensado provoca reações emocionais e sentimentais em nós. O autor afirma que:

[...] o conhecimento de nosso afeto altera este, transformando-o de um estado passivo em outro ativo. O fato de eu pensar coisas que estão fora de mim não altera nada nelas, ao passo que o fato de pensar nos afetos, situando-os em outras relações com meu intelecto e outras instâncias, altera muito minha vida psíquica. (Vigotski, 1999, p.127)

Nesse sentido, Vigotski (1999) afirma que o conhecimento sobre nossos afetos é capaz de transformá-lo qualitativamente de um estado passivo para um estado ativo, o que significa dizer que o ser humano tem poder sobre seus afetos e que os conceitos podem alterar as conexões existentes entre as emoções. É precisamente esse sistema que imbrica as emoções com os conceitos que se desintegram no caso da esquizofrenia. Os afetos dos sujeitos esquizofrênicos parecem se emancipar em relação ao sistema conceitual e passam a reger todo o pensamento, as necessidades e a vida psíquica do indivíduo como um todo. Em suma, os

¹⁸Para aprofundar sobre a questão da unidade afetivo-cognitiva sugerimos a leitura da dissertação de mestrado de Patrícia Monteiro, que compreende a unidade afetivo-cognitiva da consciência como sendo uma questão fundamentalmente metodológica (Monteiro, 2015, p. 58).

afetos perdem sua conexão com o pensamento. Esse complexo processo que intentamos sistematizar ao longo desse subitem, por meio do qual os conceitos se desenvolvem e requalificam o psiquismo, os afetos e o pensamento, se desintegra na esquizofrenia. A fim de compreender quais são as repercussões que a desagregação do pensamento conceitual engendra na personalidade, sistematizaremos em outro sobre item as peculiaridades do processo de formação da personalidade.

Nesse sentido, Vigotski (1999) afirma que o conhecimento sobre nossos afetos é capaz de transformá-lo qualitativamente de um estado passivo para um estado ativo, o que significa dizer que o ser humano tem poder sobre seus afetos e que os conceitos podem alterar as conexões existentes entre as emoções. É precisamente esse sistema que imbrica as emoções com os conceitos que se desintegram no caso da esquizofrenia. Esse complexo processo que intentamos sistematizar ao longo desse subitem, por meio do qual os conceitos se desenvolvem e requalificam o psiquismo, os afetos e o pensamento, se desintegra na esquizofrenia. A fim de compreender quais são as repercussões que a desagregação do pensamento conceitual engendra na personalidade, sistematizaremos em outro sobre item as peculiaridades do processo de formação da personalidade.

No intuito de sistematizar as mudanças fundamentais engendradas pelo pensamento conceitual no psiquismo, elaboramos o seguinte fluxograma:

Figura 1
Desenvolvimento do pensamento conceitual



Fonte: Elaborado pela autora.

O pensamento conceitual se constitui como o centro organizador de todo o psiquismo, requalificando todas as estruturas anteriores e mais primitivas, e é fundamental no que diz respeito à constituição da personalidade, entendemos que a desagregação dessa esfera mobiliza repercussões igualmente significativas na estrutura da personalidade do sujeito com esquizofrenia. Com o objetivo de responder a pergunta “como a estruturação do sistema de conceitos se relaciona com a formação da personalidade?” elaboramos o último subitem da terceira seção com foco no processo de formação da personalidade.

3.3 A personalidade sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético e da psicologia histórico-cultural

O conceito de personalidade é fundamental no que diz respeito ao entendimento não só da esquizofrenia, como também do sofrimento psíquico em seus aspectos mais gerais. Vigotski (1931/2000b, p. 134) já afirmava que “Não é importante saber somente que *enfermidade tem*

uma pessoa, senão também que pessoa tem determinada enfermidade”. Nesse sentido, a compreensão da personalidade em sua dinâmica e determinação histórica e a delimitação de seus elementos externos e internos, objetivos e subjetivos, nos parecem elementos-chave para uma compreensão crítica da esquizofrenia. Não só na esquizofrenia, mas também em outras formas de sofrimento psíquico, a alteração da estrutura da personalidade manifesta-se como um fenômeno que deve ser apreendido.

A formação da personalidade se constitui como um processo altamente complexo, condicionado pelas condições objetivas de vida. A tarefa da psicologia histórico-cultural, no que diz respeito à compreensão da personalidade, consiste na superação de teorias que reduzem a personalidade a uma noção puramente biológica, ou a uma ideia sociológica abstrata (Leontiev, 1978).

O processo de desenvolvimento da personalidade é resultado de complexas relações entre fatores internos – processos biológicos, psicológicos e subjetivos – e externos – condições materiais de existência e as relações sociais nas quais o indivíduo se encontra inserido – unificados na atividade exercida pelo indivíduo (Martins, 2007). A atividade, portanto, contém em si a unidade dialética entre indivíduo e sociedade, pois ao mesmo tempo em que toda atividade é atividade de um indivíduo singular, é também condicionada pelas relações sociais históricas e objetivas.

Na seção destinada à exposição dos pressupostos epistemológicos e metodológicos da psicologia histórico-cultural, já apresentamos a importância do conceito de atividade para nossa perspectiva teórica. Todavia, retomaremos algumas dessas questões a fim de compreender como a formação da personalidade é engendrada pela atividade humana.

O método dialético marxista demanda investigar o processo de formação da personalidade como algo em movimento, como uma nova formação psicológica que depende das relações estabelecidas pelo indivíduo e como produto da transformação de sua atividade. De acordo com Leontiev (1978):

[...] a personalidade do homem não é algo pré-existente em nenhum sentido com respeito a sua atividade, o mesmo que sua consciência, sua personalidade é engendrada por ela. A investigação do processo de nascimento e transformação da personalidade do homem em sua atividade – que transcorre em condições sociais concretas – é a chave para chegar à sua concepção psicológica autenticamente científica. (Leontiev, 1978, p. 135)

Vigotski corrobora com as formulações de Leontiev na medida em que afirma:

Nos sentimos inclinados a por um signo de igualdade entre a personalidade da criança e seu desenvolvimento cultural. Portanto, a personalidade que é um conceito social abarca o que se sobrepõe ao natural, o histórico no ser humano. Não é inata, surge como resultado do desenvolvimento cultural. (Vigotski, 1931/2000b, p. 328)

É pelo fato de a personalidade depender intimamente das atividades do indivíduo que Leontiev (1978) pontua sobre a impossibilidade de fazer referência à personalidade de um recém-nascido, um lactante, ou mesmo da personalidade dos animais. Os indivíduos não nascem com uma personalidade acabada; a personalidade se forma no decorrer do desenvolvimento histórico-social e ontogenético do homem (Leontiev, 1978). Nesse sentido, é preciso superar a compreensão inatista da personalidade que a entende ou a partir das características individuais determinadas geneticamente ou ainda através dos hábitos, conhecimento e habilidades que são adquiridos com a experiência.

Para realizar essa proposta de estudo, é preciso partir do sistema de atividades que cristaliza estes conhecimentos e habilidades e insere o indivíduo no mundo, ou seja, permite que ele se relacione e aja sobre o mundo, apropriando-se da cultura elaborada historicamente e ao mesmo tempo ajudando a construí-la. É por essa razão que a atividade engendra aquilo que singulariza o indivíduo, a sua personalidade. Dessa forma, Leontiev (1978) afirma que a expressão única da personalidade de cada indivíduo depende fundamentalmente das particularidades da atividade da pessoa nas suas relações com o mundo. Tendo essa elaboração como eixo explicativo central do presente subitem, apresentaremos os parâmetros desenvolvidos por Leontiev para a análise do desenvolvimento da personalidade.

De acordo com Leontiev (1978), a primeira base da personalidade que não pode ser ignorada por nenhuma concepção psicológica é a riqueza dos vínculos do indivíduo com o mundo. Os vínculos começam a ser estabelecidos logo quando a criança nasce e vão se desenvolvendo na medida em que ela cresce. Nesse primeiro momento, os vínculos da criança com os adultos são mediados por objetos. Por exemplo, o adulto a diverte com determinado brinquedo e a alimenta a partir do uso de um prato; na mesma medida, os vínculos da criança com os objetos são mediados pelas pessoas que a cercam. Em síntese, a atividade da criança se realiza por meio de vínculos com os seres humanos através das coisas e vínculos com as coisas através dos seres humanos (Leontiev, 1978).

Os vínculos do indivíduo com o mundo envolvem suas relações com as condições objetivas de sua vida, ou seja, dependem das relações estabelecidas em dada família, dada classe social, dado lugar e dado momento histórico (Martins, 2001). Compreende-se que o caráter dos vínculos do indivíduo com o mundo se desenvolve e se aprofunda não em termos quantitativos, mas no que diz respeito à qualidade dos mesmos. Os conteúdos de tais vínculos estão determinados pelo patrimônio de apropriações que se disponibiliza para a pessoa. De acordo com Martins (2001):

[...] a análise psicológica destes vínculos não pode ficar detida à sua aparência uma vez que os vínculos da personalidade para com o mundo podem ser mais pobres do que o disponibilizado pelas condições objetivas, na mesma medida em que a riqueza dos vínculos pode superar em muito tais condições. (Martins, 2001, p. 107)

Leontiev (1978) afirma que no decorrer do desenvolvimento, é possível observar não só a ampliação dos vínculos do sujeito com o mundo, mas também uma contração desses vínculos em determinados momentos. Notamos que a desagregação do pensamento conceitual na esquizofrenia pode levar a um estreitamento severo dos vínculos do indivíduo com o mundo, pois a própria comunicação entre pares se torna uma dificuldade vivenciada como quase intransponível. O estreitamento dos vínculos pode ser uma característica normal em alguns períodos de crise do desenvolvimento, como na adolescência, porém também podem indicar a vivência de sofrimento psíquico.

Ao discutir sobre o estreitamento dos vínculos, Leontiev (1978) fala também em uma redução das atividades que colocam o indivíduo em contato com mundo; nesse sentido, ocorre uma contração de interesses. Desse modo, aquilo que incitava o sujeito a agir em determinada direção não o incita mais, os interesses anteriores à idade de transição ou ao período de intenso sofrimento psíquico perdem sua força mobilizadora. Importante salientar, contudo, que a ampliação ou contração dos vínculos do sujeito com o mundo não dependem exclusivamente de um ou outro estágio do desenvolvimento, ou então da saúde ou do adoecimento psíquico. A qualidade dos vínculos estabelecidos depende das condições objetivas nas quais os sujeitos se encontram inseridos. Em uma sociedade desigual de classes, sabemos que as condições materiais de existência podem engendrar vínculos tanto mais ricos quanto mais empobrecidos.

Ao mesmo tempo em que os vínculos do ser humano se alteram no decorrer do desenvolvimento, mantêm também certa constância. Leontiev (1978) afirma que a personalidade é caracterizada como uma estrutura modificável que possui também uma base

estável. A base real da personalidade do homem é o conjunto de suas relações com o mundo que se realizam e são realizadas por meio de sua atividade. Já vimos que a atividade humana é sempre impulsionada por uma necessidade que precisa ser satisfeita e para que isso aconteça é preciso encontrar um objeto que a satisfaça (Leontiev, 1978). Quando o ser humano toma consciência sobre o objeto de sua atividade, descobre, necessariamente, o motivo da mesma.

As necessidades humanas não podem ser consideradas puramente biológicas em sua totalidade. As necessidades elementares são comuns aos homens e aos animais, como a fome e o sono. Porém, existem outras necessidades no homem, de caráter histórico-cultural, que são geradas pelo desenvolvimento da produção; são necessidades superiores, como a necessidade de estudo, de trabalho e da criação artística. É um equívoco pensar que as necessidades superiores são apenas formações superficiais em relação às elementares. A respeito disso, Leontiev (1978) afirma que:

[...] se em um lado da balança colocar as necessidades vitais mais fundamentais do homem e no outro suas necessidades superiores, são estas últimas as que podem pesar mais [...] É verdade que o caminho geral que percorre o desenvolvimento das necessidades humanas começa a partir de que o homem atua para satisfazer suas necessidades elementares, vitais; mas mais adiante esta relação se inverte e o homem satisfaz suas necessidades vitais para atuar. (Leontiev, 1978, p. 152)

Se toda necessidade implica em um objeto que a satisfaça, ou seja, ganha concreticidade a partir do motivo, essa transformação das necessidades sobre a qual Leontiev (1978) faz referência implica necessariamente em uma transformação também na esfera motivacional do homem. A estrutura de motivos das atividades é o nome dado por Leontiev (1978) ao conjunto de motivos estabelecidos pelas atividades realizadas pelos indivíduos. O segundo parâmetro necessário para a análise do processo de personalização diz respeito justamente ao modo como os motivos se organizam e que papel ocupam dentro dessa estrutura. Dito de outro modo, para a análise da personalidade é determinante compreender o grau de hierarquização das atividades e de seus motivos.

No decorrer do desenvolvimento humano, algumas atividades se tornam mais centrais que outras, ou seja, estabelecem relações hierárquicas entre si; algumas se tornam fundamentais enquanto outras se tornam subordinadas. As distintas atividades se mantêm unidas a partir do sistema de relações que o indivíduo estabelece entre elas (Leontiev, 1978). A hierarquização das atividades pressupõe uma hierarquização dos motivos. Nesse sentido, a hierarquia de

motivos representa a expressão da hierarquia da atividade no plano psicológico e é acompanhada de reações emocionais e sentimentos.

As vivências emocionais mediam e refletem as relações intermotivacionais. Dito de outro modo, a estrutura motivacional da personalidade engendra uma estrutura emocional que diz respeito ao sistema de sentimentos mobilizados pela experiência do indivíduo. Martins (2001) afirma que:

A estrutura emocional organiza-se em uma espécie de hierarquia dos sentimentos, na qual uns sentimentos são predominantes e influenciam em maior grau o comportamento do indivíduo, outros têm caráter subordinando, e outros ainda, não tem significação maior que durante um curto período de tempo. Essa organização sustenta a atividade emocional do indivíduo ante a realidade, bem como a carga emocional necessária para que o experimentado se configure como vivência pessoal, ou vivência subjetiva. (Martins, 2001, p. 108)

Com o objetivo de elucidar a respeito da importância das vivências subjetivas na relação entre o sujeito e sua atividade, Leontiev propõe o conceito de sentido pessoal. Esse conceito já foi apresentado no subitem em que tratamos da formação da consciência, porém iremos retomá-lo nesse momento tendo em vista sua fundamental importância para o estudo da personalidade.

Por meio da atividade, o ser humano se apropria de determinados significados objetivos do mundo que são transmitidos por signos da linguagem. Dessa maneira, os significados sociais se constituem como substratos para o desenvolvimento da consciência individual, pois viabilizam a assimilação pelo indivíduo das formas de pensar desenvolvidas pela humanidade. O sistema de significações se encontra pronto para a apropriação do indivíduo e exprime, desse modo, o reflexo da realidade independente da relação que o indivíduo estabelece com esta (Leontiev, 1978).

Apesar disso, o indivíduo pode se apropriar ou não de dada significação, pode assimilá-la em distintos níveis, de tal forma que podemos falar de um sentido subjetivo das significações. Os significados possuem, portanto, uma dupla dimensão: uma de caráter objetivo, justamente por serem compartilhados pelos membros da coletividade, e outra dimensão singular e subjetiva. Isso significa dizer que os significados, ao traduzirem a relação existente entre o sujeito e os fenômenos objetivos do mundo, individualizam-se e tornam-se próprios dos indivíduos (Leontiev, 1978).

O fato de os significados possuírem uma dimensão subjetiva não anula sua objetividade, mas reafirma que ao serem apropriados pelos indivíduos, passam a ocupar um lugar específico na história do mesmo e em suas relações com o mundo. A dimensão subjetiva dos significados anuncia a interação real e ativa existente entre o indivíduo e o mundo. Leontiev chama o aspecto subjetivo das significações de sentido pessoal (Leontiev, 1978; Martins, 2007). Para exemplificar sobre essa dupla dimensão dos significados, Leontiev (1978) afirma que:

Essa relação interna especial torna-se manifesta nos fatos psicológicos mais simples. Assim por exemplo, todos os estudantes maiores compreendem, claro, muito bem o significado das notas nos exames e as conseqüências derivadas delas. No entanto, a nota pode apresentar-se na consciência de cada um deles de um modo substancialmente distinto: digamos, como um passo (ou um obstáculo) no caminho para a profissão elegida, ou como uma maneira de afirmar-se diante dos parentes ou, talvez, de alguma outra maneira. É precisamente esta circunstância que coloca a psicologia diante da necessidade de diferenciar o significado objetivo compreensível e seu significado para o sujeito. Para evitar a duplicação dos termos, eu prefiro falar, neste último caso, de sentido pessoal. Então o exemplo mencionado pode ser expressado do seguinte modo: o significado da nota pode adquirir na consciência dos estudantes um sentido pessoal diverso. (Leontiev, 1978, p. 114)

Tanto os sentidos pessoais quanto os significados se configuram como processos psicológicos que mediam a hierarquia dos motivos e das atividades (Martins, 2007). Os motivos, ao mobilizar a atividade, podem lhe conferir um sentido pessoal ou podem assumir o caráter estranhado, como no exemplo acima citado. Dessa forma, o lugar que o motivo ocupa dentro da estrutura da atividade se relaciona com as emoções engendradas nesse processo.

Os motivos que conferem à atividade um sentido pessoal foram denominados por Leontiev (1978) como geradores de sentido. São motivos que conferem à atividade por eles desencadeada uma unidade entre motivos e fins, e possuem uma dimensão teleológica, ou seja, os indivíduos, ao realizarem atividades mobilizadas por motivos geradores de sentido, são conscientes a respeito da relação entre aquilo que os impulsiona a agir e os seus objetivos nesse momento. Por essa razão, ocupam um lugar de maior importância na estrutura afetivo-emocional da personalidade. Existe outra classe de motivos que se caracterizam tão somente por impulsionar a atividade, sem lhe conferir um sentido pessoal; essa classe de motivos é denominada por Leontiev (1978) de motivos-estímulos (Leontiev, 1978; Martins, 2001).

A atividade humana se caracteriza por ser polimotivada, isto é, responde ao mesmo tempo a dois ou a vários motivos. Por exemplo, a atividade de trabalho pode ser motivada socialmente e pela recompensa material. Ambos os motivos, embora coexistam, parecem situados em diferentes planos e mobilizam processos diferentes no que diz respeito à personalidade (Leontiev, 1978).

Quando uma atividade que é importante para o homem por seu sentido pessoal, choca no curso de sua realização com uma estimulação negativa que provoca inclusive uma intensa vivência emocional, seu sentido pessoal não se modifica por isso; pode acontecer o contrário, ou seja, um desprestígio psicológico peculiar, e rapidamente crescente, de uma emoção surgida. (Leontiev, 1978, p. 158)

Os motivos podem, portanto, se caracterizar como geradores de sentido ou motivos-estímulo e a depender de sua caracterização ocupam lugares diferenciados na estrutura da personalidade. Outra característica dos motivos apontada por Leontiev (1978) é que podem se configurar como motivos conscientes ou inconscientes¹⁹. Desse modo, a existência dos motivos independe da consciência sobre eles e por essa razão, os indivíduos podem realizar atividades cujos motivos se encontram ocultos. Isso não significa que os motivos estejam apartados da consciência; mesmo desconhecidos, eles encontram seu reflexo psíquico na forma de tom emocional das ações. Leontiev (1978) afirma que:

Os motivos não conscientes possuem a mesma determinação que qualquer reflexo psíquico. O não consciente e o que é consciente não são termos opostos, se trata apenas de diversas formas e níveis do reflexo psíquico que se encontra em uma correlação rigorosa com o lugar que o refletido ocupa na estrutura da atividade com o movimento de seu sistema. Enquanto se toma consciência necessariamente dos fins e das ações que respondem a eles, não ocorre o mesmo com a compreensão de seu motivo, isto é, daquele em virtude do qual se propõe e atinge ditos fins. (Leontiev, 1978, p. 159)

A não consciência dos motivos produz vivências inconscientes, ou seja, o indivíduo experimenta uma vivência e desconhece o motivo que a produziu, não sabe a que tal vivência

¹⁹ O problema do inconsciente a partir de uma perspectiva histórico-cultural difere completamente das proposições freudianas; em nosso ver, não diz respeito às pulsões internas ou desejos reprimidos, mas àquilo que é inconsciente e encontra suas raízes na produção da vida material e nas relações engendradas por ela (Martins, 2007).

se refere. Martins (2001) afirma que “[...] na base de uma vivência reside a inexistência da conexão consciente atividades/motivo e, por consequência, a inexistência de uma relação adequada para com a realidade objetiva.” (Martins, 2007, p. 112). Desse modo, os atos e sentimentos relacionados com as vivências inconscientes se inserem fora do controle da consciência. O indivíduo não domina seus próprios processos psicológicos.

A inconsciência dos motivos, engendrada pela produção material da vida, é aprofundada pelas relações de alienação produzidas pelo capitalismo, relações essas exploradas na primeira seção do presente trabalho. As relações alienantes formam uma consciência igualmente alienada e, por essa razão, Martins (2001) afirma que a alienação gera uma tirania do inconsciente, de tal modo que os indivíduos passam a ser dominados por processos dessa ordem.

O exposto nos leva ao terceiro parâmetro do desenvolvimento da personalidade, que diz respeito “[...] ao grau de subordinação da organização das atividades em relação aos motivos face os níveis de consciência sobre si e auto-consciência” (Martins, 2001, p. 108). Leontiev (1978) aponta a necessidade de diferenciar os conhecimentos sobre si da autoconsciência. Os conhecimentos sobre si começam a se estruturar na primeira infância a partir da formação das representações do indivíduo e dizem respeito ao desenvolvimento da consciência corporal e da capacidade de localizar as sensações interoceptivas, e ao reconhecimento da figura de si. Já a autoconsciência diz respeito à tomada de consciência do próprio eu, que é resultado do processo de formação da personalidade. O seguinte exemplo é capaz de elucidar a diferença entre conhecimento sobre si e autoconsciência:

Lenin escreveu sobre o que diferencia a um “simples escravo” de um escravo conformado com sua situação, e de um escravo que se rebelou. Não é esta a diferença que está no conhecimento de suas características individuais, se não uma diferença da tomada de consciência de si dentro do sistema de relações sociais. Não é outra coisa a tomada de consciência de seu “eu”. (Leontiev, 1978, p. 178)

Nesse sentido, a autoconsciência envolve necessariamente a consciência do mundo e da unidade existente entre o indivíduo singular e a universalidade. Somente por meio de uma relação consciente com a universalidade o indivíduo se torna capaz de tornar-se consciente das diferentes formas pelas quais reproduz, tanto subjetiva quanto objetivamente, sua vida. Isso porque a própria formação do indivíduo enquanto ser singular depende da apropriação da universalidade, ou seja, da humanidade em sua forma genérica, de tal forma que o indivíduo afirma sua existência dentro da trama de relações sociais em que se encontra inserido. Pelo

exposto, temos que o grau de subordinação da hierarquização de atividades e motivos aos níveis de consciência sobre si e autoconsciência depende essencialmente da relação entre indivíduo e a universalidade do gênero humano (Martins, 2001).

A consciência do eu é mediada pela consciência da universalidade. O indivíduo autoconsciente relaciona-se consigo mesmo de forma não espontânea, conhecendo a si mesmo e às suas circunstâncias. Leontiev (1978) afirma que quando o motivo que dirige a atividade se eleva até o genuinamente humano, forma-se uma personalidade qualitativamente diferente, pois coloca a vida do indivíduo em relação com a vida de outras pessoas e não o isola:

De acordo com as circunstâncias que tocam por sorte o homem, esses motivos vitais podem adquirir conteúdo muito diverso e diversa significação objetiva, contudo apenas eles (os motivos) são capazes de criar a justificação psicológica interior da existência do homem que constitui o sentido e a felicidade da vida. O auge a que leva este caminho é o homem convertido – segundo as palavras de Gorki – *o homem da humanidade*. (Leontiev, 1978, p. 172)

A alienação é um processo produzido pelas relações materiais de produção que assumem diferentes formas, expressando-se inclusive na subjetividade humana. Acontece que, sob relações sociais de dominação, e quando o processo de apropriação da realidade circundante e a objetivação na mesma se fazem de forma alienada, a pessoa passa a afirmar sua própria existência de forma imediata, fora dos parâmetros do gênero humano, o que leva ao embotamento do pleno desenvolvimento humano.

As relações alienadas que o homem estabelece com a realidade são objetivamente contraditórias e, assim, incorporam-se à estrutura da personalidade. O abismo existente entre a atividade prática realizada pelo indivíduo e sua atividade interior, seus sentimentos, suas vontades, engendra uma formação unilateral da personalidade e pode inclusive conduzir a uma dissociação da mesma em duas esferas distintas e estranhas uma à outra: a esfera da personalidade em suas manifestações na vida real e a esfera da personalidade que se manifesta somente idealmente, de forma ilusória (Leontiev, 1978). Por exemplo, o indivíduo, ao tentar fugir da sua existência banal e sem sentido, apegando-se a uma vida de imaginações e representações idealistas do que poderia vir a ser: um homem que concretamente está conformado com o limitado acesso que tem das grandes produções humanas, e ao mesmo tempo guarda em si o desejo de participar de feitos extraordinários, como ir ao espaço ou conversar

com o presidente de seu país. Há, portanto, nesse caso, uma falta de coincidência entre o “eu” propriamente dito e o conhecimento que o indivíduo tem de si próprio.

A estrutura da personalidade não se reduz nem à riqueza dos vínculos do homem com o mundo nem ao nível de hierarquização dos mesmos, em que suas características estão na correlação dos diversos sistemas de relações vitais que se conformaram e que geram uma luta entre eles. Uma personalidade harmônica não é em absoluto uma personalidade alheia a toda luta interior. Porém, às vezes, esta luta interna se converte no fundamental, no que define toda a fisionomia do homem: é essa a estrutura de uma personalidade trágica. (Leontiev, 1978, p. 174)

Diante do exposto, podemos pressupor, neste momento do nosso trabalho, a ideia de que a cisão engendrada pela alienação na personalidade humana aprofunda a cisão própria da esquizofrenia. Não faz parte do escopo desta dissertação discutir a origem de tal cisão, definir se ela é genética ou não, se é inteiramente social ou não. Compreendemos que isso demandaria não só uma, mas uma série de investigações em conjunto. Ainda assim é fundamental chegar a alguns apontamentos, mesmo que iniciais ou parciais.

Desse modo, discutiremos as expressões subjetivas da alienação, tentando identificar nessas expressões indícios que possam nos ajudar a entender a desagregação do pensamento conceitual na esquizofrenia e suas repercussões na personalidade. Subjetivamente, a alienação pode produzir nos indivíduos um sentimento de impotência. Nesse caso, o indivíduo se sente incapaz de gerir o movimento de sua própria vida (Martins, 2001). Esse sentimento relaciona-se com o conceito de vivências inconscientes que citamos acima. Se o motivo que mobiliza a atividade é inconsciente e produz vivências igualmente inconscientes, o sentimento movimentado por esse processo é o de que as situações que ocorrem em sua vida independem de sua vontade e da sua autogestão.

Martins (2001) demarca uma segunda expressão da alienação na subjetividade. O “sentido do absurdo” decorre da dificuldade em concretizar, através de ações objetivas, as ideias e projetos idealizados, e provém de uma baixa expectativa de que se possam estabelecer relações satisfatórias entre as ações e a viabilidade de seus resultados. Pelas impossibilidades de prever o resultado de suas próprias ações, decorrentes do caráter alienado da existência na sociedade capitalista, os indivíduos se veem levados a certo grau de desapego com relação ao meio que culmina no isolamento. Por não ter uma compreensão consistente sobre a realidade e não perceber as tramas mais amplas em que está inserido, o indivíduo não toma consciência

dos limites impostos pelo modo de produção capitalista, o que mobiliza sentimentos intensos de frustração.

Essa expressão da alienação pode contribuir para o processo de sofrimento psíquico na medida em que o indivíduo passa a compreender a realidade como sendo muito complexa e apartar de si seu papel fundamental no processo de transformação dessa realidade, colocando-se cada vez mais como um ser passivo. Nesse sentido, entende a si mesmo como um sujeito que não consegue mudar as relações que provocam sofrimento. Se tais relações se manifestam para o indivíduo como sendo muito complexas para seu entendimento, então dificilmente percebe que tais relações não são eternas e imutáveis, o que gera um sentimento de desesperança frente à possibilidade de construir uma outra forma de sociabilidade.

O isolamento se constitui como sendo a terceira forma de expressão da alienação na subjetividade humana e está ligada à desesperança, ou seja, os indivíduos se relacionam com os grupos aos quais pertencem e com a sociedade de forma alheia, distanciando-se dos valores e ideais sociais por não se identificarem com demandas desse cunho e também por desacreditarem na efetividade de tais ações. Por esse motivo, é possível observar uma individualidade se transformando cada vez mais em individualismo. O capitalismo provoca o isolamento, visto que exacerba a competitividade entre os pares, distancia os indivíduos e promove uma sensação de que não pertencem à mesma classe, que tem os mesmos interesses e direitos.

A quarta forma de expressão da alienação do psiquismo é o “autoestranhamento” e se define como o grau de dependência de dada atividade em relação às recompensas externas, ou seja, o quanto a atividade é dirigida por motivos-estímulos e não por motivos geradores de sentido. Martins (2001) afirma que o autoestranhamento se relaciona com a quinta representação subjetiva da alienação, a ausência de normas que advêm dos frágeis vínculos estabelecidos com a sociedade e com os grupos nos quais os indivíduos estão inseridos. Desse modo, as situações de opressão vivenciadas pelo sujeito se tornam insuportáveis de tal forma que os vínculos com o sistema ao qual pertencem se rompem brutalmente.

O sentimento de impotência, o sentido do absurdo, o isolamento, o autoestranhamento e a ausência de normas demonstram como a alienação acaba por cindir e fragmentar a personalidade dos indivíduos. Como consequência, a personalidade se forma de maneira esvaziada e empobrecida, pois as relações estabelecidas pelos sujeitos não expressam os valores tipicamente humanos e não refletem as amplas possibilidades dos mesmos. Martins (2001) afirma que todas essas expressões da alienação rompem com a unidade existente entre o

indivíduo, sua personalidade e vida; e o mundo e os outros homens. Como consequência disso, temos que a personalidade alienada:

[...] se põe como se fosse um “duplo” da pessoa, que pouco a pouco, ocupa seus gestos, suas reações, seus pensamentos e sentimentos, gerando a muda aceitação, a resignação e conformismo da pessoa, ou, o seu fracasso, expresso em diferentes formas de sofrimento psicológico. Neste sentido é que a personalidade se converte [...] numa máscara destinada a expressar papéis que as circunstâncias externas exigem. (Martins, 2001, p. 120)

Na primeira seção do presente trabalho, vimos que a alienação abarca o âmbito do trabalho social; no entanto, diante do exposto, é possível afirmar que conduz também ao empobrecimento da vida pessoal dos indivíduos. Isso porque as relações materiais determinam não só o caráter da atividade, mas também o próprio desenvolvimento psíquico e da personalidade. As expressões subjetivas da alienação nos lançam luz sobre o modo como a ruptura da personalidade se relaciona com a dissociação do eu, tão característica da esquizofrenia. No próximo subitem, elencaremos algumas das contribuições dos autores da psicologia histórico-cultural no que diz respeito a essa temática e analisaremos as repercussões da desagregação do pensamento conceitual na esquizofrenia para a personalidade.

4 Desdobramentos da psicologia histórico-cultural: da desagregação do pensamento conceitual na esquizofrenia às repercussões na formação da personalidade

A psicologia hegemônica, ao se apropriar das discussões e pesquisas sobre a temática da esquizofrenia, opera com conceitos que explicam o psiquismo como natural ou subjetivo. Já a psicologia histórico-cultural compreende que a esquizofrenia é um processo de sofrimento psíquico que deve ser compreendido em sua íntima relação com os modos pelos quais a vida é produzida em determinado momento histórico. Não é possível compreendê-la apenas como um modo singular de existir no mundo. É preciso considerar que a esquizofrenia, bem como sua sintomatologia, possui uma lógica dentro do sistema da personalidade do indivíduo.

Está posto para nós, pesquisadores da Psicologia, a necessidade de compreender os processos humanos em sua totalidade, como produto de múltiplas determinações, unindo esforços para construir um arcabouço teórico que nos possibilite romper com as formas mecanicistas ou subjetivistas de compreender o psiquismo, a personalidade e também o adoecimento.

Começaremos a seção final do presente trabalho retomando a discussão que os autores clássicos da psicologia histórico-cultural fazem sobre o tema da esquizofrenia. É necessário ter em mente que os fundadores da psicologia histórico-cultural dedicaram atenção relativamente pequena aos processos de adoecimento psíquico. Em função disso, é preciso construir uma perspectiva sócio-histórica a respeito dessa temática a partir dos princípios que foram elucidados por esses autores em outras áreas (Ratner, 1995). Apesar do exposto, é possível encontrar referências de autores da psicologia histórico-cultural que nos possibilitam pensar sobre a questão da esquizofrenia.

Vigotski aproximou-se das investigações referentes ao campo da psiquiatria em meados dos anos 1930, estudando com mais profundidade o problema da esquizofrenia, das afasias e da histeria. Lavretsky (1998) afirma que na Rússia, a esquizofrenia foi considerada um tema de grande importância para a psiquiatria devido à sua alta prevalência e devido à magnitude das incapacidades que produz; diante dessa constatação, Silva (2014) afirma que essa pode ser uma das razões que levaram Vigotski a se debruçar sobre a questão da esquizofrenia.

Diante disso, foram selecionados textos de Vigotski nos quais o autor discute a temática da esquizofrenia. Dentre os trabalhos nos quais esse problema é abordado pelo autor, temos acesso aos seguintes textos: *O desenvolvimento do pensamento do adolescente e a formação de*

conceitos (2012c), *Desenvolvimento das funções psíquicas superiores na idade de transição* (2012c), *Sobre os sistemas psicológicos* (1999), *A psicologia da esquizofrenia* (1933) e *O pensamento na esquizofrenia* (1931).

Outra autora que nos possibilita a compreensão da esquizofrenia sobre o viés da psicologia histórico-cultural é Bluma Wulfovna Zeigarnik. Ela foi uma psicóloga soviética que se debruçou sobre estudo das psicopatologias, de forma sistematizada. Na presente seção foram utilizados dois de seus textos: *Introdução a Patopsicologia* (1979) e *Patopsicologia* (1981), sobre os quais discorreremos com mais profundidade a seguir.

Nossa análise nesta seção se estrutura em três eixos: no primeiro, intentamos sistematizar as contribuições de Vigotski ao estudo da esquizofrenia; no segundo, objetivamos condensar os estudos de Zeigarnik referentes ao tema; o terceiro eixo de análise, por sua vez, divide-se em quatro subitens nos quais versamos sobre as repercussões da desagregação do pensamento conceitual na esquizofrenia na estrutura da personalidade.

4.1 Contribuições de L. S. Vigotski para a compreensão da esquizofrenia

Vigotski atribui aos estudos da esquizofrenia uma enorme importância, tendo em vista que esse caso de desenvolvimento psicológico pode contribuir para elucidar a organização da estrutura normal da consciência e do curso normal do desenvolvimento. Desse modo, o estudo sobre o curso normal do desenvolvimento é a chave para o entendimento do desenvolvimento patológico, na mesma medida em que o estudo sobre o curso patológico do desenvolvimento lança luz sobre o normal (Vigotski, 1933). Nas palavras do autor: “O desenvolvimento é a chave para entender os processos patológicos, os processos de dissociação das sínteses, das unidades superiores e a patologia é a chave para entender a história do desenvolvimento e estruturação dessas funções sintéticas superiores” (Vigotski, 1933, pp. 167-168).

Por essa razão, Vigotski considera interessante a tendência na psicologia de reunir investigações de vários campos a fim de descobrir seus princípios comuns. Os campos da psicologia do desenvolvimento e da psicopatologia se desenvolveram de forma independente e, ocasionalmente, reuniram os resultados obtidos por cada um deles para seu exame comparado. Esse método possibilitou a verificação de que os fenômenos da evolução do pensamento no adolescente estão estreitamente relacionados a certos aspectos do pensamento patológico da esquizofrenia (Vigotski, 1931, p. 61).

Vigotski estuda três formas de adoecimento psíquico que possibilitam compreender a estruturação das funções psíquicas superiores na adolescência; são elas a histeria, a afasia e a

esquizofrenia. Para o autor, os três casos oferecem elementos para compreender as desagregações daquelas unidades cuja estrutura constitui o principal conteúdo da idade de transição. O que há de comum entre as três formas de adoecimento é que nelas pode-se observar o movimento inverso do mesmo processo de desenvolvimento que é estudado pela psicologia do adolescente.

Interessa-nos, em particular, a discussão realizada pelo autor sobre a esquizofrenia. A relação existente entre a adolescência e os problemas da esquizofrenia é apontada desde os primeiros estudos sobre essa forma de adoecimento, dos quais surgiu a elaboração da terminologia *dementia precox* (demência precoce) para fazer referência ao que hoje denominamos esquizofrenia. Conforme Vigotski (2012c), a esquizofrenia deve ser compreendida mais como um conceito psicopatológico do que como um diagnóstico médico, isso porque abrange mais fundamentalmente alterações da personalidade e da concepção de mundo do que certa forma de enfermidade mental ou determinado quadro clínico. Desse modo, em todos os seus estudos sobre essa questão, Vigotski (1931, 1933, 1999, 2012c) demonstra que a essência para compreender a esquizofrenia está no entendimento da personalidade e da concepção de mundo em suas vinculações com o processo de formação de conceitos. Essa forma de análise da esquizofrenia relaciona-se com a ideia central de que todos os ganhos do desenvolvimento alcançados na adolescência se desintegram no processo de adoecimento na esquizofrenia.

A relação que Vigotski estabelece entre o desenvolvimento na adolescência e a constituição da esquizofrenia não pode ser aproximada das concepções da psicologia tradicional que deixam de reconhecer qualquer linha divisória entre o normal e o patológico. A psiquiatria, ao estudar o fenômeno da esquizofrenia, prima pela análise das modificações no conteúdo da consciência e da personalidade, abrindo mão de uma análise mais profunda acerca das mudanças que se operam nas formas desse desenvolvimento. De acordo com essa perspectiva, a patologia se reduz à norma elevada ao extremo. As aproximações entre o processo de desenvolvimento e o processo de desagregação na esquizofrenia não devem ser tomadas a partir da similaridade externa entre ambos, ou seja, apenas através da comparação descritiva dos temperamentos em ambos os processos. Para Vigotski, é fundamental entender que existem aproximações entre esquizofrenia e adolescência, porém, estão em relação inversa uma com a outra (Vigotski, 1933).

Quando observamos o comportamento, as emoções e o temperamento de um adolescente e de um indivíduo com esquizofrenia é possível notar as semelhanças entre ambos. Porém, o adolescente se encontra no centro de um intrincado processo de desenvolvimento, que

culmina na possibilidade de apreensão dos conceitos, na formação do pensamento conceitual e da personalidade. Já no indivíduo com esquizofrenia, observa-se a desagregação das funções e nexos que se estruturam na idade de transição. Por essa razão, Vigotski (1933) utiliza o exemplo de que a relação entre a esquizofrenia e a adolescência pode ser concebida metaforicamente como dois trens que partem de uma mesma estação, se cruzam, porém, encaminham-se para direções contrárias. Assim sendo, observa-se na esquizofrenia a desagregação dos sistemas e nexos que se formam mais tarde no desenvolvimento humano e que são de origem social.

Em cada etapa do desenvolvimento humano, ocorrem mudanças essenciais que se originam a partir das novas relações em que a criança vai se inserindo e dos signos dos quais vai se apropriando. Complexificam-se não somente as funções de forma isolada, mas principalmente a relação que se estabelece entre elas. Vigotski afirma que:

A idéia principal (extraordinariamente simples) consiste em que durante o processo de desenvolvimento do comportamento, especialmente no processo de seu desenvolvimento histórico, o que muda não são tanto as funções, tal como tínhamos considerado anteriormente (era esse nosso erro), nem sua estrutura, nem sua parte de desenvolvimento, mas que o que muda e se modifica são precisamente as relações, ou seja, o nexo das funções entre si, de maneira que surgem novos agrupamentos desconhecidos no nível anterior, por isso que, quando se passa de um nível a outro, com frequência a diferença essencial não decorre da mudança intrafuncional, mas das mudanças interfuncionais, as mudanças nos nexos interfuncionais, da estrutura interfuncional. (Vigotski, 1999, p.105)

O novo nexo interfuncional que surge pela primeira vez no período da adolescência é a formação de conceitos. Esse momento da vida é caracterizado pelo desenvolvimento mais importante do pensamento, que consistena mudança do tipo de pensamento por “complexos” para o tipo conceitual. Como foi visto na terceira seção desse trabalho, a mudança do pensamento por complexos para o pensamento por conceitos provoca uma revolução no psiquismo, a partir do qual se estruturam a concepção de mundo, a personalidade e a autoconsciência do ser humano. A formação de conceitos se constitui como o nexo de ordem mais elevada no desenvolvimento e, por essa razão, consiste na chave para o entendimento de todos os processos de desenvolvimento e de desintegração.

Também na terceira seção, exploramos as formas de pensamento que fazem parte do processo de desenvolvimento na ontogênese. Retomando brevemente, as formas de pensamento

que antecedem o pensamento conceitual são: 1) o pensamento sincrético e 2) o pensamento por complexos, que se subdivide nas fases: complexo associativo, complexo por coleção, complexo em cadeia, complexo difuso e pseudoconceitos. Todos eles implicam no fato de que as associações presentes nessas formas de pensamento são de caráter concreto e mecânico, o que os diferencia essencialmente do pensamento por conceitos, no qual está presente um princípio abstrato geral. O dano na formação do conceito engendra um movimento de retorno ao pensamento por complexos e, apesar de os conceitos formados previamente serem usados bem e de modo totalmente automático, a formação de novos conceitos torna-se extremamente difícil (Vigotski, 1931).

O que o autor visa demonstrar é que o pensamento em complexos é a etapa anterior mais próxima do pensamento conceitual, de modo que levando em consideração o processo de desenvolvimento do sistema de conceitos, o pensamento por complexos precede imediatamente o pensamento por meio dos conceitos verdadeiros. Nesse sentido, Vigotski (1931) aproxima o pensamento do esquizofrênico com o pensamento do adolescente, pela razão de que ambos representam a etapa imediatamente precedente ao estágio da formação de conceitos. Sobre essa relação entre esquizofrenia e a adolescência, Vigotski (1996) afirma que:

A esquizofrenia, portanto, se nos apresenta como um quadro de desagregação daquelas sínteses e unidades superiores cuja configuração e estruturação constituem o conteúdo principal de todo o processo de desenvolvimento psíquico na idade de transição. Todas as funções psíquicas superiores, memória lógica, atenção voluntária e processos volitivos, percorrem de fato um mesmo caminho histórico tanto no processo de maturação do adolescente como no processo de desintegração esquizofrênica, porém em direções opostas. (Vigotski, 1996, p. 197)

Se na adolescência desenvolve-se um nexo de ordem mais elevada, os conceitos, que subordinam e organizam as funções mais primitivas, permitindo ao adolescente estabelecer relações mediadas e conscientes com o mundo, na esquizofrenia a desagregação promove rupturas severas em diversos âmbitos do psiquismo.

O pensamento conceitual se forma a partir de um longo processo ontogenético no momento em que todas as demais funções elementares já se encontram desenvolvidas. No curso normal do desenvolvimento, o pensamento conceitual requalifica essas funções, complexificando-as e tornando-as mediadas por conceitos. Na medida em que o pensamento conceitual se desagrega e se subordina ao pensamento por complexos, as funções psíquicas superiores também são substituídas por suas formas mais elementares. Pelo fato de as funções

psicológicas mais fundamentais se mostrarem conservadas, uma análise na aparência do fenômeno chegaria à conclusão de que na esquizofrenia o sistema funcional do pensamento não se distorceu. O que acontece, contudo, é que as funções tais como a percepção e a memória também se alteram na esquizofrenia, e passam a ser subordinadas às suas formas mais elementares e primitivas (Vigotski 2012c). Sobre as profundas alterações engendradas pela desagregação do pensamento conceitual, Vigotski (2012c) afirma que:

[...] não só se modifica na esquizofrenia o conteúdo de alguns conceitos, não só se desintegram algumas conexões, senão que toda a percepção da realidade, todas as vivências do mundo circundante se alteram. [...] para o adolescente a passagem ao pensamento em conceitos lhe permite formar um quadro sistematizado do mundo que o rodeia. No esquizofrênico essa vivência, essa visão do mundo, se destrói. (Vigotski, 2012c, p.193)

É importante salientar que esse retrocesso não ocorre de forma aleatória e livre. No processo de desagregação, o sujeito retrocede aos complexos previamente estabelecidos, passando a operar com o sistema de nomes fixos que aprendeu na infância (Vigotski, 1931). Essa afirmação de Vigotski provoca uma série de inquietações: é possível questionar o impacto de uma formação escolar precária na infância e uma educação complexa no processo de desintegração dos conceitos na esquizofrenia? Os impactos no desenvolvimento do curso da esquizofrenia seriam diferentes, a cronificação e a gravidade do quadro seriam diferentes? A desintegração em um caso e noutro são diferentes em que aspectos? São perguntas para as quais ainda não se tem respostas, e por essa razão pontuamos a necessidade de somar esforços com o objetivo de aclarar tais questões. Compreendemos que um estudo que se concentra no âmbito teórico não é suficiente para isso, mas é também parte importante dessa construção na medida em que pode oferecer as bases conceituais para posteriores estudos práticos.

Essa constatação de que na esquizofrenia, o pensamento do sujeito retrocede para o sistema de complexos previamente estabelecidos na infância, oferece margem para Vigotski (1931) entender que no processo de desenvolvimento dos conceitos ocorre a formação de estratos novos sobre os antigos, com a preservação do estrato mais antigo de pensamento como uma função subordinada. Na esquizofrenia, o que ocorre é que as associações – conservadas como uma subestrutura, como forma primitiva de pensamento – são reveladas e começam a agir independentemente de acordo com suas próprias leis quando a personalidade é perturbada.

Nesse sentido, as associações complexas enquanto subestruturas do pensamento não são uma característica específica da esquizofrenia, mas se encontram presentes em todos os indivíduos. O pensamento por complexos se configura como uma forma latente de pensamento que vem à tona quando os processos intelectuais superiores sofrem algum distúrbio pelo processo de adoecimento, ou em situações de choques emocionais repentinos e em cenários de fadiga, sono e sonhos. Não há nada de impossível, então, na suposição de que a regressão ao pensamento por complexos que ocorre na esquizofrenia seja uma reversão a formas anteriores e, portanto, latentes do pensamento (Vigotski, 1931).

Tendo em vista que o pensamento na esquizofrenia opera por meio dos complexos, é possível afirmar que o significado das palavras se modifica patologicamente na esquizofrenia. Os complexos que substituem os conceitos no pensamento esquizofrênico coincidem com os mesmos em sua relação com os objetos; afinal, os sujeitos esquizofrênicos mantêm sua capacidade para interagir verbalmente. O mesmo processo acontece na comunicação infantil com um adulto já que, na aparência, as denominações utilizadas pela criança coincidem com os conceitos do adulto. O significado das palavras, contudo, não é o mesmo em ambos os casos (Vigotski, 1931).

Vigotski (1931) se propõe a investigar experimentalmente as manifestações do pensamento esquizofrênico e para isso, elege o método de expressão metafórica. Nos sujeitos com esquizofrenia, Vigotski encontrou uma perturbação ou distúrbio tanto no que diz respeito ao uso de palavras com sentido metafórico quanto no que diz respeito à compreensão das palavras usadas dessa maneira. Os indivíduos não eram capazes de deduzir o significado das palavras mais simples, a menos que elas estivessem sendo usadas em sentido direto e literal. Esse distúrbio estava presente mesmo nos casos em que a fala e as demais funções cognitivas e intelectuais estavam preservadas.

Tal dificuldade só não estava presente quando os sujeitos preservaram da infância o hábito de falar e usar determinadas figuras de linguagem e provérbios. Por exemplo, não demonstravam dificuldades ao lidar com o seguinte provérbio russo “se você vai lentamente você chegará mais longe no final”, mas eram incapazes de atribuir significado à tradução russa do provérbio francês “quando o gato não está, os ratos fazem a festa”. Este último era interpretado em seu sentido literal e concreto, os sujeitos não compreendiam os significados abstratos, apenas o significado direto das palavras (Vigotski, 1931). Esse fato empírico vem ao encontro da nossa hipótese apontada anteriormente, sobre a importância dos conhecimentos adquiridos no decorrer da infância nos casos de esquizofrenia. Mais uma vez, Vigotski demonstrou bases para a hipótese de que existe uma conexão entre os conhecimentos e relações

aprendidas na infância e os pensamentos que estão conservados no indivíduo com esquizofrenia após o processo de desintegração dos conceitos.

A desagregação do pensamento conceitual também se relaciona com as mudanças que aparecem na vida afetiva dos indivíduos com esquizofrenia. O pensamento conceitual requalifica as emoções e os sentimentos; não experimentamos os sentimentos de forma pura, mas sentimos a partir da nomeação que conhecemos sobre os afetos (Vigotski, 1999). Se na esquizofrenia ocorre a desintegração da formação de conceitos, uma mudança radical se estabelece na vida emocional do sujeito com esquizofrenia, pois todo seu pensamento passa a ser regido por seu estado emocional, o pensamento se torna um elemento a serviço dos interesses e necessidades emocionais. Essa é a base para compreender a inabilidade afetiva dos sujeitos com esquizofrenia.

Vimos nas seções anteriores que os conceitos requalificam todas as funções psíquicas, inclusive os sentimentos e afetos, formando com os mesmos a denominada unidade afetivo-cognitiva. Se na esquizofrenia observamos a desagregação do pensamento conceitual, é possível afirmar a existência de uma ruptura dessa unidade. Nesse sentido, os afetos encontram-se apartados da esfera intelectual nos sujeitos esquizofrênicos e as alterações observadas na vida emocional dos mesmos são frutos de uma alteração mais ampla e fundamental no campo da formação de conceitos (Vigotski, 1931). A desintegração do sistema de conceitos em direção ao pensamento por complexos não afeta somente a vida intelectual e cognitiva do sujeito, mas envolve aspectos importantes da personalidade e da vida afetiva como um todo:

A passagem do pensamento em conceitos ao pensamento em complexos é a causa principal de todas as mudanças que se produzem no conteúdo da consciência e do pensamento do esquizofrênico [...] a alteração da função de formação de conceitos destrói todo o sistema de vivências da realidade e da própria personalidade, como se produz a confusão da consciência e sua dissociação. (Vigotski, 1996, p. 190)

Outro aspecto central na caracterização da esquizofrenia diz respeito à cisão do indivíduo com o meio social, tornando-o cada vez mais introvertido e isolado. Todas as funções psicológicas superiores, bem como os nexos interfuncionais entre elas, possuem sua gênese no social, ou seja, originam-se a partir da atitude social consigo mesmo a partir da internalização das relações coletivas. Com a desagregação do pensamento conceitual, o indivíduo com esquizofrenia perde a base intelectual necessária para compreender os demais e se relacionar coletivamente, na mesma medida em que deixa de se dirigir a si mesmo através da linguagem.

Se é pela linguagem que nos aproximamos e comunicamos com os outros, a impossibilidade que se coloca nesta intersubjetividade é primária em relação ao isolamento. Essa hipótese se relaciona com a discussão sobre quais são sintomas primários e secundários de determinado sofrimento psíquico. O isolamento e a cisão com o meio social é derivado da incapacidade de se comunicar que o sujeito apresenta em virtude da desagregação do pensamento? Temos como hipótese que sim, e nesse caso seria secundário, derivado de um sintoma primário, o qual é necessário compreender a gênese

No texto *Psicologia da esquizofrenia* (1933), Vigotski aponta outro aspecto da esquizofrenia que não foi demarcado em seus textos anteriores, que seria a expressão dual dos sintomas. Sobre essa questão, o autor afirma:

Nós observamos um distúrbio de afetividade, uma palidez emocional; mas ao mesmo tempo, ninguém poderia negar que aspectos afetivos adquirem atipicamente grande importância no pensamento de um esquizofrênico. Ninguém poderia negar que esquizofrênicos estão inclinados em direção ao pensamento abstrato. Mas, por outro lado, um aspecto chave de seu pensamento é tendência a tipos de processos intelectuais, gráficos, primitivos [...] A cada passo nós encontramos que cada sintoma é equiparado por um contra-sintoma, que reflete o mesmo fenômeno negativamente. (Vigotski, 1933, p.77)

Nesse sentido, Vigotski (1933) constata que alguns sintomas da esquizofrenia se manifestam de forma contraditória; é o que acontece com a função de dissociação da consciência. A dissociação é uma função da consciência e está presente tanto em indivíduos ditos normais como em casos de psicopatologias. A dissociação é fundamental para os processos de abstração, generalização, atenção voluntária e formação de conceitos, constituindo-se como uma operação necessária para o funcionamento pleno do psiquismo. Na esquizofrenia, não se observa o excesso de dissociação, mas sim uma dificuldade em dissociar, posto que ocorre a “fusão de todas as coisas em uma, numa combinação sincrética dos mais variados aspectos da consciência” (Vigotski, 1933, p. 76).

A formulação acerca do sintoma e contrassintoma no quadro da esquizofrenia nos leva ao seguinte questionamento: se compreendemos que os sintomas se expressam de forma dual, é possível que na esquizofrenia se conservem alguns aspectos do pensamento mais elevado? Sobre essa consideração, Vigotski afirma que:

[...] toda forma superior de conduta pode ser sempre fracionada, por inteiro e sem resíduos, nos processos psíquico-nervosos elementares e naturais que as integram, como o funcionamento de toda máquina pode, no final das contas, reduzir-se a um determinado sistema de processos físico-químicos. Por isso, quando se aborda alguma forma cultural de conduta, a primeira tarefa das investigações científicas é analisar essa forma e descobrir seus pares componentes. A análise do comportamento visa sempre o mesmo resultado, demonstra que não há forma completa, superior, de conduta cultural, que não seja constituída sempre por vários processos elementares e primários de comportamento (Vigotski, 2012b, p. 118).

A partir disso, temos margem para pensar que na esquizofrenia se conservam determinados aspectos ativos da personalidade e do pensamento intelectual, ainda que não existam estudos que confirmem essa hipótese. Pensamos, desse modo, que a atuação do psicólogo frente ao problema da esquizofrenia deve partir da perspectiva de ser possível reabilitá-lo ao convívio social. Desenvolveremos mais essa ideia no último subitem dessa seção.

No próximo subitem, apresentaremos as contribuições de Zeigarnik para a compreensão da esquizofrenia. No decorrer do estudo de seus textos identificamos não haver uma similaridade completa entre as ideias da autora com as formulações desenvolvidas por Vigotski; assim, apontaremos os momentos de convergência e divergência entre ambos.

4.2 Contribuições de B. V. Zeigarnik para a compreensão da esquizofrenia

O presente subitem tem como objetivo apresentar as contribuições de Bluma V. Zergarnik para o campo da psicologia e para os estudos acerca da esquizofrenia. Os estudos da autora se desenvolveram no contexto da União Soviética, que descrevemos brevemente na primeira seção deste trabalho, e se estruturam a partir de subsídios teóricos oferecidos pelos autores clássicos da psicologia histórico-cultural, principalmente Vigotski e Leontiev, autor soviético que desenvolveu a Teoria da Atividade e a compreensão da atividade enquanto categoria fundante da personalidade, como processo de caráter sócio-histórico. Por essa razão, ao se debruçar sobre os estudos da alteração dos processos psíquicos e da esquizofrenia, Zeigarnik resgata as formulações desse autor acerca da estrutura da atividade e do processo de formação da personalidade. Sobre isso, afirma que “[...] a doença atua destrutivamente sobre a personalidade não diretamente, mas sim indiretamente, através da atividade que tem sido assimilada no desenvolvimento social do homem” (Zeigarnik, 1981, p. 51).

Sobre as necessidades materialmente dadas que fomentaram a discussão realizada pela autora, Silva (2014) afirma que:

A necessidade histórica era a de desenvolvimento de um campo de atuação na saúde mental que superasse a prática coercitiva e de controle da população, tal como a psiquiatria soviética colocava-se, para que a psicologia pudesse trabalhar a serviço do desenvolvimento e emancipação do homem. Desse modo, a Patopsicologia Experimental desenvolveu-se a partir da materialidade, da historicidade e das contradições nas quais Zeigarnik e seus colaboradores viviam, o que demarcou os rumos e pesquisas no campo dos transtornos mentais a partir do materialismo histórico-dialético. (Silva, 2014, p. 155)

Para apresentarmos as contribuições da Zeigarnik no entendimento da esquizofrenia, retomamos dois de seus textos acessíveis em espanhol: *Introdução à Patopsicologia* (1969/1979)²⁰ e *Patopsicologia* (1976/1981). Existe um trabalho acessível somente em inglês, intitulado *A patologia do pensamento* (1965). Não existindo uma grande proximidade com a língua inglesa, priorizaremos os textos acessíveis em espanhol.

Em *Introdução à Patopsicologia* (1979), a autora tem como foco definir quais métodos experimentais possibilitam a investigação das alterações nos processos psicológicos básicos, e como o indivíduo se comporta nessas situações experimentais. Em seu segundo texto, *Patopsicologia* (1981), a autora elabora uma sistematização teórica sobre o assunto, na qual faz uso dos conceitos teóricos elaborados pela psicologia histórico-cultural para o entendimento das alterações dos processos psíquicos.

Importante ressaltar que Zeigarnik faz uso do termo “patopsicologia” em suas obras para marcar uma posição e diferenciar seu objeto de estudo do objeto da psicologia geral e da psicopatologia:

Se a psicologia geral se ocupa das leis da estruturação e formação da psique, a patopsicologia, por sua vez, se encarrega da estrutura e das leis de suas distintas formas de dissolução. Assim, se a psicologia geral estuda as leis de acordo com as quais se

²⁰ Em sua edição norte-americana esse texto possui o nome de *Experimental Abnormal Psychology* (1972). Silva (2014) realizou estudo comparado do texto em sua versão cubana e norte-americana, alegando que não foi encontrado nenhum aspecto incoerente ou discrepante entre as duas.

forma e transcorre o pensamento, a patopsicologia, por sua vez, estuda as leis e as formas de alteração da atividade do pensamento. (Zeigarnik, 1979,p.9)

Da mesma forma, o objeto de estudo da Patopsicologia também não coincide com o da psicopatologia. Essa ciência, enquanto parte integrante da psiquiatria, tem como objetivo estudar de forma geral a gênese e a etiologia dos “transtornos mentais”, bem como os sintomas e síndromes mais típicas de cada um deles. Por outro lado, a patopsicologia se propõe a investigar a estrutura das alterações da atividade psíquica e suas leis de dissolução em sua comparação com o desenvolvimento normal. A patopsicologia objetiva compreender os fenômenos psicopatológicos a partir de conceitos determinados da psicologia (Zeigarnik, 1979).

Silva (2014, p. 177) sistematiza em um quadro as principais distinções entre a Patopsicologia e a Psicopatologia, que a nosso ver, auxilia de forma didática nessa compreensão:

Tabela 2 Principais distinções entre a Patopsicologia e a Psicopatologia

PATOPSICOLOGIA EXPERIMENTAL	PSICOPATOLOGIA
Disciplina psicológica dos transtornos mentais como alteração da atividade psíquica, em termos qualitativos.	Ciência médica baseada na psiquiatria clínica.
Opera com conceitos e categorias psicológicas (atividade, motivação-necessidade, personalidade)	Opera com conceitos clínico-médicos (etiologia, patogênese, sintoma e síndrome) e critérios patológicos gerais (surgimento e término da enfermidade).
Ocupa-se da caracterização psicológica dos mecanismos da formação das alterações dos processos e propriedades da personalidade.	Ocupa-se da descrição de sinais da enfermidade psíquica, com base em como se apresentam.
Método psicológico-experimental.	Método clínico-descritivo.

Fonte: Silva, 2014, p. 177.

A patopsicologia, sendo definida por Zeigarnik (1979) como uma ramificação da psicologia geral, deve ter como base os postulados fundamentais dessa ciência, ou seja, deve partir dos estudos sobre o conteúdo da atividade psíquica, da análise das mudanças nas ações, nos atos e na personalidade do indivíduo. Dessa forma, o aporte teórico da psicologia histórico-cultural possibilita a compreensão dos processos de sofrimento psíquico a partir das mudanças nas variadas formas de atividade do indivíduo e na estrutura da sua personalidade.

Zeigarnik (1979) critica a postura da psiquiatria ao desconsiderar todo o componente psíquico, afetivo e da personalidade nas descrições que realizam sobre as alterações dos processos psíquicos. Os psiquiatras concordam com a formulação de que os processos de sofrimento consistem em uma mudança fundamental na personalidade do indivíduo. Além disso, nos materiais de estudo, nos manuais e monografias psiquiátricas há descrições detalhadas sobre as alterações da personalidade; contudo, ao analisar o sintoma psicopatológico, este último é tratado como alteração de uma função psíquica isolada, ou ainda são constatadas alterações nos processos fisiológicos, deixando de ponderar sobre o psiquismo em sua totalidade. Observamos que essa não é uma tendência restrita da psiquiatria no momento histórico no qual Zeigarnik realiza suas formulações. Como abordado na primeira seção da presente dissertação, a psiquiatria e a psicologia hegemônica ainda conservam essa mesma linha de pesquisa que foca a alteração dos processos psíquicos de forma isolada.

A autora (1979, 1981) investiga uma série de processos psicológicos básicos e suas alterações “patológicas”; desse modo, não se detém exclusivamente sobre uma forma de sofrimento psíquico ou outra²¹. Para realizar os estudos acerca desses processos, Zeigarnik (1981) classifica-os da seguinte forma: 1) das alterações da consciência; 2) das alterações da percepção; 3) das alterações da memória; 4) das alterações do pensamento; e 5) das alterações da personalidade.

Tendo em vista que o objetivo do presente trabalho consiste no estudo da desagregação do pensamento conceitual na esquizofrenia e suas repercussões na personalidade, delimitaremos em nossa análise as duas últimas formas de alteração dos processos psicológicos propostas pela autora, ou seja, discutiremos fundamentalmente sobre as alterações do pensamento e da personalidade.

4.2.1 Alterações do pensamento

²¹ Zeigarnik (1969/1979), ao fazer referência às alterações dos processos psíquicos, realiza uma classificação dos mesmos que não está em consonância com a classificação dos manuais psiquiátricos utilizados atualmente. Nesse sentido, quando a autora menciona “alterações da personalidade” diz respeito aos processos “patológicos” no desenvolvimento dessa estrutura, o que não coincide diretamente com o que hoje denominamos “Transtornos da Personalidade” pelo DSM-5 e CID-10 (que inclui, por exemplo, os transtornos da personalidade antissocial e da personalidade *borderline*). Quando Zeigarnik menciona as “alterações da personalidade”, podemos entender que tanto a esquizofrenia, como o alcoolismo e a anorexia, constituem-se como processos em que ocorre uma ruptura com a personalidade anteriormente formada; esses processos, contudo, não estão incluídos nas classificações atuais de Transtornos da Personalidade. Sobre isso, Alvarez (2003) afirma que o conceito de alterações da personalidade diz respeito a uma forma de pensamento psicológico que concebe os desvios das formações autorreguladoras da personalidade em indivíduos “normais”.

A psicologia histórico-cultural compreende o pensamento como um processo complexo no qual estão envolvidas estruturas biológicas, sociais e particulares de cada indivíduo, como as emoções e a afetividade. Zeigarnik o define da seguinte forma:

O processo por meio do qual se domina o sistema de operações e conhecimentos elaborados socio-historicamente. O pensamento se define na psicologia soviética como um reflexo generalizado e mediatizado da realidade, intimamente enlaçado com a cognição do mundo e com a atividade prática das pessoas. (Zeigarnik, 1979, p. 54)

A psicologia histórico-cultural, tendo a formulação dialética como referência para seus estudos, possibilita a superação das concepções reducionistas acerca do pensamento humano, o que, para muitas escolas psicológicas, é entendido como um ato do intelecto puro, dissociado das experiências dos indivíduos, dos conhecimentos adquiridos no decorrer de sua vida e isolado do campo emocional e afetivo do sujeito.

O pensamento, sendo considerado uma estrutura dinâmica e variável, apresenta alterações particularmente agudas nos casos de sofrimento psíquico. Dessa forma, Zeigarnik (1979) afirma que as alterações cognoscitivas estáveis e constantes, resultado de enfermidades orgânicas graves, não podem ser consideradas alterações do pensamento, mas sim alterações do intelecto. O conceito de intelecto é distinto do conceito de pensamento na medida em que o primeiro se caracteriza por sua essência estável, enquanto o segundo se caracteriza por sua fluidez. As alterações de pensamento são aquelas que envolvem as alterações dos processos cognitivos superiores, como a generalização, a abstração, a produção de juízos sobre o mundo, alterações essas presentes na esquizofrenia. Essa ideia está em consonância com as elaborações de Vigotski sobre o tema, como delimitado no subitem anterior.

O estudo da esquizofrenia foi fundamental para compreender as alterações do pensamento, tendo em vista que possibilita observar a dissolução e a incompreensibilidade do pensamento da pessoa em sofrimento. Zeigarnik afirma que o pensamento na esquizofrenia pode ser considerado como um pensamento autista. Essa forma de pensamento se opõe ao pensamento lógico abstrato, portanto, pensamento autista não depende das situações dadas na realidade, não depende das leis lógicas e por isso é um pensamento controlado exclusivamente pelas necessidades afetivas do sujeito. Importante salientar que o pensamento na normalidade não pode ser isolado do condicionamento afetivo, não sendo possível separar o pensamento lógico das emoções e das necessidades afetivas singulares. Contudo, na esquizofrenia o

pensamento perde sua ligação com as leis lógicas e fica submerso no âmbito das necessidades afetivas (Zeigarnik, 1979).

As alterações do pensamento podem se expressar de distintas formas nos casos de sofrimento psíquico. Por essa razão, Zeigarnik (1979) realizou uma classificação de acordo com as especificidades observadas em laboratório (Laboratório de Psicologia do Instituto de Psiquiatria de Moscou). A autora propõe três tipos de alteração do pensamento e cada uma delas possui suas ramificações, podendo ser esquematizadas da seguinte forma:

Tabela 3 Tipos de alteração do pensamento segundo Zeigarnik (1979)

1 Alteração do aspecto operacional do pensamento	2 Alterações da dinâmica da atividade do pensamento	3 Alterações da adequação do pensamento a fins determinados
1.1 Diminuição do nível de generalização. Exemplo: Deficiência intelectual, epilepsia e histeria	2.1 Inconsistência dos juízos	3.1 Pluridimensionalidade do pensamento
1.2 Distorção do processo de generalização. Exemplo: esquizofrenia	2.2 Labilidade do pensamento	3.2 Racionalização
	2.3 Inércia do pensamento	3.3 Alteração do criticismo do pensamento

Fonte: Adaptado pela autora de Zeigarnik, 1979.

Nos próximos subitens apresentaremos de forma sucinta no que consiste cada um dos tipos da alteração do pensamento, bem como suas ramificações.

4.2.1.1 Alteração do aspecto operacional do pensamento

O pensamento se constrói no ser humano a partir da apropriação de conhecimentos elaborados no decorrer na história da humanidade. Para que essa aquisição ocorra, os processos de síntese, generalização e abstração são fundamentais; ou seja, é o sistema de conceitos que possibilita a reflexão sobre os fenômenos do mundo. Como demonstrado na terceira seção, o pensamento em conceitos oferece ao homem a possibilidade de se desprender das impressões e representações diretamente captadas pelos órgãos dos sentidos, e refletir de uma forma mais completa e profunda a realidade objetiva.

A generalização é um mecanismo do pensamento fundamental para a transmissão da experiência da humanidade, permitindo ao ser humano ultrapassar os limites das impressões imediatas isoladas. Em algumas formas de sofrimento psíquico, os indivíduos perdem a capacidade de utilizar o sistema de operações de generalização e abstração. Zeigarnik (1979) denomina as alterações no campo da generalização e abstração de alterações operacionais do pensamento, que podem ser classificadas em dois grupos, as alterações operacionais do pensamento engendradas por *uma diminuição do nível de generalização* (diz respeito à quantidade), e as alterações operacionais do pensamento produzidas pela *distorção do processo de generalização* (diz respeito à qualidade).

a) Diminuição do nível de generalização

Nesse tipo de alteração do pensamento, os juízos dos sujeitos são repletos de representações diretas dos objetos e fenômenos, as operações com características mais gerais e abstratas deixam de ser o modo predominante de pensamento, e são substituídas por operações puramente concretas.

Zeigarnik (1979) estuda a manifestação da diminuição do nível de generalização do pensamento em situações experimentais. Nos diversos métodos utilizados pela autora (classificação e exclusão de objetos, explicação de provérbios e pictograma), os resultados obtidos demonstram a dificuldade dos sujeitos em realizar tarefas que exijam os processos de generalização e abstração e evidenciam o quanto os conceitos concreto-situacionais regem todo o processo de pensamento.

No método de classificar diversos objetos a partir de uma característica comum existente entre eles, os sujeitos analisados não eram capazes de selecionar, entre todas as possíveis características dos objetos, aquelas que, de forma mais completa, esclareciam o conceito dos mesmos. Para eles, os objetos são formados por propriedades concretas tão distintas que não podem ser reunidos em um único grupo mais geral. Um exemplo dado pela autora é de que, para esses integrantes da pesquisa, a mesa e a cadeira jamais poderiam estar incluídas em um mesmo grupo de objetos (como móveis, mobília), afinal a cadeira foi feita para se sentar, enquanto a mesa foi feita para se trabalhar e comer. Quando os sujeitos realizam combinações de objetos, é uma combinação concreto-situacional (Zeigarnik, 1979)²².

²² Luria, em seu texto intitulado *O desenvolvimento histórico dos processos cognitivos* (2003), demonstra o quanto o processo de generalização e abstração depende essencialmente do nível cultural e, portanto, do acesso à educação. Esse estudo é inédito na psicologia histórico-cultural por ter sido realizado em condições experimentais únicas e irrepetíveis, que viabilizaram a comparação de grupos muito distintos: grupos de sujeitos analfabetos e que não possuíam nenhuma vida social, de camponeses analfabetos, de sujeitos que assistiam a alguns limitados

Zeigarnik (1979) cita outro método para identificar a alteração dos conceitos – o método do pictograma, que consiste na proposta de recordar determinada palavra a partir da mediação de desenhos criados pelos próprios sujeitos da pesquisa. Os indivíduos com diminuição do nível de generalização mostravam dificuldade em estabelecer uma relação entre as palavras que deveriam ser lembradas e o desenho criado. A tarefa de lembrar uma determinada palavra a partir do objeto exige a capacidade de relacionar o conceito, representado pela palavra, com qualquer outro conceito mais concreto, e isso só é possível quando o sujeito pode abstrair-se da grande variedade de significados concretos que contêm a palavra em questão e quando o sujeito pode inibir todas as associações particulares que estão relacionadas com a palavra. Nesse sentido, a execução da tarefa só é possível dentro de um determinado nível de abstração e generalização.

A partir dos resultados experimentais foi possível observar a alteração do processo de generalização e o caráter concreto-situacional dos raciocínios dos indivíduos, bem como a ausência da compreensão do sentido figurado e da artificialidade da situação experimental. Os dados mostraram para a autora que os indivíduos não conseguiam extrair as características essenciais dos objetos e não eram capazes de descrever as relações significativas entre duas coisas (Zeigarnik, 1979).

Em síntese, a atividade do pensamento desses sujeitos reflete de forma imperfeita os objetos, os fenômenos e suas inter-relações. O verdadeiro processo de reflexo das propriedades e leis objetivas das coisas, que supõe a capacidade de abstrair-se dos detalhes concretos, está alterado e diminuído.

b) Distorção do nível de generalização

Nesse tipo de alteração do pensamento, os juízos não refletem as relações essenciais entre os objetos. O pensamento dos indivíduos está distorcido de tal forma que não é capaz de expressar adequadamente o conteúdo dos fenômenos do mundo, nem mesmo as relações significativas entre eles. Nas palavras de Zeigarnik (1979):

Os enfermos estabelecem qualquer relação entre os objetos e fenômenos, inclusive se não são adequadas aos fatos da vida concreta. As diferenças e semelhanças reais entre

cursos (sendo semianalfabetos), e de pessoas que possuíam um nível cultural relativamente baixo, mas que foram admitidos em uma escola profissional. Dentre os resultados obtidos, o autor demonstra que o grupo de indivíduos analfabetos não tinha o pensamento conceitual abstrato desenvolvido e operava fundamentalmente com base nas impressões concretas a respeito dos objetos, assim como os indivíduos pesquisados por Zeigarnik (1979, 1981).

os objetos não são levadas em consideração pelos enfermos, não servem de controle e comprovação de seus juízos e ações. A lógica do curso das ideias não é controlada pela prática. A linguagem não exerce sua função de mediação e de controlar os processos psíquicos dirigindo-os para a execução correta da tarefa, mas exerce a função oposta, possibilita ao enfermo estabelecer novas associações casuais que os enfermos não conseguem inibir. (Zeigarnik, 1979, p. 74)

Utilizando-se novamente do método do pictograma, Zeigarnik afirma que os sujeitos com distorção do processo de generalização realizam essa tarefa com muita facilidade – ao contrário dos indivíduos com diminuição do nível de generalização, que se viam incapazes de realizar tal tarefa por não conseguirem abstrair os distintos significados concretos das palavras. Na alteração de distorção do processo de generalização, os sujeitos são capazes de formar qualquer relação entre os fenômenos, independente do conteúdo real do problema apresentado a eles, ou seja, estabelecem uma relação arbitrária (Zeigarnik, 1976).

A esquizofrenia é um estado psíquico no qual essa forma de pensamento está, na maioria dos casos, presente. Zeigarnik (1979) demonstra concordância com os estudos de Vigotski no que diz respeito à constatação de que nos indivíduos com esquizofrenia pode se observar uma alteração no significado das palavras. Mas diverge do autor quando o mesmo afirma que nesses casos se manifesta um retorno do nível conceitual do pensamento ao pensamento por meio de relações e imagens concretas. Nesse sentido, Zeigarnik (1979, 1981) entende que na esquizofrenia o pensamento se encontra alterado não por retornar à forma por complexos e operar a partir de relações concretas, mas por estabelecer relações inadequadas e arbitrárias às relações concretas na vida. Nessa perspectiva, não ocorre uma desintegração do pensamento conceitual, mas uma distorção no funcionamento do mesmo.

4.2.1.2 Alterações da dinâmica da atividade do pensamento

A psicologia histórico-cultural concebe o psiquismo, o ato psíquico, enquanto processo em constante movimento. Por essa razão, analisar as alterações a partir somente do seu aspecto operacional e não levar em conta sua condição processual significa reduzir a própria essência do pensamento. Por isso, Zeigarnik (1979) afirma que investigar as alterações do pensamento somente a partir das mudanças em seu nível operacional é insuficiente. As investigações da autora mostram que as alterações do processo de generalização não são a única variação das alterações do pensamento. As alterações do pensamento que se encontram com mais frequência

não se limitam à dissolução dos conceitos, englobam também as alterações dinâmicas do pensamento.

a) Inconsequência dos juízos

O traço característico dessa alteração é a instabilidade do modo de execução da tarefa. Nesse caso, o nível de generalização dos sujeitos está conservado, se mostram capazes de realizar comparações, análises e elaborar analogias, contudo, o caráter adequado dos juízos não é estável.

A partir dos métodos experimentais, Zeigarnik (1979) observou que os indivíduos captavam bem a instrução dada pelo pesquisador e utilizavam procedimentos adequados às situações, porém, depois de certo tempo abandonavam as vias adequadas de execução da tarefa, se confundiam e tomavam o caminho de combinações casuais e incorretas. Nesse caso, a autora observou que os integrantes da pesquisa ora operavam por meio do pensamento conceitual, generalizado, e ora por meio das impressões concreto-situacionais.

De acordo com Zeigarnik (1979), a questão da atenção e distração é importante para compreender essa categoria de alterações do pensamento. A autora afirma que qualquer objeto, qualquer frase ouvida por acaso, poderiam desencadear uma reação inadequada dos sujeitos frente ao conteúdo da atividade. Assim se distorcia toda a direção de seus juízos. Essa configuração do pensamento é comumente encontrada na clínica nos casos de mania e na epilepsia.

b) Labilidade do pensamento

Assim como no caso anterior, a capacidade de interpretar a situação, a possibilidade de análise e síntese não estão alteradas no caso de labilidade do pensamento. Apesar disso, observa-se uma superficialidade nos juízos dos sujeitos e um caráter instável do pensamento, refletem pouco sobre as perguntas dirigidas a eles e não captam o sentido da tarefa.

As associações que surgem no pensamento têm um caráter caótico e casual e não se inibem. Palavras isoladas provocam novas ideias que os indivíduos expressam de forma imediata, qualquer vivência emocional obtém seu reflexo na fala dos mesmos. Nesse contexto, os sujeitos se concentram na tarefa experimental somente por um curto período de tempo, têm o decurso de seu pensamento interrompido por qualquer estímulo externo ou interno e, ao retornar à tarefa experimental, a direção de seu pensamento tomou outro rumo (Zeigarnik, 1979).

c) Inércia do pensamento

A base dessa alteração está na rigidez e na baixa mobilidade dos processos de pensamento. Nesses casos, os indivíduos não conseguem mudar o modo de trabalho, nem variar o percurso de seus juízos. Zeigarnik (1979) detectou, mediante investigação psicológico-experimental, a lentidão e a pouca mobilidade do pensamento desse grupo de sujeitos, que cometiam erros significativos na solução do problema quando a tarefa exigia a passagem para um novo tipo de procedimento de solução. Essa mudança das condições dificulta o trabalho desses indivíduos.

A inércia do pensamento produz a restrição das operações de generalização e abstração, justamente por provocar essa dificuldade de flexibilizar os processos intelectuais. Por essa razão, os indivíduos, ao executarem uma tarefa experimental, não eram capazes de omitir nenhuma propriedade dos objetos e, como resultado, não alcançavam nem mesmo uma generalização elementar. Dessa tendência à precisão, o desejo de abarcar toda a multiplicidade de relações possíveis ao lhes dar a solução de qualquer problema, é que surge a particular forma de racionalização dos indivíduos com epilepsia, que se manifesta na tendência ao detalhe supérfluo e que se domina na clínica de “viscosidade do pensamento” (Zeigarnik, 1979).

Essa alteração pode ter impactos grandes na vida real do sujeito, afinal, em qualquer situação podem aparecer novos aspectos dos objetos e fenômenos da realidade, uma vez que as condições da atividade estão em constante mudança. Para conhecer corretamente essas variadas relações, para atuar corretamente em concordância com as condições variáveis, o homem precisa ser capaz de poder passar de um modo de ação a outro e não deve operar com procedimentos ou operações petrificadas.

4.2.1.3 Alterações da adequação do pensamento a fins determinados

O pensamento é determinado pelo fim a que visa, ou seja, pela tarefa colocada. A capacidade de confrontar os resultados obtidos sob as condições nas quais a tarefa foi realizada com o resultado esperado são partes essenciais e constituintes da atividade do pensamento. Quando o pensamento deixa de ser adequado aos fins propostos, também deixa de ser fator regulador das ações do homem.

A fonte da ação do homem são as necessidades que aparecem para ele em forma de fins vitais concretos. Zeigarnik (1979) afirma que:

A atividade real do homem dirigida a alcançar estes fins e a solução de problemas dados, é regulada e corrigida pelo pensamento. A ideia, desperta pela necessidade, se converte em reguladora da ação e, para que o pensamento possa controlar a conduta, este deve ser dirigido a um fim, ser crítico, estar motivado do ponto de vista da personalidade. (Zeigarnik, 1979, p.88)

Nesse sentido, fica evidente a relação existente entre pensamento e personalidade, já que não se pode considerar o pensamento como um processo meramente intelectual, divorciado das necessidades, dos motivos, das emoções dos homens, ou seja, da personalidade em seu conjunto. Essa terceira categoria diz respeito justamente às alterações do pensamento que se relacionam com as alterações da personalidade. Nesse sentido, o pensamento e suas alterações também dependem da relação entre os significados sociais dos fenômenos do mundo e os sentidos pessoais que tais significados adquirem para a individualidade do sujeito (Zeigarnik, 1979).

[...] a mudança das emoções, dos afetos intensos podem, também no homem saudável, levar a que os objetos em sua propriedade comecem a adquirir significados distorcidos. Apesar de todas as diferenças individuais, a diferença cultural, a grande heterogeneidade de motivos, de interesses, o homem saudável, diante da necessidade de classificar objetos vê a colher enquanto colher e não como um objeto em movimento. A operação de classificação pode ser realizada em um plano mais generalizado, mas o significado objetivo das coisas com as quais o homem realiza uma ou outra operação permanece estável. É por isso que os traços – sobre a base dos quais se realiza a operação de classificação e atualização das associações – tem, em certa medida, um caráter padrão. Em uma série de nossos enfermos esquizofrênicos se alterava a estabilidade do significado objetivo das coisas. (Zeigarnik, 1979, p. 89)

Nesses estados de sofrimento psíquico, a unidade sentido/significado é diluída em decorrência da alteração dos motivos e das atitudes. A relação entre alteração do pensamento e alteração da personalidade é ainda mais evidente nos casos denominados por Zeigarnik (1979) como “pluridimensionalidade do pensamento”.

a) Pluridimensionalidade do pensamento

A pluridimensionalidade do pensamento significa que os juízos acerca de qualquer fenômeno têm seu curso em distintas dimensões, seguindo diferentes rumos. As funções de generalização, análise, comparação e associação estão conservadas nos indivíduos; no entanto, apesar disso, eles não são capazes de executar a tarefa na direção exigida, seus juízos transcorrem seguindo trajetórias diferentes (Zeigarnik, 1979).

No método de classificação de objetos, por exemplo, a base para o agrupamento dos objetos não segue um único raciocínio. Os sujeitos podem reunir objetos a partir de noções de generalidade, a partir das suas características e qualidades, mas durante a execução dessa tarefa podem também reunir os objetos a partir de seu gosto pessoal. No indivíduo dito normal, o significado objetivo dos fenômenos é algo fixo e estável. Já para os indivíduos com essa alteração do pensamento, a objetividade dos significados se perde e o significado objetivo dos fenômenos assume um caráter instável e flutuante. Isso acontece porque para esses indivíduos se torna plausível considerar as coisas sob uma perspectiva pessoal, perdendo de vista a objetividade e a impessoalidade de determinadas condutas (Zeigarnik, 1979). Nesse caso, a dificuldade em abstrair conduz a uma personalização, em que tudo se torna pessoal.

b) Racionalização

A racionalização se caracteriza pela inadequada valorização afetiva em relação ao objeto de raciocínio. Os pensamentos passam a ser longos e ao mesmo tempo insignificantes e vazios. A fala desses indivíduos é caracterizada pelo caráter afetivo e emocional, fazendo uso de grandes prefácios e inversões para enfatizar aspectos não necessariamente importantes de seu discurso, ou seja, o pensamento é prolixo. Os dados experimentais indicam que “a perda da adequação a determinados fins surge como consequência do transtorno das atitudes da personalidade do enfermo, e da mudança na estrutura de seus próprios motivos e propósitos” (Zeigarnik, 1979, p. 96).

c) Alteração do criticismo do pensamento

Por criticismo, entende-se a capacidade consciente do homem de avaliar, ponderar, comparar e corrigir suas atitudes. Logo, a alteração do criticismo do pensamento é caracterizada pela perda do controle sobre as próprias ações e perda da capacidade de corrigir os erros cometidos. As ações dos sujeitos não são mais guiadas por um pensamento sistematizado e orientado para um fim, mas por fatores casuais.

Na tarefa experimental de classificação dos objetos, foi observada uma manipulação irreflexiva dos objetos. Os indivíduos não prestavam atenção na tarefa e começavam a executá-

la sem nenhum tipo de comprovação sobre sua ação. Quando o experimentador chamava a atenção para os erros que estavam sendo cometidos na execução da tarefa, o sujeito passava a realizar a mesma de forma correta. Isso demonstra que eram capazes de entender as perguntas, tinham os processos de análise, generalização e abstração conservados, realizavam e executavam distintas ordens. Contudo, era possível constatar uma inadequação da conduta dos mesmos: os indivíduos compreendiam a tarefa e, mesmo assim, agiam em contradição com o que havia sido proposto (Zeigarnik, 1979). Um exemplo citado por Zeigarnik (1979) é o de uma pessoa que, às vésperas de realizar uma séria cirurgia, aceitou a sugestão de um companheiro de sair da ala de cirurgia para ir tomar banho em um lago, apesar da temperatura muito fria.

As manifestações da alteração do sentido crítico do pensamento, como a impossibilidade de o indivíduo tomar consciência de suas experiências e suas possibilidades no experimento, ou a conduta irreflexiva na clínica e na situação laboral, demonstram que as ações dessas pessoas não são reguladas pelo pensamento, nem se submetem aos fins pessoais, mas há uma perda de autocontrole frente às próprias ações. Nesses casos, a conduta do sujeito passa a depender exclusivamente de influências casuais (Zeigarnik, 1979).

Podemos entender que as alterações do criticismo do pensamento se relacionam com as experiências delirantes e alucinatórias presentes na esquizofrenia. O sujeito impossibilitado de tomar consciência sobre determinadas vivências perde as bases intelectuais concretas de se questionar sobre a veracidade ou não de determinada sensação ou pensamento. Nesse contexto, passa a ser plausível a ele, por exemplo, considerar que seu vizinho escuta seu pensamento, que está se comunicando com extraterrestres, dentre outros conteúdos que os delírios e as alucinações podem assumir. Como tentaremos demonstrar no decorrer das nossas análises, esse conteúdo está intimamente relacionado à estrutura da personalidade e às relações que o indivíduo estabelece com o mundo por meio da atividade, com seus motivos e necessidades principais. Para dar continuidade, apresentaremos as contribuições de Zeigarnik no que diz respeito às alterações da personalidade.

4.2.2 As alterações da personalidade

Zeigarnik (1979, 1981) demarca em suas obras que as alterações da personalidade possuem um caráter heterogêneo e podem se expressar de formas distintas:

Falamos de alterações na personalidade quando, por influência da enfermidade se estreitam no paciente os interesses, diminuem as necessidades, quando se torna

indiferente frente aquilo que antes o inquietava, quando suas ações perdem sua finalidade, quando seus atos se tornam ilógicos, quando o homem deixa de regular sua conduta e não está em condições de avaliar adequadamente suas possibilidades. (Zeigarnik, 1979, p. 109)

Podemos observar a alteração da personalidade, por exemplo, nos indivíduos epiléticos quando manifestam uma rigidez ou inércia na esfera volitivo-emocional. Nesse caso, os indivíduos com epilepsia retornam constantemente às mesmas vivências e não suportam nenhum tipo de mudança em sua forma de vida. A esquizofrenia é outro exemplo de alteração da personalidade; Zeigarnik (1979) demonstra por que compreende o processo psicológico da esquizofrenia como sendo dotado de alterações no âmbito da personalidade e esse exemplo retrata com clareza a ruptura ou desagregação da unidade afetivo-cognitiva que mencionamos no subitem anterior:

As vivências do esquizofrênico perdem o caráter de pertencimento ao próprio eu [...] Os enfermos vivem no mundo de suas vivências delirantes, não se interessam pelas relações reais que os rodeiam [...] As reações emocionais se alteram, se desenvolve um embotamento emocional [...] Nota-se a frieza de seus sentimentos: os enfermos podem rir enquanto falam da morte de seus parentes [...] Mostram-se indiferentes frente à vida e frente às pessoas. (Zeigarnik, 1979, p.111)

As alterações da personalidade são múltiplas e não podem ser analisadas apartadas das modificações que ocorrem na própria estrutura da atividade dos sujeitos em sofrimento psíquico. Entender a alteração da personalidade a partir das mudanças na estrutura da atividade significa reafirmar que os fatores biológicos envolvidos nesses processos não são capazes de provocar uma alteração tão significativa na estrutura da personalidade dos indivíduos. Nesse sentido, Zeigarnik (1981) afirma que alteração da personalidade tem a mesma gênese que seu desenvolvimento normal, ou seja, na atividade prática do sujeito, na reestruturação de suas relações concretas e sociais. Observamos, contudo, a partir dos artigos analisados na segunda seção deste trabalho, a permanência da análise da esquizofrenia a partir de pressupostos essencialmente biológicos e fragmentadores do psiquismo e da personalidade (Lopes et al., 2011; Diehl et al., 2010; Simas et al., 2011; Serrani, 2011; Cardoso et al., 2006, Freire& Iglésias, 2014; Alves&Silva, 2001).

A autora concebe as alterações da personalidade a partir de três aspectos distintos, sendo eles 1) as alterações no processo de mediação e no ordenamento dos motivos; 2) as alterações na formação das significações; e 3) alteração do subcontrole com comportamento (Zeigarnik, 1981). Veremos com mais detalhes cada um desses subtipos de alterações da personalidade na perspectiva de elucidar como a desagregação do pensamento conceitual da esquizofrenia repercute na estrutura da personalidade.

4.2.2.1 Alteração no processo de mediação e no ordenamento dos motivos

Tendo em vista a importância da categoria de motivos para o entendimento das alterações da personalidade, Zeigarnik (1981) destaca duas características fundamentais dos mesmos: eles possuem caráter mediador e estão organizados a partir de uma hierarquia.

A autora cita Leontiev para sublinhar a estreita relação existente entre motivos e necessidades. A atividade do homem responde sempre a várias necessidades e é estimulada por diferentes motivos, que se submetem uns aos outros. Para exemplificar o que seria a hierarquia de motivos, Zeigarnik (1981) cita como exemplo o desejo de exercer uma determinada profissão como motivo geral da conduta; esse motivo inclui em si uma série de motivos particulares, como adquirir certos conhecimentos e hábitos. Na atividade concreta é possível, contudo, destacar um motivo predominante, mais amplo e geral, e é precisamente esse motivo que proporciona a todo comportamento uma direção e um sentido determinado.

A estrutura hierárquica dos motivos é consideravelmente estável, e esse fato se fundamenta na relativa constância da personalidade. O estudo dos processos de sofrimento psíquico permite estabelecer as leis de modificação na esfera motivadora dos indivíduos, as quais conduzem a alterações em todos os aspectos da personalidade. A título de exemplificar as alterações na estrutura motivacional da personalidade, Zeigarnik (1981) relata um caso clínico de um alcoolista crônico.

G. foi diagnosticado com alcoolismo crônico com degradação da personalidade. A sua infância foi normal, teve acesso aos estudos desde cedo, era uma pessoa comunicativa e alegre. Foi para a guerra, porém não teve contusões sérias. Depois disso, começou a exercer a atividade de ator de teatro dramático ambulante, interpretando os principais papéis. Participou da filarmônica regional como ator recitador. No começo, bebia de vez em quando, em festas e em situações sociais. Quando seu gosto pela bebida tornou-se mais intenso, começou a exibir um comportamento diferente, passou a ser grosseiro com as pessoas ao seu redor, principalmente com familiares, tornou-se exigente e cínico. Tem-se que em um primeiro momento bebia com

os amigos, em situações sociais de comemoração, mas o modo de beber de G. também mudou, começou a embriagar-se sozinho, gastando todo seu dinheiro nisso. A partir desse momento, o círculo de interesses do indivíduo encontrava-se reduzido, não lia mais jornais, nem escutava mais o rádio (Zeigarnik, 1981).

Esses dados indicam como ocorrem as alterações na esfera pessoal do indivíduo. No caso relatado, antes de desenvolver o alcoolismo, o sujeito era uma pessoa ativa, com veia artística, animado e comunicativo; no decorrer do desenvolvimento de sua relação com a bebida, os interesses mais amplos vão desaparecendo, o trabalho de ator deixa de ser um motivo gerador de sentido e se torna uma obrigação que deve ser cumprida, o sujeito abandona seus vínculos sociais com os amigos e a família. A estrutura de seu caráter muda: mostra-se irritável, exigente com aqueles que o rodeiam, cínico e grosseiro (Zeigarnik, 1981).

Pelos dados clínicos dessa história, Zeigarnik (1981) deduz que ocorre um declínio da personalidade até sua completa degradação. Esse declínio ocorre, em primeiro lugar, pela mudança na esfera das necessidades e motivos, destruindo os planejamentos e o círculo de interesses anteriores ao sofrimento. O estudo psicológico experimental não descobre profundas modificações nos processos cognitivos: o indivíduo permanece capaz de efetuar exercícios que exigem a generalização e mediação. Contudo, na execução dos exercícios experimentais, que exigem uma prolongada concentração da atenção, esforços mentais e rápida orientação no material novo, observa-se um insuficiente enfoque do raciocínio e a falta do sentido crítico: a pessoa nem sempre se dá conta dos erros cometidos, e o que é mais importante, não reage à correção e à observação do experimentador, ou seja, não manifesta nenhum sentimento frente ao fracasso, ou frente ao êxito (Zeigarnik, 1981).

Diante do exposto, Zeigarnik (1981) afirma que na análise da alteração da personalidade, é possível delinear dois problemas: o primeiro diz respeito à formação de uma necessidade patologicamente modificada e o segundo diz respeito à alteração na hierarquia dos motivos. Ambas compõem a alteração no processo de mediação e no ordenamento dos motivos.

A origem de uma necessidade patologicamente formada é um processo que fica evidente a partir do caso de G. retratado anteriormente. O consumo de álcool não se encontra entre as necessidades naturais do homem, como a fome e o sono, por exemplo; por essa razão, seu uso é inicialmente motivado por outras causas (comemorações, festas, reunião de amigos etc.). Com o tempo pode aparecer o desejo de experimentar de novo e repetidamente este estado agradável, e a pessoa passa a ser atraída não mais pelos eventos sociais que envolviam álcool secundariamente, mas exclusivamente pela possibilidade de alterar a consciência (Zeigarnik, 1981).

Nesse caso é possível identificar o que Leontiev (1978) denominou de “deslocamento do motivo para o objetivo”; forma-se um motivo novo que provoca uma necessidade nova (no caso, o álcool). Os problemas e necessidades coletivas, organizadas em um único sistema e encarnadas em determinadas normas morais de convivência, deixam de ser para os indivíduos motivos organizadores do comportamento.

Alvarez (2003) afirma que todas as pessoas com a formação normal da personalidade apresentam motivos de orientação social, ou seja, que dizem respeito à vinculação do sujeito com o mundo, com sua família, suas relações interpessoais, o trabalho e o estudo. Coexistem com esse grupo de motivos aqueles que possuem orientação individual, como comer e assistir um filme. O autor afirma que as motivações sociais tendem a se sobrepor às individuais quando existe uma situação conflitiva entre ambos, porém, nos casos de alteração da personalidade ocorre o predomínio dos motivos individuais na hierarquia motivacional. Podemos nos questionar, contudo, como a sociedade capitalista, cada vez mais individualista e competitiva atua no sentido de fragilizar os motivos de orientação social e os nossos vínculos com o mundo.

Nos processos de sofrimento psíquico não se altera somente o conteúdo das necessidades e motivos, mas também sua estrutura: todos eles se encontram mais imediatos e menos conscientes. Somente quando a necessidade tem caráter mediado, pode ser dirigida conscientemente pelo indivíduo. Nos indivíduos em sofrimento psíquico, com a alteração da personalidade, deixa de existir a possibilidade de mediação com um objetivo consciente, por isso suas necessidades são ingovernáveis e adquirem a estrutura das paixões (Zeigarnik, 1981).

O segundo problema diz respeito à alteração na hierarquia dos motivos e significa a perda da complexa organização da atividade humana. A atividade perde seu traço especificamente humano, de motivada se converte em impulsiva, desaparecem os motivos a longo prazo. No caso do alcoolismo, a necessidade de álcool se transforma em paixão dominante na vida do indivíduo (Zeigarnik, 1981).

Nos casos em que o sofrimento psíquico produz alterações na personalidade observa-se, portanto, a destruição da hierarquia de motivos anteriormente estruturada. Às vezes, aparece nos indivíduos o desejo de trabalhar, a aspiração de se comunicar com amigos antigos, levando-o a realizar determinados atos movido pela antiga hierarquia de motivos, mas todas essas incitações não são estáveis. O motivo predominante que dirige toda a atividade do indivíduo consiste na satisfação de sua necessidade “patológica” (nesse caso, o consumo de álcool). A reestruturação da hierarquia de motivos se manifesta com especial clareza nos procedimentos utilizados para satisfazer tal necessidade e em como obter meios para isso. Com o tempo, toda a atividade consciente da pessoa passa a ser destinada para a execução desses atos (Zeigarnik,

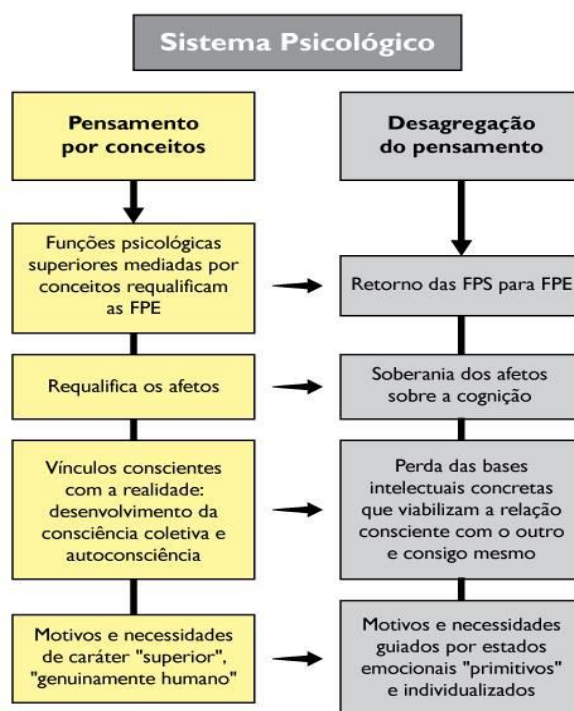
1981).

A partir da análise efetuada das alterações na mediação e na hierarquia dos motivos, demonstra-se que elas não são resultados diretos de modificações cerebrais, mas que percorrem um complexo caminho de formação, no qual atuam mecanismos que em muitos aspectos são comuns aos mecanismos do desenvolvimento normal dos motivos. Diante do exposto, nos questionamos: qual é a relação existente entre a desagregação do pensamento conceitual na esquizofrenia e as alterações das necessidades e da hierarquia de motivos?

No presente momento do trabalho, temos as bases teóricas para indicar que o sistema psicológico se forma em direção ascendente, ou seja, a partir do desenvolvimento de novos estratos e funções superiores que requalificam todos os estratos anteriores e mais primitivos. A desagregação do pensamento conceitual reverbera no psiquismo e na personalidade na medida em que engendra um retorno às funções psíquicas mais básicas, promovendo uma desagregação da unidade afetiva-cognitiva e um empobrecimento dos vínculos do sujeito com o mundo.

Na medida em que o pensamento conceitual requalifica também a própria estrutura da personalidade, permitindo ao indivíduo relacionar-se de forma consciente com o mundo e consigo mesmo, o motivo que dirige sua atividade se eleva até o genuinamente humano. Quando essa estrutura conceitual se desintegra, ocorre a perda das bases materiais concretas que viabilizam a relação consciente com os outros e consigo mesmo. Os motivos e as necessidades que determinam sua atividade assumem um caráter imediato, passando despercebidos pela consciência. A emancipação dos afetos frente aos conceitos determina que os motivos do indivíduo com esquizofrenia sejam guiados por necessidades mais primitivas e menos superiores, orientados meramente pelos estados emocionais mais “primitivos” e individualizados. Tendo em vista que nossas análises se baseiam fundamentalmente em raciocínios que partem de uma teoria complexa e abstrata, intentamos transpor nossas formulações em esquemas gráficos, a fim de dinamizar o que estamos tentando aqui transmitir. Esse primeiro fluxograma diz respeito ao que conseguimos pensar sobre a relação existente entre a desagregação do pensamento conceitual na esquizofrenia e as alterações das necessidades e da hierarquia de motivos.

Figura 2

Pensamento por conceitos x Desagregação do pensamento

Fonte: Elaborado pela autora.

No próximo subitem, trataremos da alteração da função formadora de sentido pessoal na esquizofrenia.

4.2.2.2 Alteração na formação de significações ou alteração da função formadora de sentido pessoal

A alteração na formação de significações é uma maneira de enfocar a questão do sofrimento psíquico sob o aspecto da relação existente entre as categorias de sentido pessoal e significação social exploradas anteriormente neste trabalho. Os significados são elaborados historicamente pelo gênero humano e são fixados pela linguagem por meio dos conceitos, enquanto os sentidos pessoais se referem à relação individual estabelecida com determinadas significações, a depender da vinculação dos significados com a própria vida do sujeito.

Desse modo, os motivos que mobilizam a atividade podem ser geradores de sentido quando satisfazem necessidades importantes para o sujeito, ou podem se caracterizar como motivos estímulos, que possuem somente força incitadora e suplementar. A fusão dos motivos geradores de sentido com os motivos-estímulos confere à atividade caráter consciente, de modo

que o indivíduo passa ser capaz de percebê-la de outra forma (Leontiev, 1978; Zeigarnik, 1981; Alvarez, 2003).

Alvarez (2003) afirma que o “[...] motivo tem um alto sentido pessoal quando satisfaz necessidades importantes no sujeito e conseqüentemente conduz à ação, isto é, tem uma força incentivadora” (Alvarez, 2003, p. 17). A partir disso, entendemos que o motivo precisa integrar tanto a função significadora como também com a função incitadora, de modo que a ruptura dessa unidade pode engendrar processos de sofrimento psíquico e de alteração na personalidade.

Zeigarnik (1981) apresenta um exemplo no qual as funções de significação e estimulação encontram-se apartadas. As pessoas frequentemente podem perceber o motivo pelo qual devem realizar determinada atividade, mas este motivo segue sendo meramente percebido sem estimular a ação em si. Como exemplo, o estudante que sabe que para alcançar a futura profissão deve estudar bem; contudo, esse motivo conhecido não possui força estimuladora suficiente para fazer com que ele se dedique aos estudos, e é preciso que recorra a motivos adicionais, aos motivos diretamente atuantes. A união dessas duas funções do motivo – a incitadora e a significadora – atribui à atividade humana o caráter de atos conscientemente regulados e a alteração dessas funções conduz à modificação da atividade.

Há, portanto, um enfraquecimento da função significadora do motivo, e este se transforma em motivo meramente conhecido. Nesses casos, o motivo ainda conserva certo grau de incitação, mas atribui sentido a um círculo cada vez mais restrito de fenômenos, quando comparado com o período anterior ao processo de sofrimento psíquico. O resultado é que o que anteriormente era dotado de sentido pessoal para o sujeito (por exemplo, o estudo, o trabalho, a família) vai aos poucos deixando de tê-lo e, como consequência, o motivo também perde gradualmente sua força incitadora (Zeigarnik, 1981).

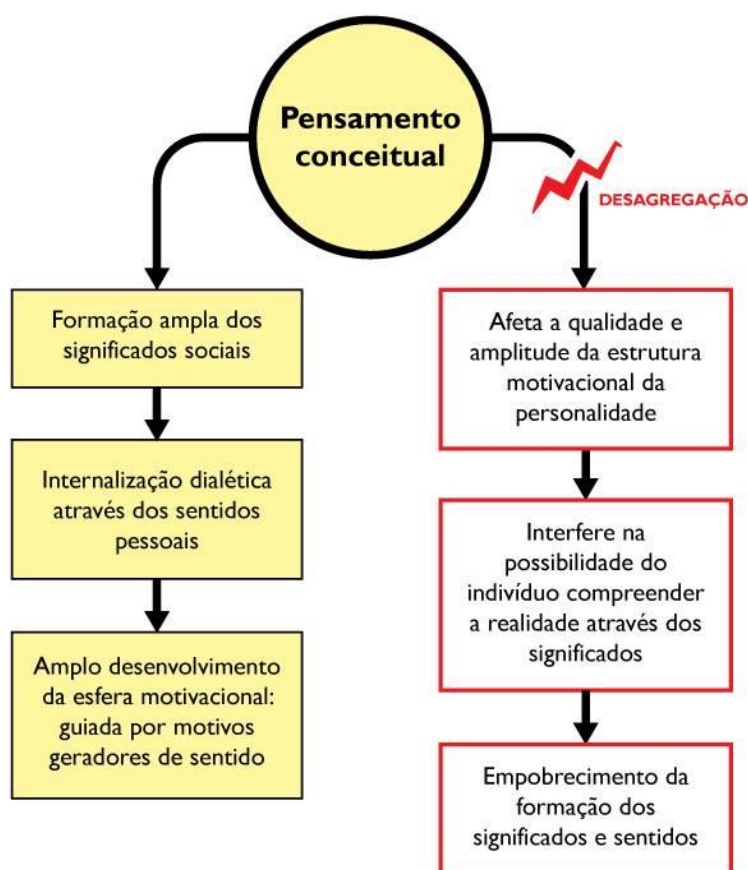
A autora relaciona tais formulações teóricas com casos clínicos de esquizofrenia. Pode-se observar nos esquizofrênicos uma diminuição no círculo de formações significativas, quando o motivo passa a proporcionar significados a um grupo relativamente menor de fenômenos em comparação com o período anterior à enfermidade. A redução dos motivos leva a um empobrecimento geral da atividade do indivíduo, o que, por sua vez, leva a uma dificuldade de formar novos motivos (Zeigarnik, 1981). Em síntese, essa alteração da personalidade se expressa fundamentalmente na redução dos motivos na esfera motivacional e na perda da força incentivadora dos mesmos. Questionamos: essa expressão da alteração da personalidade pode se relacionar com a desagregação do pensamento conceitual na esquizofrenia? Além disso, é

necessário perguntar o que é primário e o que é secundário, ou seja, o que é causa e o que é consequência?

Compreendemos que a personalidade se forma a partir da relação dialética existente entre os significados sociais e os sentidos pessoais, categorias essas que qualificam os motivos. É o pensamento conceitual que viabiliza a formação ampla dos significados, na medida em que possibilita ao indivíduo compreender a realidade e estabelecer com ela uma relação subjetiva. A desagregação do pensamento conceitual afeta a qualidade e a amplitude da estrutura motivacional, empobrecendo-a justamente pelo fato de o conceito não estar mais disponível para mediar a formação de novas significações frente aos fenômenos da realidade. Nosso segundo fluxograma objetiva demonstrar como o pensamento conceitual afeta na formação significadora da personalidade:

Figura 3

Efeitos do pensamento conceitual na formação da personalidade



Fonte: Elaborado pela autora.

Entendemos que a representação gráfica pode ser um artifício útil quando tentamos debater assuntos complexos, porém, é importante pontuar que existe uma limitação nas informações representadas através dessa estratégia. Na figura 2, procuramos sistematizar os efeitos do pensamento conceitual na formação da personalidade, contudo, não podemos resvalar em um subjetivismo, que é justamente o que buscamos contrapor no decorrer do presente trabalho. Na figura 2, partimos do pensamento conceitual e sua desagregação, na concepção materialista, é preciso questionar o que desencadeia essa desagregação. Se pensarmos em determinação ou determinantes sociais e seguindo a Lei da Internalização, ponto de partida é o interpsicológico, tanto para a gênese como para a patogênese, assim a atividade é a base inicial.

A desagregação do pensamento conceitual também se repercute na alteração do autocontrole da conduta, como apresentaremos a seguir.

4.2.2.3 Alteração do subcontrole do comportamento ou alteração do autocontrole da conduta

Uma das expressões mais claras da alteração da personalidade consiste na alteração do subcontrole ou autocontrole do comportamento, que se manifesta na estrutura de distintos processos, como na percepção e no pensamento. Sobre o autocontrole da conduta, Alvarez (2003) afirma que no curso normal do desenvolvimento, as pessoas atuam de forma reflexiva, levam em consideração as condições nas quais realizam suas atividades, bem como avaliam seus erros, modificando a ação para atingir seus objetivos. Nos casos de alteração de autocontrole da conduta, os indivíduos passam a atribuir uma valoração equivocada sobre sua personalidade e seus atos, não são críticos em relação às suas vivências, tornam-se incapazes de agir premeditadamente, de controlar os próprios atos e corrigi-los, adequando-os às condições reais (Zeigarnik, 1981).

Essa alteração modifica radicalmente a estrutura da atividade dos sujeitos, despojando-as de objetivo. Esse é a razão pela qual os indivíduos podem continuar um trabalho apesar de sua evidente falta de necessidade, e ao mesmo tempo, podem interromper a execução de um importante exercício diante da menor distração externa. Não adquirem hábitos laborais, não porque lhes falta a capacidade para entender as explicações do investigador, mas porque não fixam sua atenção no trabalho, não estão focados e não captam nenhum sentido na tarefa. Essa alteração na atitude frente ao mundo circundante e frente ao seu próprio eu é a causa de seu estado alterado de comportamento; o descuido, a despreocupação e irresponsabilidade

aparecem precisamente como manifestações da profunda alteração de sua personalidade (Zeigarnik, 1981).

Em situação experimental, Zeigarnik (1981) observa que os indivíduos com alteração no autodomínio da conduta não tinham motivo para realizar um exercício determinado; seus atos se caracterizavam por serem não mediados e não motivados, o comportamento não estava condicionado por uma postura adequada nem frente ao mundo circundante nem frente a si mesmos. Eles não assimilavam nem seus atos, nem seus pensamentos. A impossibilidade de avaliar a si mesmo e aos demais tem como consequência a dissolução da atividade dos sujeitos e é indicador da profunda alteração da personalidade. A atividade se torna sem sentido; por essa razão, surgem atos que carecem de motivo significativo. Em sua expressão máxima, a espontaneidade destrói radicalmente a estrutura da atividade (Zeigarnik, 1981).

Na esquizofrenia ocorre a alteração do autodomínio da conduta, durante o cumprimento da técnica de exclusão dos objetos, não há por parte do indivíduo a tentativa de corrigir seus erros, apontados pelo psicólogo. Quando o psicólogo sinala o equívoco do sujeito com esquizofrenia, o mesmo se mostra de acordo com a ponderação; porém não modifica sua resposta. Desse modo, é impossível mobilizá-lo para o cumprimento correto da tarefa e para o produto de seu trabalho (Alvarez, 2003).

A alteração do autodomínio da conduta se relaciona de forma mais direta com a desagregação do pensamento conceitual, na medida em que é somente com a aquisição dos conceitos que os indivíduos se tornam capazes não apenas de conhecer a realidade interna, como também o mundo de suas próprias vivências. Exploraremos melhor essa relação no próximo subitem, por entendermos que essa análise demanda também a compreensão de outros elementos teóricos, tais como a ruptura da lei fundamental do desenvolvimento humano, ou seja, a relação dinâmica entre os processos intrapsíquicos e interpssíquicos. Isso porque o processo de controlar o comportamento e a conduta surge no desenvolvimento humano primeiramente como uma função exterior, exercida pelos adultos na tentativa de controlar o comportamento infantil; com o desenvolvimento da linguagem interna e do pensamento conceitual esse controle é interiorizado, transformando-se em autocontrole da conduta.

A título de sintetizar as alterações da personalidade e suas manifestações mais básicas, elaboramos a seguinte tabela:

Tabela 4
Alterações da personalidade

Alteração no processo de mediação e no ordenamento dos motivos	Alteração na formação de significações ou alteração da função formadora de sentido pessoal	Alteração do subcontrole do comportamento ou alteração do autocontrole da conduta.
– Formação de necessidades “patológicas”; – Alteração da hierarquia de motivos; – Predominância de motivos individuais em detrimento dos motivos sociais e coletivos.	– Redução dos motivos na esfera motivacional; – Perda da força incentivadora dos motivos; – Redução do círculo de interesses.	– O comportamento deixa de ser mediado pela consciência, torna-se imediato; – Conduta irreflexiva; – Perda do controle e crítica sobre as próprias vivências.

Fonte: Elaborado pela autora.

A síntese das elaborações dos autores clássicos da psicologia histórico-cultural que contribuem para o entendimento da esquizofrenia apresentada no decorrer deste subitem nos oferece a base para refletir no próximo subitem sobre as repercussões na personalidade da desagregação do pensamento conceitual na esquizofrenia.

4.3 A desagregação do pensamento conceitual na esquizofrenia e suas repercussões na estruturação da personalidade

O foco deste estudo consiste na investigação da desagregação do sistema de conceitos, como centro do sistema interfuncional da consciência, na esquizofrenia e suas repercussões na personalidade pela perspectiva da psicologia histórico-cultural. Desenvolvemos o estudo visando responder à seguinte pergunta: Como a psicologia histórico-cultural entende as repercussões na personalidade da alteração (ou desintegração) do sistema de conceitos na esquizofrenia?

Vigotski aponta para três revoluções fundamentais geradas no psiquismo pela apropriação dos conceitos. Retomando o anteriormente dito: a primeira delas consiste na possibilidade de apreender os profundos nexos acerca dos fenômenos que constituem a realidade; a segunda diz respeito ao desenvolvimento da consciência social e da concepção

estruturada do mundo; e a terceira é a requalificação dos sentimentos e emoções viabilizando a autoconsciência.

Reconhecemos que a desagregação do sistema conceitual é o eixo central sob o qual a psicologia histórico-cultural vem explicando a esquizofrenia e seus sintomas, porém, ainda ficam algumas questões centrais que precisam ser desenvolvidas em futuros estudos teóricos e empíricos.

Por mais que a desagregação do pensamento conceitual possibilite um entendimento mais amplo do fenômeno da esquizofrenia, que parte do ser humano em sua totalidade, em relação ao seu desenvolvimento histórico e cultural, aos vínculos e vivências dos indivíduos, ainda não nos é possível demarcar da onde vem tal desagregação. Vigotski (1931) afirma que:

Utilizando a função da formação de conceitos como um ponto de partida da investigação, e concluindo, também que é ela o centro ou núcleo psicológico de todo o drama da doença, vê-se ainda que ela não tem nada da etiologia da esquizofrenia. Distúrbios na função de formação de conceitos são o resultado imediato da esquizofrenia, mas não a sua causa. E não estou de todo inclinado a tratar da doença como uma desordem psicogenética. Qualquer que possa ser a causa orgânica da doença, contudo, a psicologia tem um direito de estudar os fenômenos da personalidade de um ponto de vista psicológico. A desintegração da personalidade segue certas leis psicológicas, ainda que as causas diretas desses processos possam não ser psicológicas em sua natureza. (Vigotski, 1931, p. 324)

Nesse sentido, consideramos ser fundamental explorar aspectos da esquizofrenia por uma perspectiva que olhe o biológico como fator subordinado às instâncias sociais e culturais. É fundamental também propor perspectivas de tratamento que estejam em consonância com os princípios da reforma psiquiátrica, perspectivas de tratamento que compreendam as limitações e as graves consequências da medicalização.

Nosso objetivo consiste em compreender quais são as repercussões principais da desagregação dos conceitos na esquizofrenia para a personalidade. Estruturamos quatro eixos mediante os quais pensamos ser possível empreender essa análise. São eles: 1) a desagregação do pensamento conceitual e a perda do autodomínio da conduta; 2) a natureza e o conteúdo dos delírios e alucinações na esquizofrenia: relações a partir da hierarquia da atividade; 3) a cisão do eu na esquizofrenia como expressão máxima de uma cisão na subjetividade engendrada por

uma sociedade de classes antagônicas;4)a importância dos vínculos estabelecidos com o mundo para a (re)estruturação da personalidade de acordo com as vias de tratamento da esquizofrenia.

4.3.1 A desagregação do pensamento conceitual e a perda do autodomínio da conduta

A lei genética do desenvolvimento cultural, formulada por Vigotski (2012b), é um elemento chave para compreendermos as repercussões da desagregação do pensamento conceitual da esquizofrenia na personalidade. De acordo com este postulado, “toda função no desenvolvimento cultural da criança aparece em cena duas vezes, em dois planos; primeiro no plano social e depois no psicológico, a princípio entre os homens, como categoria intersíquica e logo no interior da criança como categoria intrapsíquica” (Vigotski, 2012b, p. 150).

A partir dessa lei, Vigotski determina que as funções psicológicas superiores, os sentimentos e a linguagem se originam a partir das relações entre as pessoas para depois aparecerem internamente nos indivíduos. No desenvolvimento, por meio da relação do indivíduo com o gênero humano, é que se abre um leque de possibilidades de individualização e singularização, de acordo com a posição deste indivíduo nas relações sociais, de sua situação social e de suas vivências, do modo pelo qual se apropria das objetivações culturais (Leontiev, 1978).

Vigotski (2012b) afirma que “[...] passamos a ser nós mesmos através dos outros” (Vigotski, 2012b, p. 149). Logo, o processo de formação da personalidade está atravessado pelo modo como o outro se relaciona comigo e como eu construo minha autoconsciência a partir da imagem expressa pelo outro nessa relação.

Detivemos-nos sobre essa discussão nas seções anteriores, nas quais recuperamos os trabalhos de Vigotski (2012b) para compreender como ocorre o desenvolvimento das funções psíquicas superiores e como a linguagem se transforma na mediação simbólica essencial para o desenvolvimento do autocontrole da conduta, além de abordar como a apropriação dos conceitos verdadeiros possibilita o desenvolvimento da autoconsciência.

Em um primeiro momento, a linguagem do outro, do adulto, é responsável por controlar o comportamento da criança; depois, a própria criança começa a falar com ela mesma para que consiga organizar sua conduta e seu pensamento. A fala é externa, porém, direcionada a controlar os processos psíquicos internos. No momento mais complexo do desenvolvimento humano, a fala é totalmente interiorizada sob a forma de pensamento. Agora a criança não precisa mais da linguagem do adulto, e nem mesmo da sua própria linguagem externa para controlar a si; esse processo foi internalizado.

Nesse sentido, os processos voluntários e autoconscientes são sempre mediados pelos signos e perdem a característica de processos psíquicos elementares na medida em que perdem também a imediatez. Vigotski (2012b) explica que, da mesma forma que o domínio da natureza pelo homem não demanda a abolição das leis básicas da natureza, o domínio do próprio comportamento também não demanda a abolição, mas sim uma subordinação dessas leis. A lei básica da conduta elementar, de acordo com o autor (Vigotski, 2012b), consiste na lei de estímulo-resposta, e a dominação do comportamento corresponde, portanto, a uma dominação desses estímulos por meio dos signos, entre eles o conceito. Os conceitos, enquanto signos mediadores da conduta humana, possibilitam a atuação consciente no mundo. Assim, o indivíduo passa a ser capaz de levar em consideração as condições sob as quais realiza suas atividades, modificando seus erros com vistas a atingir seus objetivos.

A orientação da conduta por estímulos cada vez mais individualizados, algo altamente estimulado na sociedade atual, pode levar à desintegração do pensamento conceitual na esquizofrenia, produzindo a redução das bases intelectuais necessárias que colocam o indivíduo em relação com o mundo e com as demais pessoas. É na relação estabelecida com os outros, através da comunicação, da linguagem e dos conceitos, que se desenvolve no ser humano a possibilidade de relacionar-se consigo mesmo, através da linguagem e da autoconsciência. Nessa linha de raciocínio, se é justamente na relação com o outro que construímos e organizamos o controle da nossa conduta, talvez seja possível inferir que a realização de atividades cada vez mais individualizadas e a impossibilidade de se comunicar com os outros e estabelecer relações efetivas com os pares em decorrência da desagregação do pensamento conceitual, desencadearia também um processo de desintegração da autoconsciência e do autocontrole da conduta.

4.3.2 A natureza e o conteúdo dos delírios e alucinações na esquizofrenia: relações a partir da hierarquia da atividade

Para desenvolver a ideia de que a estrutura da personalidade—as necessidades e a hierarquia de motivos—se relaciona com a natureza e o conteúdo dos delírios e alucinações, apresentaremos esse tópico em forma de estudo de caso. Consideramos extremamente importante não perder de vista em qualquer estudo da psicologia o indivíduo real e concreto. Por essa razão, e tendo em vista as limitações impostas no processo de produzir uma dissertação, escolhemos um caso que já está dado na literatura. Ainda que seja fundamental direcionar um estudo de campo com vistas de elucidar a relação existente entre a desagregação

do pensamento conceitual na esquizofrenia e suas repercussões na personalidade, entendemos que o primeiro passo pode ser dado através da análise de um caso já conhecido, que nos fez pensar sobre como determinados sintomas da esquizofrenia se “moldam” a partir da hierarquia das atividades realizadas pelo indivíduo.

Quando falamos de um caso já conhecido de esquizofrenia, estamos fazendo referência ao matemático John Nash, que ganhou o Prêmio Nobel de Matemática em 1994. A história de Nash foi retratada no livro intitulado *Uma mente brilhante* (Nasar, 2002), que deu origem ao filme de mesmo título dirigido por Ron Howard. O conteúdo da biografia do matemático é amplo, oferecendo-nos material para análises em diversos âmbitos. Porém, nos chamou atenção o modo como a atividade de John Nash, seus interesses mais profundos, transformaram-se em conteúdo dos seus delírios e alucinações no processo de desenvolvimento da esquizofrenia.

John Nash nasceu no ano de 1928, em Bluefield, Virginia Ocidental, nos Estados Unidos. De acordo com Nasar (2002), a infância de Nash foi relativamente normal, apesar de desde cedo se destacar pela sua introversão e curiosidade; ao invés de passar seu tempo brincando com crianças da sua idade, ele preferia estar entre livros, enciclopédias, e realizando experimentos. Era descrito pelas pessoas com as quais convivia como sendo extremamente racional; possuía o desejo de transformar todas as decisões da vida em cálculos que pudessem expressar as vantagens e desvantagens de cada escolha.

Em 1948, já era reconhecido no campo da matemática por seus trabalhos e descobertas inéditas. Interessava-se pelos temas mais complexos dessa área, como por exemplo, “[...] os jogos estratégicos, rivalidade econômica, arquitetura de computadores, a forma do universo, a geometria dos espaços imaginários e o mistério dos números primos” (Nasar, 2002, p. 20). Foi docente no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), onde os primeiros sinais da esquizofrenia começaram se manifestar, aos seus trinta anos de idade (Nasar, 2002). Sobre os primeiros episódios de esquizofrenia de Nash, Nasar (2002) afirma que

Os episódios foram tão disfarçados e ligeiros que seus colegas mais jovens na instituição pensaram que ele estivesse fazendo uma brincadeira de mau gosto às custas deles. Nash entrou na sala dos professores numa manhã de inverno de 1959 com um exemplar do *The New York Times* e observou para ninguém em particular que a história do canto superior esquerdo da primeira página continha uma mensagem criptografada de habitantes de outra galáxia que somente ele podia decifrar. (Nasar, 2002, p. 21)

Nas décadas seguintes, Nash passou a apresentar um quadro cada vez mais grave de delírios e alucinações, seu pensamento e sentimentos se mostravam cada vez mais confusos. A ciência, a matemática, a solução de fórmulas sempre foi o motivo estruturador de toda a conduta de Nash, de forma que subordinava todas as outras atividades dele, como as relações interpessoais e familiares. Contudo, no decorrer de sua vida, a atividade principal realizada por Nash perde sua relação com a objetividade.

De acordo com a hipótese desenvolvida por Vigotski, a desagregação do pensamento conceitual na esquizofrenia relaciona-se com o grau de desenvolvimento da forma de pensamento anterior, ou seja, da amplitude do pensamento por complexo. De acordo com Nasar (2002) o pensamento de Nash foi extremamente desenvolvido na infância, de modo que ele era capaz de aprender sozinho uma série de conceitos abstratos; por exemplo, a “eletricidade estática”. Essa pode ser a razão pela qual Nash, mesmo após o diagnóstico de esquizofrenia, se interessava pela solução de problemas matemáticos ainda que esse interesse fosse delirante. A solução de tais questões, contudo, perde sua finalidade social, torna-se uma atividade fechada em si mesma, nesse sentido, por mais abstrato que o conceito seja é imprescindível que haja um vínculo com a realidade. Podemos demonstrar a perda da atividade com a realidade no relato a seguir:

Ele começou a acreditar que muitas das coisas que via - um número de telefone, uma gravata vermelha, um cachorro trotando na calçada, uma carta escrita em hebraico, um local de nascimento, uma frase no The New York Times – tinham um significado oculto, visível apenas para ele. Ele considerava esses sinais como coisas que o atraíam com força cada vez maior, a tal ponto que ele eliminava de sua consciência seus interesses e preocupações habituais. Ao mesmo tempo, ele acreditava que estava a ponto de ter insights cósmicos. Afirmava ter encontrado uma solução para o maior dos problemas não solucionados da matemática pura [...]. (Nasar, 2002, p. 23)

O mesmo pode ser observado em indivíduos que possuem delírios e alucinações de caráter religioso (Nucci&Dagalarrondo, 2000). Se a religião é um motivo gerador de sentido e que organiza o modo de alguns indivíduos se relacionarem com o mundo, em casos de desagregação do pensamento conceitual, a relação com a religião se altera patologicamente.

Nucci e Dagalarrondo (2000) citam um caso de um homem cristão com antecedentes de uma educação religiosa bastante rígida, que aos 28 anos começou a apresentar alterações de comportamento. Sua atividade consistia em pregar a Bíblia o dia inteiro; começou a dizer que

precisava ir a Jerusalém para converter os judeus ao cristianismo e que recebia mensagens de Deus para salvar o mundo. O conteúdo dos seus delírios e alucinações era predominantemente religioso. A situação chama atenção pela gravidade, os autores afirmam que esse indivíduo chegou ao serviço de saúde no qual trabalham após cometer automutilação ocular, ou seja, arrancou seu próprio olho com as mãos; o globo ocular estava preso à face apenas pelo nervo óptico.

Seu estado era de êxtase e, apesar da dor intensa, referia estar muito feliz. Inquirido sobre a razão da auto-enucleação, dizia apenas que “Deus queria que fosse assim”, manifestando ainda o desejo de que lhe entregassem o olho “para ficar guardado”. Citava ainda Mateus 5:29 e afirmava o desejo de cortar também sua mão direita (como também descrito em Mateus 5:30 e Marcos 9:43). (Nucci&Dagalarrrondo, 2000, p. 82)

O exposto pode nos levar a pensar que o conteúdo dos delírios e a alucinação presentes na esquizofrenia não são aleatórios, mas dependem intimamente da estrutura da personalidade, dos motivos geradores de sentido, que outrora guiavam as relações do indivíduo com o mundo. Desse modo, a atividade e sua concretude devem ser tomadas como a base analítica no que diz respeito a natureza e o conteúdo dos delírios e alucinações na esquizofrenia. O que parece acontecer nessa forma de sofrimento psíquico é que o motivo organizador do sistema de atividades, quando dissociado de um pensamento conceitual estruturado, é elevado ao extremo, e por isso, se desorganiza por completo, perde a base lógica que o vincula adequadamente com a realidade.

4.3.3 Cisão do eu na esquizofrenia como expressão máxima de uma cisão na subjetividade engendrada por uma sociedade de classes antagônicas

No subitem em que tratamos da formação da personalidade, pontuamos que esse processo depende fundamentalmente do sistema de atividades que o indivíduo estabelece com o mundo e que se essas relações são alienadas, a personalidade também assume um caráter fragmentado. Indicamos também nossa ideia de que a esquizofrenia parece se relacionar com a cisão da subjetividade produzida pelas relações sociais de produção. Consideramos essa discussão fundamental e por isso, não nos parece coerente terminar nosso capítulo de análise sem mencionar e retomar algumas proposições que já mencionamos anteriormente nesta dissertação.

As relações alienadas que o indivíduo estabelece com a realidade são objetivamente contraditórias e, assim, se incorporam à estrutura da personalidade. A disparidade existente entre as relações concretas do indivíduo, suas atividades práticas e sua atividade interior, seus sentimentos, suas vontades, engendra uma formação unilateral da personalidade e pode inclusive conduzir a uma dissociação da mesma em duas esferas distintas e estranhas uma à outra: a esfera da personalidade em suas manifestações na vida real e a esfera da personalidade que se manifesta somente idealmente, de forma ilusória (Leontiev, 1978). Entendemos que essa “dupla vida” da personalidade alienada caracteriza-se como uma forma de autoestranhamento.

23

Diante disso, nos questionamos: poderia ser a esquizofrenia a expressão máxima dessa dissociação? Poderia ser considerada como fruto de um processo de vida tão alienante e alienador que a esfera da personalidade em suas manifestações reais se subjugava por completo à esfera da personalidade que existe somente idealmente?

Não podemos afirmar diretamente que a esquizofrenia é fruto da alienação, mas as diversas formas de adoecimento psíquico na atualidade possuem ligação com os processos desagregadores da vida e do sentido da vida na sociedade capitalista. Por essa razão, podemos identificar que as expressões subjetivas da alienação agudizam a cisão do eu própria na esquizofrenia. No subitem em que tratamos da personalidade, apontamos que a alienação do processo de produzir a vida repercute internamente nos indivíduos de distintas formas. O sentimento de impotência, o sentido do absurdo, o isolamento, o autoestranhamento e a ausência de normas demonstram como a alienação acaba por cindir e fragmentar a personalidade dos indivíduos. Como consequência, a personalidade se forma de maneira esvaziada e empobrecida, pois as relações estabelecidas pelos sujeitos não expressam os valores tipicamente humanos e não refletem as amplas possibilidades dos mesmos. Martins (2001) afirma que todas essas expressões da alienação rompem com a unidade existente entre o indivíduo/sua personalidade e vida, e o mundo e os outros homens.

Nesse sentido, a sociedade capitalista aprofunda o isolamento, a improdutividade e a incoerência do pensamento característicos da esquizofrenia, cronificando-a. Apesar disso, não devemos tomar como resposta que nada deve ser feito. Vigotski (2012a), ao se debruçar sobre

²³Podemos dizer, que no âmbito do psiquismo, no interior da sociedade de classes, tal como somos mais ou menos alienados, mas nunca livres completamente de alienação, também podemos pensar que somos mais ou menos cindidos. E, ainda mais, a redução da cisão é um esforço contínuo de assegurar a integridade da personalidade frente às exigências da sociedade capitalista.

os estudos da defectologia e das crianças cegas e surdas, lança uma luz sobre como compreender as cisões e perdas tão significativas na esquizofrenia:

Por um lado o defeito é [...] a limitação, a debilidade, a diminuição do desenvolvimento; por outro, precisamente porque cria dificuldades é que estimula um avanço elevado e intensificado. A tese central da defectologia atual é a seguinte: todo defeito cria os estímulos para elaborar uma compensação. (Vigotski, 2012a, p. 14)

Essa ideia fundamental diz respeito à tendência psíquica da compensação social, ou seja, à tendência psíquica de criar ou recriar a personalidade do indivíduo com base na reorganização das funções de adaptação, na formação de novos processos, na abertura de novos caminhos para o desenvolvimento. Temos que a sociedade capitalista, ao invés de promover desenvolvimento por essas vias colaterais, aprofunda o leva à cronificação do sujeito com esquizofrenia.

Apesar disso, ainda que circunscrita a uma sociedade excludente e desigual, é possível trabalhar em conjunto para o reconhecimento das potencialidades “adormecidas” na pessoa com esquizofrenia. Podemos citar, a título de exemplo, a psiquiatra Nise da Silveira, reconhecida internacionalmente pela sua postura humanizadora frente aos sujeitos com esquizofrenia. Nesse sentido, ainda que a sociedade capitalista determine um caráter alienado no que diz respeito à formação do sujeito, é possível juntar esforços para reconhecer o papel ativo de sua personalidade.

4.3.4 A importância dos vínculos estabelecidos com o mundo para a (re)estruturação da personalidade de acordo com as vias de tratamento da esquizofrenia

Ao tratarmos das alterações presentes na esquizofrenia e da desagregação do pensamento conceitual, não podemos deixar de ponderar, ainda que brevemente, sobre as formas de tratamento da esquizofrenia e sobre como uma ou outra atua na personalidade do indivíduo em sofrimento. Podemos identificar três formas principais de tratamento disponibilizadas na atualidade: a institucionalização, a intervenção medicamentosa e as redes substitutivas em saúde mental (Freitas & Amarante, 2015). Apesar de, em termos históricos, ser possível identificar a prevalência de um ou outro modelo de tratamento em dada época, hoje as três vias citadas coexistem e partem de distintas concepções de ser humano, e do processo de saúde e adoecimento.

Antes de nos determos especificamente nesse assunto, consideramos importante demarcar que as pesquisas sob o marco teórico da psicologia histórico-cultural se concentram principalmente nos campos da educação e da psicologia social e, por essa razão, ainda há uma carência no que diz respeito às pesquisas marxistas na área da saúde. Embora hoje já seja possível observar um aumento das produções nesta área, ainda temos lacunas importantes em aberto. Uma dessas lacunas é justamente o entendimento crítico das formas de tratamento dos modos de adoecer. Em vista do exposto, muitos autores que utilizaremos no presente subitem não se circunscrevem no âmbito do marxismo e utilizam conceitos perpassados por outros princípios epistemológicos. Apesar disso, e por falta de conceitos próprios do marxismo e da psicologia-cultural, nos apropriaremos das reflexões pertinentes aos nossos pressupostos teóricos, fazendo as devidas críticas quando determinadas formulações forem incoerentes com nossa visão de mundo e de homem.

Um dos autores que não se inserem na perspectiva marxista, mas ainda assim contribui em muito para a compreensão do complexo processo das mudanças nas formas de tratamento do adoecimento psíquico no Brasil, é Paulo Amarante, que defende veementemente a construção de um modelo de atenção à saúde mental oposto ao modelo da institucionalização e medicalização crônica dos indivíduos em sofrimento psíquico.

Amarante (2007) retoma que, no contexto da Revolução Francesa, o Hospital Geral era uma instituição que tinha como prática generalizada o isolamento de diversos segmentos sociais. O hospital era o lugar de institucionalização da “loucura”, e a partir daí o saber médico começou a se estruturar a partir da observação da doença em seu curso e evolução. Entendia-se que o isolamento era uma das condições para que os indivíduos fossem tratados adequadamente, afinal estariam afastados do mundo exterior e, portanto, das causas de seus sofrimentos (Amarante, 2007). Dessa forma, o tratamento para todos os indivíduos que estavam hospitalizados era o mesmo, não havia uma preocupação com as demandas individuais, não havia um entendimento de que o sofrimento de cada um tinha características próprias e que tratar todos da mesma forma seria incoerente e insuficiente.

Foi no pós-Segunda Guerra Mundial que a sociedade passou a se preocupar com o tratamento oferecido aos loucos, já que se descobriu que a situação de vida dos internos era muito semelhante à vivida nos campos de concentração, e a partir daí surgiram várias experiências de “reforma psiquiátrica” (Amarante, 2007). No Brasil, a trajetória de desinstitucionalização teve início nos anos 80, em um momento histórico e político importante, marcado por eventos que foram essenciais para a construção de uma nova concepção de saúde. Esse contexto possibilitou a definição de princípios básicos para que a reforma psiquiátrica

ocorresse no país. Entre tais princípios, podemos citar: a concepção de saúde como sendo um direito e dever do Estado, portanto, a universalização do acesso à saúde; a descentralização e democratização; e uma nova concepção de saúde que passou a ser entendida como sinônimo de qualidade de vida (Amarante, 2013).

É nesse momento que surge o primeiro CAPS (Centro de Atenção Psicossocial Professor Luiz da Rocha Cerqueira) em 1987, em São Paulo, que passou a influenciar a transformação de muitos outros serviços pelo país. No âmbito da saúde pública, hoje o CAPS é referência no que diz respeito ao atendimento, tratamento e cuidado dos indivíduos em sofrimento psíquico. Esse modelo de serviço, substitutivo ao hospital psiquiátrico, assume uma série de estratégias importantes para a reconstrução dos vínculos sociais do indivíduo com o mundo, que foram historicamente cindidos pela institucionalização crônica. Essas estratégias são fundamentadas na ideia central de que os indivíduos conservam determinada autonomia frente ao seu processo de adoecimento.

O modelo psiquiátrico concebia e, de certa forma, ainda concebeo indivíduo em sofrimento psíquico como um ser sendo desprovido de qualquer juízo racional, incapaz de tomar decisões referentes a própria vida. No movimento contrário a este, os serviços de atenção psicossocial propõem que as pessoas sejam “Ouidas adequadamente, as pessoas precisam ser orientadas e, na medida do possível, devem ser envolvidas nas soluções, encaminhamentos e tratamentos construídos de comum acordo, sempre procurando evitar que a pessoa levada para atendimento seja alijada do processo.” (Amarante, 2007, p. 83).

Podemos encontrar proposições dos autores da psicologia histórico-cultural (Vigotski, 1931, 1933; Zeigarnik, 1979, 1981; Silva, 2014) que vão ao encontro dessa perspectiva de que os indivíduos em sofrimento psíquico, e portanto, também aqueles com esquizofrenia, não devem ser compreendidos como seres passivos e que, mesmo nos casos de desagregação do pensamento conceitual, é possível encontrar processos íntegros do psiquismo e da conduta, e portanto, pode-se trabalhar com o papel ativo da personalidade de tais indivíduos.

No decorrer do trabalho, procuramos evidenciar que toda forma superior de conduta surge a partir de um processo de desenvolvimento que tem como lei fundamental a internalização das relações que o indivíduo estabelece com o mundo e com os demais sujeitos ao seu redor. As funções psicológicas superiores, nesse sentido, desenvolvem-se sobre as funções psíquicas elementares e possuem a distinção de serem processos mediados e conscientes. A chave explicativa que Vigotski propõe para o entendimento da esquizofrenia é justamente a desagregação do pensamento conceitual que engendra um retorno do psiquismo às formas anteriores e menos desenvolvidas da conduta. É como se o psiquismo voltasse um

passo atrás no processo de desagregação do pensamento conceitual. Apesar disso, o autor afirma que:

[...] no processo esquizofrênico nós não devemos considerar a pessoa adoecida apenas como um paciente. Nós devemos prestar atenção para o papel ativo da personalidade submetida a este processo de desintegração. É concebível que, em adição aos traços de destruição da personalidade, que está sob influência de um processo prolongado que destrói as mais elevadas, mais complexas, relações sistêmicas e semânticas, e conexões da consciência, nós devamos encontrar traços contrários, pelos quais esta personalidade irá, de algum modo, resistir, modificar a si mesma, reorganizar-se, e que o quadro clínico da esquizofrenia nunca pode ser entendido meramente como algo que emana diretamente da exibição das conseqüências destrutivas do processo em si, mas deve ser visto como uma reação complexa da personalidade ao processo destrutivo por ele mesmo. (Vigotski, 1933, p. 77)

Ao perceber o indivíduo com esquizofrenia como dotado de uma personalidade ativa, torna-se possível ao psicólogo atuar junto a essa população com o objetivo de estabelecer ou reestabelecer vínculos e relações humanizadoras que não sejam pautadas na exclusão. Todas essas estratégias têm como objetivo primordial o desenvolvimento da autonomia do indivíduo. Segundo Kinoshita²⁴(2010), autonomia é a capacidade do indivíduo de gerar normas e ordens para sua vida e não deve ser confundida com independência ou autossuficiência. Para o autor, todos somos dependentes e a autonomia viria do aumento da quantidade de coisas das quais somos dependentes. Isto é, “Somos mais autônomos quanto mais dependentes de tantas mais coisas pudermos ser, pois isso amplia as nossas possibilidades de estabelecer novas normas, novos ordenamentos para a vida” (Kinoshita, 2010, p. 57).

De acordo com Kinoshita (2010), a construção de laços sociais e a participação do indivíduo em locais de troca são fundamentais para a ampliação de sua autonomia. Historicamente, foi construído um ideário social que atribuiu ao sujeito em sofrimento psíquico um valor negativo que se relaciona, por exemplo, com as noções de periculosidade e incompreensão. A ideologia que permeou o período manicomial, mas que se faz presente também nos serviços atuais, foi construída tendo como base esses valores negativos; por esse

²⁴ Kinoshita (2010) é outro autor que estuda a reforma psiquiátrica brasileira e que, ainda que não tome o marxismo como referência teórica, tem reflexões apresentadas no presente trabalho que consideramos coerentes com nossos pressupostos.

motivo, o isolamento social era uma premissa. Ao despojar o indivíduo de suas relações cotidianas, da sua rotina, do contato com a família e com o trabalho, o manicômio acabava por cronificar os sintomas apresentados, e toda manifestação que pudesse ser uma tentativa de reestabelecer intercâmbios sociais era compreendida como uma mera manifestação da doença. Assim toda e qualquer tentativa de troca era anulada; por esse motivo, o autor denomina o manicômio como sendo o local da troca zero.

Leontiev (1979) considera que a amplitude e a qualidade dos vínculos estabelecidos entre o indivíduo e o mundo é um princípio fundamental no que diz respeito à formação da personalidade. A construção da autonomia e o restabelecimento dos vínculos do indivíduo com o mundo podem ser dificultados ou inviabilizados pela permanência da lógica manicomial, bem como o uso de medicamentos. O isolamento social, o embotamento afetivo e a apatia frente ao mundo e aos outros são exemplos de sintomas negativos da esquizofrenia que podem se tornar mais agudos a depender da forma de tratamento a que o indivíduo é submetido.

Diante do exposto nos questionamos: o uso dos fármacos antipsicóticos contribui para a reconstrução dos laços sociais, viabilizando a reestruturação dos vínculos do sujeito com o mundo; ou operam no sentido de aprofundar o isolamento e o embotamento afetivo? Esse é um debate importante a ser realizado que foge dos objetivos do nosso trabalho; é preciso juntar esforços com outros pesquisadores para compreender como a medicação atua no psiquismo do indivíduo com esquizofrenia, e quais são as consequências no que diz respeito à estrutura de sua personalidade. Faremos breves apontamentos sobre essa questão que certamente não a esgotam.

Freitas e Amarante (2015) apontam para um crescente número de pessoas fazendo uso de medicamentos psiquiátricos, e atribuem diversos fatores explicativos para esse panorama, entre eles, podemos citar a aliança mercadológica existente entre a medicina e a indústria farmacêutica. Essa aliança é baseada na estratégia de “[...]transformar formas de pensar, sentir e agir em fenômenos de causalidade biológica particularmente originados no cérebro” (Freitas & Amarante, 2015, p. 77). A compreensão de que os processos de sofrimento psíquico têm causa biológica está baseada na ideia de que são resultados de desequilíbrios químicos do cérebro. Nessa perspectiva, o tratamento mais óbvio é, portanto, possibilitar o reajuste químico através da prescrição de antipsicóticos, no caso da esquizofrenia, de antidepressivos, no caso da depressão ou ansiolíticos, para a ansiedade. A complexidade do psiquismo, suas formas de prazer e de sofrimento são resumidas a esse simples mecanismo de doença.

Os autores, contudo, afirmam que o uso de medicamentos psicotrópicos (antipsicóticos, antidepressivos, ansiolíticos etc.) funcionam criando perturbações no funcionamento dos

neurotransmissores, de forma que a pessoa submetida ao uso dos mesmos tem seu cérebro funcionando de forma anormal. Os sujeitos que fazem uso de medicamentos antipsicóticos manifestam uma série de sintomas que antes não vivenciavam, como aparente indiferença ou demora na resposta aos estímulos externos, neutralidade emocional e afetiva, declínio da iniciativa quanto à preocupação. Nesse sentido, o uso crônico das drogas causa alterações substanciais a longo prazo, levando o cérebro a uma atividade quantitativa e qualitativamente fora dos padrões normais.

Freitas e Amarante (2015) apontam inclusive para investigações sobre as formas de tratamento da esquizofrenia que indicam que os métodos psicossociais tinham maior índice de recuperação dos indivíduos quando comparados com o tratamento medicamentoso. Resultados como esse desconstruem um dos mitos criados em torno da chamada revolução psicofarmacológica iniciada nos anos 1950. Acreditava-se que tinha sido graças aos antipsicóticos que a desospitalização passou a ser possível, o que acontece na realidade é que o uso dos antipsicóticos possibilita a curto prazo a redução e controle imediato dos sintomas psicóticos, possibilitando nesse momento certa permanência na comunidade e a desospitalização. Acontece que muitos problemas surgem a partir da própria intervenção farmacológica, como a indução ou acentuação dos sintomas negativos da esquizofrenia, o isolamento social, a depressão pós-psicótica e a perda motivacional.

Leontiev aponta que os vínculos do indivíduo com o mundo são um dos parâmetros principais no que diz respeito à formação da personalidade, como apontado na terceira seção do presente trabalho.

Os vínculos do indivíduo com o mundo envolvem suas relações com as condições objetivas de sua vida, ou seja, dependem das relações estabelecidas em dada família, dada classe social, dado lugar e dado momento histórico (Martins, 2001). Compreende-se que o caráter dos vínculos do indivíduo com o mundo se desenvolve e se aprofunda não em termos quantitativos, mas no que diz respeito à qualidade dos mesmos. Os conteúdos de tais vínculos estão determinados pelo patrimônio de apropriações que se disponibiliza para a pessoa. Vigotski também evidencia em toda a sua obra que os potenciais humanos são adquiridos a partir das ações em coletividade. Desse modo, questionamos o quanto as vias de tratamento disponibilizadas para a esquizofrenia acentuam ou não a ruptura dos vínculos sociais mais fundamentais dos indivíduos, na medida em que ou o isolam do mundo concretamente através da institucionalização, ou operam com outras formas de isolamento através da medicação, na medida em que esta inviabiliza a construção de relações efetivas.

Diante do exposto, vimos que a desagregação do pensamento conceitual repercute em diversos âmbitos da personalidade, alterando a qualidade dos vínculos que o indivíduo

estabelece com o mundo, desestruturando o autodomínio da conduta, o que leva o indivíduo a uma desorganização completa do comportamento. Apesar disso, é possível pensarmos em estratégias e formas de tratamento, que obviamente não conseguem por si mesmas superar a limitação da subjetividade alienada, mas que nos oferecem a base para compreender o indivíduo como um ser ativo, agente de sua própria história, que tem possibilidades de ser reabilitado, através da ideia fundamental de que todo “defeito” mobiliza também uma força e uma potencialidade do psiquismo.

Considerações Finais

Na presente dissertação, trabalhamos com questões concernentes ao campo da saúde mental, mas precisamente da esquizofrenia, com a apresentação e sistematização de pressupostos teórico-metodológicos da psicologia histórico-cultural. A temática da esquizofrenia pode ser abordada por diferentes enfoques, desde sua etiologia até as formas de tratamento disponíveis para essa forma de adoecimento.

Vimos que Vigotski elenca a desagregação do pensamento conceitual como sendo a chave para a compreensão da esquizofrenia, por essa razão, centramos nossas análises nesse aspecto. Entendemos que a desagregação do pensamento conceitual estrutura todas as demais alterações psicológicas observáveis na esquizofrenia. Foi a partir dessa formulação do autor soviético que estruturamos o recorte da presente dissertação, cujo objetivo consiste no entendimento da desagregação do pensamento conceitual na esquizofrenia e suas repercussões na estrutura da personalidade.

Para alcançar as metas estabelecidas, traçamos um percurso, dividido em quatro seções, com seus respectivos objetivos. O caminho da pesquisa se orientou do âmbito mais geral para o mais específico: partimos da apresentação dos fundamentos teóricos e metodológicos da psicologia histórico-cultural, buscando evidenciar as bases materiais nas quais tais pressupostos foram construídos, e como a psicologia histórico-cultural se distingue fundamentalmente das demais correntes do pensamento psicológico, compreendendo o ser humano em sua totalidade, em sua intrínseca determinação pelas relações sociais estabelecidas em dado momento histórico.

Tendo esses elementos introdutórios como nossa primeira base de análise, em um segundo momento, empreendemos no entendimento do fenômeno da esquizofrenia propriamente dito. Nessa seção nosso objetivo foi caracterizar essa forma de sofrimento psíquico desde as concepções históricas até os atuais manuais psiquiátricos, bem como

identificar como a psicologia vem se apropriando da discussão acerca da esquizofrenia. Consideramos essa tarefa incompleta, pois partimos das primeiras conceitualizações da esquizofrenia sem nos atermos, em virtude do tempo destinado a elaboração de um trabalho de dissertação, as suas diferentes expressões nos distintos momentos históricos. De acordo com os pressupostos teóricos da psicologia histórico-cultural de que o desenvolvimento humano é condicionado pelo modo de existir e produzir a vida, podemos inferir que a expressão da esquizofrenia e dos sofrimentos psíquicos seguem essa mesma lógica, ou seja, também adquirem significados e sentidos específicos especificidades a depender do contexto histórico-social no qual o indivíduo se encontra.

Ainda na segunda seção objetivamos analisar as recentes publicações da psicologia acerca da temática da esquizofrenia, tentando identificar quais são os limites, avanços e contradições presentes nesses estudos e de que forma a psicologia histórico-cultural pode contribuir para o preenchimento dessas lacunas. Nessa análise dos artigos encontrados, observamos, de um modo geral, a prevalência de concepções que fragmentam o ser humano, que ora enfocam exclusivamente os aspectos subjetivos e ora defendem uma supremacia das questões biológicas no que diz respeito às causas da esquizofrenia, obscurecendo a relação fundamental entre os processos econômicos e sociais e a produção da saúde e da doença.

Essas constatações nos levaram ao seguinte: existe uma carência de publicações que prezem pela análise materialista histórica da realidade e dos processos de sofrimento psíquico. Por esse motivo identificamos que é tarefa dos pesquisadores da psicologia histórico-cultural desenvolver estudos que, elucidem, e façam frente ao ocultamento das relações intrínsecas existente entre os processos econômicos, políticos e sociais e os processos de desenvolvimento e sofrimento humano.

A psicologia histórico-cultural, ao postular que o ser humano é um ser essencialmente social, pode contribuir no entendimento de que saúde não pode ser considerada como um fenômeno dissociado do processo de produzir e reproduzir a vida. Engels (2010), em sua produção intitulada “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, foi um dos primeiros autores a relacionar a conjuntura econômico-social aos problemas de saúde físicos e de saúde mental dos trabalhadores. Com o desenvolvimento das ciências biológicas, o entendimento de que o processo de saúde e doença é determinado socialmente foi se perdendo, foi sendo mascarado pelo desenvolvimento da perspectiva biológica e da microbiologia enquanto teorias explicativas sobre a determinação das doenças. Como esse assunto se tornou domínio exclusivo da biologia, as causas das doenças passaram a ser entendidas como fenômenos regidos unicamente pelas leis da natureza.

Ainda que não tenhamos estudos suficientes que afirmem categoricamente sobre a etiologia da esquizofrenia, nos parece contraditório assumir que essa forma de adoecimento é produzida por processos biológicos de desequilíbrios químicos, tendo em vista que é justamente nas funções superiores, tipicamente humanas e que dependem em maior grau do desenvolvimento social, que encontramos o cerne da esquizofrenia.

No sentido de contribuir, mas certamente não esgotar, essa discussão partimos do entendimento dialético de que o biológico e o psicológico são instâncias indissociáveis e que compõem o ser humano, portanto, é o aspecto social que os coloca em relação, determinando-os mutuamente. Na terceira seção nosso objetivo foi apresentar o movimento do desenvolvimento humano, demonstrando como as leis sociais agem de forma a submeter os processos biológicos e elementares às suas próprias leis superiores. Toda a seção é permeada pela formulação vigotskiana o desenvolvimento normal do psiquismo nos oferece as bases necessárias para pensar o desenvolvimento dos processos de adoecimento. Frente à isso elaboramos na terceira seção um resgate dos elementos do desenvolvimento humano envolvidos no processo de desagregação do pensamento conceitual na esquizofrenia.

Tendo em vista que o pensamento conceitual é compreendido por Vigotski como sendo a função psíquica mais importante para entendermos tanto o processo de desenvolvimento das faculdades tipicamente humanas e da personalidade como também os processos de desintegração dessas funções, começamos a seção com a necessidade de elucidar como se dá a constituição e quais são as características fundamentais das funções psicológicas superiores. Nesse caminho, foi fundamental compreender quais mudanças fundamentais são engendradas pelo pensamento conceitual no psiquismo:

- a) Conhecimento da realidade externa para além da aparência: possibilita o conhecimento dos profundos nexos que formam a realidade.
- b) Assimilação das produções elaboradas socialmente (arte, cultura, política)
- c) Possibilidade de atuar e transformar o mundo, engendra a formação da consciência social e a concepção estruturada de mundo.
- d) Viabiliza o conhecimento sobre o próprio mundo interno do indivíduo, conhecimento sobre suas vivências, sentimentos e emoções, ou seja, o pensamento conceitual determina também o desenvolvimento da autoconsciência e autopercepção.
- e) Requalifica as emoções, os sentimentos e os afetos: formação da unidade afetivo-cognitiva.

O pensamento conceitual se constitui como o centro organizador de todo o psiquismo, requalificando todas as estruturas anteriores e mais primitivas, e é fundamental no que diz

respeito à constituição da personalidade, entendemos que a desagregação dessa esfera mobiliza repercussões igualmente significativas na estrutura da personalidade do sujeito com esquizofrenia. Com o objetivo de responder a pergunta “como a estruturação do sistema de conceitos se relaciona com a formação da personalidade?” que elaboramos o último subitem da terceira seção. Abordamos sobre a formação da personalidade, visando demonstrar que esse processo está intimamente relacionado com as atividades e vínculos que os indivíduos estabelecem com o mundo, com a hierarquização emocional dos motivos e necessidades, bem como com o processo de formação da autoconsciência. Outro elemento que foi central nas análises posteriores é que a personalidade e a subjetividade não são processos alheios aos processos que ocorrem na materialidade. Nesse sentido, se a alienação é um processo inerente da sociedade capitalista e determina o modo como os sujeitos intervêm no modo de produção da vida e no modo que se relacionam, temos que a formação da personalidade sob a estrutura de uma atividade alienada, também assume um caráter fragmentado, contraditório e dual.

Após compreender as diferenças essenciais entre as funções psicológicas superiores e elementares, de compreender o conceito como função tipicamente humana mais importante que se estrutura no período da adolescência e que possui uma história ontogenética de desenvolvimento, bem como após o esforço de identificar a importância do pensamento conceitual para a formação da personalidade, o caminho teórico estava pronto para começarmos a pensar efetivamente sobre as repercussões da desagregação do pensamento conceitual da esquizofrenia na estrutura da personalidade.

Na seção final do presente trabalho retomamos a discussão que os autores clássicos da psicologia histórico-cultural fazem sobre o tema da esquizofrenia, mais especificamente nas contribuições de Vigotski e Zeigarnik, que foram aqueles que mais se debruçaram sobre essa temática. Vigotski, nos textos em que trata da questão da esquizofrenia aponta três alterações que ocorrem nesse processo de sofrimento psíquico, o primeiro e mais fundamental, diz respeito à própria desagregação do pensamento conceitual; o segundo diz respeito à ruptura da unidade afetivo-cognitiva, e o terceiro diz respeito ao aspecto dual e contraditório de determinados sintomas da esquizofrenia, dentre eles a desagregação.

No segundo momento de nossa análise recuperamos as colaborações de Zeigarnik para a esquizofrenia. A autora se detém sobre várias alterações patológicas dos processos psicológico, elencamos dois principais por se relacionarem objetivamente com a esquizofrenia: são eles: as alterações do pensamento e as alterações da personalidade. Buscamos evidenciar como esses dois grupos se relacionam entre si, ou seja, como a alteração do pensamento pode produzir também uma alteração na personalidade.

O terceiro eixo da nossa análise se divide em quatro subitens nos quais versamos sobre as repercussões da desagregação do pensamento conceitual na esquizofrenia na estrutura da personalidade. São eles:

1) A desagregação do pensamento conceitual e a perda do autodomínio da conduta: nesse eixo de análise identificamos que o processo de desintegração do pensamento conceitual na esquizofrenia engendra uma redução das bases intelectuais necessárias que colocam o indivíduo em relação ao mundo e com as demais pessoas, de forma que sua atividade começa a ser orientada por motivos cada vez mais individualizados. É na relação estabelecida com os outros, através da comunicação, da linguagem e dos conceitos, que se desenvolve no ser humano a possibilidade de relacionar-se consigo mesmo, através da linguagem e da autoconsciência. Nessa linha de raciocínio, se é justamente na relação com o outro que construímos e organizamos o controle da nossa conduta, inferimos que a impossibilidade de se comunicar com os outros, e estabelecer relações efetiva com os pares, desencadearia também um processo de desintegração da autoconsciência e do autocontrole da conduta.

2) A natureza e o conteúdo dos delírios e alucinações na esquizofrenia: relações a partir da hierarquia da atividade: nesse item de análise trouxemos para o trabalho dois casos de esquizofrenia já apresentados na literatura com o objetivo de identificar se o conteúdo do delírio, ou a forma como o pensamento se desintegra, se relaciona com a personalidade e as atividades do indivíduo. A partir dos casos, identificamos que o conteúdo e a alucinação presentes na esquizofrenia não são aleatórios, mas dependem intimamente da estrutura da personalidade, dos motivos geradores de sentido, que outrora guiavam as relações do indivíduo com o mundo. O que parece acontecer nessa forma de adoecimento é que o motivo organizador do sistema de atividades, quando dissociado de um pensamento conceitual estruturado, é elevado ao extremo, e por isso, se desorganiza por completo, perde sua base lógica que o vincula adequadamente com a realidade

3) Cisão do eu na esquizofrenia como expressão máxima de uma cisão na subjetividade engendrada por uma sociedade de classes antagônicas: nesse subitem de análise objetivamos identificar como os sintomas da esquizofrenia parecem se relacionar com as características de uma subjetividade alienada (própria da sociedade capitalista) maximizada e elevada ao extremo. Nesse sentido, reafirmamos que não temos condições de afirmar sobre a causa da esquizofrenia, determinar se é ou não fruto da alienação, o que podemos ponderar é que as expressões subjetivas da alienação agudizam a cisão do eu própria na esquizofrenia. Nesse sentido, a sociedade capitalista aprofunda o isolamento, a improdutividade e a incoerência do pensamento característicos da esquizofrenia, cronificando-a. Apesar disso, não devemos tomar como

resposta que nada deve ser feito. Apontamos sobre a necessidade de perceber o indivíduo com esquizofrenia como uma personalidade ativa, dotado de potencialidades adormecidas, e que pode ser reabilitado através de vias coletarais do desenvolvimento.

4) A importância dos vínculos estabelecidos com o mundo para a (re) estruturação da personalidade de acordo com as vias de tratamento da esquizofrenia: a discussão sobre as formas de tratamento é extremamente complexa e ultrapassa os limites desse trabalho. Contudo, não podemos deixar de ponderar, ainda que brevemente, sobre como uma ou outra forma de tratamento da esquizofrenia atua na personalidade do indivíduo em sofrimento. Podemos identificar três formas principais de tratamento disponibilizados na atualidade: a institucionalização, a intervenção medicamentosa e as redes substitutivas em saúde mental.

O que identificamos é que tanto a institucionalização e a prescrição medicamentosa desordenada podem produzir danos na personalidade do indivíduo, na medida em que, potencializam os sintomas negativos da esquizofrenia, aprofundam o isolamento, e cindem a possibilidade de reestabelecer vínculos com o mundo. Nesse sentido, apontamos para a importância de vincular os estudos da psicologia histórico-cultural aos preceitos da Reforma Psiquiátria, no sentido de viabilizar a humanização, o desenvolvimento da autonomia e de vínculos com o mundo. No sentido de viabilizar novamente a apropriação daquilo que nos faz essencialmente humanos.

Outra questão que nos instigou no decorrer de todo o trabalho, e que ainda não temos elementos para uma resposta conclusiva, diz respeito à relação existente entre os processos de adoecimento e o nível de escolarização dos indivíduos. Vigotski (1931) nos oferece pistas sobre esse assunto, ao levantar a hipótese de que, quando o pensamento conceitual se desagrega ocorre um retorno para as formas anteriores do pensamento, de maneira que o indivíduo passa a operar com o sistema de nome fixos que aprendeu na infância. Nesse sentido, existe diferença entre um sujeito com esquizofrenia que teve amplo acesso à educação e as elaborações mais avançadas do gênero humano e aqueles que tiveram uma educação precária? Os impactos no desenvolvimento do curso da esquizofrenia seriam diferentes, a cronificação e a gravidade do quadro seriam diferentes? A desintegração em um caso e em outro são diferentes em que aspectos? São perguntas para as quais ainda não se tem respostas, e por essa razão pontuamos a necessidade de somar esforços com o objetivo de aclarar tais questões. Compreendemos que um estudo que se concentra no âmbito teórico não é suficiente para isso, mas é também parte importante dessa construção na medida em que pode oferecer as bases conceituais para posteriores estudos práticos.

Referências

- Almeida, S. H. V. (2008). *Psicologia Histórico-Cultural Da Memória* (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil.
- Almeida, M.R (2016). *Psicologia histórico-cultural e sofrimento psíquico: reflexões teórico-metodológicas sobre a atuação na área da saúde*. In: Anais III Evento do método e metodologia em pesquisa na abordagem do materialismo histórico-dialético e da psicologia histórico-cultural. Recuperado de: www.eventos.uem.br/index.php/emmp/IIIemhdphc/schedConf/presentations
- Alvarez, A. A. (2003). Alteraciones de la personalidad. *Psicologia em Revista*, 10(14), 13-24, Belo Horizonte. Recuperado de: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/180/190>.
- Alves, C. R. R., & Silva, M. T. A. (2001). A esquizofrenia e seu tratamento farmacológico. *Estud. psicol. (Campinas)*, 18(1), 12-22.
- Amarante, P. (2013). *Loucos Pela Vida – a Trajetória da Reforma Psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Amarante, P. (2007) *Saúde mental e atenção psicossocial*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Antunes, R. (2002). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e acentralidade do mundo do trabalho*. 8a. ed. São Paulo: Cortez Editora.
- APA, American Psychiatric Association (2014). *DSM-5 – Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Porto Alegre: Artmed.
- Araujo, L. F. S. C. de, Dalgalarrodo, P., & Banzato, C. E. M. (2014). Sobre a noção de causalidade na medicina: aproximando Austin Bradford Hill e John L. Mackie. *Rev. psiquiatr. clín.*, 41(2), 56-61, São Paulo.
- Barata, R. B. (2005). Epidemiologia social. *Rev. bras. Epidemiol* 8(1), 7-17.
- Barros&Pereira (2010) Uma anotação à clínica: Gilles Deleuze, esquizofrenia e sua positividade. *Fractal: Revista de Psicologia*, 22 (2), 385-394.
- Borges, M. et al. (2010). Síndromes disexecutivas do desenvolvimento e adquiridas na prática clínica: três relatos de caso. *Rev. psiquiatr. clín.* (São Paulo), 295-300.
- Caixeta, L., & Nitrini, R. (2002). Teoria da mente: uma revisão com enfoque na sua incorporação pela psicologia médica. *Psicologia: reflexão e crítica*, 15(1), 105-11.
- Cardoso, C. S. et al. (2006). Qualidade de vida e dimensão ocupacional na esquizofrenia: uma comparação por sexo *Cad. saúde pública*, 22(6), 1303-1314.

- Cardoso, C. S. et al. (2007). Depressão na esquizofrenia: prevalência e relação com a qualidade de vida. *Cad. saúde pública*, 23(9), 2035-2048.
- Cesari, L., & Bandeira, M. (2010). Avaliação da qualidade de vida e percepção de mudança em pacientes com esquizofrenia. *J. bras. psiquiatr*, 59(4), 293-301.
- Cheniaux, E. (2015). Psicopatologia e diagnóstico da esquizofrenia. *Esquizofrenia: Teoria e clínica*, pp. 37-44.
- Delari Jr., A. (2012). *O sujeito e a clínica na psicologia histórico-cultural: diretrizes iniciais*. Recuperado de www.vigotski.net/clinica-ufms.pdf. Mimeo. Umuarama-PR, 17 p.
- Delari Jr., A. (n/d). *Personalidade e sofrimento psíquico, compilação de citações com breves comentários*. Recuperado de www.vigotski.net.
- Diehl, A., Cordeiro, D. C., & Laranjeira, R. (2010). Abuso de cannabis em pacientes com transtornos psiquiátricos: atualização para uma antiga evidência. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 32.
- Engels, F. (19--/2010). Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In K. Marx & F. Engels. *Obras Escolhidas*. (v. 2, pp. 269-280). São Paulo: Alfa-Omega.
- Engels, F. (2008). *Sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boi Tempo
- Fleury-Teixeira, P. (2009). Uma introdução conceitual à determinação social da saúde. *Saúde em debate*, 33(83).
- Freire, T., & Iglésias, C. (2014). Vida cotidiana, afetividade e esquizofrenia: um estudo em adultos portugueses. *Psicologia em Estudo*, 19(4).
- Freitas, F., Amarante, P. *Medicalização em psiquiatria*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.
- Fonseca, R. P., Parente, M. A. M. P., Côté, H., Ska, B., & Joannette, Y. (2008). Apresentando um instrumento de avaliação da comunicação à Fonoaudiologia Brasileira: Bateria MAC. *Pró-Fono Revista de Atualização Científica*, 20(4), 285-292.
- Golder, M. (1986). Entrevista com B. V. Zeigarnik. In M. Golder. (1986). *Reportajes Contemporaneos a la Psicologia Sovietica* (pp. 72-112). Buenos Aires: Editorial Cartago.
- Hobsbawm, E. (1998). *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Illich, I. (1975) Clinical damage, medical monopoly, the expropriation of health: Three dimensions of iatrogenic tort. *Journal of Medical Ethics*, 1, 78-80
- Kinoshita, R. T. (2010). Contratualidade e reabilitação psicossocial. In A. Pitta (Org.), *Reabilitação psicossocial no Brasil*. (3a. ed.) São Paulo: Hucitec.
- Laurell, A. (1982). A saúde-doença como processo social. (La salud-enfermedad como processo social). *Revista Latinoamericana de Salud*, 2, 7-25. (E. D. Nunes, Trad. 1-22).

- Lavretsky, H. (1998). The Russian Concept of Schizophrenia: A Review of the Literatura. *Schizophrenia Bulletin*, 24(4), 537-557
- Lenin, V. (1921). *Concessões e Estímulo do Capitalismo*. Recuperado de www.marxists.org/portugues/lenin/discursos/capitalismo.htm
- Lefebvre, H. (1987). *Lógica Formal. Lógica Dialética*. (3a.ed.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Leontiev, A. N. (1978). *Actividad, Consciencia y Personalidad*. Mexico:Editorial Cartago.
- Leontiev, A.N. (2004). *O desenvolvimento do psiquismo*. (2a. ed.) São Paulo: Centauro.
- Lessa, S., & Tonet, I. (2008). *Introdução à filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão Popular.
- Lopes, V. et al. (2011). Formas deficitária e não deficitária da esquizofrenia não diferem quanto à sazonalidade de nascimentos nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*.
- Löwy, M. (1987). *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Busca Vida.
- Luria, A. (1986). *Pensamento e Linguagem: as últimas conferências de Luria*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Luria, A. (1992). *A construção da mente*. São Paulo: Ícone.
- Luria, A., & Vigotski, L.S. (2007). *El instrumento y el signo em el desarrollo del niño*. Madri: Fundación Infancia y Aprendizaje.
- Malaguty, S. (2013). *Sofrimento pelo trabalho: contribuições a partir da teoria da atividade de A. N. Leontiev para o campo saúde do trabalhador* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.
- Martins, L. M. (2001). *Análise sócio-histórica do processo de personalização de professores*. Marília: UNESP.
- Martins, L. M. (2011). *O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico cultural e da pedagogia histórico-crítica*. Tese de Livre Docência, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências, Departamento de Psicologia, Bauru.
- Marx, K. (1998). *O Capital: crítica da economia política*. (16a. ed. Livro 1. v. I-II. R. Sant'anna, Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Marx, K. (1999). *A ideologia alemã*. Recuperado de www.ebooksbrasil.org/adobeebook/ideologiaalema.pdf
- Marx, K. (2008). *Contribuição à crítica da economia política*. (2a.ed.) São Paulo: Expressão Popular.
- Marx, K. (2010). *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo.

- Marx, K., & Engels, F. (2007). *A ideologia alemã*. São Paulo, Boitempo.
- Marx, K., & Engels, F. (2011). *A sagrada Família, ou A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes*. (1a. ed.) São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (2013). *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo.
- Mella, L. F. B. et al. (2011). Insight In Psychosis: A Conceptual Analysis [Insight Na Psicose: Uma Análise Conceitual]. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 60(2), 135-140.
- Monteiro, L. de C., & Louza, M. R. (2007). Alterações cognitivas na esquizofrenia: conseqüências funcionais e abordagens terapêuticas. *Rev. psiquiatr. clín.*34(2), 179-183.
- Moyses, M. A. A., & Collares, C. A. L. (1997). Inteligência Abstraída, Crianças Silenciadas: as Avaliações de Inteligência. *Psicol. USP*, São Paulo, 8(1), 63-89.
- Nasar, S (2001) Uma mente brilhante. [Trad. Sérgio Moraes Rego]. Rio de Janeiro: Record.
- Monteiro, P. V. R. (2015). *A unidade afetivo-cognitiva: aspectos metodológicos e conceituais a partir da psicologia histórico-cultural*. (Dissertação de Mestrado em Psicologia) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.
- Netto, J. P., & Braz, M. (2010). *Economia Política: uma introdução crítica*. (6a.ed.) São Paulo: Cortez.
- Nucci, M. G. et al. (2000). Automutilação ocular: relato de seis casos de enucleação ocular. *Rev. Bras. Psiquiatr.*22(2), São Paulo.
- Oliveira, B. (2005). A dialética do singular-particular-universal. In A. A. Abrantes, N. R. Silva, & S. T. F. Martins (Orgs.), *Método histórico-social na psicologia social*. Petrópolis: Vozes.
- Organização Mundial de Saúde (OMS) (1993). *Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas*. Porto Alegre: Artmed.
- Organização Mundial de Saúde (OMS), & Organização Panamericana da Saúde (OPAS). (2001). *Relatório Sobre a Saúde no Mundo: Saúde mental: Nova Conceção, Nova Esperança*. Washington, D.C., Genebra.
- Paim, I. (1990). *Esquizofrenia*. São Paulo: EPU.
- Pasqualini, J. C., & Martins, L. M. (2015). Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), pp. 362-371.
- Prestes, Z. R. (2010). *Quando não é quase a mesma coisa: Análise de traduções de Lev Semionovitch Vigotski no Brasil - Repercussões no campo educacional* (Tese de Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade de Brasília/UnB, DF, Brasil.
- Ramminguer, T. (2002). Sonhos atrás da porta. *Psicologia Ciência e Profissão*, 22(4), pp.74-79

- Ratner, Carl (1995). Loucura. In: Ratner, Carl. *A Psicologia sócio-histórica de Vygotsky: aplicações contemporâneas*. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 206-262.
- Santos, M. A. (2000). A representação de si na esquizofrenia através do psicodiagnóstico de Rorschach. Ribeirão Preto, *Paidéia*, 10(19).
- Schulte, W., & Tölle, R. (1981). *Manual de Psiquiatria*. São Paulo: EPU.
- Scliar, M. (2007). História do conceito de saúde. *Physis*, Rio de Janeiro, 17(1), 29-41.
- Seligmann-Silva, E. et al. (2010). O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador. *Rev. bras. saúde ocup.*, São Paulo, 35(122), 187-191.
- Serrani, D. (2011). Avaliação neurocognitiva dos estados de risco ultra-alto de psicose usando a bateria MATRICS (Medição e Pesquisa de Tratamento para Melhorar Cognição na Esquizofrenia). *Rev. psiquiatr. clín.*, São Paulo, 38(4), 130-134.
- Silva, L. J. (1985). Considerações acerca dos fundamentos teóricos da explicação em epidemiologia. *Revista de Saúde Pública*, 19, 377-383.
- Silva, M. A. S. (2014). *Compreensão do adoecimento psíquico: de L. S. Vigotski à Patopsicologia Experimental de Bluma V. Zeigarnik* (Dissertação de Mestrado em Psicologia), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil.
- Silva, G., & Santos, M. A. (2009). Esquizofrenia: dando voz à mãe cuidadora. *Estud. psicol. (Campinas)*, 26(1), 85-92.
- Simas, M. L. B. et al. (2011). O uso de pinturas de Dalí como ferramenta para avaliação das alterações na percepção de forma e tamanho em pacientes esquizofrênicos. *Psicologia USP*, 22(1), 67-80.
- Skalinski, L. M. & Praxedes, W. L. A. (2003) A abordagem marxista aplicada aos métodos de investigação em saúde. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*. Maringá, v. 25, no. 2, p. 305-316.
- Teixeira, A. (2006). Entre signo e significante: a esquizofrenia incipiente segundo Conrad. *Rev. Dep. Psicol., UFF*, Niterói, 18(1), 107-116.
- Teixeira, E. H. et al. (2012). Matricídio, seguido de canibalismo e automutilação de pênis e mão em paciente esquizofrênico motivado por delírios religiosos. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 61(3), Rio de Janeiro.
- Tenório, F. (2016). Psicose e esquizofrenia: efeitos das mudanças nas classificações psiquiátricas sobre a abordagem clínica e teórica das doenças mentais. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 23(4), 941-963.
- Tekzis, A. I (1987). Constelação Familiar e esquizofrenia. *Arq. Neuro-Psiquiatr*, 45 (3), pp.276-280
- Tonet, I. (2013). *Método Científico: uma abordagem ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács.

- Tuleski, S. C. (2009). Em defesa de uma leitura histórica da teoria Vigotskiana. In M.G. D. Facci, S. C. Tuleski, & S. M. S. Barroco (Orgs.) *Escola de Vigotski: contribuições para a psicologia e a Educação*. Maringá: Eduem.
- Vigotski, L. S. (1927/1996). O significado histórico da crise da Psicologia. In L. S. Vigotski. (1996). *Teoria e método em psicologia* (pp. 203-417). São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L.S. (1931/1994). Thought in schizophrenia. In J. Valsiner, & R. Van Der Veer (Eds.). *The Vygotsky reader*. Oxford, UK; Cambridge USA: Basil Blackwell. [Tradução instrumental para fins didáticos por Achilles Delari Junior].
- Vigotski, L. S. (1933/1987). The psychology of schizophrenia. *Soviet Psychology*, 72-77.
- Vigotski, L. S. (1998). *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (1999). *Teoria e método em Psicologia*. (2a. ed.) São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (2009). *A construção do pensamento e da linguagem* (2a ed.) São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (2012a). Fundamentos de Defectologia. *Obras Escogidas* (t.V). Madri: Machado Nuevo Aprendizaje.
- Vigotski, L. S. (2012b). Problemas del desarrollo de la psique. *Obras Escogidas* (t. III). Madri: Machado Nuevo Aprendizaje.
- Vigotski, L. S. (2012c). Paidología del adolescente/Problemas de la psicología infantil. *Obras Escogidas* (t. IV). Madri: Machado Nuevo Aprendizaje.
- Wagner, L. C. et al. (2011). Questões existenciais em esquizofrenia: percepção de portadores e cuidadores. *Revista de Saúde Pública*, 45(2), 401-408.
- Zeigarnik, B. V. (1979). *Introducción a la Patopsicología*. La Habana: Científico Técnica.
- Zeigarnik, B. V. (1981). *Psicopatología*. Madrid: Akal Editor.

Anexo 1

Relação dos artigos analisados na pesquisa bibliográfica

Conceitualização/Etiologia	Sintomatologia/Diagnóstico	Tratamento	Exclusão
Sonhos atrás da porta	Avaliação neurocognitiva dos estados de risco ultra-alto de psicose usando a bateria MATRICS (Medição e Pesquisa de Tratamento para Melhorar Cognição na Esquizofrenia	Esquizofrenia e miscigenação	Family expectation, social adjustment and gender differences in a sample of schizophrenic patients
Uma anotação à clínica: Gilles Deleuze, esquizofrenia e sua positividade	Síndromes disexecutivas do desenvolvimento e adquiridas na prática clínica: três relatos de caso	Cuestiones existenciales en la esquizofrenia: percepción de portadores y cuidadores	Peer support for people with mental illness (Suporte interpares na doença mental)
Entre signo e significante: a esquizofrenia incipiente segundo Conrard	Alterações cognitivas na esquizofrenia: consequências funcionais e abordagens terapêuticas	Alterações cognitivas na esquizofrenia: consequências funcionais e abordagens terapêuticas	Is semantic verbal fluency impairment explained by executive function deficits in schizophrenia?
Sobre a noção de causalidade na medicina: aproximando Austin Bradford Hill e John L. Mackie	Automutilação ocular: relato de seis casos de enucleação ocular	Estudos sobre religião e saúde mental realizados no Brasil: histórico e perspectivas atuais	Public stigma and schizophrenia in São Paulo city
Abuso de cannabis em pacientes com transtornos psiquiátricos: atualização para uma antiga evidência	Teoria da Mente: Uma Revisão com Enfoque na sua Incorporação pela Psicologia Médica	Relação entre tabagismo e transtornos psiquiátricos	Validity and reliability of the Structured Clinical Interview for Mood Spectrum - Brazilian version (SCIMOODS-VB)
Formas deficitária e não deficitária da esquizofrenia não diferem quanto à sazonalidade de nascimentos nas regiões Sul e Sudeste do Brasil	O uso de pinturas de Dalí como ferramenta para avaliação das alterações na percepção de forma e tamanho em pacientes esquizofrênicos	Avaliação das Atitudes de Estudantes da Área da Saúde em relação a Pacientes Esquizofrênicos	Esquizofrenia: integração clínico-terapêutica
Constelação familiar e esquizofrenia	Apresentando um instrumento de avaliação da comunicação à Fonoaudiologia Brasileira: Bateria MAC	VIDA COTIDIANA, AFETIVIDADE E ESQUIZOFRENIA:	Method for evaluating subjective states of awareness

		UM ESTUDO EM ADULTOS PORTUGUESES	that accompany recognition: adaptation for use in Portuguese-speaking patients with schizophrenia
Conceitualização/Etiologia	Sintomatologia/Diagnóstico	Tratamento	Exclusão
	A representação de si na esquizofrenia através do psicodiagnóstico de Rorschach	Perfil clínico e sociodemográfico de pacientes com esquizofrenia refratária tratados em um centro terciário	Prevalence of mental disorders among sexual offenders and non-sexual offenders
	Matricídio, seguido de canibalismo e automutilação de pênis e mão em paciente esquizofrênico motivado por delírios religiosos	Avaliação da qualidade de vida e percepção de mudança em pacientes com esquizofrenia	Analysis of exploratory eye movements in patients with schizophrenia during visual scanning of projective tests' figures
	Insight na psicose: uma análise conceitual	Características psicológicas associadas ao comportamento de fumar tabaco	Localization of genes modulating the predisposition to schizophrenia: a revision
	Suicídio de internos em um hospital de custódia e tratamento	A esquizofrenia e seu tratamento farmacológico	Factors associated with low quality of life in schizophrenia
	Psicose e esquizofrenia: efeitos das mudanças nas classificações psiquiátricas sobre a abordagem clínica e teórica das doenças mentais	Esquizofrenia: dando voz à mãe cuidadora	Association study between the Taq1A (rs1800497) polymorphism and schizophrenia in a Brazilian sample
	Depressão na esquizofrenia: prevalência e relação com a qualidade de vida	Qualidade de vida e dimensão ocupacional na esquizofrenia: uma comparação por sexo	Harmfulness of the autistic object to its indispensability for autism clinically in psychoanalysis
		Expressões utilizadas por familiares ao relatarem experiências de conviver com o adoecimento mental	

7	13	13	14

Anexo 2

Referência completa dos artigos analisados na pesquisa bibliográfica

Numero	Artigo	Ano	Autores	Referência
1	Sonhos atrás da porta	2002	Tatiana Ramminger	Psicol. cienc. prof. vol.22 no.4 Brasília Dec. 2002
2	Uma anotação à clínica: Gilles Deleuze, esquizofrenia e sua positividade	2010	Maria Elizabeth Barros; Juan Carlos Peixoto Pereira	Fractal: Revista de Psicologia, v. 22 – n. 2, p. 385-394, Maio/Ago. 2010
3	Esquizofrenia e miscigenação	2001	Manoel Tosta Berlinck, Caterina Koltai, Ana Irene Canongia Ana Irene Canongia	Rev. Latinoam. Psicopat. Fund., IV, 4, 11-29
4	Entre signo e significante: a esquizofrenia incipiente segundo Conrad	2006	Antônio Teixeira	Revista do Departamento de Psicologia - UFF v. 18 - n. 1, p. 107-116, Jan./Jun. 2006 1
5	Cuestiones existenciales en la esquizofrenia: percepción de portadores y cuidadores	2011	Luciane Carniel WagnerI, IIFrancisco Torres-GonzálezII, III Ariadne Runte GeidelII, IIIMichael B KingII,IV	Rev Saúde Pública 2011;45(2):401-8
6	Family expectation, social adjustment and gender differences in a sample of schizophrenic patients	1996	Itiro Shirakawa, Jair J. Mari, Ana C. Chaves and Marcelo Hisatsugo	Rev. Saúde Pública, 30 (3): 205-12, 1996
7	Sobre a noção de causalidade na medicina: aproximando Austin Bradford Hill e John L. Mackie	2014	Luís Fernando S. C. de Araújo Paulo Dalgalarondo , Cláudio E. M. Banzato	Araújo LFSC, et al. / Rev Psiq Clín. 2014;41(2):56-61
8	Peer support for people with mental illness (Suporte interpares na doença mental)	2014	Filipa Alexandra Lourenço Campos, Ana Rita Pinto de Sousa, Vânia Patrícia da Costa Rodrigues, Antônio José Pereira da Silva Marques, Artemisa Agostinha Monteiro da	Rev. psiquiatr. clín. vol.41 no.2 São Paulo Mar./Apr. 2014

			Rocha Dores, Cristina Maria	
9	Avaliação neurocognitiva dos estados de risco ultra-alto de psicose usando a bateria MATRICS (Medição e Pesquisa de Tratamento para Melhorar Cognição na Esquizofrenia)	2011	SERRANI, Daniel	Rev. psiquiatr. clín. [online]. 2011, vol.38, n.4, pp.130-134. ISSN 0101-6083. http://dx.doi.org/10.1590/S0101-60832011000400003 .
10	Síndromes disexecutivas do desenvolvimento e adquiridas na prática clínica: três relatos de caso	2010	Manuela Borges ¹ , Gabriel Coutinho ¹ , Flávia Miele ¹ , Leandro F. Malloy-Diniz ² , Roberto Martins ³ , Beatriz Rabelo ⁴ , Paulo Mattos ⁵	Borges M, et al. / Rev Psiquiatr. 2010;37(6):285-90
11	Alterações cognitivas na esquizofrenia: consequências funcionais e abordagens terapêuticas	2007	MONTEIRO, Luciana de Carvalho and LOUZA, Mário Rodrigues.	Rev. psiquiatr. clín. [online]. 2007, vol.34, suppl.2, pp.179-183. ISSN 0101-6083
11	Alterações cognitivas na esquizofrenia: consequências funcionais e abordagens terapêuticas	2007	MONTEIRO, Luciana de Carvalho and LOUZA, Mário Rodrigues.	Rev. psiquiatr. clín. [online]. 2007, vol.34, suppl.2, pp.179-183. ISSN 0101-6083
12	Estudos sobre religião e saúde mental realizados no Brasil: histórico e perspectivas atuais	2007	Paulo Dalgalarondo	Rev. psiquiatr. clín. vol.34 suppl.1 São Paulo 2007
13	Relação entre tabagismo e transtornos psiquiátricos	2003	Regina de Cássia Rondina ¹ Ricardo Gorayeb ² Clovis Botelho	Rondina, R.C.; Gorayeb, R.; Botelho, C. Rev. Psiquiatr. 30 (6): 221-228, 2003
14	Is semantic verbal fluency impairment explained by executive function deficits in schizophrenia?	2016	Arthur A. Berberian ¹ , Giovanna V. Moraes, Ary Gadelha, Elisa Brietzke, Ana O. Fonseca, Bruno S. Scarpato, Marcella O. Vicente, Alessandra G. Seabra, Rodrigo A. Bressan, Acioly L. Lacerda.	Rev. Bras. Psiquiatr. vol.38 no.2 São Paulo Apr./June 2016 Epub Apr 19, 2016
15	Public stigma and schizophrenia in São Paulo city	2010	Érica Toledo Piza Peluso; Sérgio Luís Blay	Rev. Bras. Psiquiatr. vol.33 no.2 São Paulo June 2011 Epub Apr 23, 2010
16	Validity and reliability of the Structured Clinical Interview for Mood Spectrum - Brazilian version (SCIMOODS-VB)	2011	Roberto Ratzke ^I ; Doris Hupfeld Moreno ^{II} ; Clarice Gorenstein ^{III} ; Ricardo Alberto Moreno ^{II}	Rev. Bras. Psiquiatr. vol.33 no.1 São Paulo Mar. 2011
17	Abuso de cannabis em pacientes com transtornos	2010	Alessandra Diehl; Daniel Cruz Cordeiro; Ronaldo Laranjeira	Rev. Bras. Psiquiatr. vol.32 supl.1 São Paulo May 2010

	psiquiátricos: atualização para uma antiga evidência			
18	Esquizofrenia: integração clínico-terapêutica	2007	Malta SM, Attux C, Bressan RA, organizadores. São Paulo: Atheneu; 2007.	Rev. Bras. Psiquiatr. vol.29 no.3 São Paulo Sept. 2007
19	Method for evaluating subjective states of awareness that accompany recognition: adaptation for use in Portuguese-speaking patients with schizophrenia	2005	Marcos Aurélio Martins RibeiroI; Antonio Waldo ZuardiII, II; Luiz Alberto B HetemI	Rev. Bras. Psiquiatr. vol.27 no.4 São Paulo Dec. 2005
20	Automutilação ocular: relato de seis casos de enucleação ocular	2010	Marcelo G Nucci e Paulo Dalgalarrondo	Rev. Bras. Psiquiatr. vol.22 n.2 São Paulo June 2000
21	Avaliação das Atitudes de Estudantes da Área da Saúde em relação a Pacientes Esquizofrênicos	2015	FERREIRA, Fernanda Nunes	<i>Rev. bras. educ. med. [online]. 2015, vol.39, n.4, pp.542-549</i>
22	Teoria da Mente: Uma Revisão com Enfoque na sua Incorporação pela Psicologia Médica	2002	Leonardo Caixeta 1 2 3 Ricardo Nitrini	Psicologia: Reflexão e Crítica, 2002, 15(1), pp. 105-112
23	O uso de pinturas de Dalí como ferramenta para avaliação das alterações na percepção de forma e tamanho em pacientes esquizofrênico	2011	Maria Lúcia de Bustamante Simas, Renata M. T. B. L. Nogueira, Geórgia M. M. Menezes, Viviane F. Amaral, Aline M. Lacerda & Natanael A. Santos	PSICOLOGIA USP, São Paulo, 2011, 22(1), 67-80
24	VIDA COTIDIANA, AFETIVIDADE E ESQUIZOFRENIA: UM ESTUDO EM ADULTOS PORTUGUESES	2014	Teresa Freire Catarina Iglésias	Psicologia em Estudo, Maringá, v. 19, n. 4 p. 633-644, out./dez. 2014
25	Apresentando um instrumento de avaliação da comunicação à Fonoaudiologia Brasileira: Bateria MAC	2008	Rochele Paz FonsecaI, 1; Maria Alice de Mattos Pimenta ParenteII; Hélène CôtéIII; Bernadette SkaIV; Yves JoannetteV	Pró-Fono R. Atual. Cient. vol.20 no.4 Barueri Oct./Dec. 2008
26	A representação de si na esquizofrenia através do psicodiagnóstico de Rorschach	2000	Manoel Antônio dos Santos	Paidéia (Ribeirão Preto) vol.10 no.19 Ribeirão Preto Aug./Dec. 2000

27	Perfil clínico e sociodemográfico de pacientes com esquizofrenia refratária tratados em um centro terciário	2014	Marceli Cezaretto, Ester Franco de Souza Freitas Silva, Ariane Ambrizzi, Victor Eduardo Dutra de Biase, Elissandro de Freitas Silva, Emirene Maria Trevisan Navarro da Cruz, Fabio Aparecido Borghi, Gerardo Maria de Araújo Filho	J. bras. psiquiatr. vol.63 no.3 Rio de Janeiro July/Sept. 2014
28	Matricídio, seguido de canibalismo e automutilação de pênis e mão em paciente esquizofrênico motivado por delírios religiosos	2012	Eduardo Henrique TeixeiraI; Juliana MeneguettoII; Paulo DalgalarondoIII	J. bras. psiquiatr. vol.61 no.3 Rio de Janeiro 2012
29	Formas deficitária e não deficitária da esquizofrenia não diferem quanto à sazonalidade de nascimentos nas regiões Sul e Sudeste do Brasil	2011	LOPES, Victor M. V.; Banzato, Cláudio E. M. e Dantas, Clarissa R..	J. bras. psiquiatr. [online]. 2011, vol.60, n.4, pp.337-340.
30	Insight na psicose: uma análise conceitual	2011	Lucas F. B. Mella; Clarissa R. Dantas; Cláudio E. M. Banzato	J. bras. psiquiatr. vol.60 no.2 Rio de Janeiro 2011
31	Prevalence of mental disorders among sexual offenders and non-sexual offenders	2011	Maria Fernanda Faria AcháI; Sérgio Paulo RigonattiII; Fabiana SaffiII; Daniel Martins de BarrosII; Antônio de Pádua SerafimII	J. bras. psiquiatr. vol.60 no.1 Rio de Janeiro 2011
32	Avaliação da qualidade de vida e percepção de mudança em pacientes com esquizofrenia	2010	Luciana Cesari; Marina Bandeira	J. bras. psiquiatr. vol.59 no.4 Rio de Janeiro 2010
33	Analysis of exploratory eye movements in patients with schizophrenia during visual scanning of projective tests' figures	2010	Katerina LukasovaI; Livia Lemos ZaninII; Marcel Valois ChucreII; Gamaliel Coutinho de MacedoIII; Elizeu Coutinho de MacedoII,IV	J. bras. psiquiatr. vol.59 no.2 Rio de Janeiro 2010
34	Suicídio de internos em um hospital de custódia e tratamento	2009	Elizabete Rodrigues CoelhoI; Fernanda AzevedoI; Gabriel José Chittó GauerII; Alfredo Cataldo NetoIII	J. bras. psiquiatr. vol.58 no.2 Rio de Janeiro 2009
35	Características psicológicas associadas ao comportamento de fumar tabaco	2007	Regina de Cássia Rondinal; Ricardo GorayebII; Clóvis BotelhoII	J Bras Pneumol. 2007;33(5):592-601
36	Psicose e esquizofrenia: efeitos das mudanças nas	2016	Fernando Tenório	TENÓRIO, Fernando. Psicose e esquizofrenia: efeitos das mudanças nas classificações psiquiátricas sobre a

	classificações psiquiátricas sobre a abordagem clínica e teórica das doenças mentais			abordagem clínica e teórica das doenças mentais. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.23, n.4, out.-dez. 2016, p.941-963.
37	<u>Localization of genes modulating the predisposition to schizophrenia: a revision</u>	2000	E.Z. Lopes-Machado ¹ and F.A.M. Duarte ²	<u>Genet. Mol. Biol. vol.23 no.3 São Paulo Sept. 2000</u>
38	A esquizofrenia e seu tratamento farmacológico	2011	Cilene Rejane Ramos ALVES ¹ Maria Teresa Araujo SILVA ²	Rev. Estudos de Psicologia, PUC-Campinas, v. 18, n. 1, p. 12-22, janeiro/abril 2001
39	Esquizofrenia: dando voz à mãe cuidadora	2009	Gisele da SILVA ² Manoel Antônio dos SANTOS ³	Estudos de Psicologia I Campinas I 26(1) I 85-92 I janeiro - março 2009
40	Depressão na esquizofrenia: prevalência e relação com a qualidade de vida	2007	Clareci Silva Cardoso ^{1,2} Waleska Teixeira Caiassa ^{1,2} Marina Bandeira ³ Arminda Lucia Siqueira ⁴ Jussara Teixeira da Silva ² José Otávio Penido Fonseca ^{1,2}	Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23(9):2035-2048, set, 2007
41	Qualidade de vida e dimensão ocupacional na esquizofrenia: uma comparação por sexo	2006	Clareci Silva Cardoso ^{1,2} Waleska Teixeira Caiassa ^{1,2} Marina Bandeira ³ Arminda Lucia Siqueira ⁴ Jussara Teixeira da Silva ² José Otávio Penido Fonseca ^{1,2}	Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 22(6):1303-1314, jun, 2006
42	Factors associated with low quality of life in schizophrenia	2005	Clareci Silva Cardoso ^{1,2} Waleska Teixeira Caiassa ^{1,2} Marina Bandeira ³ Arminda Lucia Siqueira ⁴ Mery Natali Silva Abreu ^{2,4} José Otávio Penido Fonseca ^{1,2}	Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 21(5):1338-1348, set-out, 2005
43	Association study between the Taq1A (rs1800497) polymorphism and schizophrenia in a Brazilian sample	2014	Quirino Cordeiro ¹ , Homero Vallada ²	Arq Neuropsiquiatr 2014;72(8):582-586
44	Constelação familiar e esquizofrenia	1987	ANTÔNIO I. TEKZIS *	Arq. Neuro-Psiquiatr. vol.45 no.3 São Paulo set. 1987
45	Harmfulness of the autistic object to its indispensability for autism clinically in psychoanalysis	2016	Paula Ramos Pimenta ¹ Jésus Santiago ² Ana Lydia Santiago ³	Ágora (Rio J.) vol.19 no.2 Rio de Janeiro mai./ago. 2016
46	Expressões utilizadas por	2012	Laís Mariana da Fonseca ^I ; Sueli Aparecida Frari Galera ^{II}	Acta paul. enferm. vol.25 no.1 São Paulo 2012

	familiares ao relatarem experiências de conviver com o adoecimento mental			
--	--	--	--	--